

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO – PPGDS  
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

RODRIGO FABRE FELTRIN

RASTROS DE CRICIÚMA:  
PRAÇAS, PAISAGENS E DESENVOLVIMENTO NAS CAMADAS URBANAS

CRICIÚMA/SC  
2025

**RODRIGO FABRE FELTRIN**

**RASTROS DE CRICIÚMA:  
PRAÇAS, PAISAGENS E DESENVOLVIMENTO NAS CAMADAS URBANAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense – PPGDS/UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Alcides Goularti Filho  
Coorientador: Prof. Dr. Antonio Rafael Amaro

**CRICIÚMA/SC  
2025**



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

F328r Feltrin, Rodrigo Fabre.

Rastros de Criciúma : praças, paisagens e desenvolvimento nas camadas urbanas / Rodrigo Fabre Feltrin. - 2025.

363 p. : il.

Tese (Doutorado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2025.

Orientação: Alcides Goularti Filho.

Coorientação: Antonio Rafael Amaro.

1. Cidades e vilas - Criciúma (SC). 2. Espaço urbano - Criciúma (SC). 3. Urbanização. 4. Patrimônio cultural - Criciúma (SC). 5. Desenvolvimento socioeconômico. 6. Paisagem urbana. 7. Praças. I. Título.

CDD 23. ed. 711.4098164

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101  
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

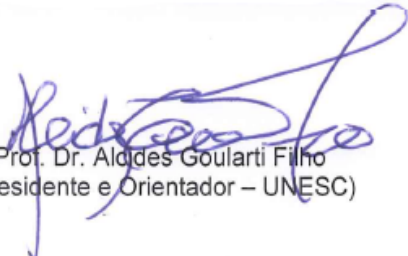
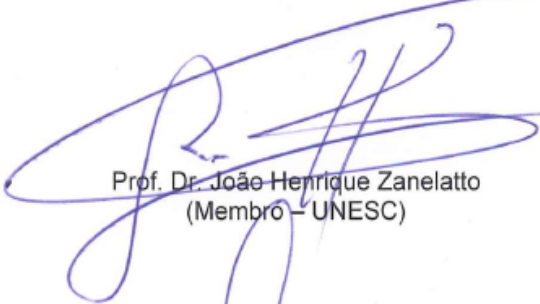
Rodrigo Fabre Feltrin

## RASTROS DE CRICIÚMA: PRAÇAS, PAISAGENS E DESENVOLVIMENTO NAS CAMADAS URBANAS

Esta tese foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Doutor(a) em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 25 de novembro de 2025.

### BANCA EXAMINADORA

|                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                               |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <br>Prof. Dr. Aldes Goularti Filho<br>(Presidente e Orientador – UNESC)                                                                                                                          | <b>Assinado por: Antônio Manuel Antunes Rafael Amaro</b><br>Num. de Identificação: 06859807<br>Data: 2025.11.27 12:18:26+00'00'<br>Prof. Dr. Antonio Rafael Amaro<br>(Coorientador – Universidade de Coimbra) |
| <br>Documento assinado digitalmente<br><b>VIRGINIA GOMES DE LUCA</b><br>Data: 27/11/2025 12:38:03 -0300<br>Verifique em <a href="https://validar.it.gov.br">https://validar.it.gov.br</a>       | <br>Prof. Dr. João Henrique Zanelatto<br>(Membro – UNESC)                                                                 |
| <br>Documento assinado digitalmente<br><b>PATRICIA DANIELE URIAS PINTO</b><br>Data: 29/11/2025 10:32:18 -0300<br>Verifique em <a href="https://validar.it.gov.br">https://validar.it.gov.br</a> | <br>Profa. Dra. Marli de Oliveira Costa<br>(Membra - UNESC)                                                              |
| Profa. Dra. Patrícia Daniele Urias Pinto<br>(Membra – PMBH)                                                                                                                                                                                                                        | <br>Rodrigo Fabre Feltrin<br>(Discente)                                                                                   |

  
Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam  
Coordenador do PPGDS – UNESC

***rastro s.m.***

*Vestígio deixado por quem ou pelo que passou; trilha, pegada.*

*Qualquer sinal, indício ou marca que denuncie a passagem, presença ou ação de algo ou alguém.*

*Traço, marca, resíduo material ou simbólico.*

*(fig.) Indício de uma ação passada, de algo que existiu e deixou marca perceptível.*

*Traveling down this road  
Watching the signs as I go  
I think I'll follow the sun  
Isn't everyone just  
Traveling down their own road  
Watching the signs as they go  
I think I'll follow my heart  
It's a very good place to start*

Viajando por esta estrada  
Observando os sinais enquanto sigo  
Acho que vou seguir o sol  
Não está todo mundo só  
Viajando na sua própria estrada  
Observando os sinais enquanto se vão  
Acho que vou seguir meu coração  
É um ótimo lugar para começar

Madonna, *Sky Fits Heaven*, (1998)

Dedico esta tese a todos aqueles que, de alguma forma, contribuem para a salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro

## AGRADECIMENTOS

O processo de escrita de uma tese de doutoramento é desafiador, solitário e exaustivo. Em muitos momentos questioneei se era, de fato, este lugar que eu queria ocupar e este título que eu queria carregar. Produzir ciência no Brasil parece ser cada vez mais desafiador, mas meu percurso foi alimentado com injeções de ânimo que me despertaram a vontade de concluir esta tese. Confesso que foram poucas, mas o suficiente para chegar até aqui.

Antes de iniciar minhas palavras de gratidão, repenso sobre minha trajetória acadêmica e vejo que este trabalho é uma síntese da totalidade da minha trajetória. Nesse trabalho tem um pouco do graduando em Arquitetura e Urbanismo que propôs um sistema de corredores culturais em Criciúma e para isso estudou as camadas urbanas para revelar potencialidades no projeto, tem um pouco do recém formado cursando especialização em História e Cidade que escreveu um artigo sobre a Praça Nereu Ramos como lugar de memória e ampliou a noção de patrimônio cultural, tem um pouco do Rodrigo da outra especialização, dessa vez em História e Teoria da Arte, que escreveu um artigo sobre o Museu Augusto Casagrande e seus silenciamentos já prevendo uma destruição que ocorreu anos depois.

Tem o Rodrigo mestrando em Educação, ampliando ainda mais a leitura da cidade para pensar se ela educa ou deseduca, pensar o papel do espaço urbano na formação dos sujeitos na perspectiva da educação não formal. E durante a escrita da dissertação identificar esses palimpsestos no centro e perceber que eles existiam pela cidade inteira, fato este que culminou no desenvolvimento dessa tese.

Percebo esse trabalho não como um fim de formação acadêmica, mas como um resultado de anos me dedicando ao patrimônio cultural de Criciúma na pesquisa, na docência, nos eventos, nas comissões, nas pressões, nos cansaços. Percebendo também o quanto já foi perdido e como as demolições são como segurar pedras de gelo que derretem cada vez mais depressa e escorrem pelas mãos. Muitos edifícios e lugares foram demolidos durante a escrita da tese. Muitas vezes precisei revisar o tempo verbal no texto pois algo que num dia existe, amanheceu destruído no outro.

A verdade é que nunca me imaginei escrevendo um texto de agradecimentos em uma tese de doutorado e por isso não faço ideia por onde começar. Lembro que no mestrado, ao escrever os agradecimentos na dissertação, identifiquei essa mesma dificuldade em virtude de tantas pessoas necessárias para que a dissertação fosse concluída e o medo de deixar alguém

de fora. Dito isso, quero, inicialmente, registrar minha gratidão a você que (por falta de tato da minha parte) não estará citado aqui nesse texto de gratidão, mas que de alguma forma contribuiu para que essa tese fosse finalizada.

O início da trajetória no doutorado se deu em um período em que a presencialidade era um anseio global pois ainda vivíamos no universo remoto que a pandemia da Covid19 nos impunha. Desde então, muita coisa mudou nesse cenário. Na busca por um propósito em um mundo repleto de incertezas, os planos de iniciar uma nova trajetória acadêmica foram antecipados e me inscrevi como aluno ouvinte em uma disciplina do doutorado no Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico e logo em seguida participei do processo seletivo onde fui aprovado como aluno regular.

Logo no começo, preciso deixar expressa minha eterna gratidão a uma amiga muito especial que o doutorado me proporcionou, minha colega Dra. Carolina Biz. Ela que dividiu as angústias e sucessos de escrever uma tese, foi responsável para que esse trabalho se concretizasse desde a matrícula até o dia de hoje. A sua presença na minha vida jamais será esquecida e quero deixar registrado aqui para que todos saibam a joia rara que você é. Muito obrigado pelo privilégio da sua amizade e agradeço mais uma vez. Faltam palavras para expressar o quão fundamental você foi nesse período sem mesmo me conhecer pessoalmente.

Quero agradecer também ao meu orientador, Professor Dr. Alcides Goularti Filho, que é uma grande referência como profissional, professor e amigo. Obrigado pelas conversas sobre as cidades mundo à fora, pelas orientações sempre muito eficazes, pela confiança depositada em mim enquanto orientando e, principalmente, pela paciência em acompanhar o meu processo *flâneur* de escrever este trabalho. Sua contribuição foi fundamental para que essa tese fosse construída e para que eu me livrasse das amarras impostas pelo *status quo* e me desenvolvesse enquanto pesquisador.

Expresso meus cumprimentos também ao Professor Dr. Antonio Rafael Amaro que prontamente aceitou o convite para ser coorientador do trabalho. Seu aceite foi muito importante para minha trajetória, para compreender a relevância da pesquisa e me permitiu olhar para as cidades de uma perspectiva diferente e ampla. Muito obrigado pelas trocas, pelas contribuições na qualificação e pela disciplina ministrada presencialmente, no Brasil.

Preciso agradecer o Prof. Amaro em um segundo momento em que me recebeu na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para realização do doutorado sanduíche entre setembro de 2024 e janeiro de 2025, período este que foi fundamental para o

desenvolvimento e amadurecimento desta tese. Saiba que todas nossas conversas foram de grande aprendizado, incluindo aquelas acompanhadas de uma taça de vinho ou um abatanado. Ainda, quero deixar registrado meu agradecimento a Prof. Dra. Joana Carla Marques Vale Mendes Guerra pela orientação e indicação de como viver em Coimbra e, também, de me convidar para participar das suas aulas no Programa Interuniversitário de Doutorado em Serviço Social onde pude estabelecer trocas e relações fundamentais para minha formação na pesquisa.

Agradeço também ao Prof. Dr. João Paulo Avelãs Nunes que me recebeu em seu gabinete na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – FLUC e me deu espaço para apresentar minha pesquisa no 1º Colóquio da Rede Memórias, Identidades e Patrimônio Cultural em Coimbra, espaço este que foi necessário para a construção de conexões importantes para este estudo e para ampliação de contatos profissionais. Agradeço ao Prof. Dr. Paulo Peixoto pela disponibilidade na disputada agenda para me atender com atenção. Suas contribuições vieram em um momento decisivo e permitiu uma amarração metodológica que sequer havia passado pela minha cabeça até então.

Expresso minha gratidão ao Centro de Estudos Sociais – CES, espaço onde trabalhei a maior parte dos meus dias vivendo em Coimbra. Reforço aqui a atenção dos funcionários, extremamente prestativos, representados aqui pela excelente bibliotecária Inês Lima, que me recebeu prontamente na Biblioteca Norte | Sul e se colocou à disposição para auxiliar em tudo que fosse necessário.

Assim como o início do doutorado foi marcado pela chegada da Carol na minha vida, o início do doutorado sanduíche não poderia ser diferente. Sou imensamente grato pela oportunidade que tive ao conhecer a Cida. Pessoa iluminada, que exala uma alegria de viver que contagia qualquer um que passa. Não esqueço até hoje o abraço contido no nosso primeiro encontro na Praça Dom Dinis até o abraço apertado e triste da despedida na Fernão de Magalhães, mesclado com a alegria de saber que era só um até logo por termos a sorte de morar tão próximos no Brasil. Escrevo esse parágrafo lembrando de todos os bons momentos que tivemos aqui e não poderia deixar de finalizar com o lema eternizado da Queima das Fitas de 2015: “Uma vez Coimbra, para sempre saudade”.

Ainda, preciso agradecer a todos aqueles que fizeram a diferença nesse período: Ju, Matheus, Marcela, Rogério, Bia, Herbert, Talita, Rapha, Andressa, Felipe. Companhias constantes dos almoços na cantina, das tardes produtivas no CES, das conversas regadas a um



fino e das disputas entre Continente e Pingo Doce. Cada um de vocês tem um espaço mais que especial nas minhas memórias de Coimbra (que estão registradas no nosso questionário). Ainda, há muitas outras pessoas que fizeram parte dessa etapa, mas seria impossível descrever todos eles aqui.

Continuando e encerrando os agradecimentos relacionados à Coimbra, preciso mencionar ela que foi aquele primeiro contato antes mesmo de chegar. Luisa Vanessa, ora Luisa, ora Vanessa. Virginiana nível máximo, inquieta, iluminada, insaciável! Nossos caminhos já estavam traçados e a intersecção ser em Coimbra não foi uma coincidência. Obrigado pelas conversas, pelos desabafos, por dividir as angústias de viver em euro a R\$6,50 e mesmo assim sorrir por estarmos juntos.

Quero agradecer também à ESUCRI que permitiu me afastar da presencialidade nesse período, aos professores do corpo docente do curso de Arquitetura e Urbanismo que conduziram o curso com maestria e eficácia sem minha presença. Em especial, preciso agradecer minhas colegas Andreia, Giziane, Pricila e Tatiana por todo o suporte a mim concedido e pela paciência de aguardar meus retornos desalinhados com o fuso horário do Brasil.

Dou sequência aos agradecimentos mencionando a Prof. Dra. Virginia Gomes de Luca, arquitetura e urbanista, que tive oportunidade de conhecer como professora na graduação e agora reencontro na banca de defesa da tese de doutorado. Professora que foi e sempre será uma referência. Seu cuidado com a ciência e suas contribuições na disciplina de Seminário de Tese e na banca de qualificação foram fundamentais para amadurecimento dessa pesquisa.

Estendo meus agradecimentos a Prof. Dra. Patricia Daniele Urias Pinto, historiadora e depois arquiteta, que aceitou prontamente o convite para participar da banca de defesa. Sua presença nesse momento é bastante importante para estreitar nossas trocas e nossas angústias de trabalhar em defesa do patrimônio cultural. Das pessoas que mencionei, você com certeza é uma delas.

Agradeço também ao Prof. João Henrique Zanelatto, historiador, que contribuiu diretamente com esta tese na banca de qualificação. Professor que admiro pela qualidade de sua produção e sua humildade enquanto pessoa. Em diversos momentos me senti acolhido pelo Prof. Zanellato ao me ajudar a desconstruir o pensamento conservador que eu tinha de achar que meus trabalhos a partir da arquitetura e da arte não teriam espaço nos locais em que eu estava.

Por fim, quero agradecer também a Prof. Dra. Marli de Oliveira Costa, filósofa e historiadora, que, além de compor a banca examinadora e contribuir muito com suas recomendações na qualificação, foi minha professora orientadora no mestrado em Educação que com toda sua delicadeza me mostrou um caminho de possibilidades na pesquisa sobre patrimônio cultural. Também reforço o agradecimento das professoras Dra. Cristina Meneguello, Dra. Giani Rabelo e Dra. Michele Gonçalves Cardoso que fizeram arguições importantes na minha defesa de mestrado e que reverberam neste trabalho.

Quero agradecer também a Prof. Dra. Daniela Pistorello que conheci num período de bastante dificuldade na escrita e de dúvidas sobre a relevância da minha contribuição enquanto pesquisador. Ela apareceu o momento que eu mais precisei informando o quanto minha pesquisa era necessária e que minha dissertação de mestrado havia sido uma das produções elencadas para compor a bibliografia da formação dos professores da Olimpíada Nacional de História de 2023.

Gostaria de agradecer também aos professores que lecionaram as disciplinas que cursei no doutorado: Giovana, Giani, Ismael, Michele, e aos já mencionados Zanellato e Alcides. Obrigado pelas trocas, pelos ensinamentos, pelas conversas, pelos cafés no intervalo e pelo estímulo para que essa tese fosse concluída.

Além dos mestres, os amigos e as amigas foram fundamentais nesse período de desenvolvimento e escrita de tese. Primeiro, quero agradecer meus colegas. Amigos e amigas que estiveram no processo de escrita e defesas das suas dissertações e teses em seus respectivos programas nesse mesmo período que eu: nós conseguimos! Também registro meu agradecimento aos amigos do coração, que são aqueles que se não existissem a vida não faria sentido. Não vou citar nenhum nome, cada um e cada uma sabe o papel que tem nesse percurso.

Não posso esquecer de mencionar algumas pessoas que auxiliaram diretamente na produção deste trabalho. Ao meu aluno Jean, que me auxiliou com a elaboração dos mapas e plantas das dez praças e, mesmo com meu perfeccionismo exagerado, sempre fez os ajustes necessários com qualidade. Ao meu aluno João, que prontamente se disponibilizou para contribuir e foi o responsável pelos voos de drone que permitiram os registros fotográficos da cidade. Agradeço também as minhas alunas Natalia e Laura, que também me ajudaram com trabalho de graficação com desenhos, mapas e coletas de fotografia. Quero agradecer também a amiga Keite, que conferiu minha tentativa de tradução do resumo para o abstract. Expresso

minha gratidão também a Fundação Cultural de Criciúma, em especial a Mari e a Suzi, que contribuíram muito para o desenvolvimento da tese.

Agradeço também a CAPES que subsidiou o desenvolvimento desta pesquisa onde fui contemplado com o único benefício (taxa) para a modalidade de doutorado concedido em 2021, um período de desmonte das instituições e desestímulo à ciência. Foram tempos difíceis que esperamos não vivenciar novamente. Em 2024, numa outra realidade, fui contemplado com a bolsa de estudos do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior que permitiu minha estadia em Coimbra pelos 5 meses já mencionados.

Por fim, encerro meus agradecimentos registrando minha enorme gratidão à minha mãe e ao meu pai. Obrigado mãe pelos longos diálogos e pela vontade de se desconstruir dos conceitos tradicionais e mostrar que nunca é tarde para aprender e para ensinar. Obrigado pai pelo exemplo de determinação, foco e seriedade que foram características fundamentais para esse trabalho acontecer. Além de todo o suporte – no sentido mais amplo da palavra – na graduação, nos cursos de especialização e no mestrado, também apoiaram minha decisão de ingressar no doutorado mesmo escutando a seguinte indagação: “depois do doutorado deu né?”.

Encerro esse texto trazendo menções importantes à minha psicóloga, que tantas vezes me ouviu falar do doutorado nas sessões de análise; à Madonna, Björk e Rosalía, artistas impecáveis, por criarem as melhores músicas do mundo e que foram a trilha sonora das madrugadas de pesquisa e de escrita; e, por fim, à quem descobriu o café, pois não sei o que seria de mim sem as inúmeras xícaras de café que me acompanharam boa parte do tempo.

*Nadie a ti te ha conta'o  
Que ningún sueño  
Sabe de horas o tiempos  
Ni tiene dueño*

Ninguém te contou  
Que nenhum sonho  
Sabe de horas ou tempos  
Nem tem um dono

Rosalía, *Nana* (Cap. 9: *Concepción*) (1998)

## RESUMO

A pesquisa analisa as transformações do espaço urbano da cidade de Criciúma/SC como expressão das dinâmicas do desenvolvimento socioeconômico e das contradições que permeiam a modernização das cidades médias brasileiras. Parte-se da compreensão de que o desenvolvimento não se traduz apenas em crescimento econômico, mas se materializa e se simboliza nas paisagens, nas permanências e nas demolições que reconfiguram o tecido urbano. Assim, Criciúma é interpretada como um palimpsesto urbano, onde os rastros e vestígios do passado e as novas edificações se sobrepõem em camadas temporais, revelando as tensões entre progresso, memória e identidade coletiva. Ancorada em uma abordagem dialética e interdisciplinar, a tese articula fundamentos da Geografia, Filosofia, História, Sociologia tendo a Arquitetura e Urbanismo como cerne, sustentando-se em autores como Santos (2008), Hegel (2011), Corboz (2004), Certeau (1998) e Pesavento (2011). O estudo combina pesquisa bibliográfica e documental com a análise comparativa de fotografias históricas e refotografias produzidas pelo autor, interpretadas como instrumentos de leitura e representação da cidade. Essa metodologia permitiu identificar e discutir as camadas materiais e simbólicas do espaço urbano, revelando o modo como o discurso de desenvolvimento se inscreve sobre a paisagem, muitas vezes em detrimento da memória e da diversidade social. O percurso analítico se estrutura a partir dos principais eixos formadores de Criciúma (o rio, a estrada colonial e a ferrovia/avenida) compreendidos como vetores de crescimento, mas também de exclusão e reconfiguração territorial. As análises se materializam a partir de dez praças distribuídas ao longo destes eixos, compreendidas como marcos de diferentes períodos do desenvolvimento urbano e socioeconômico. São elas: Praça do Trabalhador e Praça da Chaminé, Praça Nereu Ramos, Praça do Congresso, Praça Maria Silva Rodrigues, Praça Domênico Sônego, Praça da Santa Bárbara, Praça Sebastião Toledo dos Santos, Praça João Constante Milioli e Praça da Resistência Democrática. Cada uma dessas praças foi analisada como fragmento do palimpsesto urbano criciumense, revelando, em suas camadas, a sobreposição de tempos históricos, práticas sociais e discursos de modernização que moldaram o espaço urbano ao longo de mais de um século. A urbanização é analisada como processo dialético em que permanências e rupturas se alternam, expressando tanto a força econômica das indústrias quanto o enfraquecimento dos vínculos afetivos e identitários com o território. As imagens comparativas evidenciam que, sob o argumento da modernização, o espaço urbano foi continuamente redesenhado pela especulação imobiliária e pela ação seletiva do poder público, resultando em apagamentos de paisagens históricas e patrimoniais. A leitura crítica das transformações urbanas permite reconhecer Criciúma como resultado de um palimpsesto de camadas sobrepostas, onde se evidenciam as tensões entre memória, modernização e desenvolvimento. Ao compreender o urbano como palimpsesto, o estudo propõe uma leitura crítica das políticas de modernização e de seus impactos socioeconômicos, defendendo a integração do patrimônio cultural como ativo estratégico do desenvolvimento, da cidadania e da construção de uma memória coletiva capaz de resistir às lógicas de esquecimento impostas pelo capital.

**Palavras-chave:** Palimpsesto urbano; Desenvolvimento socioeconômico; Urbanização; Patrimônio Cultural; Criciúma (SC).

## ABSTRACT

This research analyzes the transformations of the urban space in the city of Criciúma, southern Brazil, as an expression of the dynamics of socioeconomic development and of the contradictions that permeate the modernization of medium-sized cities. It assumes that development is not limited to economic growth but is materially and symbolically inscribed in the landscapes, permanences, and demolitions that reconfigure the urban fabric. Criciúma is thus interpreted as an urban palimpsest, in which traces and vestiges of the past overlap with new constructions, revealing tensions between progress, memory, and collective identity. Grounded in a dialectical and interdisciplinary approach, the thesis articulates concepts from Geography, Philosophy, History, and Sociology, with Architecture and Urbanism as its central axis, drawing on authors such as Santos (2008), Hegel (2011), Corboz (2004), Certeau (1998), and Pesavento (2011). The study combines bibliographic and documentary research with the comparative analysis of historical photographs and rephotographs produced by the author, interpreted as instruments for reading and representing the city. This methodology made it possible to identify and discuss the material and symbolic layers of the urban space, revealing how the discourse of development is inscribed onto the landscape, often to the detriment of memory and social diversity. The analytical path is structured around Criciúma's main formative axes (the river, the colonial road, and the railway/avenue) understood as vectors of growth but also of exclusion and territorial reconfiguration. The analyses are materialized through ten squares distributed along these axes, understood as landmarks of different periods of urban and socioeconomic development: Trabalhador Square, Chaminé Square, Nereu Ramos Square, Congresso Square, Maria Silva Rodrigues Square, Domênico Sônego Square, Santa Bárbara Square, Sebastião Toledo dos Santos Square, João Constante Milioli Square, and Resistência Democrática Square. Each was examined as a fragment of Criciúma's urban palimpsest, revealing, in its layers, the overlapping of historical times, social practices, and modernization discourses that have shaped the city's space for more than a century. Urbanization is analyzed as a dialectical process in which permanence and rupture alternate, expressing both the economic strength of industries and the weakening of affective and identity ties with the territory. The comparative images show that, under the argument of modernization, the urban space was continuously redesigned by real estate speculation and selective governmental actions, resulting in the erasure of historical and heritage landscapes. A critical reading of urban transformations reveals Criciúma as the result of a palimpsest of overlapping layers, where the tensions between memory, modernization, and development are made evident. By understanding the city as a palimpsest, the research offers a critical reading of modernization policies and their socioeconomic impacts, advocating for the integration of cultural heritage as a strategic asset for sustainable development, citizenship, and the construction of a collective memory capable of resisting the logics of erasure imposed by capital.

**Keywords:** Urban palimpsest; Socioeconomic development; Urbanization; Cultural heritage; Criciúma (SC).

## RESUMEN

La investigación analiza las transformaciones del espacio urbano de la ciudad de Criciúma, en el sur de Brasil, como expresión de las dinámicas del desarrollo socioeconómico y de las contradicciones que atraviesan la modernización de las ciudades intermedias. Se parte de la comprensión de que el desarrollo no se limita al crecimiento económico, sino que se materializa y se simboliza en los paisajes, en las permanencias y en las demoliciones que reconfiguran el tejido urbano. De este modo, Criciúma se interpreta como un palimpsesto urbano, en el que las huellas y vestigios del pasado se superponen con las nuevas edificaciones, revelando las tensiones entre progreso, memoria e identidad colectiva. Basada en un enfoque dialéctico e interdisciplinario, la tesis articula fundamentos de la Geografía, la Filosofía, la Historia y la Sociología, teniendo la Arquitectura y el Urbanismo como eje central, y apoyándose en autores como Santos (2008), Hegel (2011), Corboz (2004), Certeau (1998) y Pesavento (2011). El estudio combina investigación bibliográfica y documental con el análisis comparativo de fotografías históricas y refotografías realizadas por el autor, interpretadas como instrumentos de lectura y representación de la ciudad. Esta metodología permitió identificar y discutir las capas materiales y simbólicas del espacio urbano, revelando cómo el discurso del desarrollo se inscribe en el paisaje, muchas veces en detrimento de la memoria y de la diversidad social. El recorrido analítico se estructura a partir de los principales ejes formadores de Criciúma (el río, el camino colonial y el ferrocarril/avenida), comprendidos como vectores de crecimiento, pero también de exclusión y reconfiguración territorial. Los análisis se materializan en diez plazas distribuidas a lo largo de estos ejes, entendidas como hitos de diferentes períodos del desarrollo urbano y socioeconómico: Praça do Trabalhador, Praça da Chaminé, Praça Nereu Ramos, Praça do Congresso, Praça Maria Silva Rodrigues, Praça Domênico Sônego, Praça da Santa Bárbara, Praça Sebastião Toledo dos Santos, Praça João Constante Milioli y Praça da Resistência Democrática. Cada una fue analizada como fragmento del palimpsesto urbano criciumense, revelando en sus capas la superposición de tiempos históricos, prácticas sociales y discursos de modernización que moldearon el espacio urbano a lo largo de más de un siglo. La urbanización se analiza como un proceso dialéctico en el que las permanencias y las rupturas se alternan, expresando tanto la fuerza económica de las industrias como el debilitamiento de los vínculos afectivos e identitarios con el territorio. Las imágenes comparativas evidencian que, bajo el argumento de la modernización, el espacio urbano fue continuamente rediseñado por la especulación inmobiliaria y la acción selectiva del poder público, resultando en la desaparición de paisajes históricos y patrimoniales. La lectura crítica de las transformaciones urbanas permite reconocer a Criciúma como el resultado de un palimpsesto de capas superpuestas, donde se evidencian las tensiones entre memoria, modernización y desarrollo. Al comprender lo urbano como palimpsesto, el estudio propone una lectura crítica de las políticas de modernización y de sus impactos socioeconómicos, defendiendo la integración del patrimonio cultural como activo estratégico del desarrollo sostenible, de la ciudadanía y de la construcción de una memoria colectiva capaz de resistir a las lógicas de olvido impuestas por el capital.

**Palabras clave:** Palimpsesto urbano; Desarrollo socioeconómico; Urbanización; Patrimonio cultural; Criciúma (SC).

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                        |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 – Esquema de localização da AMREC e da cidade de Criciúma/SC .....                            | 29  |
| Figura 2 – Edição extraída da Página CRICIÚMA FOTOS antigas e região .....                             | 30  |
| Figura 3 – Print que mostra a residência da Família Campos em 2015. ....                               | 32  |
| Figura 4 – Fotografia de acervo familiar com a Residência Campos ao fundo em 1975 .....                | 32  |
| Figura 5 – Mapa da cidade de Criciúma com localização das praças .....                                 | 50  |
| Figura 6 – Mapa da área de estudos com identificação dos recortes e condicionantes.....                | 51  |
| Figura 7 – Vista geral do Bairro Próspera em 2025.....                                                 | 100 |
| Figura 8 – Mapa de localização e implantação da Praça do Trabalhador .....                             | 101 |
| Figura 9 – Igreja Nossa Senhora da Salete em 1970 .....                                                | 103 |
| Figura 10 – Vista aérea da Igreja Nossa Senhora da Salete: Implantação em formato de cruz<br>.....     | 104 |
| Figura 11 – Pavilhões inutilizados da Cecrisa no bairro Próspera .....                                 | 108 |
| Figura 12 – Mapa de localização e implantação da Praça da Chaminé .....                                | 112 |
| Figura 13 – Vista da Praça da Chaminé, destaque para a chaminé na direita.....                         | 114 |
| Figura 14 – Estádio Mário Balsini e entorno imediato no ano de 2021 .....                              | 115 |
| Figura 15 - Fundos da edificação da CSN destinada ao administrativo em 2017 .....                      | 116 |
| Figura 16 – Edificação da CSN em 2022, antes de ser demolida.....                                      | 116 |
| Figura 17 - Parque das Nações Cincinato Naspolini.....                                                 | 120 |
| Figura 18 – Mapa de localização e implantação da Praça Nereu Ramos .....                               | 125 |
| Figura 19 – Cartão Postal da Praça Nereu Ramos em 1980.....                                            | 126 |
| Figura 20 – Núcleo inicial de Criciúma em 1930. Capela São José na esquerda .....                      | 127 |
| Figura 21 - Comparativo entre capela original e réplica.....                                           | 128 |
| Figura 22 - Catedral São José .....                                                                    | 131 |
| Figura 23 – Sobrado colonial italiano construído para ser a Casa Paroquial em 1932 .....               | 133 |
| Figura 24 – Edifício do Paço Municipal na conclusão da obra em 1944.....                               | 134 |
| Figura 25 – Vista do calçadão em <i>petit pavet</i> com a Praça Nereu Ramos de fundo, em 1980<br>..... | 138 |
| Figura 26 – Colocação do <i>petit pavet</i> em frente à Catedral São José, em 1977 .....               | 139 |
| Figura 27 – Praça da Bandeira depois da reforma no ano de 2020.....                                    | 140 |
| Figura 28 – Edifício Filhinho em 1960 (aproximado) .....                                               | 142 |
| Figura 29 – Edifício São Joaquim (atrás, na cor branca) .....                                          | 143 |



|                                                                                                                                    |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 30 – Mapa de localização e implantação da Praça do Congresso .....                                                          | 145 |
| Figura 31 – Sede do Departamento Nacional de Produção Mineral em 1945.....                                                         | 146 |
| Figura 32 – Praça do Congresso e entorno imediato em 2022 .....                                                                    | 148 |
| Figura 33 – Demolição da Residência de José Tarquínio Balsini.....                                                                 | 149 |
| Figura 34 – Demolição da Residência Campos em 2016 .....                                                                           | 150 |
| Figura 35 – Projeto de Revitalização e Cercamento da Praça do Congresso .....                                                      | 153 |
| Figura 36 – Praça do Congresso em 2025 .....                                                                                       | 154 |
| Figura 37 – Mapa de localização e implantação da Praça Maria Silva Rodrigues.....                                                  | 155 |
| Figura 38 – Vista da Igreja Assembleia de Deus e da Praça Maria Silva Rodrigues .....                                              | 156 |
| Figura 39 – Primeira igreja evangélica no final da década de 1940 .....                                                            | 158 |
| Figura 40 - Segundo templo evangélico no final da década de 1950.....                                                              | 159 |
| Figura 41 – Templo evangélico construído em 1970 .....                                                                             | 160 |
| Figura 42 – Praça Maria Silva Rodrigues em 1982.....                                                                               | 163 |
| Figura 43 – Representação em 3D do projeto de revitalização da Praça Maria Silva Rodrigues<br>.....                                | 165 |
| Figura 44 – Mapa de localização e implantação da Praça Domenico Sônego.....                                                        | 170 |
| Figura 45 – Pavilhão da CESACA em 1970.....                                                                                        | 173 |
| Figura 46 – Fases finais da construção do centro comercial com edifício (7 pavimentos) para a<br>Prefeitura Municipal em 1970..... | 175 |
| Figura 47 - Pastifício Fio de Ouro e primeiras instalações da CESACA em 1947.....                                                  | 176 |
| Figura 48 – Parte da estrutura do Frigorífico Santa Catarina, sem data. ....                                                       | 177 |
| Figura 49 – Frigorífico Santa Catarina a esquerda e Maison Club a direita.....                                                     | 178 |
| Figura 50 – Sobrado onde funcionou o Boulevard Café, demolido em 2013 (aproximado) ..                                              | 179 |
| Figura 51 - Casa da Maracangalha em 1972 e início das demolições em 2004 .....                                                     | 180 |
| Figura 52 – Local da antiga CESACA atualmente .....                                                                                | 182 |
| Figura 53 – Demolição da CESACA em 2001 .....                                                                                      | 183 |
| Figura 54 – Registros da demolição da CESACA.....                                                                                  | 184 |
| Figura 55 – Mapa de localização e implantação da Praça da Santa Bárbara .....                                                      | 185 |
| Figura 56 – Vila operária da CBCA no bairro Santa Bárbara em 1950 .....                                                            | 186 |
| Figura 57 – Procissão da Festa de Santa Bárbara entre 1970 e 1980.....                                                             | 188 |
| Figura 58 - Igreja da Santa Bárbara.....                                                                                           | 189 |
| Figura 59 – Pintura no altar da Igreja Santa Bárbara.....                                                                          | 190 |

|                                                                                            |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 60 - Projeto da UBS Santa Bárbara .....                                             | 191 |
| Figura 61 – Instalações do Curtume Dal Bó .....                                            | 192 |
| Figura 62 – Sociedade Recreativa União Operária, sem data.....                             | 196 |
| Figura 63 – Sociedade Recreativa União Mineira.....                                        | 201 |
| Figura 64 – Terminal de passageiros do Aeroporto Leoberto Leal.....                        | 216 |
| Figura 65 – Parque Centenário nos anos 1990 .....                                          | 219 |
| Figura 66 – Mapa de localização e implantação da Praça Sebastião Toledo dos Santos .....   | 229 |
| Figura 67 – Três primeiros edifícios do conjunto da SCAN.....                              | 231 |
| Figura 68 – Ampliação dos edifícios da SCAN .....                                          | 232 |
| Figura 69 – Igreja Nossa Senhora das Graças.....                                           | 235 |
| Figura 70 – Espaço interno da Igreja Nossa Senhora das Graças.....                         | 236 |
| Figura 71 – Retirada do viaduto no centro e instalação no bairro Milanese .....            | 239 |
| Figura 72 – Bairro Pinheirinho no final da década de 1970.....                             | 240 |
| Figura 73 – Local da Praça Sebastião Toledo dos Santos na década de 1960 .....             | 241 |
| Figura 74 – Local da Praça Sebastião Toledo dos Santos na década de 2020 .....             | 241 |
| Figura 75 – Edifício da SATC em 1950.....                                                  | 246 |
| Figura 76 – Campus da UNESC em 2021.....                                                   | 252 |
| Figura 77 – Complexo do CEDUP Abílio Paulo .....                                           | 255 |
| Figura 78 – Terminal do Bairro Pinheirinho em frente ao campus da UNESC.....               | 257 |
| Figura 79 – Vista aérea do Bairro Universitário: instituições e desenvolvimento do entorno | 260 |
| Figura 80 – Mapa de localização e implantação da Praça João Constante Miliolli .....       | 261 |
| Figura 81 - Igreja da Santa Luzia na década de 1970 e na década de 1990.....               | 264 |
| Figura 82 – Atual Igreja da Santa Luzia.....                                               | 264 |
| Figura 83 – Masterplan da Cidade Mineira.....                                              | 266 |
| Figura 84 – Terminal de Embarque do Aeropor Diomício Freitas .....                         | 275 |
| Figura 85 – Implantação do Parque da Santa Luzia.....                                      | 279 |
| Figura 86 – Mapa de localização e implantação da Praça da Resistência Democrática .....    | 283 |
| Figura 87 – Monumento aos Desaparecidos Políticos nos anos 1990 .....                      | 284 |
| Figura 88 – Loteamento Jardim Catarina possui 581 lotes .....                              | 288 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                |     |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1 – Identificação das praças a serem trabalhadas na área de estudo..... | 53  |
| Quadro 2 – Elementos estruturadores para a análise retrospectiva.....          | 90  |
| Quadro 3 – Codificação e descrição das fotografias coletadas.....              | 92  |
| Quadro 4 – Exemplo de quadro analítico .....                                   | 97  |
| Quadro 5 – Descrição dos elementos de análise .....                            | 97  |
| Quadro 6 – Classificação de documentos digitais.....                           | 322 |
| Quadro 7 – Quantitativo de matérias nos portais de notícias .....              | 324 |

## LISTA DE QUADROS ANALÍTICOS

|                                            |     |
|--------------------------------------------|-----|
| Quadro Analítico 1 – RECORTE 1-A-001.....  | 327 |
| Quadro Analítico 2 – RECORTE 1-A-002.....  | 328 |
| Quadro Analítico 3 – RECORTE 1-B-003.....  | 329 |
| Quadro Analítico 4 – RECORTE 1-B-004.....  | 330 |
| Quadro Analítico 5 – RECORTE 1-B-005.....  | 331 |
| Quadro Analítico 6 – RECORTE 2-C-006.....  | 332 |
| Quadro Analítico 7 – RECORTE 2-C-007.....  | 333 |
| Quadro Analítico 8 – RECORTE 2-D-008.....  | 334 |
| Quadro Analítico 9 – RECORTE 2-D-009.....  | 336 |
| Quadro Analítico 10 – RECORTE 2-D-010..... | 337 |
| Quadro Analítico 11 – RECORTE 2-D-011..... | 338 |
| Quadro Analítico 12 – RECORTE 2-D-012..... | 339 |
| Quadro Analítico 13 – RECORTE 2-E-013..... | 341 |
| Quadro Analítico 14 – RECORTE 2-E-014..... | 343 |
| Quadro Analítico 15 – RECORTE 2-E-015..... | 345 |
| Quadro Analítico 16 – RECORTE 3-F-016..... | 346 |
| Quadro Analítico 17 – RECORTE 3-G-017..... | 348 |
| Quadro Analítico 18 – RECORTE 3-G-018..... | 350 |
| Quadro Analítico 19 – RECORTE 3-G-019..... | 352 |
| Quadro Analítico 20 – RECORTE 3-G-020..... | 354 |
| Quadro Analítico 21 – RECORTE 4-H-021..... | 356 |
| Quadro Analítico 22 - RECORTE 4-H-022..... | 358 |
| Quadro Analítico 23 – RECORTE 4-I-023..... | 360 |
| Quadro Analítico 24 – RECORTE 4-J-024..... | 362 |

## LISTA DE SIGLAS

AMESC – Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense  
AMREC – Associação dos Municípios da Região Carbonífera  
AMUREL – Associação dos Municípios da Região de Laguna  
ANPUH – Associação Nacional de História  
APESC – Arquivo Público do Estado de Santa Catarina  
ARG – Argentina  
BNH – Banco Nacional da Habitação  
BR – Brasil  
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul  
CBCA – Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CEDUP – Centro de Educação Profissional  
CECRISA – Cerâmica Criciúma S.A.  
CEPCAN – Centro de Estudos e Pesquisas do Carvão Nacional  
CESACA – Cerâmica Santa Catarina  
CODEPLA – Companhia de Desenvolvimento e Planejamento de Criciúma  
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional  
DECOM – Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal de Criciúma  
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral  
EFDTC – Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina  
FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina  
FUCRI – Fundação Educacional de Criciúma  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IMBRALIT – Indústria e Comércio de Artefatos de Fibrocimento Ltda.  
INZA – Industrial Zanatta  
IPAT – Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas  
MOLIPO – Movimento de Libertação Popular  
PDSE – Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior  
PMBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte  
PMC – Prefeitura Municipal de Criciúma  
PORT – Partido Operário Revolucionário Trotskista

PPGDS – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico

RS – Rio Grande do Sul

S.A. – Sociedade Anônima

SATC – Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão

SCAN – Sociedade Criciumense de Amparo aos Necessitados

SC – Santa Catarina

SFH – Sistema Financeiro da Habitação

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense

VARIG – Viação Aérea Rio-Grandense

## SUMÁRIO

|                                                                                                          |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                  | <b>28</b>  |
| <b>1. CONTEXTUALIZANDO CONCEITOS: COMPREENSÃO DO CORPUS TEÓRICO DA PESQUISA .....</b>                    | <b>57</b>  |
| 1.1. DEMARCAÇÃO DO PERCURSO: O CONCEITO DE ESPAÇO E TERRITÓRIO A PARTIR DE MILTON SANTOS .....           | 59         |
| 1.2. PRATICAR O ESPAÇO: O CAMINHAR COMO EXPERIÊNCIA ESTÉTICA E APROPRIAÇÃO DE LUGAR .....                | 63         |
| 1.3. ELEVAÇÃO EM PROCESSO: O PATRIMÔNIO CULTURAL A PARTIR DO CONCEITO HEGELIANO DE AUFHEBUNG .....       | 67         |
| 1.4. TEMPOS EMPILHADOS: PALIMPSESTO URBANO E ENVELHECIMENTO DAS CIDADES ..                               | 71         |
| 1.5. EXPLORANDO LACUNAS: ARTICULAÇÃO TEÓRICA E APROXIMAÇÃO COM O OBJETO                                  | 75         |
| <b>2. SISTEMATIZANDO O ITINERÁRIO: O ESPAÇO URBANO COMO OBJETO DE ESTUDO</b>                             | <b>79</b>  |
| 2.1. ESPAÇO E TEMPO: AS PRAÇAS DE CRICIÚMA COMO FRAGMENTOS DE MEMÓRIA E URBANIZAÇÃO .....                | 80         |
| 2.2. ENTRE O OLHAR E A CIDADE: A REFOTOGRAFIA COMO INSTRUMENTO DE INTERPRETAÇÃO URBANA.....              | 85         |
| 2.3. SÍNTESE ANALÍTICA: APREENSÃO DO ESPAÇO URBANO A PARTIR DE KOHSLDORF .....                           | 95         |
| <b>3. A PRÓSPERA: A EXPLORAÇÃO DO CARVÃO E OS REFLEXOS NO ESPAÇO URBANO</b>                              | <b>99</b>  |
| 3.1. PRAÇA DO TRABALHADOR: PROCESSOS DE HIGIENIZAÇÃO E O DISCURSO DE MODERNIZAÇÃO .....                  | 101        |
| 3.2. PRAÇA DA CHAMINÉ: PONTO DE CONVERGÊNCIA E EVIDÊNCIA DO PASSADO .....                                | 112        |
| <b>4. O CENTRO: DISPUTAS DE PODER E SOBREPOSIÇÃO DE TRADIÇÕES.....</b>                                   | <b>123</b> |
| 4.1. PRAÇA NEREU RAMOS: NÚCLEO INICIAL DA CIDADE COMO LUGAR DE MEMÓRIA ..                                | 125        |
| 4.2. PRAÇA DO CONGRESSO: DINÂMICAS DA ELITE E DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA....                             | 145        |
| 4.3. PRAÇA MARIA SILVA RODRIGUES: APAGAMENTO DAS ESTRUTURAS CARBONÍFERAS E A DIVERSIDADE RELIGIOSA ..... | 155        |
| <b>5. A SANTA BÁRBARA: RESISTÊNCIA RACIAL E DIVERSIFICAÇÃO INDUSTRIAL .....</b>                          | <b>167</b> |
| 5.1. PRAÇA DOMENICO SÔNEGO: A EXPANSÃO DA CIDADE, AS NOVAS INDÚSTRIAS E O ENTRETENIMENTO NO CENTRO ..... | 170        |
| 5.2. PRAÇA DA SANTA BÁRBARA: DISPUTAS DE HIERARQUIA E SEGREGAÇÃO RACIAL E SÓCIOESPACIAL .....            | 185        |
| <b>6. O PINHEIRINHO: ASSISTENCIALISMO E RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA.....</b>                                 | <b>226</b> |
| 6.1. PRAÇA SEBASTIÃO TOLEDO DOS SANTOS: O DISCURSO ASSISTENCIALISTA E A EDUCAÇÃO COMO PROTAGONISTA.....  | 229        |

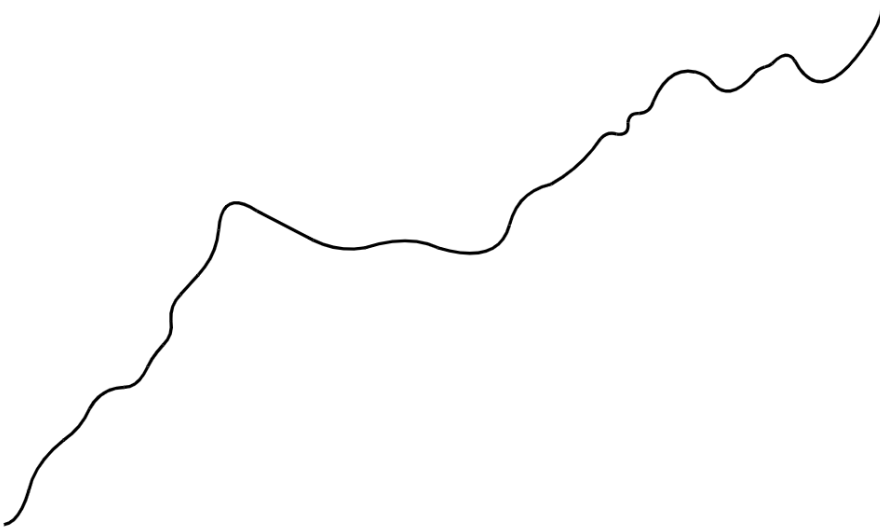
|                                                                                                            |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 6.2. PRAÇA CONSTANTE MILIOLI: A MEMÓRIA SOCIAL, O CARÁTER DE BAIRRO E DESARTICULAÇÃO NO ESPAÇO URBANO..... | 261 |
| 6.3. PRAÇA DA RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA: MANIFESTOS POLÍTICOS E CONTRADIÇÃO DO DISCURSO OFICIAL .....        | 283 |
| 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....                                                                               | 293 |
| 8. MANIFESTO.....                                                                                          | 304 |
| 9. REFERÊNCIAS.....                                                                                        | 306 |
| APÊNDICES.....                                                                                             | 318 |
| APÊNDICE A: O PAPEL DA MÍDIA NA CONSOLIDAÇÃO DO DISCURSO.....                                              | 319 |
| APÊNDICE B: QUADROS ANALÍTICOS .....                                                                       | 326 |



*Nothing takes the past away like the future  
Nothing makes the darkness go like the light  
You're shelter from the storm  
Give me comfort in your arms*

*Nada apaga o passado como o futuro  
Nada dissipa a escuridão como a luz  
És abrigo contra a tempestade  
Dá-me conforto em teus braços*

Madonna, *Nothing Really Matters* (1998)

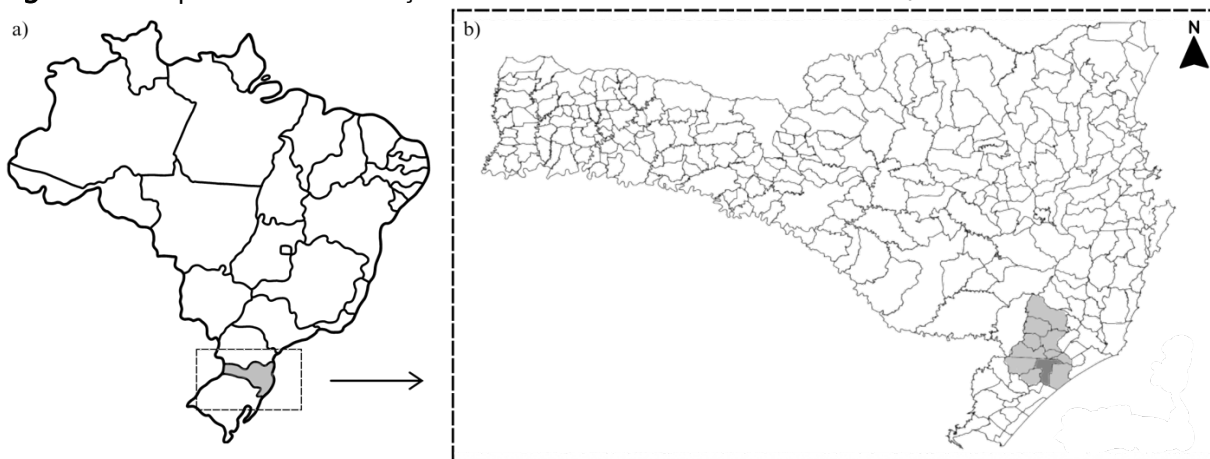


**INTRODUÇÃO**

Aceleração da história. É assim que Pierra Nora abre clássico texto *Les lieux de mémoire* traduzido e publicado no Brasil no ano de 1993. Ouso fazer o mesmo para iniciar a reflexão a qual me proponho. Vivemos no fenômeno da globalização e num espaço-tempo acelerado, diverso, conectado e imbricado. Em paralelo, relações sociais terminam antes mesmo de começar, particularidades do indivíduo são desconsideradas e subjetividades se dispersam. As relações também passam a se desenvolver no *cyberespaço*, a internet cria um *lôcus* virtual que culmina no uso massivo das redes sociais digitais.

Essas redes permitiram que pessoas se conectassem com base em interesses comuns, mesmo estando geograficamente distantes. Em fevereiro de 2014, foi criada a página no *Facebook* "Criciúma Fotos Antigas e Região", com o propósito de compartilhar imagens da arquitetura da cidade de Criciúma, de eventos, pessoas e memórias, tudo o que poderia ser classificado como antigo. As fotografias compartilhadas nesta página são tanto digitalizações do arquivo histórico municipal quanto imagens de acervos particulares, os quais jamais seriam acessados não fosse por essa plataforma. Criciúma é uma cidade localizada no extremo sul catarinense e é parte integrante da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC)<sup>1</sup> (Figura 01)

**Figura 1** – Esquema de localização da AMREC e da cidade de Criciúma/SC



\* A indicação a) refere-se ao Brasil com o estado de Santa Catarina em destaque. A indicação b) refere-se ao estado de Santa Catarina com a AMREC em destaque com ênfase em Criciúma.

Fonte: Adaptação do autor sobre base cartográfica disponível no IPAT/UNESC, 2024

<sup>1</sup> A Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) é composta por doze municípios situados no sul de Santa Catarina: Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso, Urussanga, Cocal do Sul e Balneário Rincão. A sede administrativa localiza-se em Criciúma

Hoje, mais de 9 mil pessoas seguem a página, mas não necessariamente acompanham as discussões que por ali ocorrem. Até meados 2017, o *Facebook* era uma das redes mais acessadas chegando até 2 bilhões de usuários ativos. Com o passar dos anos, esse número diminui principalmente pelo abandono dessa rede por parte das gerações mais jovens com o aumento exponencial de outras redes sociais digitais mais interativas e menos estáticas. Mas há, ainda, um grupo considerável de pessoas que consomem a plataforma.

Este perfil de usuário é percebido na página que mencionei com base em algumas postagens que pude ler e me causaram inquietação. A primeira postagem (Figura 02) que chamou a atenção data de 05 de janeiro de 2016<sup>2</sup> e é uma edição de imagens com finalidade comparativa. Essa comparação tem como elemento principal a linha férrea que marca presença no bairro Pinheirinho, localização que ficará mais clara ao longo do texto. Na edição, há uma seta vermelha que indica o local onde existiam as casas dos ferroviários (informação descrita na foto), hoje possui uma outra edificação comercial/serviços que nem sequer foi mencionada.

**Figura 2** – Edição extraída da Página CRICIÚMA FOTOS antigas e região



Fonte: *Facebook*/CRICIÚMA FOTOS antigas e região, 2016

<sup>2</sup> Disponível em <https://www.facebook.com/APOLINARIO410/photos/pb.100071590300913.-2207520000/762450913860056/?type=3>

Os comentários são interessantes pois há sempre uma referência a experiência individual dos sujeitos: “esse era meu caminho de escola”, “ótimas lembranças” e “bons tempos que não voltam mais” são algumas das manifestações que ocorreram depois da divulgação da foto. Ainda há também comentários informando que o autor da postagem errou e que as fotos não eram daquele local, provavelmente baseados na sua própria lembrança que (mesmo distorcida) evoca para a memória de um outro lugar. Ao observar esses comentários nessa foto, nota-se que o olhar para o antigo aparece num fragmento de saudade ou de lembrança de uma vivência específica, mas não há nenhuma menção ou referência à não existência dessas casas atualmente.

A imagem em si (Figura 2) retrata dois momentos distintos da cidade de Criciúma com um intervalo de tempo em que as mudanças na paisagem urbana são bastante significativas e abrem margens para diversas possibilidades de interpretação. Primeiro cabe reforçar que o fator comparativo dá potência a imagem e apresenta uma tensão que, mesmo não externalizada nos comentários, é percebida ao relacionar a ideia de passado nostálgico identificado nos comentários. A passagem do tempo também fica registrada na cidade a partir do momento em que as pessoas reconhecem um espaço e um lugar que não se configuram da mesma maneira nos tempos atuais. Outro ponto é que, ao colocar duas temporalidades distintas em um mesmo contexto, é possível identificar a passagem do tempo, bem como características socioespaciais, mesmo para gerações que não vivenciaram aquele espaço.

No mesmo ano da postagem, 2016, mais precisamente em abril daquele ano, é demolida<sup>3</sup> uma residência que ficou conhecida na cidade como Castelinho da Praça. (Figura 3) Localizada em um terreno próximo da Praça do Congresso, tal residência se tornou um cartão postal da cidade devido sua preservação encabeçada pelos proprietários, o ex-prefeito João Carlos de Campos<sup>4</sup> e sua esposa Celeste. Para nós familiares<sup>5</sup> era apenas a casa do Tio João, mas ainda assim era percebido o zelo que eles tinham pela casa.

---

<sup>3</sup> MANIQUE, Nei. **Adeus ao Castelinho da Praça do Congresso**: Casa de ex-prefeito João Carlos de Campos era marco arquitetônico. Disponível em: <https://engeplus.com.br/noticia/fotos--fotos/98454/v-deo-adeus-ao-castelinho-da-praca-do-congresso>

<sup>4</sup> João Carlos de Campos exerceu o cargo de prefeito nomeado de Criciúma entre 6 de janeiro e 25 de agosto de 1947, período de transição administrativa no pós-Estado Novo, quando diversos municípios catarinenses ainda tinham suas gestões designadas pelo governo estadual.

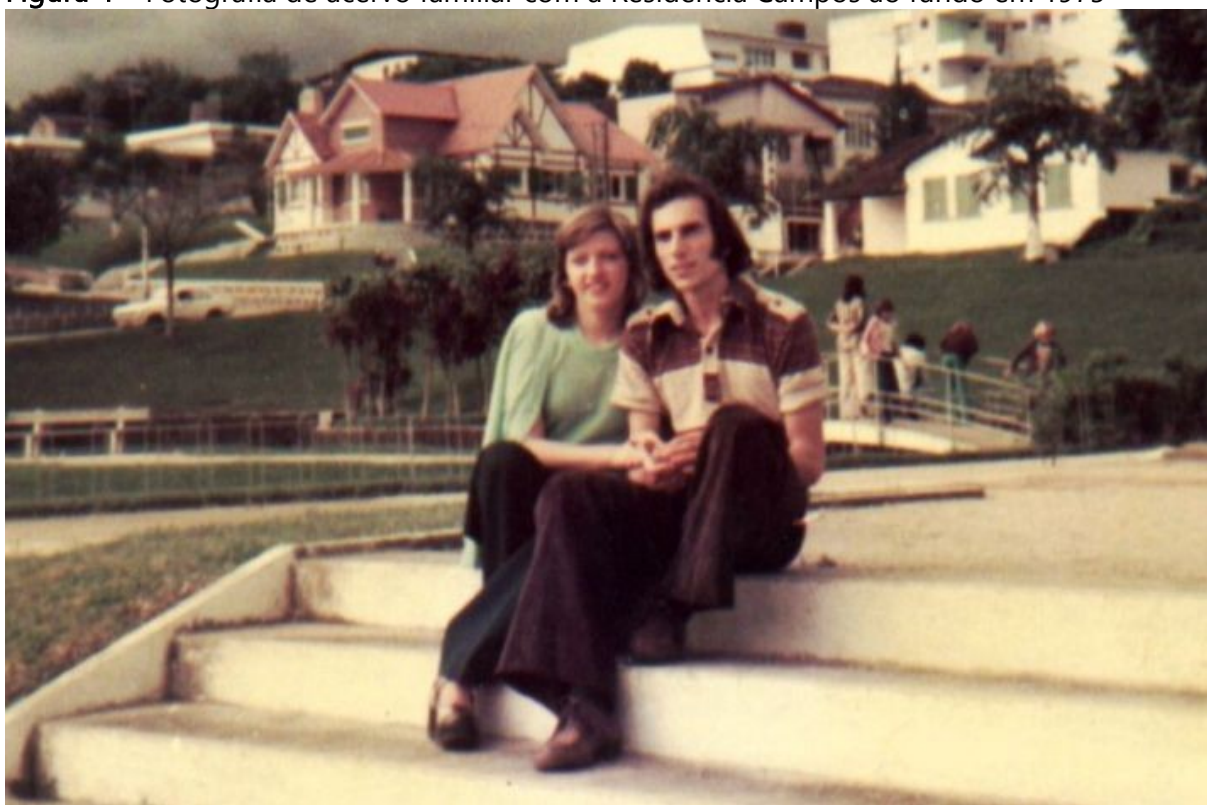
<sup>5</sup> Minha avó materna, Maria Campos Fabre, era irmã do João Carlos de Campos.

**Figura 3** – Print que mostra a residência da Família Campos em 2015.



Fonte: Google Streetview disponível em Portal Engeplus, 2016

**Figura 4** – Fotografia de acervo familiar com a Residência Campos ao fundo em 1975



Fonte: Acervo pessoal de Davi Daminelli disponível em Portal Engeplus, 2016



A edificação foi construída em um lote aterrado que deixou elevado o piso interno da casa, que era térrea. O estilo era uma mistura de elementos coloniais italianos e alemães numa composição que parecia um chalé romântico do interior da Itália. Tal região ganhou conotação de “área de alto padrão” visto que muitas famílias abastadas viviam no entorno da Praça do Congresso. (Figura 4) Atualmente, boa parte dessas casas foram demolidas para dar lugar a prédios altos e de valor agregado bastante elevado devido a dimensão espacial e, é claro, da atmosfera que se manteve com o passar dos anos.

As situações brevemente relatadas aqui foram o pontapé inicial para a construção dessa pesquisa. Esta tese é uma análise socioeconômica sobre o processo de urbanização da cidade de Criciúma – Santa Catarina inter-relacionando as demolições de edificações de valor histórico e patrimonial que abrem espaço às novas construções atreladas aos discursos oficiais e disputas de poder por meio do espaço urbano. Essa sobreposição é compreendida como um palimpsesto, entendendo a cidade como um espaço em constante transformação com vestígios do passado em camadas do tempo que se sobrepõe umas as outras. Entende-se que para essa compreensão, inicialmente é necessário um entendimento geral sem delimitação de recorte espacial e temporal.

O ano de 2020 deu início a uma série de demolições<sup>6</sup> de edificações que tinham mais de 40 anos de idade e que representavam vários períodos importantes da cidade, essa iniciativa partiu da Prefeitura Municipal de Criciúma (PMC). Ao fazer um caminho regressivo, outras demolições e descaracterizações são percebidas na história da cidade, o que é evidenciado pelas transformações na paisagem urbana que vem ocorrendo desde que o primeiro núcleo da cidade foi fundado, além das duas situações já mencionadas.

A cidade de Criciúma surge a partir do núcleo colonial fundado no dia 06 de janeiro de 1880 que recebeu imigrantes na grande maioria vindos da Europa que migraram com o objetivo de melhoria de vida, mas que paralelamente fazia parte de uma estratégia do governo imperial para uma série de intenções como o povoamento da região sul do Brasil e, também, como um mecanismo de branqueamento da população.

---

<sup>6</sup> Em 18 de janeiro de 2023, por exemplo, a sede da Celesc foi destaque entre os casos de edificações abandonadas em Criciúma, quando o imóvel que sediava a empresa por mais de duas décadas foi demolido como parte do programa municipal de “limpeza” urbana, que previa a derrubada de até 150 prédios sem uso ou manutenção somente naquele ano. (MESSER, 2023)

Podemos compreender o processo de crescimento da cidade a partir da periodização desenvolvida na dissertação de mestrado do autor<sup>7</sup> (FELTRIN, 2019). O surgimento inicial foi caracterizado pelo movimento de ocupação das terras brasileiras no sul do país e pelo estabelecimento das primeiras colônias, durante o período que foi classificado como a Criciúma Colonial (1880-1913). Em seguida, houve o desenvolvimento da indústria carbonífera e a chegada da ferrovia, juntamente com a concepção inicial do progresso e da modernidade, denominado como a Criciúma Carbonífera (1913-1980).

Por fim, a cidade passou por um processo de modernização, seguido pela celebração de seu centenário, resultando em uma ressignificação da identidade compreendida como a Criciúma Centenária (1980-2000). A divisão temporal entre os períodos mencionados foi realizada com finalidade didática, reconhecendo-se, no entanto, que a transição de um período para outro foi um processo gradual de transformação urbana, envolvendo preservações, demolições e novas construções. Foi a partir dessa compreensão e do processo de organização e definição dos períodos históricos que emergiu o objetivo geral deste estudo.

O processo de colonização no Brasil teve início com a promulgação da Lei nº 601, conhecida como Lei das Terras (BRASIL, 1850), que visava fomentar a criação de colônias em terras pertencentes ao império e atrair imigrantes europeus para o território brasileiro. Esse estímulo partiu do governo brasileiro, buscando povoar o território após a Independência do país em 1822. As terras foram divididas em lotes coloniais registrados, todos com acesso a cursos d'água e à estrada principal. Em Santa Catarina, os rios foram utilizados como referência na demarcação dos lotes coloniais pelas empresas colonizadoras. O Núcleo Colonial de São José de Crescuma foi estabelecido em 1880 na área que mais tarde se tornaria a cidade de Criciúma.

No entanto, de acordo com o historiador Mauricio da Silva Selau<sup>8</sup> (2006), Criciúma foi planejada como núcleo colonial antes de 1880, especificamente em 1868, pelo Engenheiro Manuel da Cunha Sampaio, que liderava uma equipe encarregada dos estudos e projetos para

---

<sup>7</sup> FELTRIN, Rodrigo Fabre. **Tempos e espaços: o patrimônio cultural como lugar de educação** (Criciúma/SC 1996-2017). 2019. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2019.

<sup>8</sup> Selau consultou o Relatório Trimestral dos Trabalhos da Comissão chefiada pelo engenheiro Manoel da Cunha Sampaio, datado de 20 de março de 1868, constante das Correspondências dos Engenheiros para o Presidente da Província (1868, p. 33), acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC).



a colonização do sul catarinense, conforme diretrizes estabelecidas pelo governo imperial. Apesar dos registros desses esforços, os planos de Sampaio não foram concretizados, pois sua equipe foi dissolvida em 1869, deixando a região desocupada por mais alguns anos. Somente a partir de 1876 os estudos de ocupação da Região Sul foram retomados com a nomeação do Engenheiro Joaquim Vieira Ferreira, encarregado de implementar a criação de colônias de imigrantes europeus no sul de Santa Catarina (SELAU, 2006).

Investigações sobre o processo de colonização do sul de Santa Catarina registram a presença dos índios do grupo Xokleng na região, que sofreram com os efeitos dos processos colonizadores. Os primeiros imigrantes a chegarem ao núcleo colonial em 1880 foram italianos. Posteriormente, em 1890, chegaram alemães, poloneses e teuto-russos. Em 1892, a colônia foi elevada a distrito de paz, tornando-se o sexto distrito do município de Araranguá (MAFRA, 1978).

Inicialmente, o núcleo colonial possuía apenas alguns caminhos e estradas de terra que atravessavam seu centro, sendo apenas no final do século XIX que foi construída a primeira estrada de acesso a Urussanga. Após tornar-se distrito, surgiu a necessidade de criar um canal de comunicação entre o núcleo colonial e a sede do município de Araranguá. Isso resultou na criação de um eixo de conexão entre Urussanga e Araranguá, passando pelo núcleo colonial de Criciúma no meio do caminho, cujo uso foi intensificado.

O local da atual Praça Nereu Ramos era um ponto de encontro e lazer público, pois as duas principais estradas se cruzavam sobre esse ponto. Era um espaço vazio que servia como campo de futebol e pastagem para animais, já integrado à vida urbana formando o núcleo inicial da cidade.

O conjunto de edifícios que se formava nos arredores desse núcleo inicial consistia principalmente em residências e estabelecimentos comerciais, com destaque apenas para a capela da cidade construída em madeira. À medida que a população crescia, novos espaços eram delimitados, os grandes lotes coloniais subdivididos e a área urbana se expandiam cada vez mais. Além do cruzamento das estradas e da presença do rio, em 1919, foi introduzida a linha férrea, que contornava o núcleo colonial do distrito e foi incorporada à expansão urbana. A presença da linha férrea foi impulsionada pela atividade de mineração de carvão na cidade, que teve início no final do século XIX e se intensificou a partir de 1913. A chegada da ferrovia em Criciúma teve um profundo impacto no traçado da cidade e na vida urbana.

A partir desse ponto, o crescimento urbano ultrapassou os limites do núcleo central e incorporou novos elementos à paisagem urbana, além das estradas e caminhos já existentes. Como resultado da linha férrea, foi construído o Complexo da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina (EFDTC), que incluía a estação ferroviária, o pátio de manobras, uma passarela metálica para pedestres que possibilitava a travessia do pátio em segurança, a residência do agente ferroviário e as casas dos trabalhadores. Em 1925, o distrito solicitou a separação de Criciúma do município de Araranguá. Em 4 de novembro de 1925, a Lei nº 1.516 foi sancionada, criando o município de Criciúma e a Comarca de Urussanga (ARNS, 1985).

A região onde a cidade de Criciúma se desenvolveu abrigava uma das maiores reservas de carvão mineral do Brasil, o que a transformou em um centro de mineração, com a produção carbonífera se tornando a principal atividade econômica. A ferrovia, que cruzava a cidade de leste a oeste, era o principal meio de transporte para o escoamento do carvão. A partir de 1923, a ferrovia começou a transportar também passageiros, embora o transporte de carvão continuasse sendo a atividade predominante. A mineração e a presença da ferrovia deixaram marcas profundas na memória dos habitantes de Criciúma, marcas essas que seriam questionadas antes e depois das celebrações do centenário da cidade.

Com o desenvolvimento da exploração do carvão, a chegada da ferrovia e a emancipação, Criciúma entrava em uma nova fase de expansão. A população nutria a ideia de progresso, imaginando um futuro próspero, com a locomotiva simbolizando os avanços tecnológicos do mundo moderno que contribuiriam para esse objetivo. Embora a arquitetura resultante da imigração ainda fosse visível na cidade, no final dos anos 1920 já era possível observar mudanças na paisagem urbana, especialmente em relação às construções.

Os elementos fundamentais da área urbana da cidade começaram a se consolidar a partir da década de 1940, com o crescimento da indústria carbonífera. A extensa rede ferroviária influenciou diretamente a expansão da malha urbana, orientando seu desenvolvimento e se integrando a ela. A presença da ferrovia e do movimento dos trens no centro inicial de Criciúma teve um impacto significativo na vida dos moradores da cidade, independentemente de seu envolvimento direto com a linha férrea.

Os habitantes estavam imersos na vida urbana proporcionada pela estrutura ferroviária. A paisagem predominante na cidade até então era rural, baseada na agricultura e no comércio local, mas sofreu alterações com a transição do cenário agrícola para o industrial. Apesar de ostentar o título de capital do carvão devido à sua proeminência na produção desse recurso

no Brasil (que teve um impacto significativo tanto na população quanto na economia da cidade na década de 1940), Criciúma ainda mantinha suas características de uma cidade pequena, com notáveis vestígios do núcleo colonial italiano (NASCIMENTO, 2003).

A chegada das empresas carboníferas e dos órgãos reguladores da exploração de carvão no Brasil para a região atraiu profissionais qualificados, como engenheiros, geólogos, administradores e políticos, a partir da década de 1930. Isso resultou em um aumento na população, uma vez que a cidade carecia de especialistas nessas áreas. Antes desse período, a extração do carvão era realizada por trabalhadores comuns, sem supervisão especializada, e a seleção do carvão era feita manualmente por mulheres e crianças (ADAMI, 2015).

A demanda por profissionais específicos impulsionou a construção de novas residências e estabelecimentos comerciais, especialmente nas proximidades da Praça Nereu Ramos, consolidando ainda mais sua posição como o núcleo central do município. Entre os edifícios construídos, destaca-se a sede do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) na Rua Coronel Pedro Benedit, erguida entre 1943 e 1945. (BELOLLI; QUADROS; GUIDI, 2010).

O centro da cidade era uma área de destaque, e residir próximo a ele era considerado um privilégio pelos habitantes locais. Ao longo do tempo, o perfil dos moradores do centro mudou, passando de imigrantes italianos para uma classe média envolvida nas atividades relacionadas ao carvão, onde as residências e os principais estabelecimentos comerciais e serviços dividiam espaço no núcleo central da cidade.

As atividades carboníferas continuaram a avançar, levando à expansão da área urbana além do centro. Como resultado, as próprias empresas mineradoras começaram a investir no setor habitacional para atender à demanda crescente e fornecer condições básicas de moradia para a mão de obra necessária para aumentar a produtividade na extração de carvão. As vilas operárias foram construídas próximas às minas, afastadas do centro, e se tornaram pontos de expansão da cidade, assumindo um caráter de subcentro. As conexões entre o centro e os subcentros foram se consolidando, embora tenha sido observada uma dificuldade de expansão da cidade no sentido norte-sul, devido à ferrovia que servia como uma barreira (BALTHAZAR, 2001; NASCIMENTO, 2004; PORTO, 2008).

Nas décadas de 1950 e 1960, os arredores da Praça Nereu Ramos já estavam densamente povoados. Muitas casas foram substituídas por sobrados e prédios de até quatro pavimentos, e uma nova paisagem urbana começava a se configurar. Do outro lado da ferrovia, surgiram as primeiras ruas do bairro Comerciário, como a Rua Desembargador Pedro Silva, Rua Joaquim

Nabuco e Rua Almirante Barroso. A Rua Desembargador Pedro Silva era particularmente importante, pois conectava Criciúma a Araranguá, passando pelas comunidades do Morro Estevão e do Morro Albino. Junto com essas vias, formava-se uma espécie de anel viário conectando-se ao lado norte da cidade.

A expansão para novos bairros e áreas residenciais ocorreu de forma gradual, especialmente nos bairros Comerciário e São Cristóvão, ambos localizados na zona central-sul da cidade. Entretanto, notava-se uma distinção na ocupação dessas áreas. Enquanto o primeiro abrigava um conjunto de estabelecimentos comerciais e residentes com padrão de vida médio, o segundo apresentava edificações de qualidade visivelmente inferior (BALTHAZAR, 2001).

Em 1947, próximo ao que ficou conhecido como núcleo inicial, foi construído um grande pavilhão que abrigou a Cerâmica Santa Catarina (CESACA). Essa iniciativa também resultou na abertura de novas ruas, partindo do centro da cidade em direção ao oeste, integrando a construção ao contexto urbano. Esse acontecimento marcou o início de uma atividade intensa que teve impacto significativo tanto social quanto economicamente na cidade, além de iniciar o processo de renovação da paisagem urbana de Criciúma.

As décadas de 1940 e 1960 representaram o auge da economia carbonífera em Criciúma. A população cresceu aproximadamente 20%, impulsionada tanto pelo crescimento natural quanto pela migração de pessoas em busca de oportunidades de emprego. A área urbana expandiu-se consideravelmente, tanto no centro quanto nos subcentros e novos bairros. (ARNS, 1985)

Enquanto a produção de carvão aumentava consideravelmente devido ao aumento do número de trabalhadores, o governo exercia pressão sobre as empresas carboníferas por meio de subsídios financeiros para a automação das minas e o aumento da produção de carvão.

A CESACA já havia estabelecido sua presença no centro da cidade, aproveitando a abundância de barro branco, matéria-prima da cerâmica, encontrado entre as camadas de carvão. Este segmento ganhou ainda mais impulso com a entrada de um novo personagem, a Cerâmica Criciúma SA (CECRISA). Durante a década de 1970, dois fatores cruciais marcaram a região: o crescimento mais lento do que o usual na extração do carvão e a abertura da economia local para novas oportunidades, com destaque para o setor cerâmico, que rendeu à cidade o pseudônimo de "Cidade dos Azulejos" em 1973.

Paralelamente, as condições de trabalho e moradia dos mineiros e as transformações na paisagem decorrentes da mineração do carvão começaram a receber atenção da mídia.

Gradativamente, Criciúma passou a ser associada a uma paisagem predominantemente cinza devido à presença do carvão. O tema foi amplamente discutido e apareceu em diversas publicações, tanto em nível nacional quanto local.

A diversificação econômica estimulou os cidadãos de Criciúma a considerarem novas possibilidades. Eles enxergavam na variedade industrial a oportunidade de viver em um ambiente urbano diferente do que conheciam, livre dos problemas ambientais e sociais associados à mineração de carvão.

Essa mudança de mentalidade gerou uma imagem de progresso para o centro de Criciúma. Essa percepção não se limitava apenas à paisagem urbana, mas também incluía o Rio Criciúma, que foi gradualmente encoberto à medida que a cidade se expandia, através de canalizações, estreitamentos e aterros de áreas anteriormente alagadiças. Essas intervenções eram celebradas pela elite local como avanços significativos para o desenvolvimento da cidade. (ADAMI, 2015)

No entanto, enquanto novos edifícios surgiam, todo o esgoto dessas construções era despejado diretamente no Rio Criciúma, sem qualquer tratamento, incluindo resíduos sólidos. O rio, antes vital para os primeiros habitantes e como ponto de referência para a Estrada Geral que ligava as colônias, estava desaparecendo sob a urbanização crescente, perdendo sua importância e sua integridade ambiental.

Outro elemento crucial que desencadeou uma série de transformações no coração da cidade foi a construção da BR-101 no início da década de 1970. A rodovia atravessa uma área ao sul do município, na região do Bairro Quarta Linha. Somente dois anos após a construção da rodovia, o Plano Diretor do Município foi aprovado, estabelecendo as zonas próximas à BR-101 como áreas industriais, o que levou a uma ocupação regulamentada a partir desse momento.

A presença da linha férrea e do pátio de manobras nas proximidades do centro urbano (que já não tinha mais as características de núcleo inicial) passou a ser vista como um obstáculo para o "embelezamento" da cidade. Portanto, com o argumento de melhorar o acesso ao núcleo central e aliviar o tráfego naquela área, o Prefeito Algemiro Manique Barreto (1973-1977) propôs a remoção dos trilhos e a construção da Avenida Axial. No livro "Criciúma: Amor e Trabalho", elaborado e coordenado por Alcires Mafra em 1978, durante o mandato do Prefeito Algemiro Manique Barreto, a Avenida Axial foi aclamada como um marco na urbanização da cidade. A avenida contava com quatro faixas de tráfego (duas em cada sentido),

dois calçadões laterais e um canteiro central com iluminação e paisagismo. A Avenida Axial tornou-se um símbolo de modernidade em Criciúma, sendo considerada o principal eixo estruturante da cidade, oferecendo conforto à população. (NASCIMENTO, 2012)

Esse período foi essencial para a expansão urbana da cidade, marcado por mudanças significativas tanto no ambiente urbano quanto nos aspectos econômicos e sociais. O anseio por modernizar a cidade perdurou nas décadas seguintes, resultando na melhoria das obras já realizadas e no desenvolvimento de novas iniciativas para fortalecer a imagem moderna de Criciúma e, ainda, celebrar o centenário da colonização da cidade.

Esta década é lembrada na história da cidade como um período em que as obras iniciadas durante o mandato de Algemiro Manique Barreto (1973-1977) foram aprimoradas e novos projetos foram realizados sob a gestão do então Prefeito Altair Guidi (1977-1983). Uma das principais iniciativas de Barreto foi a criação da Avenida Axial, que coincidia com o leito da ferrovia que, embora tenha sido criticada por Altair Guidi, vai ser rebatizada e finalizada na sua gestão.

Na década seguinte, os anos 1990, a cidade de Criciúma já estava com outra imagem de cidade moderna<sup>9</sup>. O caráter comercial do núcleo central se fortaleceu com a construção de um shopping, galerias comerciais e novas lojas, além de outras atividades como prestação de serviços.

As obras contribuíram diretamente para a intensificação do comércio, tornando todo o núcleo central numa espécie de “shopping a céu aberto” que se mantém até os dias atuais. Atualmente, a cidade de Criciúma possui um centro urbano com vocações históricas e patrimoniais que – embora tímidas – sofreu com a apropriação do comércio e dos serviços. O núcleo inicial perdeu muitas das identidades que possuía e desenvolveu uma atmosfera exclusivamente comercial, com atividades culturais esporádicas e eventualmente divulgadas.

Em 1996, a implantação de um novo sistema de mobilidade urbana atingiu a paisagem da cidade de forma significativa. O sistema implantado conecta o Bairro Centro a outras duas subcentralidades (Bairro Próspera e Bairro Pinheirinho) por meio de três terminais que

---

<sup>9</sup> A locomotiva foi, entre o século XIX e o início do século XX, um dos principais símbolos da modernidade industrial, representando a conquista do tempo e do espaço pela técnica e pela velocidade. Com o passar das décadas, porém, o automóvel e o avião passaram a ocupar o imaginário urbano e tecnológico, assumindo o papel de novos emblemas do progresso, da liberdade individual e da aceleração característica das cidades modernas.

funcionam como âncoras, tendo duas linhas implantadas. A linha amarela que conecta os três terminais pela Avenida Centenário e a linha branca que sai dos terminais e os conecta aos bairros mais afastados.

Durante a construção do terminal rodoviário central para a implantação desse novo sistema de transporte coletivo, parte da Praça Maria Silva Rodrigues (que será analisada no item 4.3) foi demolida para o alargamento das vias e a casa original do Agente Ferroviário, foi totalmente demolida, clandestinamente. Devido ao valor patrimonial que a casa tinha, processos judiciais correram e a justiça decretou que o responsável pela demolição da edificação reconstruísse a casa, idêntica à original, fato esse que foi consolidado no ano de 2001.<sup>10</sup>

Atualmente, considerando o pedestre, o terminal central é o único mecanismo que contribui para uma travessia da avenida de uma forma segura e direta. O terminal contém duas galerias subterrâneas, como alternativas de travessia, mas nota-se que a apropriação das galerias como espaço público não acontece, somente o deslocamento de um ponto ao outro, e tiveram um apelo exclusivamente comercial com mercadorias similares ao que já existia no entorno da praça Nereu Ramos.

A região central da cidade atualmente é um dos locais onde se encontram os principais estabelecimentos comerciais e de serviço. O cenário atual é um núcleo central tomado pela publicidade ou marcado pela demolição de edifícios históricos, descaracterizando o caráter da praça como espaço público de uso diversificado e desrespeitando os aspectos patrimoniais que as edificações do entorno possuem reforçando o discurso de modernidade perpetuado pelo senso comum de que os vestígios do passado impedem o avanço ao futuro.

As cidades estão em constante transformação e à medida que os meses e anos avançam, a interferência no espaço urbano se torna mais rápida, efêmera e, sobretudo, questionável. O contexto histórico de grande parte das cidades brasileiras – não só Criciúma – tem um núcleo inicial como ponto de partida e seu crescimento orgânico em decorrência de necessidades específicas que vão dando as características singulares de cada uma. Cada uma delas carrega

---

<sup>10</sup> Ver mais em: AMARO, Antonio Rafael; GOULARTI FILHO, Alcides; FELTRIN, Rodrigo Fabre. CONFLITOS E DISPUTAS: Demolições do Patrimônio Histórico e a Atuação do Ministério Público em Criciúma/Sc. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, [S. l.], n. 64, 2025. DOI: 10.17808/des.2098. Disponível em: <https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/2098>. Acesso em: 8 mar. 2025.

um elemento estruturador do seu traçado que pode ser um rio, uma colina, uma orla marítima, um penhasco ou uma floresta.

Entretanto, há também aquelas cidades que surgiram a partir das estratégias de colonização e povoamento do país que tiveram direcionamento no traçado dos lotes coloniais e uma estrutura fundiária que até então não estavam incluídas nos parâmetros urbanísticos anteriores – que se configurava a partir da igreja e da praça central (construídas no ponto mais alto e próximo de cursos d'água), sem padrões para a demarcação de lotes, quadras ou normas do que poderia ser construído ali. Ainda, há aquelas cidades que antes mesmo de existirem já se sabia qual era o resultado esperado (e nem sempre alcançado), que são os grandes projetos urbanísticos de cidades espalhadas pelo país, incluindo a atual capital federal.

Esse entendimento nos possibilita identificar tipologias de cidades diferentes que possuem marcas do passado materializadas nos edifícios, no traçado das ruas, na estrutura fundiária que se tornam evidências do tempo e interferem nos hábitos culturais, sociais e econômicos de um determinado grupo.

O espaço construído é simbólico. As grandes transformações urbanas impactam o espaço que consequentemente direciona para novas maneiras de pensar o mundo e de apropriar-se das coisas – tanto social quanto econômica. O poder que antes era dimensionado em quilômetros quadrados passa a ser empilhado em andares e posições estratégicas que tem como determinante um emolduramento da natureza a partir de janelas e painéis espelhados.

Prédios antigos muitas vezes possuem valor histórico, arquitetônico e cultural, representando uma parte importante da identidade e memória de uma cidade. Esses edifícios podem ser testemunhos de diferentes épocas e estilos arquitetônicos, e sua preservação contribui para a valorização do patrimônio cultural e para a preservação da história e da memória coletiva.

Além disso, muitos desses edifícios podem ter importância também do ponto de vista urbanístico, pois fazem parte do tecido urbano e da paisagem de uma cidade. Sua preservação pode ajudar a manter a diversidade e a coesão visual de uma cidade, além de contribuir para a criação de um ambiente diverso. (JACOBS, 2011)

Por outro lado, a preservação de prédios antigos pode gerar desafios e conflitos, especialmente quando estes edifícios não estão em boas condições, não atendem mais às necessidades atuais da cidade e de seus habitantes ou ainda estão em locais de alta especulação imobiliária, que percebe o edifício com um empecilho ao “desenvolvimento”. A



restauração e manutenção de prédios antigos pode ser um processo caro e complexo, e muitas vezes envolve questões legais, técnicas e financeiras.

Muitas produções acadêmicas tratam da necessidade de preservar a memória e os edifícios históricos, de como o capital interfere na produção do ambiente construído, das disputas de poder e dos interesses políticos que a cidade permite, dos avanços tecnológicos aplicados na infraestrutura urbana, em estratégias urbanas sustentáveis, entre outras perspectivas de estudo que envolvem diferentes disciplinas. Porém, pouco se encontra sobre quais são os resultados e interferências no desenvolvimento socioeconômico das cidades que surgem a partir desses fatores.

Este trabalho tem o campo da Arquitetura e Urbanismo como condução, mas se situa na perspectiva interdisciplinar por meio do cruzamento de informações entre a História, Economia, Sociologia, e Geografia, que são áreas que se interligam. Todas tratam de aspectos socioeconômicos, culturais, políticos e espaciais do desenvolvimento. Sendo assim, esta tese tem como finalidade analisar os aspectos transformadores da paisagem da cidade de Criciúma/SC por meio da produção do espaço urbano decorrente da demolição de edificações de valor patrimonial como um fenômeno de conjunto.

A tese surge como uma consequência de uma trajetória acadêmica que se inicia no trabalho de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo no ano de 2012 e se desdobra em outras pesquisas acadêmicas e artigos científicos. Ainda, a temática perpassa cursos de especialização e a dissertação de mestrado do autor, defendida em 2019, que trata do patrimônio cultural da cidade de Criciúma como espaços não-formais de ensino possibilitando o acesso à história da cidade pelas futuras gerações a partir do espaço urbano.

Durante a pesquisa da dissertação, percebeu-se que os espaços e edifícios de valor histórico e cultural da cidade de Criciúma possuem uma forte bagagem simbólica que rememora diversos fatos importantes na cidade como o início das atividades carboníferas, as manifestações dos mineiros em busca de melhores condições de trabalho, a influência da arquitetura de imigração italiana na cidade, o papel da igreja e da religião, as intervenções do poder público e das instituições, entre outros acontecimentos que marcaram o desenvolvimento da cidade em várias esferas já citadas. Esses fatos se tornam marcos temporais na história da cidade e estão vinculadas a determinados edifícios ou espaços públicos que foram palco de acontecimentos relevantes e que não devem ser esquecidos, mesmo quando não se enquadram nos discursos oficiais e heroicos.

As transformações urbanas têm como pressuposto a adequação dos espaços antigos para necessidades atuais que antes ou não existiam ou não eram vistas como uma necessidade, como por exemplo, a acessibilidade universal que é uma tratativa de inclusão social contemporânea e que não era um aspecto a ser considerado nas cidades antigas. Essas transformações também são utilizadas como estratégia de revitalização de espaços deteriorados, como por exemplos a área portuária de Puerto Madero na cidade de Buenos Aires/ARG e orla do Guaíba na cidade Porto Alegre/RS.

As categorias de intervenção em áreas consolidadas são diversas e possuem finalidades específicas de acordo com cada local e com cada política de intervenção que não são o foco de discussão nessa pesquisa. Porém, dependendo do planejamento e do direcionamento que essa intervenção é encaminhada, nem sempre os resultados são exitosos conforme o projeto prevê. As propostas de planejamento também podem apresentar falhas e problemas ao ignorar fatores sociais, históricos, culturais, econômicos e diversos outros elementos que podem ser peça chave da proposta.

Quando uma intervenção tem por objetivo ser uma medida mitigadora de problemas identificados pelo poder público ou fazem parte de uma proposta higienista ignorando o patrimônio cultural e as dinâmicas pré-existentes no local, a probabilidade de o resultado não ser eficiente é grande, visto que um projeto que não engloba os habitantes e transeuntes de uma cidade vai contra ao direito à cidade<sup>11</sup>, quando se trata do espaço público.

Ao pensar o espaço privado, a edificação histórica muitas vezes é percebida como um entrave no desenvolvimento da cidade criando um senso comum de que tudo que é antigo não serve mais e deve ser destruído, para dar espaço aos novos edifícios que configuram o espaço urbano como moderno, arrojado e tecnológico. Instrumentos como o tombamento<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> O conceito de direito à cidade, formulado por Henri Lefebvre em 1968, propõe uma profunda crítica à urbanização capitalista e à apropriação desigual do espaço. Para o autor, o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar (LEFEBVRE, 2001). Assim, o direito à cidade não se limita ao acesso físico ao espaço urbano, mas implica o poder de transformá-lo, de participar ativamente de sua produção e de reapropriar o cotidiano urbano como espaço de vida, encontro e criação coletiva.

<sup>12</sup> Tombamento é um instrumento legal de proteção do patrimônio cultural, previsto no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que assegura a preservação de bens materiais (móveis ou imóveis) considerados de valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, etnográfico ou cultural. Ao ser tombado, o bem passa a integrar o patrimônio nacional e fica sujeito à tutela do poder público, que regula intervenções, alterações ou demolições, com o objetivo de garantir sua conservação para as futuras gerações.

ou o inventário<sup>13</sup> acabam sendo entendidos como um movimento contrário ao futuro dando uma falsa ideia de estagnação.

Importantes edifícios históricos já foram demolidos em decorrência de projetos de intervenção radicais que agridem tanto a paisagem natural quanto a paisagem construída, resultando em um apagamento de parte da história das cidades e colocando em risco uma série de memórias e histórias vinculadas àqueles lugares.

Acontecimentos como esses influenciam diretamente na percepção que as pessoas têm dos edifícios históricos e das memórias. Em muitas cidades do Brasil, também existem as famílias aristocratas e burguesas que foram responsáveis por inúmeras barbáries como sequestro e escravidão dos negros, dizimação de povos indígenas, disputas de terras com força bélica, apoio a regimes ditatoriais, entre outras facetas históricas presentes no Brasil e no mundo. Fatos como esses são esquecidos propositalmente nos discursos oficiais e, quando o edifício histórico é atrelado a algum desses fatos, a sua demolição aparece como uma solução para o apagamento de qualquer vestígio do que possa ter acontecido.

Uma cidade que destrói seus edifícios mais antigos não só destrói as evidências materiais do seu passado, mas também destrói todas as histórias e memórias familiares, rastros de lembrança, sentimentos de pertencimento, os serviços tradicionais, entre outras questões que influenciam diretamente no desenvolvimento socioeconômico da cidade. A salvaguarda do patrimônio não trata somente de preservar edifícios relevantes por sua estética, mas por seu significado.

O espaço arquitetônico é um objeto teórico que pode ser descrito usando uma série de adjetivos, como sua forma, tamanho, proporção, materialidade, luminosidade, entre outros. Essa abordagem ajuda a compreender o espaço arquitetônico como um objeto de estudo e permite compará-lo com outros espaços.

No entanto, o espaço arquitetônico não pode ser compreendido isoladamente, uma vez que está interligado ao espaço urbano. O espaço urbano é um objeto teórico que engloba

---

<sup>13</sup> Inventário é o processo de identificação, documentação e análise de bens culturais (materiais ou imateriais) realizado com o objetivo de reconhecer seu valor histórico, artístico ou cultural. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o inventário permite reunir informações que subsidiam políticas de preservação e ações de proteção, mesmo sem impor, necessariamente, restrições legais ao bem inventariado. Trata-se de uma etapa fundamental para o planejamento da salvaguarda do patrimônio cultural.

uma variedade de espaços, incluindo o espaço arquitetônico, e é influenciado por diferentes agentes e processos sociais, econômicos e políticos.

No contexto brasileiro, podemos observar essa interação entre o espaço arquitetônico e o espaço urbano em diversas cidades do país. Um exemplo é a cidade de Brasília, que foi projetada pelo arquiteto e urbanista Lúcio Costa na década de 1950 e seus prédios projetados pelo arquiteto e urbanista Oscar Niemeyer. O conjunto de edifícios públicos, como o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto, são exemplos de espaços arquitetônicos que foram concebidos para se integrarem ao espaço urbano de Brasília, com seus amplos espaços abertos e monumentais.

Outro exemplo é o projeto de requalificação da região do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro. Esse projeto envolveu a transformação de uma área portuária e industrial abandonada em um espaço urbano vibrante e conectado, com a construção de novos edifícios, espaços públicos e infraestrutura. A intervenção arquitetônica mais emblemática do projeto é o Museu do Amanhã, projetado pelo arquiteto espanhol Santiago Calatrava, que se destaca pela sua forma inovadora e sua relação com o espaço urbano circundante.

No entanto, é importante lembrar que a compreensão das relações entre o espaço arquitetônico e o espaço urbano não deve ser limitada a projetos icônicos e monumentais. A maior parte das cidades brasileiras é composta por edifícios e espaços públicos de escala menor, que também têm um papel importante na construção do espaço urbano. Nesse sentido, é essencial que os profissionais envolvidos no planejamento e projeto urbano considerem as inter-relações entre o espaço arquitetônico e o espaço urbano em todos os níveis, a fim de criar espaços mais inclusivos e sustentáveis.

Os processos de urbanização também são um objeto de estudo importante na área da arquitetura e do urbanismo e sob a ótica interdisciplinar. Esses processos envolvem, por exemplo, a transformação de áreas rurais em áreas urbanas com o aumento da população urbana, a construção de edifícios e a expansão (ou substituição) de infraestrutura, entre outros aspectos.

No Brasil, podemos observar diferentes processos de urbanização em diferentes cidades e regiões do país. Por exemplo, em São Paulo, a urbanização ocorreu de forma intensa na segunda metade do século XX, com a construção de grandes conjuntos habitacionais e a expansão da malha viária. Esse processo de urbanização teve um impacto significativo na

cidade, com a concentração de empregos e serviços no centro e a periferização de grande parte da população.

Já na região Amazônica, o processo de urbanização é mais recente e está ligado à exploração dos recursos naturais, como a mineração e a produção de energia hidrelétrica. Esse processo de urbanização tem sido acompanhado por uma série de desafios, como a ocupação desordenada do território, a falta de infraestrutura e serviços básicos e os conflitos socioambientais.

Para entender esses processos de urbanização e seus impactos, é necessário um olhar crítico e interdisciplinar, que considere tanto os aspectos sociais, econômicos e políticos quanto os aspectos ambientais e culturais. Nesse sentido, a arquitetura e o urbanismo ao serem analisados pela perspectiva interdisciplinar – associando a geografia, a história etc. – faz com que a pesquisa ganhe relevância ao desdobrar novos encaminhamentos e identificar lacunas que ainda não foram problematizadas em pesquisas acadêmicas. Além disso, é importante destacar que os processos de urbanização não são homogêneos, e que diferentes cidades e regiões apresentam desafios específicos, como foi (e ainda é) o caso de Criciúma.

Esse contexto permite que o método estruturador desta pesquisa seja o dialético. A pesquisa dialética é um tipo de pesquisa que se baseia na teoria hegeliana da dialética. Essa teoria postula que a realidade social é composta por contradições e que a mudança social ocorre através da superação dessas contradições. Assim, a pesquisa dialética busca compreender a dinâmica das contradições sociais em um determinado contexto e identificar as possibilidades de transformação.

A pesquisa dialética se caracteriza pela utilização de uma abordagem crítica e reflexiva, que considera a relação entre teoria e prática. Ou seja, o pesquisador parte de uma teoria que busca explicar a realidade social, mas essa teoria é constantemente confrontada e ajustada com base na análise empírica da realidade.

Na pesquisa dialética, é comum a utilização de métodos qualitativos para coletar dados e compreender a dinâmica das contradições sociais em um determinado contexto. Além disso, é fundamental que o pesquisador esteja aberto ao diálogo e ao debate com os sujeitos da pesquisa, buscando compreender suas perspectivas e experiências.

A metodologia dialética tem sua origem no pensamento de Hegel, para quem o movimento das contradições constitui a essência do desenvolvimento da ideia e da realidade. Posteriormente, Marx reelaborou essa concepção, deslocando-a do campo idealista para o

materialismo histórico, tornando-a instrumento de análise das transformações sociais, econômicas e históricas concretas.

Marx e Engels (2008, p. 64) definem que, "a história de toda sociedade até hoje é a história da luta de classes". Essa luta se dá entre os detentores dos meios de produção e os trabalhadores, que buscam apropriar-se dos frutos do seu trabalho. A dialética marxista parte dessa contradição fundamental e busca compreender a dinâmica das relações sociais e as possibilidades de transformação da sociedade e que, diretamente, interferem no espaço urbano.

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador busca uma compreensão mais profunda e detalhada do fenômeno investigado, a partir da análise dos discursos, das práticas e das relações sociais envolvidas. Para isso, são utilizados métodos de coleta de dados como observação não-participante e análise de documentos, entre outros, articulados com a produção bibliográfica acerca da temática. Dessa forma, a pesquisa qualitativa se caracteriza por uma abordagem exploratória, que busca compreender a complexidade do objeto de estudo e suas múltiplas dimensões, considerando a subjetividade e as experiências dos sujeitos envolvidos.

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

A pesquisa bibliográfica é um tipo de pesquisa que se utiliza de fontes bibliográficas como principal fonte de dados. Essa abordagem tem como objetivo coletar, analisar e interpretar informações disponíveis em livros, artigos científicos, dissertações, teses, relatórios, entre outros documentos, que abordem um tema ou problema de pesquisa específico.

Para compor o *cópus* teórico dessa pesquisa, serão adotados os autores Careri, Corboz, Fortuna, Hegel, Pesavento e Santos, além de outros autores e pesquisadores que produzem material acerca do tema, sempre com o olhar atento às disciplinas que os autores estão vinculados com a finalidade de promover a interdisciplinaridade que contribui para emergir perspectivas distintas de análise.

Já a pesquisa documental é um tipo de pesquisa que utiliza fontes documentais como principal fonte de dados que tem como objetivo coletar, analisar e interpretar informações

contidas em documentos, tais como registros, relatórios, reportagens, arquivos, fotografias, mapas, correspondências, entre outros. Ela é particularmente útil para a recuperação de informações que não podem ser obtidas por meio de observação direta ou entrevistas, por exemplo, informações sobre processos históricos, políticas públicas e legislações.

Para realizar uma pesquisa documental de qualidade, é necessário seguir alguns procedimentos, como a identificação das fontes documentais relevantes, a coleta e organização dos documentos, a leitura e análise crítica dos documentos, a elaboração de uma síntese dos principais aspectos do tema estudado, e, quando necessário, a utilização de técnicas de análise de dados qualitativas. Para compor a teoria necessária para uma análise sistêmica, serão adotados os autores Rieger (2020), Klett (2020), Kohlsdorf (1998)

Serão investigadas fotografias antigas da cidade de Criciúma que a grande maioria se encontra no Arquivo Histórico Municipal de Criciúma Pedro Milanez em meio físico e em meio digital. Algumas fotografias antigas pertencem ao acervo do autor e de acervo de outros pesquisadores que concederam o material e estão devidamente referenciados. A seleção das fotografias foi feita em dois momentos: em um primeiro momento, foram definidas fotografias que permitem contribuir com o texto entendendo nessa pesquisa a fotografia como parte de um texto que pode ser lido e não uma simples ilustração. Em outro momento, foram elencadas 24 fotografias que tiveram como critério de escolha elas serem exclusivamente aéreas e que fosse permitido identificar alguma permanência no ano de 2025, independente do ano da foto. Todas essas fotos foram classificadas e, posteriormente, refeitas a partir da técnica chamada de refotografia (Rieger, 2020), método apresentado no capítulo 02.

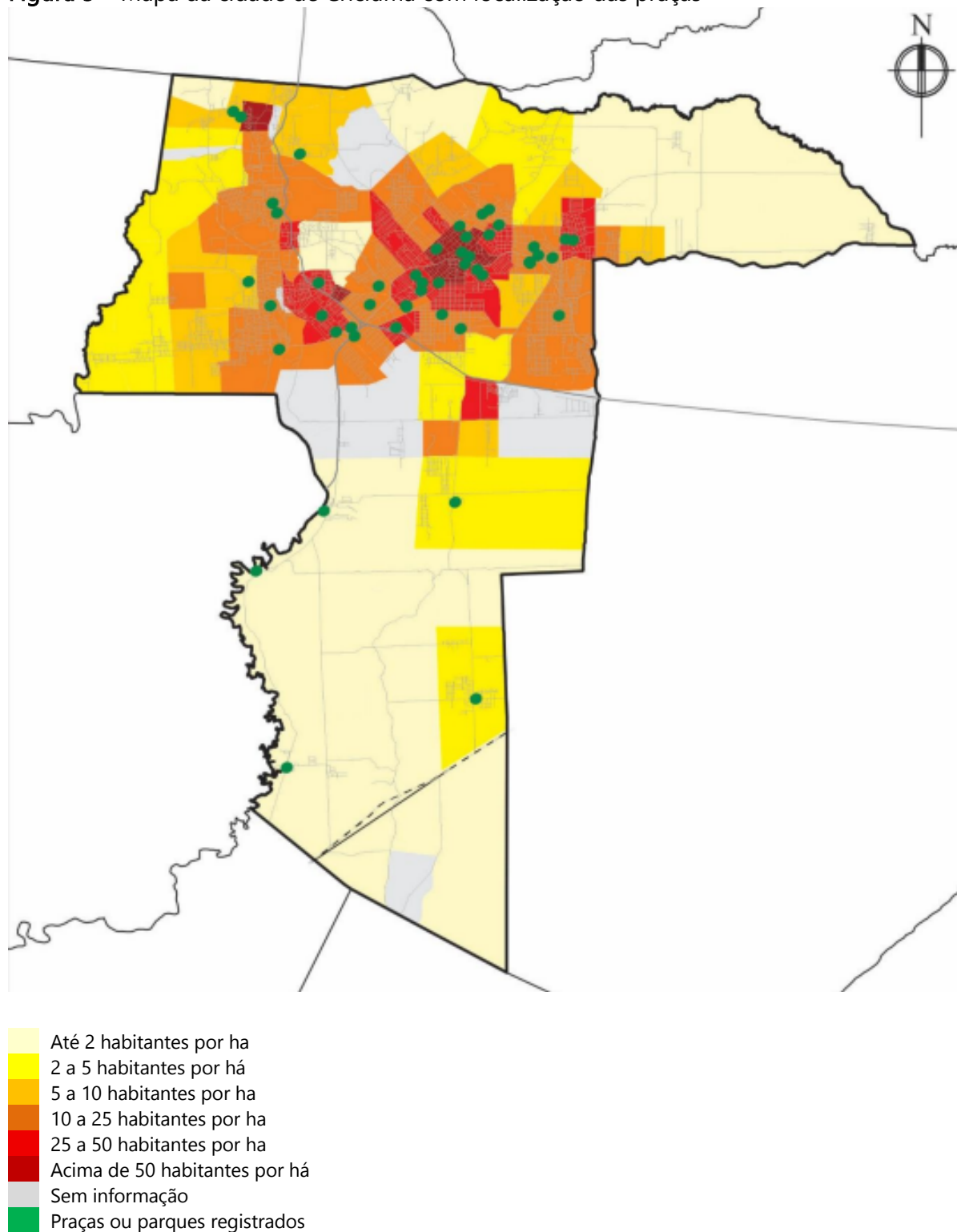
Ao analisar o mapa da cidade (Figura 5 e 6), identificou-se três eixos<sup>14</sup> no sentido Leste-Oeste que foram determinantes na estrutura fundiária da cidade. O primeiro deles é o Rio Criciúma (destacado em azul no mapa – Figura 6), condicionante natural que contribui para a demarcação territorial da cidade. Os condicionantes naturais têm influência direta na estrutura fundiária das cidades. A topografia, a hidrografia, o clima, a geologia e os recursos naturais são exemplos de condicionantes que podem influenciar a distribuição da população e das atividades urbanas. No caso de Criciúma, o rio inicialmente era de pequeno porte e não era utilizado para navegação, mas estava presente na paisagem urbana e, mesmo assim,

---

<sup>14</sup> Esses eixos foram traduzidos em elementos gráficos de desenho vetorial que dividem os capítulos da tese. Foram desenvolvidos pelo autor a partir da cartografia disponibilizada pela Prefeitura Municipal de Criciúma (PMC)

posteriormente foi canalizado e parcialmente coberto, o que retirou a presença dele na paisagem, mas que ainda é uma cicatriz no núcleo urbano da cidade.

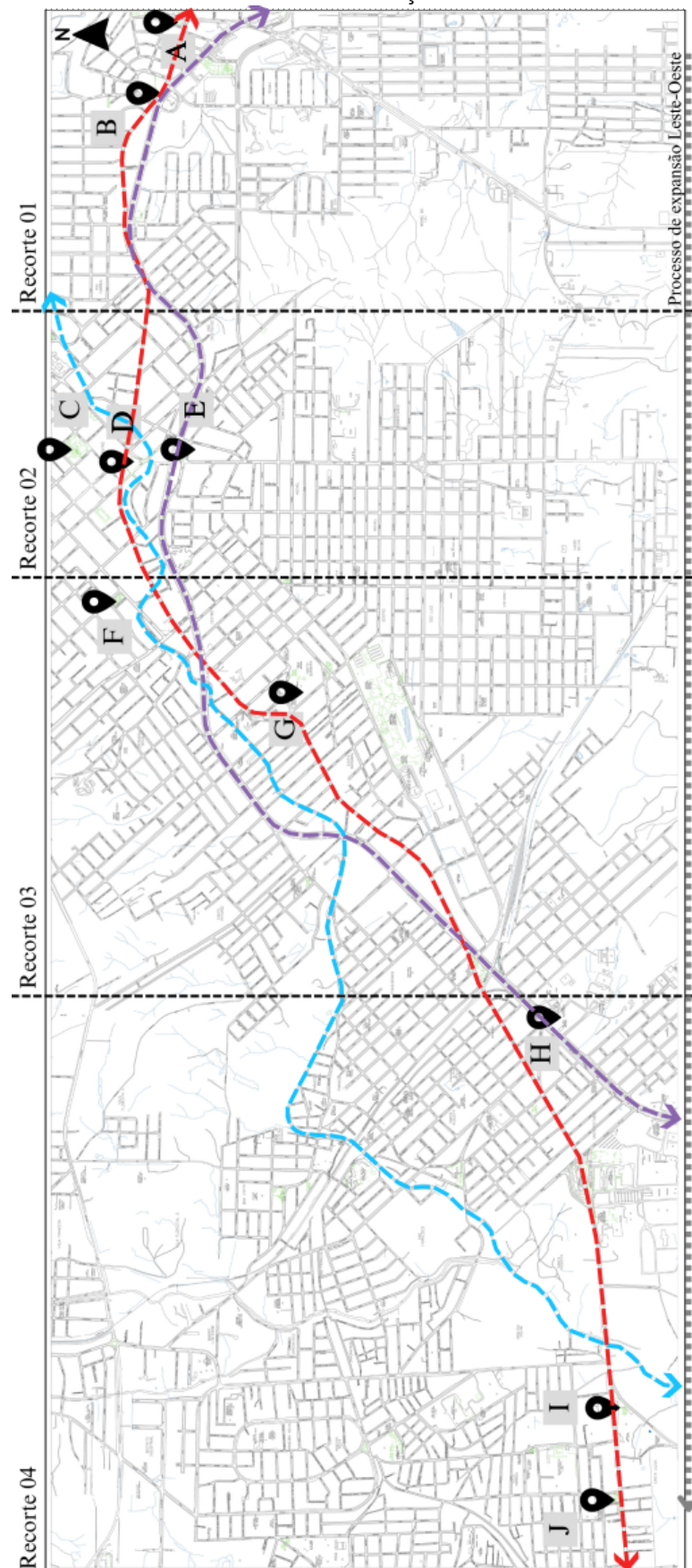
**Figura 5** – Mapa da cidade de Criciúma com localização das praças



Fonte: Adaptação de Nunes (2019) em restituição da Prefeitura Municipal de Criciúma (2010)



Figura 6 – Mapa da área de estudos com identificação dos recortes e condicionantes



\* O mapa está rotacionado em formato paisagem para facilitar a visualização e leitura

Fonte: Adaptação do autor (2023) a partir da restituição da Prefeitura Municipal de Criciúma (2020).

Outro elemento importante que ainda se faz presente no traçado urbano é a primeira estrada colonial (destacada em vermelho no mapa – Figura 6) que, paralela ao Rio, conectava a capital Florianópolis com o sul do estado. As estradas coloniais foram importantes na formação da estrutura fundiária das cidades catarinenses. Durante o período colonial, as estradas eram os principais meios de transporte e comunicação entre as cidades, e as tropas eram responsáveis por transportar mercadorias e alimentos de uma região para outra.

Com o tempo, as rotas das estradas foram se consolidando e as paradas e pontos de descanso das tropas foram dando origem a pequenos povoados que cresceram em torno dessas atividades. A Vila São José de Crescuma que posteriormente se tornaria o município de Criciúma, surge a partir desse contexto. A criação de núcleos urbanos ao longo das estradas coloniais foi fundamental para o desenvolvimento de algumas das principais cidades catarinenses como Lages e Joinville, por exemplo.

Além disso, as estradas coloniais também foram responsáveis por influenciar a organização das atividades agrícolas e pastoris nas regiões por onde passavam. A presença de água, pastagens e áreas de cultivo ao longo das estradas coloniais foi um fator importante na decisão dos tropeiros e viajantes de onde estabelecer suas atividades. Essa regulação também irá refletir no traçado urbano de Criciúma que possui referências do alinhamento dos lotes coloniais.

Dessa forma, as estradas coloniais contribuíram para moldar a estrutura fundiária e urbana das cidades catarinenses, tendo influenciado não apenas a ocupação do solo, mas também a organização das atividades econômicas e agrícolas nas regiões onde se estabeleceram. Atualmente, a partir da noção de preservação da memória e da história, essas estradas históricas podem ser consideradas como um importante patrimônio cultural do estado, mas nem todos os contextos urbanos a compreendem como tal.

O terceiro eixo é a atual Avenida Centenário (destacado em violeta no mapa – Figura 06) que antes de ser construída era o eixo principal do ramal férreo da Ferrovia Teresa Cristina. A ferrovia teve um papel fundamental na formação da estrutura fundiária e urbana de Criciúma, além de ter sido um importante agente de desenvolvimento econômico e social na história da região. A Ferrovia Teresa Cristina foi um importante eixo de transporte e comunicação no sul de Santa Catarina que foi construída com o objetivo de escoar a produção de carvão mineral da região, que era extraído principalmente em Criciúma e arredores.

A construção da ferrovia possibilitou o crescimento econômico de Criciúma, que se tornou um importante centro produtor de carvão mineral no país. A ferrovia permitiu que o carvão fosse transportado de forma mais rápida e eficiente para os portos de Imbituba e Tubarão, de onde era exportado para outras partes do Brasil e do mundo.

Com o desenvolvimento da produção de carvão, Criciúma passou por um intenso processo de urbanização e crescimento populacional. A cidade cresceu ao longo da linha férrea, e a ocupação do solo foi influenciada pela localização das estações de trem e dos depósitos de carvão. Além disso, a ferrovia também contribuiu para a formação de uma cultura e identidade próprias na região, tendo sido um importante meio de transporte e comunicação durante décadas.

A partir do cruzamento desses três eixos estruturadores (considerando uma margem de entorno relevante e variável a cada área), se definiu o percurso de análise a partir pontos importantes do desenvolvimento urbano e socioeconômico da cidade de Criciúma que configura o fio condutor da pesquisa. Esses pontos foram demarcados a partir de espaços necessários para a configuração urbana tanto na esfera espacial quanto social: as praças (Quadro 1).

**Quadro 1** – Identificação das praças a serem trabalhadas na área de estudo

| Recorte | Indicador | Nome                              | Bairro        |
|---------|-----------|-----------------------------------|---------------|
| 01      | A         | Praça do Trabalhador              | Próspera      |
|         | B         | Praça da Chaminé                  | Próspera      |
| 02      | C         | Praça do Congresso                | Centro        |
|         | D         | Praça Nereu Ramos                 | Centro        |
|         | E         | Praça Maria Silva Rodrigues       | Centro        |
| 03      | F         | Praça Domênico Sônego             | Centro        |
|         | G         | Praça da Santa Bárbara            | Santa Bárbara |
| 04      | H         | Praça Sebastião Toledo dos Santos | Pinheirinho   |
|         | I         | Praça João Constante Milioli      | Santa Luzia   |
|         | J         | Praça da Resistência Democrática  | Santa Luzia   |

Fonte: do autor com base na Figura 6

Praças são logradouros públicos geralmente localizados em centralidades distribuídas nas cidades, que são usadas como espaços de encontro, contemplação e lazer para as pessoas, ou como diria Santos (2009), são fixos que estimulam os fluxos da cidade. Elas também podem

ser usadas para eventos públicos, como festivais e manifestações. As praças têm sido uma parte importante da vida urbana por muitos séculos, desde a Ágora Grega<sup>15</sup> e o Fórum Romano<sup>16</sup>, espaços que estimulam as relações sociais, trocas comerciais e fluxos da vida na cidade, e muitas cidades ao redor do mundo têm praças famosas que se tornaram pontos turísticos populares. Do total, foram definidas dez praças da cidade que estão distribuídas ao longo do eixo condutor do percurso formado pelos três elementos estruturantes da cidade que estão presentes nessa pesquisa.

A partir do objetivo geral da pesquisa, são necessários alguns encaminhamentos específicos para que o objetivo seja alcançado. A seção inicial do trabalho é dedicada à elaboração de uma compreensão de conceitos que configura o fio condutor da tese e compor o suporte teórico da pesquisa. Este tópico apresenta os conceitos norteadores da tese a partir das questões patrimoniais e sua relação com a cidade a fim de desenvolver a articulação teórica dos conceitos trabalhados que confere o ineditismo da pesquisa. Não serão trabalhadas ações de salvaguarda ou encaminhamentos para tombamento, registro ou inventário, mas adota-se como patrimônio cultural tudo aquilo que possibilita a conexão com a memória seja ela coletiva ou individual e que tenha contribuído para a formação da cidade de alguma forma.

A segunda seção da tese se dedica à reflexão aprofundada sobre a construção teórica para a determinar a análise e interpretação dos dados, abordando de forma detalhada o sistema analítico utilizado para a pesquisa. São discutidos parâmetros selecionados para a coleta de informações, as diferentes fontes utilizadas nesse processo, bem como a estratégia e os critérios empregados para a sistematização e análise do material coletado ao longo da investigação. Essa seção busca esclarecer as escolhas de percurso e a maneira como elas contribuem para a compreensão e interpretação dos dados obtidos.

A seção de número três trata da primeira parada de pesquisa no local configurado pelo bairro Próspera a partir de dois logradouros públicos: a Praça do Trabalhador e a Praça da Chaminé. compreendendo como a exploração do carvão mineral teve sua contribuição no

---

<sup>15</sup> A ágora era o espaço público central da pólis grega, desempenhando múltiplas funções: local de encontro, prática política, mercado e centro de vida comunitária. Sua importância residia no fato de articular a esfera cívica e o cotidiano, funcionando como o coração da cidade antiga (BENEVOLO, 2015).

<sup>16</sup> O fórum romano constituía o centro político, religioso, jurídico e comercial da cidade, reunindo templos, basílicas, mercados e espaços de assembleia. Mais do que um simples espaço público, configurava-se como a materialização do poder de Roma e de sua vida coletiva, articulando funções administrativas e simbólicas (BENEVOLO, 2015).

processo de urbanização da cidade, bem como as indústrias que lá se instalaram no período de diversificação industrial. Trata também das estruturas deste patrimônio industrial que foram apagadas do contexto urbano e o espaço ressignificado com outras vocações e discursos.

A quarta seção trata da região que compreende os bairros centro e comerciário a partir das praças Nereu Ramos, do Congresso e Maria Silva Rodrigues. Este ponto é reconhecido como núcleo inicial da cidade e carrega até os dias atuais o caráter de centralidade simbólica. Neste tópico, identifica-se a relação das disputas de poder e a influência das elites no desenvolvimento socioeconômico tangenciando pontos como a religião, o patrimônio cultural, as permanências arquitetônicas e os valores ditos como tradicionais.

Em seguida, a seção cinco trata de uma região que surge em decorrência de uma antiga vila operária, mas que se reestrutura a partir da expansão da cidade no sentido oeste. Essa área consiste em parte do bairro Centro e do Bairro Santa Bárbara a partir das praças Domênico Sônego e da Santa Bárbara. Nesse ponto, evidencia-se como a diversificação industrial pós-carvão contribuiu para o processo de expansão da malha urbana e nas práticas de vivenciar a cidade.

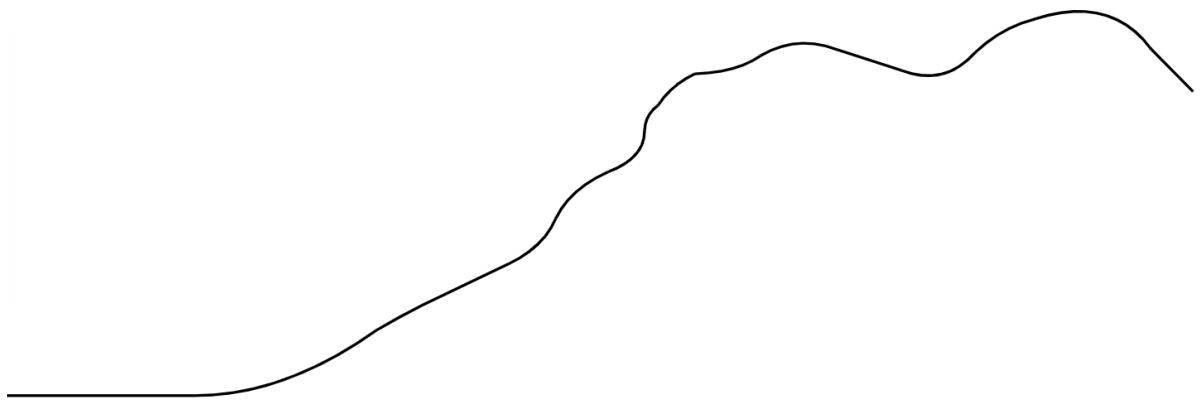
A quinta seção trata da área mais distante do núcleo inicial discutido na seção três. Ela está configurada a partir das Praças Sebastião Toledo dos Santos, João Constante Miliolli e da Resistência Democrática, que envolvem os bairros Pinheirinho, Universitário e Santa Luzia. Esses três pontos permitem uma análise a partir da perspectiva sociopolítica e das novas ocupações de território que evidenciam o crescimento da malha urbana num sentido leste – oeste.

Na sequência, as considerações finais do trabalho foram destinadas a uma compreensão do processo de urbanização da cidade a partir das permanências e das demolições do patrimônio urbano e arquitetônico, bem como a sua substituição, que foram pontuadas ao longo das seções e, por fim, o trabalho se encerra com um manifesto, autoral, em defesa da salvaguarda do patrimônio cultural do município de Criciúma, seguido das referências, apêndices e anexos.

*If you ever get close to a human  
And human behaviour  
Be ready, be ready to get confused  
And me and my hereafter  
There's definitely, definitely, definitely no logic  
To human behaviour  
But yet so, yet so irresistible  
And me and my fear cannot  
And there is no map uncertain*

Se algum dia você se aproximar de um humano  
E do comportamento humano  
Esteja pronto, esteja pronto para ficar confuso  
Do meu eu e do meu futuro eu  
Definitivamente, definitivamente, definitivamente não há lógica  
Para o comportamento humano  
Mesmo assim, mesmo assim é tão irresistível  
E eu e meu medo não podem  
E não há nenhum mapa. Totalmente incerto

Björk, *Human Behaviour* (1993)



# **1. CONTEXTUALIZANDO CONCEITOS: COMPREENSÃO DO CÓRPUS TEÓRICO DA PESQUISA**

Este capítulo tem por objetivo apresentar o aporte teórico condutor desta pesquisa. Entende-se como aporte teórico a contribuição teórica ou conjunto de conhecimentos que são incorporados na pesquisa com a finalidade de fundamentar e embasar de forma sólida as interpretações realizadas. Não se trata de uma revisão de literatura sistematizada, mas sim de uma compreensão conceitual que permeia a tese central conectando a pesquisa ao corpo existente de teorias e conceitos na área de estudo.

Para compreender a noção geográfica, são apresentados os conceitos de Espaço e Território a partir de Milton Santos, geógrafo brasileiro. O autor dedicou-se a analisar as relações entre sociedade e espaço. Suas obras destacam-se por abordar temas como geografia urbana, globalização e desigualdades sociais. Além de sua contribuição acadêmica, Santos teve papel ativo na política, sendo preso e exilado durante o regime militar<sup>17</sup>. Seu legado inclui uma abordagem crítica e inovadora que influenciou diversas áreas, consolidando-o como uma figura central no pensamento geográfico contemporâneo.

Para entender os processos, conflitos e entraves, na sequência, apresenta-se o conceito de *Aufhebung*. Esse termo é frequentemente associado à filosofia de Hegel, que o utilizou para descrever a dinâmica de superação e transformação dos conceitos e das contradições em seu sistema filosófico. Hegel (1770-1831) foi um filósofo alemão conhecido pelo idealismo dialético. Sua filosofia destaca a dialética, um processo de contradição e síntese, e enfatiza a evolução da história em direção à liberdade. Hegel também contribuiu para a filosofia política, considerando o Estado como a realização ética da liberdade.

O conceito de cidade como palimpsesto é trabalhado inicialmente a partir da perspectiva de três autores que apresentam ideias correlatas: Michel de Certeau, André Corboz e Sandra Jatohy Pesavento. Michel de Certeau (1925-1986) foi um influente teórico francês conhecido por suas contribuições nos campos da teoria social, história e filosofia, com destaque para os estudos urbanos e práticas cotidianas. Sua obra mais famosa, "A Invenção do Cotidiano", explora as práticas cotidianas das pessoas comuns e sua capacidade de resistência dentro das estruturas de poder. De Certeau também é reconhecido por conceitos como "táticas" e

---

<sup>17</sup> Após o golpe civil-militar de 1964, o geógrafo Milton Santos foi alvo de perseguição política, sendo detido no 19º Batalhão de Caçadores, em Salvador, onde permaneceu preso por cerca de cinco a seis meses. Posteriormente, obteve autorização para deixar o país, iniciando um longo período de exílio que se estenderia por mais de uma década, até seu retorno ao Brasil na segunda metade dos anos 1970 (LIMA, 2019).



"estratégias", destacando como as pessoas utilizam estratégias individuais e coletivas para resistir aos poderes dominantes.

André Corboz (1934–2005) foi um importante historiador da arte e da arquitetura suíço. É conhecido por suas contribuições para o campo do urbanismo e teoria do espaço, especialmente por seu conceito de "O Território como Palimpsesto". Corboz introduziu a metáfora do palimpsesto para explicar a complexidade dos territórios urbanos, destacando como diferentes camadas temporais e culturais se sobrepõem e interagem na paisagem urbana.

Sandra Jatahy Pesavento é uma historiadora brasileira reconhecida por suas contribuições nos estudos de história cultural e social. Ela atua como professora e pesquisadora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sendo autora de diversos livros e artigos que exploram temas como narrativas históricas, cultura visual, memória e representações sociais. Sua reflexão sobre palimpsesto foi publicada pela Revista Esboços da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no ano de 2011 com o título "Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto".

As reflexões sobre palimpsesto também articulam com as pesquisas do sociólogo português Carlos Fortuna que relaciona os conceitos de cidade e urbanidade sob a perspectiva do envelhecimento das cidades, da função dos edifícios antigos nos conjuntos arquitetônicos e das invisibilidades existentes no contexto urbano. Ainda, na sua obra, Fortuna entende que é importante interpretar a arquitetura e o espaço urbano a partir de outras vertentes e estabelecer conexões que possibilitem examinar a cultura e a tradição histórica de uma cidade para compreender mais profundamente suas mudanças ao longo do tempo. Reconhecer como as cidades se metamorfoseiam constantemente é essencial para uma compreensão completa de seu desenvolvimento.

### 1.1. DEMARCAÇÃO DO PERCURSO: O CONCEITO DE ESPAÇO E TERRITÓRIO A PARTIR DE MILTON SANTOS

A noção de Espaço e Território a partir da Geografia é fundamental para uma análise onde a cidade é objeto principal objeto de estudo. O geógrafo brasileiro Milton Santos foi um dos principais pensadores contemporâneos sobre esses conceitos. Em sua obra, ele

desenvolveu uma abordagem crítica e reflexiva sobre a relação entre sociedade e espaço, entendendo que o espaço é uma construção social e histórica que está em constante transformação.

Para Santos (2008), o espaço é um conceito mais amplo do que a simples ideia de “lugar” ou “território”. Ele propõe uma definição de espaço que leva em consideração a sua dimensão material e simbólica, ou seja, o espaço é tanto o lugar físico em que vivemos quanto o conjunto de significados e valores que atribuímos a esse lugar. Ele entende que o espaço não se trata apenas de uma condição, mas sim de um fator determinante da formação e da evolução social.

“As relações entre espaço e formação social são de outra ordem, pois elas se fazem num espaço particular e não num espaço geral, tal qual para os modos de produção. Os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço”. (SANTOS, 2008, p.29)

Além disso, Milton Santos também propôs uma reflexão sobre o conceito de território, entendendo-o como um espaço que é apropriado e transformado pela sociedade. Para ele, o território é um espaço de poder, de conflito e de disputa entre diferentes grupos sociais, e é por meio da apropriação do território que esses grupos exercem o controle e a dominação sobre o espaço.

Para iniciar a discussão, é importante compreender o espaço como um conjunto de elementos que, apesar da solidez edificada, são variáveis. Os espaços variam e mudam de valor conforme o movimento da História. Um exemplo que pode ser citado é a construção de dois prédios residenciais exatamente iguais em todos os aspectos: quantidade de apartamentos, número de unidades, todas as unidades são iguais, mesmo número de vagas de estacionamento e mesma capacidade em todos os reservatórios de água.

Se pensarmos esses edifícios exclusivamente a partir do espaço físico, todos eles teriam o mesmo número de moradores e teriam os mesmos gastos de água e energia. Porém, não há garantia em nenhum desses aspectos. As configurações de moradores nas unidades podem se diferenciar e, conforme o comportamento de cada sujeito, os consumos também podem variar de acordo com a quantidade de pessoas e com os hábitos das quais estão acostumadas – seja ele decorrente de uma construção de rotina ou até mesmos hábitos culturais de uma determinada região. O mesmo se dá com os sujeitos, que mesmo estudando mesma escola e no mesmo curso de graduação, não garante que duas pessoas tenham as mesmas carreiras e os mesmos êxitos.

Todos esses elementos resultam em um movimento dialético entre forma e conteúdo que juntos constituem o espaço e o reforçam como um elemento variável. O movimento dialético de Milton Santos representa uma abordagem específica na compreensão do espaço geográfico. Em seu trabalho “Por uma Geografia Nova” (originalmente publicado em 1978), Santos desenvolve uma perspectiva que destaca a dinâmica constante do espaço. Ele propõe uma visão do espaço como um processo em evolução, indo além da visão estática convencional. A dialética espacial de Santos busca capturar as interações dinâmicas entre elementos como sociedade, economia, cultura e natureza.

Contradições e tensões são elementos centrais nessa abordagem, semelhantes à dialética marxista. Santos reconhece que o espaço está permeado por conflitos e desigualdades, levando a transformações contínuas. Essas contradições podem surgir de fenômenos como a concentração de poder e a distribuição desigual de recursos em diferentes lugares.

O espaço construído e a distribuição da população por exemplo, não tem um papel neutro na vida e na evolução das formações econômicas e sociais. O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos. (SANTOS, 2008, p.33)

Ao analisar o espaço, Santos destaca a importância de considerar múltiplas escalas. Ele examina as interações entre o local, o regional, o nacional e o global, reconhecendo a interdependência entre essas diferentes escalas. A temporalidade também desempenha um papel crucial, com Santos enfatizando a necessidade de compreender o espaço não apenas no momento presente, mas também através do desenvolvimento histórico que o moldou.

A dialética de Santos aborda criticamente a globalização, reconhecendo suas influências no espaço, mas também destacando os processos de homogeneização que podem resultar em perdas culturais e sociais. Ele desafia uma visão simplista da globalização, enfatizando suas complexidades e contradições. Uma característica singular do movimento dialético de Santos é o papel ativo atribuído aos agentes sociais na produção do espaço. Comunidades e grupos sociais são vistos como participantes ativos na criação e transformação do espaço, desafiando

abordagens que consideram o espaço como algo passivo ou moldado apenas por forças externas.

A atuação desses participantes se associa com a ideia de fluxos em relação aos fixos. Os “fixos” representam elementos estáveis e permanentes no espaço geográfico. Isso inclui estruturas físicas como edifícios, ruas, parques, bem como instituições, como escolas, hospitais e empresas. Os fixos são caracterizados por sua imobilidade e tendem a moldar o ambiente urbano de forma duradoura.

Os “fluxos”, por outro lado, referem-se aos movimentos e processos que ocorrem no espaço geográfico. Isso pode incluir o deslocamento de pessoas, mercadorias, informações e capital. Os fluxos são caracterizados por sua dinamicidade e transitividade, conectando diferentes lugares e influenciando a organização do espaço.

A compreensão da interação entre fixos e fluxos é essencial para entender a complexidade das cidades e das paisagens urbanas contemporâneas. Ele argumenta que os fixos e fluxos não podem ser considerados de forma isolada, mas sim em sua interdependência e mútua influência na configuração do espaço geográfico.

O movimento dialético de Milton Santos oferece uma abordagem crítica e inovadora para compreender o espaço geográfico, incorporando elementos da tradição dialética em uma perspectiva que transcende as fronteiras disciplinares, considerando a complexidade das relações espaciais e sociais generalizadas que formam um sistema estruturado em conexões (não somente bilaterais) que resultam num emaranhado de subsistemas e que também são formados de variáveis que dispõem de força própria na estruturação do espaço.

Ainda na perspectiva de Santos, há também o conceito de território. Para Santos, o território não é simplesmente uma delimitação geográfica, mas uma construção social dinâmica, moldada por interações complexas entre diferentes atores sociais. Ele destaca a dimensão política inerente ao território, ressaltando como o poder e as relações de poder desempenham um papel crucial em sua delimitação e uso.

Em sua construção teórica, Santos explora o impacto da globalização no território, argumentando que, mesmo em um mundo globalizado, o local ainda mantém uma importância fundamental. Ele destaca as assimetrias resultantes da interação entre processos globais e realidades locais, evidenciando o território como um palco de disputas políticas e conflitos por recursos e controle.

O conceito de multifuncionalidade do território é central na abordagem de Santos, que reconhece que o território cumpre diversas funções para diferentes grupos e em momentos distintos. Além disso, ele destaca a influência do território na construção de identidades, ressaltando como as características geográficas contribuem para a formação da identidade cultural de uma comunidade.

A cartada final está na interconexão entre espaço, lugar e território. Sua visão transcende definições meramente geográficas, incorporando elementos sociais, políticos e culturais em uma análise abrangente como já citado anteriormente. Dessa forma, o território representa uma narrativa complexa e em constante evolução, onde a dinâmica social e as relações de poder desempenham papéis fundamentais na sua configuração e significado. As características específicas de um território contribuem significativamente para a formação da identidade cultural e social das comunidades que o habitam.

## 1.2. PRATICAR O ESPAÇO: O CAMINHAR COMO EXPERIÊNCIA ESTÉTICA E APROPRIAÇÃO DE LUGAR

A partir da concepção de espaço, fixos e fluxos citados no item anterior, outro conceito que precisa de discussão é a ideia de praticar o espaço. Para isso, parte-se do princípio estabelecido pelo filósofo Michel de Certeau que aponta que a o caminhar em uma cidade é uma experiência marcada pela falta de lugar, justamente por estar em deslocamento. Em outras palavras, um dos fluxos que Santos aponta.

Para de Certeau (1998), o indivíduo que caminha pela cidade não possui controle sobre o espaço que atravessa, sendo muitas vezes anônimo e desprovido de poder para deixar sua marca ou influenciar significativamente o ambiente urbano. Ou seja, são diversos caminhantes que se interpelam com outros deslocamentos e que compõem a ideia de fluxo.

Nesse contexto, um exemplo prático dessa falta de lugar seria percebido em situações cotidianas, como o ato de caminhar pelas ruas movimentadas de uma metrópole, por exemplo, um pedestre percorrendo uma rua movimentada durante o horário de pico. Entre a multidão de pessoas apressadas, cada indivíduo se funde ao fluxo coletivo, tornando-se apenas mais um entre muitos. Sua presença não deixa uma marca duradoura no ambiente urbano e ele permanece como um elemento anônimo na paisagem urbana.

Ainda, De Certeau também destaca a noção de que os espaços urbanos são dominados por estratégias de poder, onde as instituições e autoridades impõem ordens e regras que limitam a liberdade de movimento e a capacidade de agir dos cidadãos. Mas, é justamente a partir desse desdobramento que se dá a possibilidade de identificar algumas brechas no entendimento do autor.

Algumas áreas urbanas contêm espaços não mapeados ou não reconhecidos pelas autoridades, por exemplo. Espaços informais e orgânicos que vão acontecendo de forma espontânea que, sob o sistema são entendidas como ilegais, ou ainda espaços residuais resultantes de espaços não utilizados por construções vizinhas. O ato de caminhar por esses locais, como becos estreitos ou terrenos baldios, pode proporcionar uma sensação de liberdade e aventura, pois o indivíduo está se movendo fora dos limites estabelecidos e explorando territórios marginalizados ou esquecidos. Ou então, em vez de seguir rotas predefinidas ou planejadas, o caminhante pode optar por desvios espontâneos, seguindo atalhos ou ruas secundárias que não estão nos mapas convencionais. Esses desvios permitem uma experiência mais íntima e improvisada da cidade, onde o caminhante cria sua própria narrativa urbana, desviando-se das estratégias de poder que tentam impor ordem e controle sobre o espaço.

Nesses exemplos, o ato de caminhar pode ser encarado como uma forma de resistência ou subversão, uma vez que o indivíduo transgredir as normas estabelecidas ao se mover pela cidade de maneira não autorizada ou não planejada, ou seja, aqui nessa situação o caminhante estabelece uma relação individual com o espaço que ele está praticando/deslocando e, se para o autor, praticar o espaço é apropriar-se do lugar, isso é possível mesmo caminhando – embora ele diga que não.

A ideia de deslocar-se por caminhos diferentes percebendo novos espaços, possibilidades e experiências já foi ponto de discussão de outro autor, Walter Benjamin. Em sua obra, Benjamin apresenta o conceito de *flânerie* que nada mais é como uma prática de caminhar pela cidade com o propósito de perceber o espaço de forma contemplativa e sem compromisso. Quem pratica esse caminhar é chamado pelo autor de *flâneur*.

O *flâneur* é um observador urbano que se move pela cidade de maneira lenta e descompromissada, absorvendo as impressões sensoriais do ambiente e vivenciando a cidade como um espectador atento como, por exemplo, um sujeito viajante. Entende-se aqui como sujeito viajante alguém que reside em uma cidade, mas está em outra. Um viajante *flâneur*

estaria caminhando pelas ruas sinuosas de uma cidade antiga, como Lisboa, Barcelona ou Paris. Ele percorre as vielas estreitas, observando a arquitetura histórica, os detalhes ornamentais das fachadas e os vestígios do passado que permeiam o ambiente urbano. Nesse contexto, o ato de caminhar se torna uma experiência estética e contemplativa, onde o *flâneur* se conecta com a história e a cultura da cidade através de sua observação atenta.

A *flânerie* é uma experiência estética que privilegia a fruição do espaço urbano, em contraposição à eficiência utilitária. O *flâneur* não tem um destino específico em mente ao caminhar; ele se permite vagar pelas ruas, praças e boulevares, explorando os detalhes da arquitetura, observando as pessoas e capturando as atmosferas fugazes da vida urbana.

Uma parte importante da prática da *flânerie* é a observação das pessoas que se deslocam no espaço urbano. O *flâneur* pode passar horas e horas sentado em um café ao ar livre, observando os fluxos da cidade, as conversas animadas, os gestos e expressões faciais. Essa atividade de observação proporciona ao *flâneur* alguns insights sobre a vida social e cultural da cidade, além de alimentar sua imaginação e criatividade.

Essa prática de caminhar sem rumo é vista por Benjamin como uma forma de resistência à crescente racionalização e homogeneização da vida moderna. Ao se engajar na *flânerie*, o indivíduo reivindica sua liberdade de flutuar livremente pelo espaço urbano de maneira subjetiva e pessoal, percebendo rastros, escapando das demandas do tempo produtivo e do ritmo acelerado da vida moderna. Além disso, para Benjamin, a *flânerie* é também uma atividade criativa, na medida em que o *flâneur* se torna um observador ativo e participante na produção de significados sobre a cidade. Ele não apenas consome passivamente o espaço urbano, mas também o interpreta, atribuindo-lhe novos sentidos e significados por meio de sua observação e reflexão.

A perspectiva de Benjamin não se aplica, por exemplos, nas pessoas que estão em deslocamento cotidiano. Ao mesmo tempo que essa concepção de Benjamin reforça a ideia de Michel de Certeau, quando ele fala que o deslocamento do cotidiano não permite essa relação de apropriação, ela também traz uma nova configuração: a de que nem todos os caminhantes estão inseridos no contexto cotidiano, alguns estão fora dele por estarem de folga ou viajando de férias e, por isso, acabam estabelecendo uma outra relação com a cidade ao caminhar.

Mas, ao estabelecer uma relação com esses dois autores, pode-se perceber um outro aspecto que faz parte de um dos pontos que configuram o ineditismo é pensar que as

características atribuídas à *flânerie*, ou melhor dizendo, ao *flâneur*, também estão presentes no caminhante ordinário da cidade mesmo que em menor intensidade ou subconsciente.

Por exemplo, o mesmo sujeito citado anteriormente que optou por desvios espontâneos em ruas secundárias fora do mapa também estabelece conexões estéticas, sociais e políticas ao se deslocar tal qual o *flâneur*. Ao modificar o caminho do seu cotidiano (enquanto sujeito certeuriano), ele (enquanto sujeito benjaminiano) precisou parar e observar a cidade, identificar os pontos de referência, perceber os espaços cheios e os vazios, relembrar situações do passado para que ele possa fazer uma decisão correta (seja ela por vontade própria ou por alguma necessidade) e adotar elementos estéticos ou edifícios para ter sentido de localização, entre outros fatores que permitam a experiência pessoal onde o trajeto e a prática do espaço independe de estar caminhando ou deslocando-se, tornando uma experiência íntima e improvisada da cidade, onde o caminhante cria sua própria narrativa urbana, desviando-se das estratégias de poder que tentam impor ordem e controle sobre o espaço.

A partir de Benjamin, há também o entendimento do caminhar como prática estética desenvolvido por Francesco Careri (2013) que dialoga com outros termos e elementos até a principal contribuição da obra: o conceito de transurbância. Antes da definição, o autor inicia a discussão a partir do nomadismo, entendendo que os espaços nômades são rastros invisíveis desenvolvidos pela capacidade de construir seu próprio mapeamento que não é estático. Não é uma experiência que lida com vestígios do passado, sempre com o presente que vai se adequando de tempos e tempos.

Careri (2013) argumenta que a história das origens da humanidade pode ser compreendida como uma história do caminhar. Essa ideia sugere que a prática de caminhar desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento humano, desde os primórdios da espécie até os tempos modernos. Ao longo da história, a humanidade tem dependido da capacidade de caminhar para explorar novos territórios, buscar recursos, estabelecer comunidades e estabelecer conexões entre diferentes culturas e sociedades. O ato de caminhar não apenas moldou a forma como os seres humanos interagem com o mundo ao seu redor, mas também influenciou profundamente a evolução da linguagem, da cultura e da própria identidade humana.

Seguindo o raciocínio, Careri (2013) traz o conceito de *andare a zonzo*. *Zonzo* é um termo italiano que pode ser traduzido como “vagabundear” ou “flanar”. O autor usa esse termo para descrever um tipo específico de caminhada que é caracterizada pela falta de um destino ou



itinerário predeterminado, ou seja, o mesmo que Benjamin já havia categorizado como *flânerie*. É uma prática de caminhar de forma errante e exploratória, onde o caminhante se permite seguir seu próprio ritmo e intuição, sem se preocupar com a eficiência ou utilidade do trajeto.

O autor finaliza sua discussão com outro termo, a transurbância, que é o termo cunhado por Careri para descrever a prática de caminhar pela cidade de forma a transcender seus limites físicos e sociais predefinidos. É uma abordagem que encoraja o caminhante a explorar as fronteiras e os interstícios da cidade, bem como a romper com as divisões tradicionais entre áreas urbanas e rurais. A transurbância incentiva uma relação mais fluida e dinâmica com o ambiente urbano, onde o caminhante se move livremente através de diferentes contextos e paisagens, criando conexões e significados ao longo do caminho.

Essas percepções diversas compreendem o caminhar como uma prática significativa na cidade, suas perspectivas diferem em termos de ênfase e enfoque, refletindo uma variedade de abordagens teóricas e metodológicas para entender a relação entre o indivíduo e o espaço urbano através da prática do caminhar. Nesse ato de caminhar, identifica-se contradições e processos que estruturam a cidade e que são absorvidas pelos transeuntes a cada mudança percebida.

### 1.3. ELEVAÇÃO EM PROCESSO: O PATRIMÔNIO CULTURAL A PARTIR DO CONCEITO HEGELIANO DE AUFHEBUNG

O conceito de *Aufhebung* é um termo alemão que pode ser traduzido como “superação”, “anulação” ou “sublimação”. Esse termo é frequentemente associado à filosofia de Hegel, que o utilizou para descrever a dinâmica de superação e transformação dos conceitos e das contradições em seu sistema filosófico.

Na filosofia de Hegel, a *Aufhebung* é uma operação que ocorre na dialética, que é o método de investigação que busca compreender a realidade por meio da análise dos conceitos e das contradições que surgem entre eles. A *Aufhebung* é uma operação que permite superar uma contradição entre dois conceitos, sem negá-los completamente.

De acordo com Hegel, a *Aufhebung* é uma operação tríplice que envolve a negação (ou anulação), a preservação e a elevação do conceito. Na primeira fase, a *Aufhebung* envolve a negação do conceito inicial, que é considerado insuficiente para explicar a realidade. Na

segunda fase, o conceito negado é preservado, já que ele contém elementos essenciais para a compreensão da realidade. Finalmente, na terceira fase, o conceito é elevado a uma síntese superior que transcende a contradição original.

Em outras palavras, a *Aufhebung* é um processo de superação das contradições e dos conflitos, que não os nega ou elimina, mas os transforma em uma síntese superior e mais complexa. Para Hegel, a *Aufhebung* é um dos princípios fundamentais da dialética, que permite a evolução e o progresso do pensamento e da história.

Vale ressaltar que o conceito de *Aufhebung* é bastante complexo e multifacetado, e tem sido objeto de diversas interpretações e críticas ao longo da história da filosofia. Além de Hegel, outros filósofos, como Marx, Nietzsche e Heidegger, também utilizaram o conceito de *Aufhebung* em suas obras.

Essa operação de *Aufhebung* é considerada uma das principais características do método dialético de Hegel, já que permite a superação das contradições e a evolução do pensamento. A tríade hegeliana da *Aufhebung* pode ser útil para pensar sobre como o patrimônio cultural é preservado, transformado e transcende as contradições ao longo do tempo.

Primeiramente, a negação (ou anulação) no patrimônio cultural pode ocorrer quando certos aspectos do patrimônio são descartados ou ignorados em detrimento de outros. Por exemplo, uma cidade pode decidir preservar apenas os monumentos históricos de um determinado período, ignorando outras épocas igualmente importantes. No entanto, é importante lembrar que a negação também pode ser uma parte natural do processo de preservação, à medida que certos aspectos do patrimônio são considerados menos relevantes ou já não são mais funcionais.

Em segundo lugar, a preservação do patrimônio cultural pode ser entendida como uma tentativa de manter as partes essenciais e significativas da história e cultura de um povo. Isso pode incluir a preservação de monumentos, objetos, tradições, conhecimentos e práticas culturais que são considerados importantes para a identidade e a memória de um grupo ou comunidade.

Por fim, a elevação do patrimônio cultural a uma síntese superior pode ocorrer quando o patrimônio cultural é reinterpretado, revalorizado ou transformado de maneiras criativas que transcendem as contradições originais. Por exemplo, uma prática cultural que foi originalmente destinada a um contexto específico pode ser adaptada para atender às necessidades contemporâneas, criando formas de expressão cultural. Ou então, um espaço que antes era

destinado a uma determinada atividade e que por questões diversas a atividade principal precisou ser realocada e o local repensado, como é o caso das regiões portuárias de Buenos Aires na Argentina, Dublin na Irlanda e Montevideo no Uruguai.

Ao pensar a negação a partir de Hegel, em alguns casos, para preservar uma parte importante do patrimônio cultural, pode ser necessário negar ou anular outras partes que são menos significativas para aquela época. Por exemplo, uma cidade que decide preservar uma antiga fortaleza pode precisar demolir outros edifícios modernos que foram construídos ao seu redor para proteger a vista e o contexto histórico.

A negação pode, portanto, ser um processo necessário para garantir a preservação de um patrimônio cultural importante. Nesse ponto, cabe ressaltar que esse fator decisivo vem acompanhando de um discurso que, mesmo não fazendo parte do conceito, é necessário pois as perspectivas de negação podem apagar memórias e histórias que pertencem a minorias ou a grupos entendidos como menos relevantes por parte dos gestores de patrimônio nas cidades.

A noção de “preservar” está diretamente conectada com o patrimônio visto que a preservação do patrimônio cultural é uma parte crucial do processo de conservação da história e da cultura de um povo. Isso pode incluir a preservação de monumentos históricos, tradições culturais, artefatos e documentos importantes. A preservação pode (e deve) ser feita de diversas maneiras, e os métodos utilizados dependem do tipo de patrimônio cultural em questão.

Já a elevação do patrimônio cultural pode ocorrer quando ele é reinterpretado, revalorizado ou transformado de maneiras criativas que transcendem as contradições originais. Um exemplo disso é a arte urbana, que pode transformar uma parede de concreto ou uma empena cega em uma obra de arte significativa, que pode gerar um novo fluxo de pessoas que interfere na mobilidade, na prestação de serviços e nos principais roteiros turísticos e culturais. Outro exemplo é a reinterpretação de uma tradição cultural antiga em um contexto

contemporâneo. Por exemplo, o fado<sup>18</sup> ou o flamenco<sup>19</sup>, podem ser reinterpretados por artistas musicais contemporâneos de maneiras inovadoras, preservando sua essência e significado, mas dando aos estilos uma nova percepção como fizeram as artistas Madonna<sup>20</sup> e Rosalía<sup>21</sup> na última década, respectivamente.

É fundamental entender que a preservação desse patrimônio cultural não deve ser apenas uma tentativa de manter o status quo ou impedir mudanças, mas sim um processo que leva em consideração o contexto histórico, social e cultural em que está inserida, e que busca integrar essa herança ao desenvolvimento e às necessidades atuais da sociedade.

Assim, a conservação do patrimônio deve envolver um processo de *Aufhebung*, em que os valores históricos e culturais do patrimônio são preservados e elevados a um novo patamar de relevância e significado para a sociedade contemporânea, ao mesmo tempo em que são superadas as limitações e problemas que a arquitetura original possa apresentar em relação às necessidades e demandas atuais.

Isso pode ser alcançado através de intervenções cuidadosas que preservem as características essenciais do patrimônio, ao mesmo tempo em que introduzem elementos contemporâneos que se harmonizem com a referência original. Essas intervenções podem ser tanto físicas, como a restauração de fachadas e estruturas, quanto sociais, como a adaptação do uso de uma edificação para novas funções ou adequação de acessibilidade e atividades que sejam relevantes para a sociedade atual.

---

<sup>18</sup> O fado é um gênero musical tradicional de Portugal, originário de Lisboa no século XIX, caracterizado por um canto melancólico e expressivo, acompanhado geralmente pela guitarra portuguesa e pela viola. É considerado uma das formas mais emblemáticas da identidade cultural portuguesa. Em 2011, o fado foi inscrito pela UNESCO na lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, reconhecendo sua relevância histórica e simbólica (UNESCO, 2011)

<sup>19</sup> O flamenco é uma manifestação artística originária da Andaluzia, região sul da Espanha. Sua formação resulta da fusão de tradições culturais árabes, ciganas, judaicas e populares espanholas, consolidando-se entre os séculos XVIII e XIX como expressão identitária andaluza. É reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade desde 2010 (UNESCO, 2010)

<sup>20</sup> O álbum *Madame X*, lançado por Madonna em 2019, foi gravado em grande parte em Lisboa, período em que a artista residia em Portugal. A obra incorpora influências diretas do fado e de outras sonoridades lusófonas, resultando em uma fusão entre música pop contemporânea e tradições ibero-atlânticas. (ROCHA, 2020)

<sup>21</sup> O álbum *El Mal Querer*, lançado em 2018, representa uma releitura contemporânea do flamenco tradicional, fundindo-o a elementos do pop, R&B e música eletrônica. Inspirado em uma obra literária anônima do século XIII (*Flamenca*), o disco articula sonoridades e narrativas que tensionam o feminino, a tradição e a modernidade, propondo uma nova estética do flamenco em diálogo com a cultura digital e urbana. *El Mal Querer* foi amplamente reconhecido como um marco da reinvenção do flamenco no século XXI, consolidando Rosalía como figura central desse movimento (GARCÍA, 2020).

Pensar o conceito de *Aufhebung* em associação à conservação do patrimônio cultural e, conseqüentemente, arquitetônico, implica em um processo dinâmico e criativo que busca preservar as memórias e as histórias ao mesmo tempo em que promove sua renovação e adaptação aos desafios e necessidades da sociedade contemporânea. Conservar os edifícios de uma cidade permitem que ela seja lida e percebida na sua totalidade e que seu espaço urbano seja facilmente apreendido.

#### 1.4. TEMPOS EMPILHADOS: PALIMPSESTO URBANO E ENVELHECIMENTO DAS CIDADES

Para iniciar a discussão de cidade como palimpsesto é importante reforçar que é um conceito metafórico que destaca a riqueza e complexidade de contextos culturais, históricos e artísticos, enfatizando a continuidade e sobreposição de várias influências ao longo do tempo em áreas distintas.

O termo "palimpsesto" tem origens na prática antiga de reutilizar manuscritos. Um palimpsesto era um pergaminho ou um pedaço de papiro no qual um texto original havia sido apagado ou raspado para dar lugar a um novo texto. No entanto, muitas vezes, vestígios do texto original permaneciam, criando uma sobreposição de escritas que ficavam visíveis e, em alguns casos, interferiam na interpretação do texto anterior. A partir disso, num contexto mais amplo, o conceito de palimpsesto foi adotado como uma metáfora para descrever algo que contém múltiplas camadas, com vestígios do passado ainda perceptíveis nas representações ou estruturas atuais. Este conceito foi trabalhado por diversos autores que relacionaram com suas áreas de estudo. Neste tópico, estão descritos três deles.

A metáfora do palimpsesto desenvolvida por Michel de Certeau (1998) propõe uma perspectiva única sobre a cidade. Nessa visão, a cidade é concebida como um texto que acumula diversas camadas de significados ao longo do tempo, semelhante ao pergaminho ou manuscrito citado anteriormente.

Essa analogia sugere que a cidade mantém vestígios de suas transformações passadas, representadas por diferentes elementos como arquitetura, ruas e monumentos. Certeau (1998, p.189) diz que "os lugares são histórias fragmentadas e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar, mas que estão ali antes

como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas (...)”. A cidade como palimpsesto não se limita apenas a sobreposições físicas, mas também incorpora camadas simbólicas, refletindo as diversas formas de apropriação e uso ao longo da história.

Essa abordagem destaca a diversidade e fragmentação intrínsecas ao ambiente urbano. Múltiplas camadas coexistem de maneira complexa e não linear, desafiando interpretações simplistas da história urbana. A cidade como palimpsesto também enfatiza a liberdade do usuário, sugerindo que, assim como um leitor interpreta um texto, as pessoas têm a liberdade de usar a cidade de maneiras diversas.

André Corboz, historiador da arte, da arquitetura e do urbanismo, contribuiu significativamente à compreensão da cidade como um palimpsesto. Na sua interpretação, o conceito é uma metáfora que destaca a sobreposição de camadas e a interação de diferentes períodos e espaços na urbe. Sua visão vai além da simples sucessão temporal, considerando a cidade como uma narrativa espacial em constante reinvenção, principalmente na paisagem.

Assim como um palimpsesto retém vestígios da escrita anterior, a cidade preserva memórias e histórias que se entrelaçam no espaço construído. Ele introduz a "teoria da invenção", onde cada intervenção urbana não apenas acrescenta camadas à narrativa preexistente, mas também representa uma recriação constante do espaço. A discussão apresentada pelo autor parte da ideia de que o território/cidade não é somente um dado, mas sim um resultado de diversos processos em que ele utiliza o antagonismo campo-cidade como exemplo.

A cidade como palimpsesto, na perspectiva de Corboz (2005), não é apenas um amontoado de estruturas temporais, mas um espaço heterotópico onde diferentes lugares, tempos e elementos (naturais e construídos) se conectam. Essa abordagem ressalta a multiplicidade de significados e usos dentro do tecido urbano, destacando as conexões entre passado e presente e reforçando a compreensão da cidade como um ambiente dinâmico e narrativo, onde a sobreposição de elementos não é apenas uma acumulação temporal, mas uma expressão contínua de criação e recriação do espaço urbano ao longo do tempo.

Na abordagem histórica de Sandra Jatahy Pesavento (2011), pode-se interpretar o espaço ou a narrativa histórica como um palimpsesto, sugerindo a presença de múltiplas camadas temporais. A ênfase de Pesavento em questões de memória e representação pode relacionar-se à ideia de palimpsesto, considerando os vestígios e traços de eventos passados

que permeiam o presente. Esses vestígios, assim como as inscrições em um palimpsesto, contribuem para a construção da narrativa histórica.

Para Pesavento (2011), a cidade é um palimpsesto, ou seja, uma superfície em que as camadas de escrita – edifícios e infraestrutura urbana – se sobrepõem umas às outras. Cada camada representa um momento histórico diferente e possui sua própria estrutura e significado, que podem ser lidos, relidos e interpretados. Da mesma forma que novas interpretações podem ser aplicadas a um texto ao longo do tempo, Pesavento (2011) ainda destaca que novas perspectivas e abordagens podem enriquecer a compreensão dos espaços e eventos históricos ao serem reinterpretados em contextos contemporâneos.

A metáfora desenvolvida pela historiadora parte do próprio papel que um historiador tem de revisitar o passado e trabalhar com ele em forma de texto. Nessa retomada, o historiador se depara com o que ela chama de marcas de historicidade, que são acumuladas pelo tempo e que o papel do historiador é escavar as informações (que ela chama de arqueologia do olhar). Ao compreender esse processo na história e na memória, ela identifica na cidade a materialização do conceito nas ruas e edifícios. Mas, reforça que o historiador não pode se apoiar somente no que vê, mas nas informações invisíveis que ele pode retirar dali.

Se a cidade é, como unidade de espaço e tempo, um palimpsesto, ela é sedimentação da vida, o que equivale dizer, ela é acumulação de significados superpostos e cambiantes. Neste sentido, mais um elemento se acrescenta neste palimpsesto do urbano, se formos puxar o fio dos significados de um outro tempo. Se o que fez sentido um dia já não é mais significativo, há que se despojar ainda do critério da monumentabilidade ou do grande acontecimento ou personagem. (PESAVENTO, 2011, p.29)

Pesavento aponta também que uma cidade não deve ser percebida no singular e sim no plural, visto que as percepções da população mudam conforme cada indivíduo e, cada um desses indivíduos, atribuem suas experiências nesses espaços que configuram a pluralidade do espaço urbano. Por fim, entende-se que os três autores apresentam concepções que convergem entre si e reforçam a relevância do conceito de palimpsesto em uma análise urbano-espacial.

Neste trabalho, a noção de palimpsesto urbano é ampliada, compreendendo não apenas as camadas materiais e visíveis da cidade (expressas nas edificações, ruas e traçados), mas também aquelas que se manifestam de forma intangível. Essas camadas sutis se revelam nos rastros, nas ausências e nos vestígios simbólicos que persistem na memória coletiva, nas

práticas cotidianas e nas narrativas sociais. O palimpsesto, assim, ultrapassa a dimensão física e assume um caráter sensível, no qual o passado se reinscreve continuamente no presente, mesmo quando suas marcas concretas já não são perceptíveis. A cidade, portanto, é entendida como um campo de sobreposições materiais e imateriais, onde o visível e o invisível se entrelaçam na construção de significados e pertencimentos.

O entendimento das cidades como espaço-tempo e as relações com a presença de evidências edificadas do passado permeiam os estudos do sociólogo Carlos Fortuna. O autor entende que a analisar a cidade sob a perspectiva interdisciplinar dá a possibilidade de identificar visões diferentes de um mesmo objeto. A compreensão da evolução histórica e do passado das cidades exige uma abordagem específica, que inclua metodologias de coleta de dados que vão além da preocupação arquitetônica e urbanística, envolvendo a escuta atenta das narrativas sociais do espaço. (FORTUNA, 2020a; 2022)

Ao discutir a presença do patrimônio histórico edificado nas cidades, Fortuna aponta que o edifício em ruínas se distingue do edifício tornado obsoleto na medida em que provavelmente enfrentará o julgamento da demolição, enquanto seu valor dependerá da experiência sociocultural acumulada ao longo do tempo no local. Essa diversidade histórica das cidades e de seus edifícios é parte integrante da atual valorização do passado e dos patrimônios materiais, mesmo quando estão imersos em uma sensibilidade neogótica e nos estilos exagerados do estilo "retrô" e da extravagância estética. Os edifícios antigos são tão fundamentais para compreender o ambiente urbano atual quanto são recursos mnemônicos para conceber as cidades do futuro. (FORTUNA, 2022)

No entanto, o autor identifica que as transformações socioculturais que acontecem devido a mudanças não planejadas suscitam a necessidade de uma reflexão mais profunda ao ponderar sobre o significado estético, a qualidade e a durabilidade dos edifícios. Enquanto a demolição ou implosão de um edifício pode inicialmente parecer uma solução direta e eficaz para os planejadores da cidade, é fundamental considerar uma gama de aspectos mais amplos. Estas incluem não apenas o impacto visual imediato e a viabilidade estrutural, mas também as implicações sociais, econômicas e ambientais associadas a tal decisão. "O que está a desaparecer realmente não é a cidade em si, mas um determinado modelo histórico de cidade." (FORTUNA, 2020a, p.84)

A dinâmica urbana moderna é marcada por uma teia complexa de interesses e valores, onde os edifícios são mais do que meras estruturas físicas, são testemunhos da história, pontos



de referência culturais e fontes de identidade local. Portanto, a preservação ou destruição de um edifício não é apenas uma questão técnica, mas sim uma questão teórica que ressoa profundamente na comunidade, afetando seu senso de pertencimento e conexão com o ambiente construído.

Fortuna (2020a; 2020b) ressalta que a durabilidade dessa teoria é marcante, pois a experiência urbana ao longo da história não se encaixa facilmente em teorias preexistentes, nunca completamente conforme aos princípios teóricos estabelecidos. Em vez disso, ela incessantemente induz a revisões e adaptações nas análises e discussões, revelando uma teoria do fenômeno urbano que se assemelha a um palimpsesto.

#### 1.5. EXPLORANDO LACUNAS: ARTICULAÇÃO TEÓRICA E APROXIMAÇÃO COM O OBJETO

Por meio do aporte teórico apresentado ao longo deste capítulo é possível estabelecer alinhamentos que permitem transitar entre as diversas áreas do conhecimento e configurar a interdisciplinaridade mencionada na introdução. Este capítulo apresentou alguns conceitos que são fundamentais para compreender a trajetória teórica desta tese e como essa discussão foi possível perceber que, apesar de distintos, todos os conceitos têm a cidade como lugar de enfoque.

O espaço, o lugar e o território a partir de Santos é a base para a compreensão da cidade, sua conformação espacial e as relações sociais que se interpolam entre as ruas e edifícios. A forma como as pessoas entendem e percebem a cidade, ou apreendem a cidade, é que vai estabelecer os sentimentos de pertencimento e legibilidade. Também contribui para a formação cultural dos sujeitos a partir das suas experiências e vivências.

Essa percepção é necessária para pesquisar a cidade e suas possibilidades. Ainda, Santos reforça que a presença dos fixos e dos fluxos é o que configuram a dinâmica urbana. É interessante pensar que as relações entre espaço, lugar, território, fixos e fluxos é o que estruturam uma cidade.

O ato de caminhar na cidade é uma prática multifacetada que vai além da mera locomoção física. Esses autores nos mostram que o caminhar na cidade é uma experiência complexa, carregada de significados culturais, sociais e pessoais. Para esta pesquisa (que se

configura como um percurso resultante a partir de um eixo estruturante), o caminhar não se trata apenas de um fluxo conforme o que Santos revela, mas é uma prática do espaço que eleva o urbano para além de um espaço de deslocamento.

A falta de lugar destacada por De Certeau revela a subversão e a criatividade que surgem quando os indivíduos se movem anonimamente pelos espaços urbanos, desviando-se das estratégias de poder impostas pelas autoridades e instituições. Benjamin enfatiza a contemplação estética e a resistência à homogeneização da vida moderna por meio da prática da *flânerie*, onde o caminhar se torna uma experiência de absorção sensorial e reflexão sobre a cidade. Benjamin retrata o *flâneur* como alguém que retém fragmentos da verdadeira experiência histórica e, ao perceber a distância que o separa dessa vivência, simboliza a busca por uma consciência histórica contemporânea.

Careri amplia essa compreensão ao explorar a transurbância e o *zozzo*, incentivando uma abordagem mais criativa e exploratória do espaço urbano. Ele nos lembra que o ato de caminhar não apenas moldou a história, mas também desempenha um papel fundamental na forma como nos relacionamos com o ambiente urbano, oferecendo oportunidades para descobertas inesperadas e conexões pessoais com a cidade.

Ambas são diretamente afetadas quando a gestão pública intervém diretamente no espaço urbano e permite intervenções que podem evidenciar contradições (Hegel) e direcionar o entendimento de que tudo que é antigo deve ser destruído (negação), ou que o antigo faz parte da história de uma cidade e deve ser preservado (conservação) e que possibilite uma leitura temporal, ou ainda a possibilidade de reinserção do antigo em um contexto contemporâneo para além da preservação (elevação).

O cruzamento desses conceitos apresentados tem como ponto de chegada (ou de partida) o conceito de cidade como palimpsesto de Certeau, Corboz e Pesavento que permite que se defina o espaço urbano como um espaço múltiplo e em movimento que “não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a natureza. O espaço é tudo isso mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual”. (SANTOS, 2020, p.12)

No conceito hegeliano de *Aufhebung*, uma contradição é resolvida e preservada em um nível superior de síntese. Fazendo uma analogia com as cidades, podemos observar a sobreposição de diferentes fases históricas e culturais, onde antigas contradições e formas

urbanas são superadas e integradas em novas configurações urbanas (que também desenvolvem novas contradições).

O conceito de cidade como palimpsesto também envolve a acumulação de história e camadas de significado ao longo do tempo, tanto no campo material quanto teórico. Assim como em um palimpsesto, onde diferentes textos são sobrepostos, apagados e reinterpretados, as cidades acumulam estruturas, práticas e narrativas urbanas que refletem diferentes épocas e contextos culturais.

Tanto o conceito de *Aufhebung* quanto o de cidade como palimpsesto sugerem uma visão dialética do desenvolvimento urbano, onde elementos do passado são preservados e transformados em algo novo. A cidade, assim como o conceito de *Aufhebung*, está constantemente em um processo de mudança e renovação, onde a síntese das contradições históricas contribui para a evolução urbana, ou como diz Michel de Certeau, uma sequência de tempos empilhados, termo que dá título ao item 1.4.

Assim como Hegel argumenta que a *Aufhebung* integra e transcende as contradições, o palimpsesto urbano incorpora e reconcilia os conflitos históricos e sociais dentro de sua paisagem urbana. Essa sobreposição de diferentes elementos e períodos históricos pode ser vista como uma forma de síntese urbana que reflete a complexidade da vida urbana, suas disputas e suas contradições.

Ao relacionar o conceito de *Aufhebung* com o conceito de cidade como palimpsesto, podemos compreender que as cidades são espaços dinâmicos onde as contradições históricas são superadas e preservadas em uma contínua síntese urbana, refletindo a evolução e complexidade da vida nas cidades. Mas, essa aproximação pode ser tendenciosa e intencional, por isso é necessário compreender como esses espaços urbanos são percebidos pelas pessoas e qual o impacto isso pode impactar na cidade das futuras gerações.

Algumas informações da construção da cidade de Criciúma, brevemente relatadas na introdução, bem como o objetivo desta pesquisa refletem a necessidade de investigação acerca do processo de urbanização da cidade de maneira menos restritiva visto que esses fatores elencados pelos autores e debatidos até o momento são realidades tanto do senso comum quanto de outras pesquisas já realizadas em nível de graduação, mestrado e doutorado.

A presente tese não se restringe a um recorte espacial rigidamente definido, tampouco a um limite temporal estritamente delimitado. Configura-se, antes, como uma investigação

que procura evitar segmentações excessivas, propondo uma leitura mais ampla e articulada do objeto em estudo, a cidade de Criciúma. Longe de pretender abarcar a totalidade do tema, busca oferecer uma interpretação ampliada em relação à produção já consolidada, contribuindo para o entendimento integrado de diferentes dimensões históricas, sociais e urbanas.

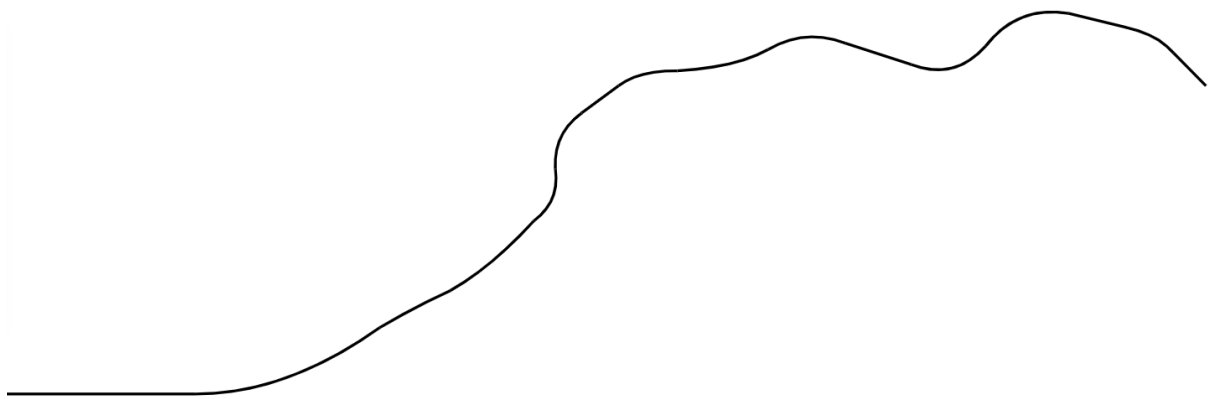
O que configura o ineditismo da temática é o entendimento de que o processo de construção da cidade de Criciúma se apoia no apagamento de histórias e memórias de gerações por meio da destruição dos prédios antigos em decorrência das disputas de poder e da especulação imobiliária (ambos apoiados num discurso reforçado pela mídia<sup>22</sup>) que vem sendo intensificada com anuência da gestão pública que busca cravejar seu nome na história da cidade.

Prédios esses que poderiam ser direcionados para uma diversidade de usos tanto culturais que contribuíram para a construção social quanto econômicos que pudessem potencializar a economia local e estimulasse o empreendedorismo regional sem precisar apagar uma parte da história. Mas, apesar das destruições, alguns resquícios dessa história estão presentes nos palimpsestos urbanos de Criciúma, mas que não estão perceptíveis na cidade como deveria. No momento de finalização deste capítulo, uma das praças tombadas da cidade – A praça Abelle Colle, ao lado do Museu Augusto Casagrande<sup>23</sup> – está sendo completamente destruída com anuência do poder público em resposta a um pequeno grupo de moradores do entorno que exigiu.

---

<sup>22</sup> Em apêndice, há uma discussão sobre o reflexo das mídias para a construção da educação para o patrimônio. A análise traz uma interpretação a partir de um conjunto de portais de notícias da cidade que divulgam na sua grande maioria, comunicados oficiais emitidos pela prefeitura do município.

<sup>23</sup> Trabalho apresentado pelo autor no VII Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural em agosto de 2025 chamado “Silenciando memórias: a destruição da Praça Abelle Colle e o abandono do patrimônio cultural em Criciúma/SC”. Até o momento, o trabalho completo ainda não foi publicado.



## **2. SISTEMATIZANDO O ITINERÁRIO: O ESPAÇO URBANO COMO OBJETO DE ESTUDO**

O itinerário do percurso de pesquisa adotado neste trabalho foi estruturado a partir da necessidade de lidar com diferentes tipologias documentais (fotografias antigas digitalizadas e fotografias atuais digitais) de forma integrada e crítica. Considerando os desafios impostos pela ausência de instrumentos consolidados sobre o estudo comparado a partir de fotografias de tempos diferentes no campo interdisciplinar, optou-se por construir um percurso investigativo capaz de combinar procedimentos de coleta, seleção, catalogação e análise. A proposta não se restringe à aplicação de técnicas, mas busca dialogar com questões teórico-metodológicas emergentes, situando o trabalho no esforço de ampliar as possibilidades de investigação histórica a partir de novas práticas documentais e de análise comparada.

Nesse percurso investigativo, o primeiro passo consistiu na compreensão e justificativa das âncoras (as praças) que desencadeiam os demais capítulos da tese, elementos fundamentais para estabelecer os alcances geográficos, temporais e temáticos que orientaram a pesquisa e serviram de base para a construção da tese.

Na sequência, o trabalho voltou-se para a seleção das fotografias históricas, priorizando imagens aéreas provenientes de diferentes acervos, cuja escolha foi orientada pela relevância histórica, pela possibilidade de identificação de permanências no espaço urbano e pela viabilidade de aproximação do ponto de vista para posterior análise a partir da refotografia, instrumento que será esclarecido ao longo do capítulo.

Por fim, a etapa seguinte apresenta e articula os procedimentos para análise das imagens históricas e contemporâneas por meio da refotografia e da análise comparada, compreendidas como estratégias capazes de tensionar o olhar sobre as permanências, transformações e apagamentos no espaço urbano, consolidando um material analítico que integra fontes digitais e iconográficas.

## 2.1. ESPAÇO E TEMPO: AS PRAÇAS DE CRICIÚMA COMO FRAGMENTOS DE MEMÓRIA E URBANIZAÇÃO

A análise do espaço urbano, em sua complexidade inerente, não pode se restringir a uma observação superficial. Para que se alcance uma compreensão profunda de suas dinâmicas, é fundamental adotar uma abordagem metodológica que o considere, inicialmente, como uma

totalidade interconectada. Assim como a sociedade, o espaço é um sistema vivo, dinâmico e coeso, onde cada parte é influenciada pelo todo.

Contudo, reconhecer essa totalidade é apenas o primeiro passo. A complexidade do espaço urbano torna impossível a sua análise em um único bloco. É aqui que entra a necessidade de uma fragmentação analítica. Essa divisão não é feita de forma aleatória, mas sim através de critérios bem definidos que permitem separar o todo em partes manejáveis para o estudo. A chave para esse processo, como define Santos (2020), reside na identificação dos elementos que o constituem.

Esses elementos, como as pessoas, as infraestruturas, as instituições e o meio ecológico, não são apenas componentes físicos ou sociais. Eles são categorias de análise. Tomar um elemento como categoria significa partir da premissa de que ele é um princípio fundamental, quase uma verdade "luminosamente óbvia", a partir da qual se pode deduzir e compreender a complexidade das interações espaciais. A análise, portanto, não se limita a descrever o que é visível, mas a desvendar as relações subjacentes que dão sentido e valor a cada parte do espaço. A partir dessa fragmentação orientada, é possível examinar cada elemento em profundidade e, ao final, reconstituir o todo para uma definição mais completa e precisa da realidade.

Uma vez compreendido que o espaço é uma totalidade analisável por meio de seus elementos, percebe-se a visão de que ele se comporta como um sistema de sistemas ou, mais precisamente, um sistema de estruturas. Essa conceituação transcende a ideia de que o espaço é apenas um conjunto de partes desconexas; em vez disso, ele é visto como uma rede de estruturas inter-relacionadas, onde cada elemento como por exemplo, um demográfico, econômico ou de produção, atua como uma estrutura com sua própria lógica interna.

A realidade social, em sua essência, e a forma espacial que ela assume são produtos da interação contínua e dinâmica entre essas diversas estruturas. Por exemplo, a estrutura demográfica (o número, a densidade e a distribuição da população) interage com a estrutura econômica (as atividades produtivas e de consumo) para moldar o espaço físico. Essa articulação não é aleatória. Ela é um reflexo direto da distribuição da sociedade global no espaço, que se dá por meio de combinações específicas de capital e trabalho.

Essas combinações não apenas organizam a produção e a circulação, mas também conferem a cada unidade técnica (como uma fábrica, um hospital ou, no caso do nosso estudo, uma praça) um valor particular e uma função única dentro de um determinado lugar. Ou seja,

o valor de um elemento no espaço não é intrínseco, mas sim derivado de sua posição e de seu papel dentro do sistema total. Assim, a análise não se limita a descrever o elemento isoladamente, mas a decifrar as complexas relações que o conectam às demais estruturas, revelando como ele contribui para a forma e a função do espaço como um todo.

Longe de ser apenas um componente passivo, a infraestrutura emerge como a materialização do trabalho humano, uma força transformadora que cria um meio a partir do meio ecológico preexistente. O que era antes uma paisagem natural, torna-se um ambiente modificado, permeado por estradas, edifícios, redes de comunicação e, no contexto desta tese, praças públicas. Essa transformação reflete a histórica sobreposição da técnica sobre a natureza, tornando-as inseparáveis.

É nesse ponto que a escolha das praças públicas como objeto de análise se torna metodologicamente coerente. Elas não são vistas como espaços isolados, mas como um fragmento que carrega em si as características da totalidade urbana. Ao focar nesse fragmento, a análise se torna viável, permitindo aprofundar a investigação das complexas interações que ali se manifestam. A praça, portanto, funciona como um microcosmo da cidade, onde as estruturas demográficas (o fluxo de pessoas), econômicas (o comércio em seu entorno) e institucionais (as normas de uso e manutenção) convergem e se articulam. A seleção das praças, portanto, não é aleatória; ela é orientada por um eixo de análise previamente estabelecido, que as posiciona como um ponto de entrada para a compreensão de dinâmicas urbanas mais amplas.

A análise do espaço urbano, mesmo que focada em um fragmento específico como as praças, não pode ser compreendida plenamente sem a incorporação da análise histórica. O presente não é um momento isolado no tempo; ele é o resultado da produção histórica, de um processo contínuo de transformações. A história não deve ser vista como um fim em si mesma, uma "prospecção arqueológica", mas sim como uma ferramenta indispensável para entender as forças e as dinâmicas que moldaram a realidade atual. Ao olhar para o passado, é possível identificar as tendências e as linhas de força que definem o presente.

No entanto, por mais rigorosa e bem construída que seja a metodologia de análise, ela sempre enfrentará limitações práticas na sua aplicação. Essas limitações podem surgir de diversas fontes: a inerente complexidade da realidade urbana, a incompletude ou a dificuldade de acesso a dados relevantes. O reconhecimento dessas limitações não invalida a análise, mas reforça a necessidade de uma abordagem flexível e consciente dos desafios, aceitando que a



totalidade do espaço é, em última instância, uma construção dinâmica e em constante mudança.

As praças selecionadas para análise estão profundamente ligadas aos eixos urbanos mencionados na introdução, desempenhando um papel essencial na formação e estruturação da cidade de Criciúma. Cada uma dessas praças reflete aspectos distintos da história e da dinâmica social da cidade, funcionando como espaços de memória, interação e de disputas de poder. A seguir, detalha-se o motivo da escolha de cada uma delas, assim como os principais temas que serão explorados em cada caso.

A Praça do Trabalhador foi escolhida devido à sua proximidade com a linha férrea, um elemento fundamental para a configuração urbana de Criciúma, especialmente no que diz respeito à sua relação com as atividades carboníferas. Compreendida como um palimpsesto urbano, a praça reflete as diversas transformações pelas quais o espaço passou ao longo do tempo. Ela se apresenta como um ponto importante para entender a interação entre a evolução urbana e a atividade industrial, particularmente a mineração, que foi responsável por grande parte do crescimento da cidade.

A Praça da Chaminé foi selecionada por sua relação direta com a exploração de carvão mineral na região, uma atividade econômica central no processo de ocupação urbana de Criciúma. A praça simboliza o impacto dessa atividade na estrutura da cidade, funcionando como um marco de um passado industrial que ainda permeia a identidade local. O papel da mineração no desenvolvimento da cidade será explorado, considerando as consequências sociais, econômicas e urbanísticas dessa exploração.

A Praça Nereu Ramos, por ser considerada o núcleo inicial da cidade de Criciúma, será analisada como um símbolo da memória coletiva e da identidade local. Esta praça, além de representar o nascimento da cidade, tem uma importância cultural significativa. A análise se concentrará na origem da praça, nas transformações que ocorreram em seu entorno ao longo do tempo e no seu valor simbólico, levando em conta os eventos históricos que marcaram a cidade e as características arquitetônicas que ela preserva até hoje.

A Praça do Congresso, localizada em uma área central, será abordada em relação às dinâmicas da elite local e à especulação imobiliária, que influenciaram profundamente a configuração da cidade. A praça reflete a concentração de poder econômico e político e, ao longo de sua história, foi marcada por interesses imobiliários que moldaram o espaço urbano ao seu redor. O estudo explorará as edificações que a circundam, os conflitos sociais associados

ao seu entorno e as transformações urbanísticas que ocorreram ao longo do tempo, refletindo as tensões entre diferentes grupos sociais e interesses.

A Praça Maria Silva Rodrigues será analisada à luz das transformações socioeconômicas e culturais de Criciúma, com um foco especial no apagamento das antigas estruturas carboníferas da região para dar lugar ao espaço urbano atual. A diversidade religiosa, que também caracteriza essa área, será outro aspecto importante na análise, considerando como o catolicismo, predominante na cidade, se intercalou com outras crenças presentes na região. A desativação da ferrovia, que foi um marco no desenvolvimento da cidade, e o impacto dessas mudanças no bairro Comerciário também serão discutidos, assim como a transformação do espaço urbano e a dinâmica social e cultural que emergiu dessa transformação.

A Praça Domenico Sônego será abordada no contexto da centralidade das indústrias no desenvolvimento urbano de Criciúma. Localizada próxima da antiga CESACA, a praça se destaca por sua proximidade com as edições industriais e sua evolução ao longo do tempo, acompanhando o desenvolvimento econômico e urbano da região. A análise abordará a função da praça como um espaço de interação entre os trabalhadores e empresários, refletindo as relações sociais e de trabalho no contexto da industrialização de Criciúma.

A Praça da Santa Bárbara será explorada como um espaço que reflete as disputas de hierarquia e as questões de segregação racial e socioespacial, particularmente no contexto da mineração. A praça revela as desigualdades estruturais da cidade, com a concentração de recursos e serviços urbanos em algumas áreas, enquanto outras, especialmente aquelas habitadas por trabalhadores da mineração, eram marginalizadas. A presença de importantes símbolos religiosos e da vila operária na região também será analisada para compreender melhor os padrões de segregação social e os conflitos que surgiram ao longo do tempo.

A Praça Sebastião Toledo dos Santos será abordada como um espaço central para a educação e o desenvolvimento comunitário, com destaque para as atividades voltadas para a juventude local. O estudo analisará a importância da praça no desenvolvimento de programas sociais e educacionais, mostrando como o espaço se tornou um ponto focal para atividades voltadas ao crescimento pessoal e coletivo dos jovens. A praça será entendida como um ambiente de aprendizagem, tanto formal quanto não formal, e o impacto desse espaço no desenvolvimento social e cultural da comunidade local será discutido.

A Praça João Constante Milioli será analisada no contexto do caráter e identidade do bairro onde está localizada. A praça é um reflexo da história, cultura e dinâmica social da

comunidade local, e a análise se concentrará nos significados atribuídos a ela pelos moradores e no seu papel como um espaço de coesão e pertencimento. Serão investigados os usos dessa praça e a maneira como ela contribui para a identidade e a coesão social do bairro.

Por fim, a Praça da Resistência Democrática será explorada como um espaço de manifestação política, contrastando com o discurso oficial da cidade. A praça foi palco de manifestações que refletiram as tensões políticas e sociais da cidade consolidada pela construção do Monumento aos Desaparecidos Políticos. A análise se concentrará nesse espaço considerando seu papel na expressão da voz popular e na construção da narrativa política e institucional de Criciúma.

Essas praças, interligadas aos eixos urbanos já mencionados, desempenham papéis essenciais na estruturação da cidade e são fundamentais para compreender a evolução social, cultural e econômica de Criciúma. Elas refletem as tensões, as transformações e as identidades que definiram o caráter da cidade ao longo do tempo.

## 2.2. ENTRE O OLHAR E A CIDADE: A REFOTOGRAFIA COMO INSTRUMENTO DE INTERPRETAÇÃO URBANA

A fotografia emerge não como uma mera representação estática de um instante, mas como um campo dinâmico onde o tempo se acumula e a percepção se transforma. Diferente de uma prova irrefutável, a imagem fotográfica, com sua capacidade de mostrar sem necessariamente demonstrar, convida a uma leitura em constante mutação. A cada novo olhar, a fotografia é ressignificada pelo observador, que a altera com suas experiências e com o passar do tempo. Essa fluidez desmistifica a ideia de que a foto é um registro objetivo e imutável, revelando sua natureza profundamente subjetiva e relacional. (SCIANNA, 2015)

A fotografia, em sua onipresença, está intrinsecamente enraizada no tecido de nossa existência. Ela remodelou silenciosamente nossos hábitos de pensar, escrever e, sobretudo, de relembrar. O ato fotográfico, que consiste na seleção de um fragmento do mundo e de uma experiência particular, não é apenas um registro visual; ele é também uma interrupção, um recorte da realidade que ganha vida própria ao ser perpetuado. Esse processo de escolha, efetuado pelo fotógrafo, é o que confere à imagem sua densidade poética e sua potência narrativa, transformando o cotidiano em um objeto de contemplação.

Em última análise, a visualidade, enquanto objeto de estudo e análise, transcende a simples descrição do que é visto. Ela engloba a complexa teia de relações entre o observador, a imagem e o tempo. A visualidade na fotografia reside na sua capacidade de evocar, de provocar e de gerar novos significados a cada encontro. É a partir dessa perspectiva que a fotografia se revela não como um fim em si mesma, mas como uma ferramenta poderosa para a investigação da memória, da subjetividade e das transformações culturais que moldam nossa maneira de ver e interagir com o mundo.

No texto “O Historiador e a Fotografia”, a historiadora francesa Anne Marie Granet-Abisset (2002) problematiza o uso da fotografia no campo da pesquisa histórica. A autora observa que, apesar do caráter documental da imagem fotográfica, seu emprego como fonte ainda é restrito, prevalecendo o uso meramente ilustrativo em muitos trabalhos. Essa limitação contrasta com a tradição consolidada da história da arte, em que obras pictóricas são utilizadas de forma recorrente como fonte de análise. Nesse sentido, a fotografia ainda ocupa um espaço secundário, embora possua potencial para constituir objeto de investigação científica.

Para que a fotografia seja compreendida em sua dimensão documental, é necessário constituir um *corpus* organizado, com identificação, contextualização e datação dos registros. Esse procedimento metodológico transforma a imagem em documento analisável e abre a possibilidade de interpretação histórica. Além disso, Granet-Abisset ressalta que, em uma perspectiva interdisciplinar, diferentes áreas do conhecimento (como a sociologia, a antropologia e a própria história) podem adotar objetivos diversos em suas análises, mas todas reconhecem a fotografia como documento.

A autora enfatiza ainda que o trabalho com um conjunto de imagens não apenas amplia o repertório empírico do pesquisador, mas também permite o levantamento de problemáticas, a formulação de questões e a observação de temas que ultrapassam o caráter meramente ilustrativo. A comparação entre registros de origens e lógicas distintas sobre um mesmo tema é apontada como estratégia metodológica relevante, pois possibilita compreender disputas de representação, formas de construção da memória e diferentes modos de olhar.

Nesse contexto, Granet-Abisset (2002) reforça o caráter singular da fotografia como documento histórico, destacando sua especificidade em relação a outras formas de imagem:

[A fotografia] permite a verificação de elementos momentaneamente ocultos ou definitivamente desaparecidos. Nesse sentido, ela assume o caráter de uma fonte insubstituível. Diferentemente de outras categorias de

imagens, a fotografia, apesar de ser caráter intrinsecamente objetivo, só pode existir, só pode ser impressa se o modelo existiu realmente diante da objetiva. Não há criação mediada pela memória em laboratório ou em ateliê, como certas pinturas. (GRANET-ABISSET, 2002, p. 15)

A citação evidencia a dimensão de autenticidade atribuída à fotografia, cuja existência depende de um referente concreto diante da câmera. Tal característica distingue a fotografia de outras formas de representação, como a pintura, nas quais a memória ou a imaginação do autor desempenham papel central. Ao mesmo tempo, esse vínculo direto com o real não elimina a necessidade de análise crítica, uma vez que a produção, a circulação e o uso social das imagens também envolvem escolhas, mediações e intencionalidades que condicionam seu valor como fonte histórica.

A observação da autora logicamente não considerava a manipulação digital possível atualmente. Embora não seja um fator que precise ser compreendido neste estudo por conta da verossimilidade das fotografias trabalhadas, é importante mencionar que há a possibilidade de existir uma imagem diferente do que o fotógrafo identifica na sua frente durante o registro. É necessário referir-se à possibilidade de a fotografia sofrer influências ou manipulações tanto em sua produção quanto em sua apresentação, como ocorre em casos de montagens ou retoques por entender que essa intervenção possui uma intencionalidade e coloca em xeque a análise do documento como reforça Carvalho (1999, p. 265), "A fotografia é um referente do real, mas não a realidade recriada. O processo de reproduzir a realidade, através da fotografia ou com qualquer outra técnica de copiar, captar, gravar, será sempre um artefato artificial e parcial de percebermos a realidade".

Além das modificações e retoques possíveis com o avanço da tecnologia digital, destacam-se questões relacionadas ao enquadramento ao estilo estético do fotógrafo, pois o enquadrar é um ato que define o que é incluído, o que é focalizado e o que é excluído da imagem. Esse controle sobre a imagem final também envolve escolhas técnicas e subjetivas, como o tipo de lente, o equipamento utilizado, o processo de revelação, o papel fotográfico, o momento do registro e as relações estabelecidas com os sujeitos retratados. Tais fatores, ao estarem sob domínio direto do fotógrafo, podem interferir na leitura e limitar a confiabilidade da fotografia enquanto dado para as ciências sociais.

O uso de fotografias em ordem cronológica tem aparecido em pesquisas acadêmicas por muitos anos para mostrar mudanças numa lógica comparativa como estratégia, mas sem a abordagem teórica do método. Muitos dos estudos no campo da sociologia se interessam

em estudar mudanças, principalmente as sociais, utilizando as fotografias para esta finalidade. Entretanto, é recente a compreensão dessa prática como método. O americano Jon H. Rieger (2020) no seu texto *Rephotography for Documenting Social Change* apresenta um compilado da sua trajetória com a fotografia estabelecendo o documento fotográfica como uma fonte de pesquisa.

A obra de Rieger representa um marco fundamental no campo da sociologia visual. Seu projeto fotográfico é uma trajetória de longo prazo. O projeto iniciado em 1960 documentando as mudanças sociais no Condado de Ontonagon, Michigan, é considerado o estudo visual contínuo de maior duração a nível mundial. As metodologias inovadoras e os artigos pioneiros de Rieger ajudaram a estabelecer uma nova abordagem para a sociologia. Numa abordagem interdisciplinar, é possível ampliar os critérios de análise evidenciando as possibilidades que a fotografia possui como documento e como evidência ao articular-se com outros métodos e teorias.

A pesquisa sobre um fenômeno complexo, como a mudança social, exige o uso de indicadores. A mudança social é medida analisando uma variedade de fatores, como mudanças em estatísticas de população e emprego, em atitudes e práticas sociais, e no tamanho físico, caráter e condição da paisagem construída. As mudanças em uma parte da estrutura social geralmente levam a mudanças em outras, pois todas essas variáveis materiais e não materiais estão interconectadas. (RIEGER, 2020)

Essa reflexão abre a lacuna para compreensão do uso da *Rephotography*, refotografia numa tradução livre ou ainda fotografia repetida num termo mais formal, não só como uma documentação das mudanças sociais, mas também a sua interpretação a partir da paisagem como define Klett (2020). Mark Klett é um fotógrafo cujo percurso profissional transita da sua formação base na geologia para a prática artística. Sua obra se dedica a criar trabalhos que se relacionam com imagens históricas, explorar as conexões entre tempo, mudança e percepção, e investigar a linguagem do meio fotográfico por meio da tecnologia.

No texto *Rephotography in Landscape Research*, Klett tratada sobre mais precisamente de questões relacionadas a espacialidade da fotografia que influenciam diretamente na percepção do estudo comparado. O texto revela a importância de duplicar a localização espacial (ponto de vista) e as condições de iluminação para documentar com o máximo de veracidade as mudanças físicas no ambiente.

As fotografias repetidas se baseiam em uma linguagem visual que é quase universal. A capacidade de comparar duas imagens de um mesmo lugar, mas diferentes, facilita a comparação de fotografias e a identificação de mudanças, e seu uso abrange uma gama de interesses e níveis de experiência do espectador. No entanto, a capacidade de interpretar essas diferenças não é universal, porque quando duas fotografias pareadas, a combinação pode ilustrar a mudança e a passagem do tempo, mas nenhuma das imagens por si só pode explicar os eventos que levaram a essa mudança.

Uma fotografia feita em um momento nunca pode ser replicada exatamente em outro. Existem muitas escolhas, algumas imprevistas, que qualquer pessoa que tenta repetir uma fotografia anterior enfrenta, e as decisões tomadas em campo podem, muitas vezes, tornar a imagem repetida ainda mais atraente e informativa quando vista com a original. Na prática, repetir uma fotografia muitas vezes não é tão simples quanto colocar uma nova câmera nos furos do tripé da antiga e fazer uma nova fotografia. Existem escolhas, bem como opções metodológicas, que podem tornar a prática mais versátil e recompensadora.

Na refotografia, o foco da repetição de uma imagem existente pode ser explorar mudanças físicas, mas também o significado de uma fotografia original, o tempo ou eventos históricos por trás da fotografia, as diferenças entre culturas nas vistas, ou as decisões tomadas pelo fotógrafo. Refotografias tem a capacidade de ilustrar a mudança e oferecem uma contribuição única ao meio da fotografia ao também propor questões sobre o tempo.

The new image typically repeats the spatial location and subject of the original, showing the viewer the same scene once again and inviting comparison. Repeating a photograph results in a photographic diptych that spans an intervening period of time. The photographs act like bookends to the time in between, and the combination raises questions about what is not seen as well as what is seen in either photo. This combination can be enormously helpful in describing the actions of time and change, and is often used to document landscapes that have been altered by natural forces and man-made interventions. (KLETT, 2020, p.114)<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> A nova imagem geralmente repete a localização espacial e o assunto da [imagem] original, mostrando ao espectador a mesma cena novamente e convidando à comparação. Repetir uma fotografia resulta em um díptico fotográfico que abrange um período intermediário. As fotografias atuam como "suportes" para o tempo entre elas, e a combinação levanta questões sobre o que não é visto, bem como o que é visto em qualquer uma das fotos. Essa combinação pode ser extremamente útil para descrever as ações do tempo e da mudança, e é frequentemente usada para documentar paisagens que foram alteradas por forças naturais e intervenções humanas.

É importante ressaltar que, enquanto as fotografias podem revelar mudanças, a interpretação da sua relevância substantiva exige uma análise profunda, interpretada em relação a outras evidências e ao fio condutor, garantindo que o significado e a importância dos dados visuais sejam verificados em um contexto mais amplo.

Interpretar as fotografias sozinhas sem o reforço contextual de outras informações é um erro comum. É necessário que as fotografias sejam articuladas com outras fontes, principalmente pesquisas bibliográficas e com documentos oficiais, como o caso desta tese. Assim como as tabelas e gráficos, as fotos não devem ser usadas sem interpretação ou explicação. A estratégia mais eficaz que podemos usar para estudar a mudança social visualmente é "refotografar" locais ou coisas que nós (ou outros) documentamos anteriormente, o que possibilita documentar sistematicamente o 'ambiente construído'.

Para estabelecer uma relação comparativa entre tempos do ambiente construído, é preciso analisar a partir do que Rieger (2020) chama de análise retrospectiva (Quadro 2). Na análise retrospectiva das transformações, é possível, em determinadas circunstâncias, reconstruir as condições de um período anterior a partir do exame de registros fotográficos preexistentes, os quais podem desempenhar a função de substitutos das verificações não realizadas no momento original.

**Quadro 2 – Elementos estruturadores para a análise retrospectiva**

| <b>ASPECTO</b>                   | <b>ABORDAGEM</b>                                                                                                                                                              |
|----------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>DEFINIÇÃO</b>                 | Reconstrução do Tempo 1 a partir de registros anteriores, comparados com dados do Tempo 2.                                                                                    |
| <b>FONTE DE DADOS DO TEMPO 1</b> | Fotografias ou documentos pré-existent armazenados em Centros de Documentação, Arquivos Históricos ou acervos particulares bem armazenados.                                   |
| <b>LINHA DE BASE</b>             | Derivada de registros elencados, fora do controle do pesquisador. Mas, o pesquisador retoma o controle quando estabelece critérios para a seleção das fotografias históricas. |
| <b>COMPARAÇÃO COM TEMPO 2</b>    | Resultado da Refotografia alinhado à demais dados atuais comparados às fotos do Tempo 01 e outros registros passados.                                                         |
| <b>DESAFIOS PRÁTICOS</b>         | Elevados, devido à variabilidade de qualidade e disponibilidade das imagens/documentos.                                                                                       |

Fonte: do autor baseado em Rieger (2020)

Esses documentos visuais estabelecem uma linha de base para o que será refotografado. A síntese da análise retrospectiva da mudança envolve desafios metodológicos relevantes, uma



vez que sua eficácia depende da qualidade dos registros disponíveis e da presença de outras evidências documentais, em grande parte fora do controle do pesquisador. (RIEGER, 2020)

Para isso, o trabalho de seleção do material prévio deve ser realizado de forma sistemática para possibilitar a articulação com outras fontes no momento da análise. Fotografias que estão preservadas em centros de documentação e/ou arquivos históricos se tornam mais eficazes no processo de escolha dos ângulos a serem comparados.

As fotografias antigas utilizadas na pesquisa foram selecionadas a partir de diferentes origens documentais, com destaque para o Arquivo Histórico Pedro Milanez, o acervo pessoal de pesquisadores da região e registros disponíveis em trabalhos acadêmicos, como teses e dissertações, que estão referenciadas quando utilizadas. Essa diversidade de acervos garante amplitude e legitimidade ao corpus iconográfico, ao mesmo tempo em que evidencia a pluralidade de olhares sobre a formação e transformação do espaço urbano de Criciúma.

Os critérios de seleção das imagens foram definidos a partir do mapa de recortes apresentado na introdução (Figura 06), que identificou as praças a serem adotadas como ponto de análise. Todas as fotografias escolhidas apresentam perspectiva aérea, o que facilita a observação de padrões de crescimento, ocupação e alterações no tecido da cidade. Além disso, também se considerou a possibilidade de identificação de permanências no espaço urbano atual. Outro critério essencial foi a viabilidade de localização do ponto de vista original, possibilitando a execução da refotografia. Embora nem sempre fosse possível reproduzir o ângulo exato da fotografia antiga, buscou-se obter registros aproximados que assegurassem a comparação entre passado e presente.

Após a seleção, o material foi sistematicamente organizado e codificado em uma planilha (Quadro 3), contendo informações essenciais para a análise: código identificador, nome do lugar representado, ano da fotografia e fonte de origem. Esse procedimento metodológico conferiu maior controle ao conjunto documental, permitindo não apenas a rastreabilidade das imagens, mas também a integração do material iconográfico ao banco de dados geral da pesquisa.

**Quadro 3 – Codificação e descrição das fotografias coletadas**

| Recorte | Praça | Número | Descrição                                                                                                                                    | Ano  | Fonte                                     |
|---------|-------|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|-------------------------------------------|
| 1       | A     | 1      | Vista aérea da Igreja Nossa Senhora da Salete                                                                                                | 1950 | Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez |
| 1       | A     | 2      | Vista aérea da Igreja Nossa Senhora da Salete com a linha férrea e a caixa de embarque de carvão, à esquerda                                 | 1950 | Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez |
| 1       | B     | 3      | Vista da estrada de ferro e da Av. General Osvaldo Pinto da Veiga, detalhe do açude a esquerda onde viria a ser a Praça da Chaminé           | 1950 | Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez |
| 1       | B     | 4      | Vista do complexo da CSN no Bairro Próspera                                                                                                  | 1950 | Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez |
| 1       | B     | 5      | Vista aérea parcial da Próspera com a Rua General Osvaldo Pinto da Veiga conectada a recém construída Avenida Axial                          | 1970 | Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez |
| 2       | C     | 6      | Vista aérea da Praça do Congresso e edificações do entorno                                                                                   | 1970 | Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez |
| 2       | C     | 7      | Vista aérea da Praça do Congresso e edificações do entorno                                                                                   | 1968 | Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez |
| 2       | D     | 8      | Vista aérea superior da Praça Nereu Ramos com detalhe na Praça da Bandeira e o Monumento aos Homens do Carvão ainda no centro da Nereu Ramos | 1930 | Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez |
| 2       | D     | 9      | Vista parcial da Praça Nereu Ramos sentido sul da Rua Conselheiro João Zanette                                                               | 1920 | Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez |
| 2       | D     | 10     | Vista parcial da Praça Nereu Ramos sentido sul da Rua Conselheiro João Zanette                                                               | 1960 | Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez |
| 2       | D     | 11     | Vista parcial da Praça Nereu Ramos com a Catedral São José em destaque                                                                       | 1960 | Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez |
| 2       | D     | 12     | Vista parcial da Praça Nereu Ramos com a Catedral São José em destaque                                                                       | 1950 | Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez |
| 2       | E     | 13     | Vista da Avenida Centenário e do Encontro das ruas Marechal Deodoro e Santa Catarina                                                         | 1981 | Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez |

## (Continuação do Quadro 3)

| Recorte | Praça | Número | Descrição                                                                                                                             | Ano  | Fonte                                     |
|---------|-------|--------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|-------------------------------------------|
| 2       | E     | 14     | Vista parcial das Casas de Turma com a Igreja Assembleia de Deus ao fundo                                                             | 1980 | Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez |
| 2       | E     | 15     | Vista parcial da Praça Maria Silva Rodrigues com a Igreja Assembleia de Deus ao fundo                                                 | 1981 | Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez |
| 3       | F     | 16     | Vista aérea do pavilhão da CESACA ao centro, na direita a Praça Giácomo Sônego e abaixo à esquerda a Prefeitura Municipal de Criciúma | 1978 | Criciúma Amor e Trabalho                  |
| 3       | G     | 17     | Imagem tratada com vista aérea da Praça da Santa Bárbara                                                                              | 1953 | Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez |
| 3       | G     | 18     | Vista aérea da Igreja de Santa Bárbara                                                                                                | 2016 | Acervo da Igreja Matriz Santa Bárbara     |
| 3       | G     | 19     | Curtume Dal Bó                                                                                                                        | 1976 | Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez |
| 3       | G     | 20     | Vista do antigo aeroporto Leoberto Leal                                                                                               | 1978 | Criciúma Amor e Trabalho                  |
| 4       | H     | 21     | Transição entre os bairros Santa Bárbara e Pinheirinho                                                                                | 1978 | Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez |
| 4       | H     | 22     | Praça Sebastião Toledo dos Santos                                                                                                     | 1980 | Acervo do Bairro da Juventude             |
| 4       | H / I | 23     | Vista aérea da Satc                                                                                                                   | 1970 | Acervo Documental da SATC                 |
| 4       | I / J | 24     | Vista aérea do bairro Santa Luzia                                                                                                     | 2022 | Jornal Santa Luzia                        |

Fonte: do autor

A etapa seguinte consistiu na aplicação da técnica da refotografia (Rieger, 2020), que tem como princípio a reprodução contemporânea de imagens históricas a partir de pontos de vista semelhantes. A partir das fotografias antigas previamente selecionadas, foram realizadas saídas de campo para identificar os locais correspondentes e registrar novas imagens com o auxílio de um drone. Embora nem sempre fosse possível reproduzir exatamente o mesmo ângulo, devido às transformações urbanas, ao acesso restrito ou à ausência de referências físicas preservadas, buscou-se assegurar a maior proximidade possível com o enquadramento original. Esse cuidado metodológico garantiu a comparabilidade entre os registros do passado e do presente, permitindo evidenciar tanto as permanências quanto as transformações ocorridas ao longo do tempo.

É importante reforçar que a refotografia, nesse contexto, não foi tratada apenas como recurso ilustrativo, mas como uma ferramenta analítica, capaz de revelar de forma visual os processos de mudança no espaço urbano que serviram de subsídio para o desenvolvimento do texto. A comparação entre as imagens possibilitou identificar continuidades, rupturas e elementos de descaracterização do patrimônio, oferecendo subsídios para compreender as dinâmicas de transformação da cidade em diálogo com os conceitos condutores da pesquisa. Dessa maneira, o cruzamento entre fotografia histórica, refotografia e a teoria amplia as possibilidades interpretativas e confere densidade à análise.

Para viabilizar a análise sistemática, as fotografias históricas e contemporâneas foram organizadas em pares comparativos<sup>25</sup>, codificados e vinculados às informações constantes na planilha geral do conjunto fotográfico. Essa organização permitiu associar cada conjunto de imagens ao seu contexto documental (ano, local e fonte), estabelecendo uma base coerente para a interpretação. A comparação visual foi acompanhada de uma leitura analítica (a partir de elementos de apreensão do espaço urbano descritos no item 2.3), que buscou não apenas descrever diferenças estéticas ou formais, mas compreender os processos sociais, políticos e institucionais que explicam as transformações observadas.

Assim, o procedimento adotado articula a refotografia e a análise comparada como instrumentos que transcendem a dimensão descritiva e alcançam uma perspectiva crítica. Ao confrontar passado e presente, o procedimento evidencia a relação entre memória, patrimônio e urbanização, inscrevendo as imagens em um debate mais amplo sobre identidade, transformação e permanência no espaço urbano de Criciúma.

Em conjunto, os procedimentos adotados constituem um percurso integrado de investigação. Essa estrutura permitiu reunir, organizar e confrontar diferentes tipos de documentos digitais e digitalizados, assegurando tanto a diversidade das fontes quanto a consistência do *corpus*. Mais do que uma sequência técnica, trata-se de uma proposta que responde às lacunas teórico-metodológicas ainda existentes no campo, ao reconhecer o potencial das fontes digitais e iconográficas como instrumentos legítimos de análise. Dessa forma, o itinerário aqui delineado não apenas sustenta as análises desenvolvidas no trabalho, mas também pretende contribuir para o debate acadêmico mais amplo sobre os usos, limites

---

<sup>25</sup> O material produzido por este método encontra-se como apêndice a este trabalho.

e possibilidades do uso da fotografia no estudo das transformações urbanas e do patrimônio cultural.

### 2.3. SÍNTESE ANALÍTICA: APREENSÃO DO ESPAÇO URBANO A PARTIR DE KOHSLDORF

Para contribuir com a análise retrospectiva, a pesquisa apoia-se na apreensão da forma urbana a partir de Kohlsdorf. Maria Elaine Kohlsdorf foi uma arquiteta e urbanista brasileira que atuou como professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Sua contribuição tem ênfase em percepção do espaço, configuração e morfologia urbana. Seus estudos e pesquisas concentram-se na aplicação de teoria e metodologia ao projeto de espaços socialmente utilizados, além de investigações em assentamentos informais e/ou pré-existentes, contribuindo de maneira significativa para o entendimento e aprimoramento desses contextos urbanos.

A análise de apreensão do espaço urbano pode contribuir para uma compreensão mais profunda do conceito de cidade como palimpsesto, permitindo que sejam identificadas não apenas as camadas visíveis da cidade, mas também as diferentes formas de apropriação e significação do espaço urbano ao longo do tempo. Assim, a metodologia de análise de apreensão do espaço urbano pode contribuir para uma compreensão mais profunda do conceito de cidade como palimpsesto, permitindo que sejam identificadas não apenas as camadas visíveis da cidade, mas também as diferentes formas de apropriação e significação do espaço urbano ao longo do tempo.

A metodologia de Kohlsdorf (1996) é baseada em dois princípios fundamentais: a ideia de que a percepção e a apreensão do espaço urbano são influenciadas por fatores sociais, culturais, econômicos e históricos, e a ideia de que o espaço urbano é um sistema complexo e dinâmico, em constante transformação. A metodologia tem sido utilizada em diversos estudos e projetos de arquitetura e urbanismo no Brasil e no exterior, contribuindo para uma compreensão mais completa e integrada do espaço urbano e das formas como as pessoas o utilizam e interagem com ele.

Ao utilizar a metodologia de análise de apreensão do espaço urbano de Kohlsdorf, é possível identificar como as pessoas percebem e utilizam as diferentes camadas da cidade, ou

seja, como elas interpretam e se relacionam com as diferentes formas e significados do espaço urbano.

A construção desse conceito surge a partir da perspectiva interdisciplinar envolvendo conceitos da arquitetura e urbanismo junto com a geografia e a história visto que, para a autora, cada campo de pesquisa acadêmica apresenta conhecimento sobre o conjunto de características formadoras do aspecto urbano. Não se trata de meras transições teóricas, mas sim o um conjunto de todas as partes envolvidas.

A autora ainda fala que a cidade é também resultado de um conjunto de fenômenos arquitetônicos que podem ser analisados tanto pela sua produção quanto pela sua utilização. A partir das características de produção, é possível identificar relações do ser humano com a natureza, estratégias de poder, processos de trabalho e os significados do que foi concretizado. Já as características de utilização abordam o espaço como objeto de consumo e que se constituem de práticas sociais ocorridas no meio físico. Ou seja, produção e utilização não podem ser desassociadas.

Ainda, ela defende que a produção arquitetônica reflete diretamente no espaço urbano não só na sua materialidade, mas também contribuem com informações que serão analisadas e interpretadas pelos transeuntes com o passar do tempo. A apreensão se dá nesse ponto, onde as mensagens transmitidas apresentam uma gama de possibilidades como, por exemplo, pertencimento, localização, orientação e referência e todas as informações incluídas no que Lynch chama de legibilidade.

A metodologia de análise será conduzida através da criação de quadros analíticos (Quadro 4) a partir da refotografia, os quais a síntese foi elaborada a partir das observações realizadas durante o processo de caminhar, conforme mencionado anteriormente na seção 1.2. Kohlsdorf (1996) categoriza (Quadro 5) essa apreensão como um processo de registro individual e subjetivo, os quais refletem os valores visuais da cidade conforme percebidos pelo sujeito, com base em suas experiências, trajetória e conhecimento adquirido.

Quadro 4 – Exemplo de quadro analítico

| ANÁLISE COMPARATIVA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                                                             |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Localização:<br><i>Espaço para descrição do local, do edifício, endereço e informações relevantes para localização</i>                                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                             |
| Foto 01:                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | Foto 02:                                                                                                                                                    |
| <i>Este espaço é destinado à fotografia histórica conforme previsto no Quadro 3. Poderá sofrer edições que facilitem a leitura da imagem</i>                                                                                                                                                                                           | <i>Este espaço é destinado à fotografia atual feita a partir da refotografia. Poderá sofrer edições que facilitem a leitura da imagem para a comparação</i> |
| Fonte: <i>Espaço para a fonte da fotografia</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Fonte: do autor, 2025                                                                                                                                       |
| Resultados da análise:                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                             |
| <i>Este espaço é destinado ao texto resultante do comparativo a partir do olhar do pesquisador, articulado com a teoria apresentada. Aqui serão relatados os elementos indicados no quadro 4 para que a leitura comparativa documente a percepção do autor para além dos rastros e percepções da flânerie. É a síntese da leitura.</i> |                                                                                                                                                             |

Fonte: do autor

Quadro 5 – Descrição dos elementos de análise

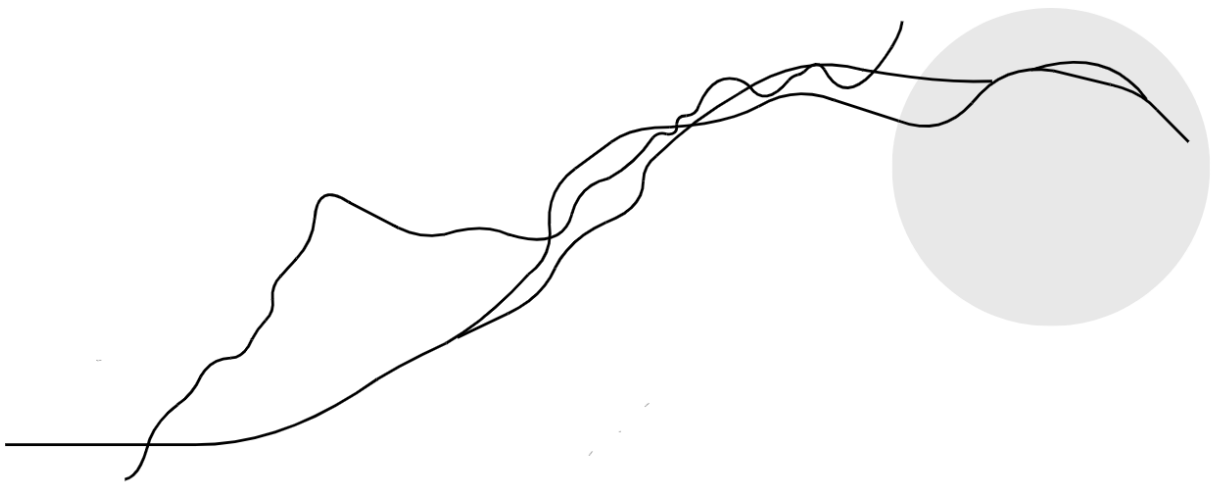
| Característica | Fator de análise                                                                                                                                                                       |
|----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Espaço         | Identificação das permanências e demolições de construções e/ou demais elementos que configurem a relação entre os períodos fotografados                                               |
| Caminhos       | Hierarquia: a hierarquia dos caminhos se dá por elementos próprios como destinos, pontos de origem e características da dinâmica local                                                 |
|                | Planos Verticais: Os planos verticais são elevações das vias que possibilitam a leitura de coroamento das edificações, estilos arquitetônicos e o impacto no <i>skyline</i> da cidade. |
| Limites        | Naturais: elementos do sítio físico que se caracterizam como elementos limítrofes do espaço                                                                                            |
|                | Construídos: elementos significativos e seriais que foram construídos com o objetivo de demarcar eixos, bordas, divisões, entre outras fronteiras.                                     |
| Pontos Focais  | Elementos do espaço urbano que são apropriados a partir do uso. Seu principal atributo é o movimento e geralmente são percebidos como pontos de convergência                           |
| Marcos Visuais | Elementos edificados no espaço urbano que atuam como ponto de referência independente do seu uso. Destacam-se a partir do contraste e da identidade que configuram ao local.           |

Fonte: do autor, 2024. Adaptado de Kohlsdorf (1996); Rezende (2016); Rios, Costa, Mendes (2016)

É importante salientar que o mapa mental pode ser elaborado levando em conta uma variedade de fatores que sejam considerados relevantes para a obtenção de informações durante o percurso. Como ponto de partida, são definidos quatro itens de verificação para fundamentar a discussão, os quais serão desenvolvidos em conjunto com os dois próximos tópicos abordados neste capítulo. O Quadro 5 (acima) apresenta as características a serem consideradas, os fatores a serem analisados e a técnica de registro a ser empregada.

Além disso, é fundamental destacar que o mapa mental pode ser adaptado de acordo com a natureza específica do assunto em questão, podendo incluir aspectos como contextos históricos, influências culturais e implicações socioeconômicas. A flexibilidade dessa ferramenta permite uma abordagem abrangente e personalizada, facilitando a compreensão e a organização das informações relevantes para a discussão em curso.





### 3. A PRÓSPERA: A EXPLORAÇÃO DO CARVÃO E OS REFLEXOS NO ESPAÇO URBANO

Este capítulo trata da região conhecida como Grande Próspera (Figura 7) e foi subdividida a partir da localização das duas principais praças existentes nesse local. A Grande Próspera foi uma região fundamental para o início das atividades de exploração do carvão na região. Desde o início do século XIX se sabia da existência de carvão mineral pelo sul do Brasil, mas só no final do mesmo século que as primeiras tentativas de minério foram iniciadas.

Essa região específica tem sua história marcada por Antônio Daré, responsável pela abertura da mina Santa Maria contemporânea a Carbonífera Colônia Ltda. Porém, a mina de Daré foi fechada por irregularidades e a Colônia foi se aperfeiçoando até ser chamada de Sociedade Carbonífera Próspera S/A. A Sociedade Carbonífera S/A foi, a partir de 1930, fator determinante na alteração do espaço local e, conseqüentemente, na paisagem urbana, em prol das atividades que estavam em ascensão depois de um período de oscilações. (MILANEZ, 1991)

Esse início marca o ponto de partida de uma análise socioeconômica desenvolvida a partir dos conceitos discutidos nos capítulos anteriores. Esse entendimento permite que o espaço urbano seja analisado a partir das percepções, existências, memórias e outros elementos que compõe a experiência do lugar.

**Figura 7 – Vista geral do Bairro Próspera em 2025**



Fonte: do autor, 2025.

### 3.1. PRAÇA DO TRABALHADOR: PROCESSOS DE HIGIENIZAÇÃO E O DISCURSO DE MODERNIZAÇÃO

**Figura 8** – Mapa de localização e implantação da Praça do Trabalhador



Fonte: Portal ICAD. Adaptação do autor, 2025.

O início deste percurso tem como ponto de partida a Praça do Trabalhador, localizada no bairro Próspera (Figura 8). Essa praça é de caráter linear que está inserida em uma localização privilegiada e bastante central do bairro. É um espaço público amplo que contém ambientes de contemplação, descanso, lazer, práticas esportivas, atividades culturais, entre outros eventos. Mas, além disso, é também um espaço simbólico para a memória de muitos trabalhadores e, por isso, a praça foi batizada com esse nome.

A praça ainda apresenta uma série de elementos originais de quando foi construída: o mobiliário de concreto, a pavimentação em *petit pave* com paginação do símbolo da cidade em composição de pedras pretas e brancas, o ponto de ônibus na testada da Rua General Osvaldo Pinto da Veiga. O registro do tempo fica a cargo das árvores que cresceram e da umidade acumulada nos cantos das calçadas e de todo o concreto. O desenho da praça segue

os preceitos do modernismo com tendência brutalista<sup>26</sup>, estilo adotado pelo arquiteto curitibano Manoel Coelho nas obras que simbolizaram o centenário da cidade.

Essa praça foi inaugurada em 1984 fazendo parte desse circuito de intervenções que marcariam os 100 anos de colonização. Os desníveis da praça que ficam evidentes com as escadarias de acesso e os platôs que se formam ao longo do percurso evidenciam um sítio de relevo considerável. Nesse momento, cabe registrar que a construção dessa praça faz parte de um processo de metamorfose de pontos específicos da cidade que estão diretamente conectados entre si e tem um elemento em comum: são espaços que evidenciavam a existência das atividades carboníferas. (VIEIRA, 2010)

No mesmo local, entre os anos 1930 e 1970, estava localizada a mina Congonhas, uma das primeiras bocas de mina abertas pela Carbonífera Próspera que se situava no norte da praça atual. Partindo da boca da mina a sentido sul, o espaço onde hoje são as quadras poliesportivas era o pátio de manobra dos maquinários, em seguida, no ponto mais ao centro da praça, existia um galpão de madeira que foi edificado com a finalidade de depositar a matéria prima após a extração e, nesse mesmo local, mulheres atuavam como escolhedeiras para que elas pudessem retirar manualmente dejetos e impurezas que vinham junto com o carvão mineral no momento da extração.

Mais abaixo, quase no final da atual praça, estava localizada a estrutura da caixa de embarque que era utilizada para abastecer os vagões que levariam o carvão mineral para o porto de Imbituba. Ao lado de onde existia a caixa de embarque é o local da Igreja Nossa Senhora da Salete, que também representa um processo de sobreposição histórica e arquitetônica. (Ver Apêndice B – Quadro Analítico 1)

A Igreja Nossa Senhora da Salete é um projeto do arquiteto e urbanista Fernando Carneiro desenvolvido nos anos 1950 e, mesmo construída antes da Praça do Trabalhador, também segue os princípios estéticos da arquitetura moderna. A arquitetura da igreja se destaca pelos grandes planos formados pelos telhados que inclinam o olhar e direção ao céu

---

<sup>26</sup> O brutalismo na arquitetura e no urbanismo brasileiros emergiu entre as décadas de 1950 e 1970, inspirado no *béton brut* de Le Corbusier e reinterpretado em contexto nacional por arquitetos como João Batista Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha e Lina Bo Bardi. Configurou-se como uma postura ética e construtiva, marcada pela expressividade do concreto aparente, pela ênfase na estrutura e pela busca de uma estética da verdade material. No Brasil, o movimento associou-se também a ideais de função social da arquitetura, refletindo uma visão crítica e comprometida com a coletividade e com o espaço urbano enquanto instrumento de transformação social.



e dão um aspecto monumental para a edificação. Além disso, ela está construída a quase 4 metros do nível da rua, o que reforça sua posição de destaque na paisagem do bairro.

Assim como a praça que foi construída sobrepondo uma estrutura existente, a igreja também não foi a primeira edificação religiosa do bairro. De acordo com Costa (1999), a primeira construção destinada a cultos católicos era uma capela de madeira que existia onde hoje está construído o Colégio Estadual Heriberto Hulse, ao sul do local onde hoje é a igreja. Cabe destacar aqui, mais uma evidência de demolições e construções que vão construindo camadas na paisagem da cidade, ou como diria Michel de Certeau (1998), uma sequência de tempos empilhados.

**Figura 9** – Igreja Nossa Senhora da Salete em 1970



Fonte: Foto Zapellini, 1970. Disponível em: <<https://www.carneiro.arq.br/prospera.html>>

De acordo com Silva e Moraes (2001), a construção dessa pequena capela de madeira na atual rua Engenheiro Loja foi uma iniciativa dos próprios moradores locais que ali moravam nas vilas operárias e trabalhavam na carbonífera. Ainda, as autoras levantam que com o passar dos anos e o aumento da oferta de empregos na carbonífera, resultou no aumento de moradores e moradoras na região e que esse teria sido o motivo para o aumento do número

de fiéis e, automaticamente, a capela tinha espaço insuficiente para abrigar todos que queriam ir à missa às quartas e domingos.

Logo no começo dos anos 1950 a comunidade construiu uma outra capela mais próxima da caixa de embarque de carvão, também em madeira, já no local onde seria construída a igreja Nossa Senhora da Salete posteriormente. As missas nessa segunda capela aconteciam uma vez ao mês e eram celebradas pelo Padre Pedro Baldoncini, pároco da matriz São José (localizada no centro da cidade próximo da Praça Nereu Ramos que será abordada nos capítulos seguintes) e tinha também o auxílio do Padre Agenor Neves Marques (COSTA, 1999; SILVA; MORAES, 2001)

Foi então que em 1956 foi desenvolvido o projeto arquitetônico da nova igreja. O arquiteto Fernando Carneiro desenvolveu uma planta baixa em formato de cruz e trabalhou a estrutura de modo que as paredes e a cobertura são um elemento só (o que era considerado bastante arrojado para a época) desenvolvendo um jogo de formas que para o arquiteto seria uma representação simbólica da Santíssima Trindade. (Figura 10)

**Figura 10** – Vista aérea da Igreja Nossa Senhora da Salete: Implantação em formato de cruz



Fonte: Acervo do Escritório Carneiro Arquitetos Associados. Provavelmente década de 1970.  
Disponível em: <<https://www.carneiro.arq.br/prospera.html>>

O início da construção foi em 1957 com a colocação da primeira pedra até conclusão dos alicerces ainda naquele ano até que em fevereiro de 1958 a Carbonífera Próspera contribuiu com a doação de materiais para andaimes e estruturas de apoio e uma quantia em espécie, além de já ter doado o terreno anteriormente para a construção da segunda capela. Além da contribuição institucional, a obra da igreja também recebeu – indiretamente – contribuições dos próprios mineiros que tiveram descontos nas suas folhas de pagamento que foram destinados à construção e, também, foram celebrados alguns eventos para a arrecadação de verba. Esse fato evidencia e comprova a influência da igreja católica para com os operários. (COSTA, 1999)

No ano de 1959 a segunda capela foi demolida e no início dos anos 1960 a igreja foi concluída. Depois de pronta, o interior da igreja foi mobiliado e as obras de arte que representam a *Via Crucis* são de autoria do artista catarinense Willy Zumblick<sup>27</sup>. (COSTA, 1999).

Na sua dissertação de mestrado, a historiadora Marli de Oliveira Costa (1999) descreve a paisagem do local a partir da imaginação ao narrar a experiência de alguém que poderia ter vivido no bairro Próspera no período de extração e retornado depois de um tempo:

Para mostrar o movimento, as mudanças ocorridas no espaço da Vila, invoco a imaginação. Imagino que uma pessoa, após ter vivido na Próspera nos anos da intensa extração do carvão, tenha ido embora e retornado neste momento, virada do século XX. Esta pessoa poderia até localizar-se espacialmente, mas não reconheceria mais os espaços, pois, muitos deles transformaram-se de lugares de trabalho em espaços de lazer, de locais de moradia em lugares de compra, outra relação de trabalho. Alguns permaneceram como monumentos e funcionam como lugares de memória, como o caso do local, hoje conhecido como Praça do Trabalhador, construída em 1984, lugar onde acontecem as festas religiosas da Igreja Católica e os comícios políticos em tempos de eleições, constituído de quadra de esportes, e por onde circulam jovens casais de namorados. Nos anos 50 era um espaço de trabalho, com a caixa de embarque do carvão, o galpão da escolha, e a mina Congonhas que ficava logo atrás. Seu nome não é à toa e tem um significado profundo na memória daqueles que trabalharam nesses locais. (COSTA, 1999, p.59-60)

A partir dessa análise, é evidente que as transformações na estrutura urbana e arquitetônica do recorte em questão estão conectadas a partir da história da cidade. Entretanto, percebe-se que essa constatação se dá exclusivamente para pessoas que puderam

---

<sup>27</sup> Willy Alfredo Zumblick (1913–2008) foi um artista plástico nascido em Tubarão/SC, amplamente reconhecido por suas pinturas. Autodidata, suas obras abordaram, em sua maioria, os aspectos históricos e sociais da gente de sua região.

vivenciar esses dois momentos e que não há evidências (nem arquitetônicas, nem urbanas, nem sociais, nem econômicas) das atividades carboníferas no bairro a ponto de que essa camada da história possa ser perpetuada para as futuras gerações. (Ver Apêndice B – Quadro Analítico 2)

Existem muitas produções científicas que retratam esse período, mas que, infelizmente, são acessadas somente pelos pesquisadores e interessados no assunto, deixando uma grande parcela da população sem esse conhecimento (mesmo que o acesso seja livre) e por isso o apagamento dessas memórias é cada vez mais presente.

Esses dois espaços estão localizados na Rua General Osvaldo Pinto da Veiga que além da ferrovia é um importante eixo coletor do bairro Próspera que também já foi o único acesso da cidade. Essa rua faz parte de um eixo que estruturou a cidade de Criciúma desde sua fundação como núcleo colonial pois era uma estrada colonial que fazia a conexão Leste – Oeste do município de Criciúma com outras cidades. Segundo Porto (2008) esse eixo formava um grande corredor viário que tinha como início no Bairro Próspera com essa rua que estabelecia conexão com o centro da cidade por meio da rua Marcos Rovaris até a Praça Nereu Ramos e depois o fluxo era contínuo pela rua Henrique Lage que chegava até o pinheirinho e prosseguia sentido oeste passando pelo bairro Santa Luzia até conectar com outras cidades como Forquilha e Araranguá.

Conforme Nascimento (2012), a rua Marcos Rovaris e suas mediações foram abertas em 1920 pela Carbonífera Próspera justamente para conectar a Próspera com o centro da cidade. Além disso, a estrada passava também pela Vila dos Engenheiros, o atual bairro Pio Correa. Isso fez com que a cidade de Criciúma fosse caminho obrigatório para quem trafegava no eixo Florianópolis – Porto Alegre. Outra estrada vinha de Urussanga até conectar ao litoral. O ponto de encontro entre essas duas vias é onde hoje encontra-se a Praça Nereu Ramos.

A remoção dos trilhos e da estrutura carbonífera da Próspera para dar lugar a uma estrutura de modernidade com espaços públicos e arquitetura de linguagem modernista é concomitante a um período de diversificação industrial que também vai contribuir para mudanças no bairro Próspera que envolvem tanto as dinâmicas sociais quanto as dinâmicas econômicas do recorte em questão. (Ver Apêndice B – Quadro Analítico 3)

A diversificação industrial – a instalação de indústrias com atividades distintas à exploração de carvão – tem seus primeiros registros nos anos de 1940, porém somente em 1970 que ela atinge o seu máximo, o que aproxima as datas de mudanças consideráveis nesse



recorte. Porto (2008) relata que nesse período a estrutura urbana da cidade já estava mais definida. Nesse período, o centro já estava bastante adensado e a Próspera já havia crescido o suficiente para se configurar como um subcentro independente socioeconomicamente do núcleo central. Além da Próspera, o Pinheirinho e Rio Maina também se tornaram subcentralidades.

Por esse fator, a vila operária já com o caráter de bairro, tem seu tamanho ampliado consideravelmente pela instalação dessas indústrias em diversos pontos do bairro. Até então, a Carbonífera Próspera era a principal responsável pelas intervenções na paisagem do local, mas novas estruturas arquitetônicas viram a ser construídas e novas vias foram abertas.

Para as novas indústrias, localizar-se em áreas de acesso mais próximo à rodovia recém inaugurada era uma estratégia importante. Por isso, no município de Criciúma, o bairro Próspera iria despertar o interesse desses novos empreendimentos. Surgem nessa época, importantes indústrias de cerâmica, de embalagens plásticas, de artefatos de fibrocimento, que optaram por se estabelecer em terrenos adquiridos em suas imediações. (VIEIRA; PIMENTA, 2005, p.265)

Até então, a Rua General Osvaldo Pinto da Veiga tinha na sequência uma conexão com a cidade de Morro da Fumaça, mas com a instalação dessas indústrias um novo acesso também foi pensado com a abertura da SC-444 que conectava à BR-101. Porto (2008) aponta que essa diversificação produtiva é fruto da própria atividade carbonífera que se desenvolveu no município.

Como a grande expansão urbana ocorrida durante a década de 70 e meados de 80 teve relação com a implantação do BNH pelo Regime Militar, houve a estruturação da indústria cerâmica. Isso se deu para atender ao mercado interno da construção que foi aquecido em função do grande número de programas habitacionais permitido pelos financiamentos através do Sistema Financeiro de Habitação - SFH. Como se sabe, a grande acumulação do setor carbonífero até aquele período fez com que as indústrias do ramo procurassem a inversão de capitais em outras frentes de produção, a exemplo principalmente da indústria cerâmica. Esse processo de diversificação tornou a região da "Grande Próspera" um território de indústrias de grande porte. (PORTO, 2008, p.78)

A partir da citação de Porto (2008), é possível destacar a construção dos pavilhões industriais da Cerâmica Cecrisa S/A, mais popularmente conhecida somente como Cecrisa, que deu início as atividades fabris do setor cerâmico na Próspera na Páscoa de 1971. Após a transferência da produção para a nova sede na BR-101, os pavilhões estão se ruindo ao passar

do tempo. Vieira e Pimenta (2005) apontam que a empresa se formou a partir de verba resultante das próprias atividades carboníferas das empresas pertencentes ao Grupo Freitas (Criciúma, Metropolitana e Boa Vista) e que também tinha sociedade com Santos Guglielmi em duas delas.

Parte da estrutura da Cecrisa era utilizada como showroom e administrativo, mas os grandes pavilhões ainda existem sem nenhuma perspectiva de restauração e encaminhando para reinserção e uso da estrutura que ocupa boa parte de terra no sentido Morro da Fumaça. Além dela, há também outras empresas do ramo de plástico e metalmecânica, que surgem em decorrência dos outros como uma rede industrial de suporte. (PORTO, 2008)

**Figura 11** – Pavilhões inutilizados da Cecrisa no bairro Próspera



Fonte: DECOM, 2002. Disponível em: < <https://www.4oito.com.br/noticia/salvaro-pede-area-da-antiga-cecrisa-para-o-municipio-53850> >

Três empresas do grupo Jorge Zanatta também se estabeleceram na região da SC-444: as indústrias de plástico Canguru e INZA, e a indústria de artefatos de fibrocimento IMBRALIT. A estrutura da Imbralit se encontra de pé e em funcionamento, foram feitas algumas reformas e ampliações no parque fabril, além da construção da sede social no mesmo terreno e, inclusive, serviu como agente catalisador para a expansão do bairro Próspera no sentido leste (VIEIRA; PIMENTA, 2005). Diferente das outras duas, que tiveram os pavilhões derrubados e

todos os vestígios industriais que havia na região foram retirados. O ponto de conurbação e conexão com a cidade de Içara passou a ser entendido como a principal entrada da cidade e para que isso acontecesse ela precisaria ser um cartão de visitas mais elaborado e que os pavilhões industriais não estavam sendo considerados.

Essas estruturas industriais acabaram novamente refletindo em questões habitacionais visto que a oferta da vila operária projetada pela carbonífera era menor do que a nova demanda. Em decorrência desse fator, a malha urbana foi crescendo e os lotes foram sendo ocupados com residências e edifícios de 2 a 4 pavimentos nas margens da Rua General Osvaldo Pinto da Veiga, como é o caso do Conjunto Habitacional Hulha Cap que forma um grande maciço de 4 pavimentos a leste da Praça do Trabalhador.

A valorização dos lotes no centro do bairro Próspera e de suas imediações ensaia, no início da década de 1980, um processo de adensamento, com a construção do conjunto residencial Hulha Cap, composto de cinco blocos multifamiliares de quatro pavimentos (com dezesseis apartamentos em cada bloco), implantados sobre um terreno estrategicamente localizado entre as novas indústrias ali estabelecidas (IMBRALIT, CANGURU, INZA e CECRISA), nas proximidades da rótula de acesso à rodovia SC-443 e a rua Manoel Delfino de Freitas. (VIEIRA; PIMENTA, 2005, p.267)

O surgimento do bairro Próspera remete a um período em que Criciúma ainda nem havia sido emancipada de Araranguá (a emancipação foi no ano de 04/11/1925). Em 1922 foi fundada a Carbonífera Próspera que passou a estruturar a região para operação de extração como vimos anteriormente. O local se encontrava “ao leste do núcleo principal (Núcleo São José), contrapondo-se ao Núcleo Santo Antônio, configurando-se, assim, um novo núcleo secundário” (PORTO, 2008, p.55)

Um grupo de sócios brasileiros investiu em ações para fundar a Companhia Carbonífera A Colônia para investir no segmento visto que o período era bastante propício e, assim, as atividades de exploração de carvão desse grupo iniciam em 1917 na cidade de Urussanga. Os investimentos não obtiveram sucesso e o início da exploração carbonífera na cidade de Criciúma estava em ascensão, o que atraiu os olhares do grupo para investir na cidade. Assim, nasce a Carbonífera Próspera. Em 1924 ela passa a ser administrada por um grupo de sócios alemães que deixam a carbonífera parada até que os sócios Julio Gaidzinski e Jorge da Cunha Carneiro comprassem novamente.

Entretanto, nos registros de Milanez (1991), a narrativa desse momento é diferente. O autor aponta que Frederico Minatto acompanhado do Engenheiro Manoel Pio Correia abriu a primeira galeria do bairro em 1915 e extraíram amostras para enviar ao Rio de Janeiro e receber aprovação da capital. Com a aprovação, fundou-se então a Carbonífera A Colônia. Foi aí que esse grupo de sócios brasileiros investiu nas ações da empresa e ela começou suas atividades extrativas. Em 1924, um grupo de alemães junto de um grupo de cariocas, adquiriram a companhia e mudaram o nome para Carbonífera Próspera S/A e operou até a crise mundial de 1929. A partir de 1930, os sócios Julio Gaidzinski e Jorge da Cunha Carneiro investem na estrutura da carbonífera e a narrativa se encontra novamente.

Quando a mineradora se instalou ali, os trabalhadores das minas viviam quase todo o dia para o trabalho e viviam em moradias precárias ou moravam de favor em casas de parentes e amigos, mas nenhuma delas era próxima do local das atividades. Foi aí que a Carbonífera projetou a Vila Operária Próspera, onde a mesma desenvolveu um projeto de parcelamento de solo e construiu moradias todas iguais para alugar aos seus trabalhadores. (SILVA, 2012; PORTO, 2008)

A leitura desse recorte evidencia de maneira clara a condição da cidade como palimpsesto urbano. A Praça do Trabalhador, a caixa de embarque, a Igreja Nossa Senhora da Salete, a antiga mina, os galpões industriais da antiga Cecrisa e os da Imbralit, as vilas operárias, bem como os conjuntos habitacionais são expressões de tempos distintos que se sobrepõem em um mesmo território. Cada camada não substitui por completo a anterior; ao contrário, permanece como inscrição parcial que ajuda a compor a narrativa da paisagem. Esse processo revela como a cidade se constrói a partir de sucessivas adições, demolições e ressignificações que produzem não apenas transformações materiais, mas também sentidos simbólicos.

No jogo entre fluxos e fixos é possível observar mutações significativas. O que antes era dominado pelos fluxos da extração carbonífera, com a circulação de mineiros, a ferrovia, o transporte de carvão e a movimentação de vagões em direção ao porto, hoje se reorganiza em fluxos de lazer, comércio, religiosidade e trânsito urbano. Os fixos, por sua vez, também se modificaram. A Igreja Nossa Senhora da Salete, projetada por Fernando Carneiro, permanece como referência simbólica e arquitetônica, permanência de ambos os tempos. A chaminé e alguns pavilhões industriais resistem como testemunhos parciais do passado fabril. Nesse sentido, a Praça do Trabalhador se firma como espaço público da modernidade, embora esteja

em situação de abandono. Esses fixos não se apresentam de modo estático, pois são continuamente reinterpretados pelos fluxos sociais que os atravessam.

Esse movimento pode ser compreendido pela categoria da *Aufhebung*, em que se operam simultaneamente a tríade discutida no início da tese. A atividade carbonífera desaparece como prática econômica central, mas é preservada no nome da praça, nas narrativas sobre a vila operária, no traçado das ruas e até mesmo nos terrenos das antigas indústrias, hoje em processo de ruína ou de reconversão. As estruturas fabris da Cecrisa, em especial, simbolizam essa dialética: fruto da acumulação do capital do carvão, erguidas para consolidar a indústria cerâmica e atualmente esvaziadas de uso, conservam em suas paredes a memória de um ciclo industrial ao mesmo tempo em que anunciam novas possibilidades de ressignificação, mas que muito em breve pode ser destruído.

A Igreja Nossa Senhora da Salette continua a ser marco da paisagem e ponto de convergência comunitária. O conjunto habitacional Hulha Cap permanece como registro das estratégias de adensamento da década de 1980. A denominação "Praça do Trabalhador" materializa a memória operária como signo urbano. Cada um desses elementos, ainda que inserido em contextos distintos, reforça a noção de que a memória não é apagada de forma absoluta, mas se reinscreve em novos suportes materiais e simbólicos.

Nesse contexto, a prática do espaço se mostra essencial para compreender as transformações. Os mineiros que percorriam as bocas de mina e os trilhos deram lugar a atletas que utilizam as quadras, a fiéis que participam de festas religiosas, a famílias que habitam os conjuntos residenciais e a operários das indústrias cerâmicas e do plástico que moldaram a expansão do bairro. Cada período imprimiu práticas distintas, e é justamente no cruzamento entre essas apropriações que o espaço adquire densidade histórica. O bairro Próspera, nesse sentido, não deve ser entendido apenas como um território físico, mas também como um repositório de práticas sociais que revelam a articulação entre trabalho, fé, lazer e habitação.

Ao articular memória, identidade e pertencimento, reforça a complexidade do recorte. A memória do trabalho carbonífero, embora cada vez menos visível na paisagem material, persiste como identidade coletiva transmitida tanto por denominações oficiais quanto pelas narrativas orais e pelas produções acadêmicas que documentam esse passado. O pertencimento se manifesta na apropriação cotidiana dos espaços pela comunidade, que encontra na igreja, na praça e até mesmo nas ruínas industriais marcos de reconhecimento e continuidade.

Na sequência, uma nova camada de estruturas industriais contribui com a transformação do espaço da cidade onde dá lugar a uma nova configuração sem a presença da linha férrea e com o aumento de ruas e avenidas importantes que vão intensificar a expansão urbana do bairro até acontecer um fenômeno que na geografia urbana é chamado de conurbação, onde a malha urbana da cidade de Criciúma se funde com a de Içara muitas vezes sem que se perceba a troca de cidade se não tiver o auxílio de uma placa indicativa. Esse crescimento também vai se desenvolver no sentido oeste e, ainda na próspera, algumas estruturas foram construídas e demolidas para constituir a cidade que é hoje.

### 3.2. PRAÇA DA CHAMINÉ: PONTO DE CONVERGÊNCIA E EVIDÊNCIA DO PASSADO

**Figura 12 – Mapa de localização e implantação da Praça da Chaminé**



Fonte: Portal ICAD. Adaptação do autor, 2025.

A vila operária da Próspera foi projetada entre o local da caixa de embarque de carvão, que correspondia ao atual espaço da Praça do Trabalhador, e o centro administrativo da Carbonífera Próspera, que será tratado mais adiante. Esse projeto urbanístico revela desde sua origem uma lógica de sobreposição que caracteriza a cidade como palimpsesto urbano. Entre os elementos fundadores da vila estavam a linha férrea e a estrada geral, hoje ressignificados

como Avenida Centenário e Rua General Osvaldo Pinto da Veiga. Esses eixos, que no passado estruturavam a circulação do carvão e dos trabalhadores, atualmente organizam fluxos de automóveis, comércio e serviços urbanos.

A partir desses dois elementos estruturantes, somados à posição da caixa de embarque e dos edifícios administrativos, foi concebido um ponto de convergência, de onde partia um traçado radial que distribuía lotes e habitações. Costa (1999) observa que os lotes voltados à rua General Osvaldo Pinto da Veiga foram reservados ao comércio e serviços, consolidando a vocação pública dessa via. Percebe-se que, mesmo na ausência de praças no projeto original, a rua se configurou como espaço de encontro e sociabilidade cotidiana. Esse dado é significativo, pois revela a prática do espaço na chave de Certeau: ainda que o desenho não previsse espaços de lazer, os moradores ressignificaram a rua como palco da vida social.

No ponto de convergência da vila, (Figura 12) concentrou-se uma quadra de desenho irregular destinada à utilidade pública. Ali se instalou a usina de energia em 1943, acompanhada do açude que servia à usina e à comunidade. O açude, mais do que infraestrutura técnica, constituiu-se como espaço de memória do cotidiano: nele, mulheres lavavam roupas, crianças brincavam e famílias se reuniam. A presença desse açude mostra como os espaços técnicos podem se tornar, ao mesmo tempo, espaços de vida.

Posteriormente o açude foi aterrado, e o espaço resultante, transformado em vazio urbano, passou a ser utilizado como ponto de encontro e reivindicação por melhores condições de trabalho. Aqui, o espaço se converte em palco de práticas políticas. Esse processo expressa a lógica da *Aufhebung*: o açude é eliminado enquanto função hidráulica, mas parte de sua energia simbólica é preservada e reconfigurada como espaço de luta e resistência. (Ver Apêndice B – Quadro Analítico 3)

Essa quadra conheceu ainda outra camada em 1973, quando o loteamento da vila foi aprovado. Uma parte permaneceu como área pública e a outra seguiu sob domínio da carbonífera. Com o fim das atividades da empresa, a quadra foi doada ao município e redesenhada em 1980. No local foram construídos equipamentos coletivos (unidade de saúde, creche e ginásio) e no espaço restante consolidou-se a Praça da Chaminé, concebida no mesmo ciclo de obras do centenário da colonização (1980), projetada pelo arquiteto Manoel Coelho.

A praça seguiu o mesmo brutalismo modernista da Praça do Trabalhador, mas com um gesto simbólico ainda mais explícito: preservar apenas a chaminé de tijolos maciços da antiga



usina, demolindo todo o restante da estrutura. A escolha de manter isoladamente a chaminé revela a seletividade da memória urbana: em nome da modernidade, elimina-se o conjunto, mas conserva-se um único elemento, agora convertido em monumento. Esse gesto é típico das permanências simbólicas: a chaminé solitária resiste, não como ruína incômoda, mas como signo legitimado de um passado industrial. (Figura 13)

O brutalismo do projeto de Coelho reforça essa monumentalidade seletiva. O espaço modernista dialoga com a chaminé preservada, criando uma narrativa de continuidade entre passado industrial e modernidade urbana. A praça, portanto, opera como síntese de temporalidades distintas, materializando de modo exemplar o conceito de palimpsesto.

**Figura 13** – Vista da Praça da Chaminé, destaque para a chaminé na direita.



Fonte: Foto de Neka Dal Pont. Acervo da Fundação Cultural de Criciúma, 2016.

Disponível em: <<https://fcc.criciuma.sc.gov.br/noticia/Praca-da-Chamine-e-o-quarto-ponto-turistico-revitalizado-em-Criciuma/11379>>

A localização da Praça da Chaminé, junto ao antigo cruzamento da ferrovia com a rua General Osvaldo Pinto da Veiga, reforça sua relevância. Esse ponto representava a confluência entre fluxos de carvão e fluxos urbanos. A retirada da ferrovia em 1975 e sua substituição pela Avenida Axial deslocaram a centralidade do bairro, enfraquecendo a rua como eixo principal. Essa mudança ilustra novamente a dialética entre fluxos e fixos: a ferrovia, outrora essencial, torna-se obsoleta e cede lugar à avenida, redirecionando os fluxos de crescimento. A praça,



situada nesse ponto de inflexão, torna-se memória material da ferrovia e de sua importância na configuração do bairro.

Além da praça e dos equipamentos públicos que foram se implantando no bairro, a vila operária da Próspera consolidou outras estruturas que reforçam a articulação entre espaço urbano, identidade coletiva e memória social. Em 1946 foi fundado o Esporte Clube Próspera, cujo nome já evidencia o vínculo direto com a carbonífera. O futebol, financiado pela empresa, funcionava não apenas como prática de lazer, mas como elemento de construção de pertencimento comunitário. Esse vínculo entre trabalho e lazer é uma marca recorrente nas vilas carboníferas da região, como também demonstra o exemplo do Metropol, apoiado pela Carbonífera Metropolitana.

O estádio, mais tarde batizado de Mário Balsini (Figura 14), tornou-se permanência material dessa época. Até hoje presente e em uso, o estádio representa uma permanência simbólica que atravessa gerações. Ele articula o lazer com a experiência do trabalho, reforçando a noção de que o espaço esportivo não é apenas local de prática física, mas também elemento de identidade e de memória coletiva. A própria escolha do nome do estádio remete a um diretor da empresa, ligando o futebol à estrutura de poder da carbonífera e mostrando como as práticas sociais e culturais estavam atravessadas pelo universo do trabalho.

**Figura 14** – Estádio Mário Balsini e entorno imediato no ano de 2021



Fonte: Globo Esporte, 2021.

Disponível em: <<https://ge.globo.com/sc/futebol/times/prospera/noticia/prospera-abre-mao-da-copa-santa-catarina-para-adequar-estadio-para-a-serie-d-e-elite-do-estadual.ghtml>>

Diferente do estádio, as estruturas administrativas da carbonífera não tiveram o mesmo destino. Localizadas às margens da rua General Osvaldo Pinto da Veiga e conectadas diretamente à ferrovia, essas edificações formavam um conjunto variado: oito prédios, (Ver Apêndice B – Quadro Analítico 4) construídos em momentos distintos, com características de pavilhão e materiais diversos. Embora não configurassem uma unidade arquitetônica, expressavam a face burocrática e técnica da mineração. Com o declínio da atividade, foram progressivamente abandonados.

**Figura 15 - Fundos da edificação da CSN destinada ao administrativo em 2017**



Fonte: Adaptado de SILVA; PEREIRA; GUADAGNIN, 2018.

**Figura 16 – Edificação da CSN em 2022, antes de ser demolida.**



Fonte: Adaptado de PMC, s.d. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/infraestrutura/predio-historico-e-demolido-em-criciuma/>>

O abandono prolongado resultou em usos marginais: a sede administrativa (Figuras 15 e 16), projetada por Fernando Carneiro em linhas modernistas, foi utilizada pela Criciúma Trans até ser esvaziada e, sem função formal, passou a ser ocupada por pessoas em situação de vulnerabilidade social. Esse processo escancara a dialética da cidade como palimpsesto: aquilo que em um momento simbolizava poder e modernidade, em outro se torna ruína, abrigo

precário, até ser finalmente demolido em 2022. A diferença entre o destino da chaminé, preservada, e da sede administrativa, demolida, revela a seletividade da memória urbana. Determinados elementos são monumentalizados, outros são apagados, mesmo quando ambos pertencem ao mesmo universo histórico.

Esse gesto de preservação seletiva exemplifica a lógica da *Aufhebung*. O passado não é integralmente conservado nem integralmente eliminado. É reconfigurado em uma operação dialética que mantém certas marcas enquanto apaga outras. O patrimônio urbano, nesse sentido, é mais um campo de disputa do que uma evidência objetiva: nele se decide o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido.

A intervenção pública mais recente no bairro foi a construção do Parque Cincinato Napolini, em área em frente aos edifícios demolidos da CSN. O parque materializa mais uma camada do palimpsesto urbano da Próspera. Sobre um solo marcado pela degradação ambiental e pelos resíduos da mineração, ergue-se uma nova tentativa de afirmar uma identidade voltada ao lazer e ao convívio social.

O projeto previa abrigar a Festa das Etnias, com palco, pavilhões, réplica da estação ferroviária, lago artificial e equipamentos esportivos. Parte das obras foi executada, mas com resultados desiguais. O palco, de dimensões exageradas, tornou-se de difícil utilização; apenas um dos pavilhões foi concluído e acabou funcionando isoladamente como restaurante; já a pista de caminhada, o lago, as quadras esportivas e os espaços de lazer foram incorporados ao cotidiano da população. O parque, portanto, expressa ao mesmo tempo a ambição de monumentalizar e a precariedade de execução, revelando a distância entre o projeto idealizado e a prática efetiva do espaço.

O mais significativo, porém, é o gesto de resignificação. A área, antes destinada ao depósito de rejeitos da mineração, converte-se em espaço de lazer e de memória cultural. Ainda que incompleto, o parque reinscreve no território a tentativa de superação de um passado degradado, transformando-o em lugar de uso social. É a lógica hegeliana em sua expressão mais clara: o espaço vazio não é esquecido, mas sublima-se em parque, conservando em sua materialidade as marcas da mineração ao mesmo tempo em que se abre a novos usos e significados.

Esse conjunto de transformações mostra como a Praça da Chaminé e seu entorno não podem ser lidos de forma isolada. Trata-se de um território em que se acumulam camadas de memórias e práticas: a vila operária, a usina e o açude, as reivindicações dos mineiros, a praça

modernista com sua chaminé monumentalizada, o estádio de futebol como permanência simbólica, as demolições seletivas das estruturas administrativas e, por fim, o parque construído sobre os rejeitos da mineração.

O Parque das Nações Cincinato Naspolini representa um caso emblemático de transformação urbana em Criciúma, articulando passado, presente e futuro em um mesmo território. Concebido em uma área marcada pelo passivo ambiental e social gerado pela mineração de carvão, o parque carrega consigo a história da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Nova Próspera S/A, empresas que durante décadas moldaram o espaço urbano da zona leste da cidade. A área que hoje abriga equipamentos de lazer e cultura, antes foi palco do extrativismo mineral em larga escala, símbolo da era industrial do carvão, e, posteriormente, das ruínas e vazios urbanos que acompanharam o declínio dessa atividade econômica. Nesse sentido, pensar o Parque das Nações significa compreender um verdadeiro palimpsesto urbano, em que diferentes camadas históricas e espaciais se sobrepõem, dialogando e, muitas vezes, se confrontando.

A história remonta a 1915, quando foi criada a Carbonífera Colônia, sucedida em 1921 pela Carbonífera Próspera, que rapidamente assumiu protagonismo no cenário regional. Em 1924, transformou-se em Sociedade Carbonífera Próspera S/A, consolidando-se como uma das principais companhias carboníferas do Sul catarinense. O vínculo com o Estado se deu em 1943, quando a Companhia Siderúrgica Nacional assumiu o controle acionário da empresa, ampliando sua atuação para Criciúma e Siderópolis. Sob o comando estatal, a empresa foi o motor do crescimento urbano e econômico da região, estruturando bairros, fomentando a chegada de migrantes e, sobretudo, gerando uma paisagem industrial que se inscreveu na memória da cidade. O Bairro Próspera tornou-se um polo de desenvolvimento, conformando uma centralidade que ultrapassava a lógica do centro tradicional, deslocando fluxos e fixando atividades em torno das minas e dos pavilhões industriais.

Esse período correspondeu ao auge da mineração enquanto motor da economia regional. A CSN, maior mineradora da região, mantinha vínculo direto com a política nacional de industrialização e abastecimento energético, alinhando Criciúma aos interesses estratégicos do país. Contudo, ao final dos anos 1980, os sinais de esgotamento já eram visíveis. A estatal encerrou suas atividades em 1990, sendo privatizada em 1992, com a criação da Nova Próspera Mineração S/A. Essa última sobreviveu até 1996, quando cessou definitivamente a exploração na área, abandonando terrenos devastados, áreas mineiradas, equipamentos desativados e,

sobretudo, um território de difícil reconversão. O passivo ambiental<sup>28</sup> herdado da mineração do carvão impunha desafios técnicos, legais e sociais, que ainda repercutem no presente.

Com o encerramento das atividades, restaram as ruínas dos antigos pavilhões, testemunhos silenciosos de um tempo em que o carvão moldava a vida cotidiana. Essas estruturas, no entanto, não foram preservadas como patrimônio, sendo progressivamente degradadas. O incêndio de 13 de maio de 2014 intensificou ainda mais a sensação de perda, já que destruiu parte significativa do que restava como materialidade da era carbonífera. As ruínas, que poderiam ter sido interpretadas como marcos do patrimônio industrial, foram reduzidas a vestígios frágeis, que resistem apenas como memória em fotografias ou relatos. Esse processo revela uma prática recorrente em Criciúma: a ausência de políticas efetivas de preservação do patrimônio ligado à mineração, substituído por projetos que, em nome da modernização ou do lazer, apagam camadas importantes da história.

Ainda antes do incêndio, a destinação da área já vinha sendo discutida. Em frente aos pavilhões, a própria CSN havia projetado o Loteamento Nova Próspera III, como parte de um processo de reconversão urbana. A Prefeitura, por meio do Decreto n.º 665/SA/89, de 27 de setembro de 1989, declarou a área de utilidade pública, com o intuito de instalar um Centro de Convenções e a Estação Rodoviária Municipal. Essa primeira tentativa de reconversão urbana já mostrava o interesse em reconfigurar o território industrial em equipamentos de centralidade urbana. Contudo, tais projetos não avançaram, deixando o espaço por anos em estado de abandono, exposto à degradação e ao estigma de vazio urbano.

A inflexão ocorreu em 2009, quando a Prefeitura Municipal, por determinação do Executivo, elaborou o projeto do Parque das Nações. A ideia era transformar a antiga área mineira em parque temático, conciliando a necessidade de remediação ambiental com a criação de um espaço público de lazer e cultura. No entanto, o processo de implantação não foi isento de conflitos. Movimentos de terra foram realizados sem autorização da empresa responsável pela recuperação ambiental, e a vegetação que já se desenvolvia foi suprimida.

---

<sup>28</sup> O termo passivo ambiental refere-se ao conjunto de danos, contaminações, degradações ou responsabilidades ambientais acumuladas ao longo do tempo em um determinado local, decorrentes de atividades antrópicas, industriais ou extrativistas. Esses passivos podem incluir solos contaminados, resíduos tóxicos, alteração de cursos d'água, impactos sobre a fauna e a flora, ou riscos à saúde pública. No contexto urbano, o passivo ambiental representa tanto um desafio técnico de remediação quanto um problema social e político, pois envolve a recuperação de áreas degradadas e sua reintegração ao tecido da cidade (BRASIL, 2010).



Essa sobreposição de ações evidencia o quanto as disputas em torno do território ainda ecoavam, agora sob a forma de embates entre preservação ambiental e projetos de urbanização.

O Parque das Nações (Figura 17) foi concebido como um espaço multifuncional, mesclando lazer, esporte e memória. Sua infraestrutura inclui ciclovias, pistas de caminhada, quadras poliesportivas, academias ao ar livre, playgrounds, além de uma área destinada a eventos de grande porte, com capacidade para 30 mil pessoas. Entre os elementos simbólicos, destacam-se a mini ferrovia turística, com sua locomotiva que percorre um trajeto de 80 metros em torno do lago, e a réplica da antiga estação ferroviária, que evocam a Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, fundamental para o escoamento do carvão. Também se encontra no parque a praça étnica, que foi pensada para homenagear as diferentes etnias colonizadoras da cidade, inscrevendo no espaço público uma narrativa de diversidade cultural.

**Figura 17** - Parque das Nações Cincinato Naspolini



Fonte: OCP News, 2023. Disponível em: < <https://ocp.news/cotidiano/prefeitura-de-criciuma-fara-concessao-de-restaurant-do-parque-das-nacoes> >

Esses elementos, no entanto, funcionam de forma alegórica. Ao invés de preservar as ruínas industriais e dar visibilidade direta ao passado carbonífero, o parque optou por construir réplicas e referências estilizadas, que ressignificam a memória de modo controlado e harmonizado com a lógica do lazer contemporâneo. O que poderia ser uma oportunidade de construção de um patrimônio cultural industrial, reconhecendo as contradições e impactos da mineração, transformou-se em uma representação simbólica, atenuada, que dialoga mais com

o consumo cultural do que com a preservação da memória. Nesse sentido, o Parque das Nações materializa um processo de camadas, em que o passado é simultaneamente negado, preservado e superado. Negado, porque as ruínas foram apagadas ou silenciadas; preservado, porque alguns símbolos foram reinterpretados e reinscritos no espaço; superado, porque o território foi resignificado como espaço de lazer, afastado do estigma da mineração.

Esse movimento também pode ser interpretado à luz da noção de palimpsesto urbano. O território da Próspera foi reescrito diversas vezes: primeiro como área de mineração; depois como ruína e vazio; em seguida como projeto de rodoviária e centro de convenções; e, finalmente, como parque. Cada camada não elimina completamente a anterior, mas deixa rastros que permanecem na memória coletiva e nos vestígios materiais. Contudo, a reescrita não é neutra: ela expressa relações de poder, escolhas políticas e disputas de memória. O Parque das Nações, ao mesmo tempo em que se consolida como fixo urbano de grande importância, revela a dificuldade de Criciúma em lidar com seu passado industrial de forma crítica e patrimonializada.

Do ponto de vista urbano, o parque reorganiza fluxos. Ele atrai moradores de diferentes bairros, conforma uma centralidade de lazer e cultura, valoriza o entorno imobiliário e integra a malha da cidade. Enquanto fixo, torna-se referência na paisagem urbana, sendo apropriado cotidianamente pela população em práticas diversas, do lazer ao esporte. Esse processo de apropriação é fundamental para compreender a resignificação do espaço: a população incorporou o parque como lugar de encontro e convivência, ainda que o sentido histórico original do território permaneça alegorizado.

A dimensão do patrimônio cultural emerge aqui em duas frentes. De um lado, a ausência de preservação efetiva do patrimônio industrial, cujas ruínas foram destruídas ou apagadas, enfraquece a possibilidade de um diálogo crítico com a memória do carvão. De outro, a criação de representações simbólicas no parque funciona como tentativa de preencher essa lacuna, mas o faz de maneira seletiva, escolhendo aspectos mais palatáveis da história. Assim, constrói-se uma memória oficializada, em que o passado industrial é lembrado de modo simplificado, enquanto as marcas da degradação ambiental e das contradições sociais da mineração são relegadas ao esquecimento.

O incêndio de 2014 reforça a fragilidade dessa memória material. Sem políticas públicas de proteção, as ruínas foram destruídas por “acidente”, mas também pela negligência. A perda da materialidade física intensifica o processo de apagamento, restando apenas representações

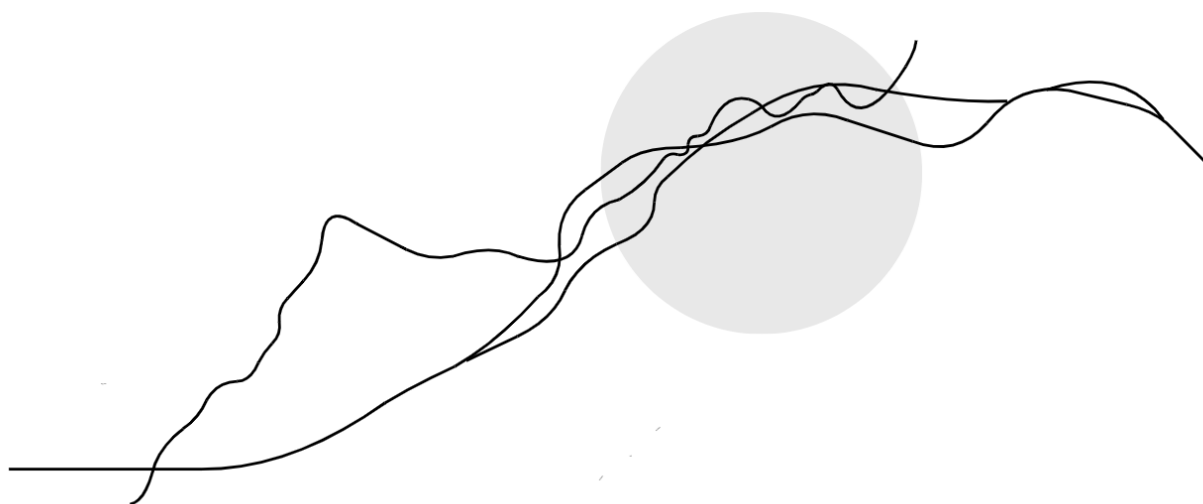
alegóricas e discursos oficiais como guardiões da memória. A palavra “acidente” vem entre aspas pois esse caso ilustra, de modo exemplar, como o patrimônio cultural em Criciúma enfrenta constantes ameaças, seja pela ação direta das demolições, seja pelo abandono e omissão. (Ver Apêndice B – Quadro Analítico 5)

Ao final, o Parque das Nações Cincinato Napolini configura-se como espaço de múltiplos significados. Para a população, é um local de lazer consolidado, que atende a demandas sociais e urbanas contemporâneas. Para a história da cidade, é um território de camadas sobrepostas, onde o passado carbonífero foi reconfigurado em um espaço de memória seletiva. Para a análise acadêmica, representa um laboratório conceitual em que se evidenciam processos de palimpsesto, *Aufhebung* e apropriação do espaço. É nesse cruzamento entre memória e apagamento, entre ruína e ressignificação, que se pode compreender a complexidade desse espaço urbano.

O Parque das Nações é expressão da dificuldade de lidar com um passado incômodo e, ao mesmo tempo, da criatividade de ressignificar espaços degradados. Sua existência é um lembrete de que o texto da cidade é continuamente reescrito, e que cada reescrita carrega consigo, tanto conquistas quanto perdas. O desafio para o futuro está em reconhecer esse palimpsesto, não apenas como um lugar de lazer, mas como um espaço de memória crítica, capaz de articular as contradições da mineração, o passivo ambiental e as lutas sociais que marcaram o território. Só assim será possível garantir que as gerações futuras não apenas usufruam do parque, mas compreendam as histórias, as dores e as conquistas que ali se inscrevem.

Cada uma dessas camadas expressa a dinâmica entre fluxos e fixos. O fluxo da mineração deu lugar ao fluxo da urbanização; os fixos da usina e da ferrovia foram substituídos pelos fixos da praça e da avenida. Ao mesmo tempo, a memória do trabalho permanece inscrita na chaminé, no estádio e até mesmo nos vazios deixados pelas demolições. O bairro Próspera, nesse sentido, não deve ser compreendido apenas como território físico, mas como repositório de práticas sociais, de memórias coletivas e de identidades em disputa.





#### 4. O CENTRO: DISPUTAS DE PODER E SOBREPOSIÇÃO DE TRADIÇÕES

Esta seção é dedicada à análise de três praças da região central de Criciúma: Praça Nereu Ramos, Praça do Congresso e Praça Maria Silva Rodrigues. As três são compreendidas como espaços de memória, de sociabilidade e de disputa simbólica. Mais do que simples logradouros públicos, essas praças condensam processos históricos de formação urbana, materializam tensões sociais e revelam, em sua configuração atual, a sobreposição de camadas que podem ser lidas a partir do conceito de palimpsesto urbano.

Ao observar tais espaços, torna-se evidente que cada um deles expressa, à sua maneira, as dinâmicas próprias da cidade: permanências que resistem ao tempo, demolições que alteram a paisagem e transformações que projetam novas funções e significados. A análise dessas praças, portanto, não se limita a uma leitura arquitetônica ou urbanística; ele envolve também dimensões culturais, políticas e simbólicas, em que conceitos como *Aufhebung* e a noção de espaço de Milton Santos são fundamentais para compreender como o tecido urbano de Criciúma se constrói e se reconstrói ao longo do tempo.

Assim, a análise que segue está organizada em três subseções. O primeiro dedica-se à Praça Nereu Ramos, núcleo inicial da cidade e epicentro de múltiplas permanências e disputas de memória. O segundo aborda a Praça do Congresso, marcada pela relação com a elite urbana, pela especulação imobiliária e pelos processos de verticalização que transformaram seu entorno. O terceiro enfoca a Praça Maria Silva Rodrigues, onde o apagamento das estruturas carboníferas e a diversidade religiosa revelam de maneira clara a sobreposição de camadas históricas, sociais e simbólicas. Juntas, essas análises permitem compreender a complexidade do centro de Criciúma como um território em constante negociação entre memória, modernização e identidade coletiva.

#### 4.1. PRAÇA NEREU RAMOS: NÚCLEO INICIAL DA CIDADE COMO LUGAR DE MEMÓRIA

**Figura 18** – Mapa de localização e implantação da Praça Nereu Ramos



Fonte: Portal ICAD. Adaptação do autor, 2025.

A atual Praça Nereu Ramos pode ser entendida como o marco inicial de Criciúma, um espaço que sintetiza permanências, demolições e reconfigurações sucessivas, consolidando-se como verdadeiro palimpsesto urbano. Sua origem remonta ao cruzamento da estrada geral que ligava Urussanga a Araranguá, eixo de circulação que atraiu comerciantes e transformou-se em ponto de encontro e de trocas. Esse primeiro gesto espacial revela a dimensão do espaço como sistema de objetos e de ações, na leitura de Milton Santos: de um lado, o objeto concreto (a estrada e, depois, os estabelecimentos comerciais); de outro, a ação social (o deslocamento, o comércio, a sociabilidade), que juntos configuraram o embrião do que viria a se tornar a praça central do município.

Ao longo do tempo, esse espaço passou por mudanças significativas como a negação do antigo entroncamento rural e espontâneo, substituído por um espaço formalizado; a preservação do caráter de centralidade e de circulação, que permanece como traço identitário do local; e a elevação da área à condição de símbolo da cidade, carregado de significados políticos, religiosos e econômicos. Assim, o que era apenas caminho e encontro transforma-se em referência urbana e marco de identidade coletiva. (Ver Apêndice B – Quadro Analítico 9)

Mas, como todo palimpsesto, a Praça Nereu Ramos também é resultado de demolições e apagamentos. A centralidade que antes era fluida, ligada ao comércio espontâneo, foi sendo disciplinada pelas intervenções urbanísticas que buscaram embelezar e higienizar o espaço, impondo uma nova ordem à paisagem. Essa sobreposição de camadas evidencia tanto a persistência do lugar como centro de sociabilidade quanto os limites impostos pelos projetos de modernização e pela vontade de redefinir a imagem do município.

A Praça Nereu Ramos (Figura 19) não é apenas um ponto geográfico ou um espaço de lazer. Ela condensa a história urbana de Criciúma, marcada pela tríplice negação-preservação-elevação hegeliana, pelas práticas sociais que conferem sentido ao espaço, e pelas disputas simbólicas que determinaram o que seria preservado e o que seria apagado ao longo do tempo. Atualmente, considerando as dinâmicas existentes, a Praça Nereu Ramos vai além de um traçado delimitado. Ela é o epicentro do centro urbano, possui a maior representação do comércio, de serviços, da cultura, da política e da sociedade. (BALTHAZAR, 2001) Seu traçado permanece igual desde a sua fundação, mas é nos edifícios do entorno que se refletem as consequências da imposição do contemporâneo, que descaracteriza a memória coletiva e a identidade do centro, desrespeitando os aspectos patrimoniais que o espaço e as edificações possuem.

**Figura 19 – Cartão Postal da Praça Nereu Ramos em 1980**



Fonte: Adaptado de Edicard – Editora Cultural, 1980. Disponível em:  
<<https://albertolopesleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=8381111>>

Compreende-se as praças como espaços fundamentais para a vida urbana, para relações e trocas sociais, para demarcação de território, para apropriação de identidades e, também, como evocadoras de memórias. Como a grande maioria das cidades brasileiras, Criciúma surgiu de um núcleo colonial, sua fundação deu-se no ano de 1880, tendo como base para a divisão da estrutura fundiária, os rios Criciúma e Sangão. Se tratando da Praça Nereu Ramos, a sua formação nos leva ao final do século XIX pelo fato do espaço ser o núcleo inicial da cidade.

A apropriação do território se deu através dos costumes religiosos oriundos do país de origem, que os imigrantes trouxeram na sua bagagem cultural. Foram construídas duas capelas, uma delas era a Capela São José (Figura 20), que se localizava nesse núcleo. Junto à capela do centro se configurou o caráter de centralidade existente até hoje. Contudo, uma nova igreja seria construída do lado oposto de onde hoje se encontra a Casa da Cultura.

**Figura 20 – Núcleo inicial de Criciúma em 1930. Capela São José na esquerda.**



Fonte: Naspolini Filho (2007). Foto de João Sbruzzi.

Um dos exemplos mais reveladores do caráter de palimpsesto urbano no entorno da Praça Nereu Ramos é o edifício que hoje abriga a Casa de Cultura Neusa Nunes Vieira. Sua materialidade se ergue sobre os alicerces de duas edificações anteriores, cada qual marcando uma fase distinta da história da cidade. A primeira delas foi a primeira capela de Criciúma, construída em madeira segundo o padrão arquitetônico simples trazido pelos colonos italianos no século XIX. Sua presença não se restringia ao edifício em si, mas articulava um espaço



simbólico de reunião comunitária e de afirmação da fé católica, em um momento em que a Praça Nereu Ramos ainda se consolidava como lugar de encontro e centralidade urbana.

A trajetória dessa capela (Figura 21 A), no entanto, revela o jogo de permanências e demolições que caracteriza a lógica da cidade enquanto palimpsesto. O edifício original não resistiu ao tempo, sendo substituído por novas construções. Em 2016, a prefeitura inaugurou uma réplica<sup>29</sup> (Figura 21 B) da capela no Morro Cechinel, distante de seu local original. A escolha de deslocar a memória do centro para outro bairro não é neutra: ela revela um processo de negação em que a materialidade da capela original foi suprimida, mas sua memória foi preservada parcialmente e ao mesmo tempo elevada à condição de produto turístico.

### Figura 21 - Comparativo entre capela original e réplica

Foto A - 1920



Foto B – 2018



Fonte: Foto 01: Napolini Filho (2007). Arquivo de Antônio Sérgio Fernandes. Foto 02: do autor, 2018.

Esse movimento, como observa Albuquerque (2016), traduz uma incompreensão do poder público acerca do patrimônio cultural. Ao construir a réplica fora do contexto histórico e espacial, o gesto de preservação converteu-se em uma tentativa artificial de musealização, transformando a capela em objeto de entretenimento, esvaziado de suas camadas originais de sentido. A prática reitera uma lógica recorrente em Criciúma: a de reconstruir de modo descolado do espaço vivido, apagando a experiência comunitária e substituindo-a por uma narrativa oficializada, voltada mais ao consumo turístico do que ao reconhecimento da memória coletiva.

<sup>29</sup> No dia 31 de março de 2025 a réplica da primeira capela foi destruída em decorrência de um incêndio. A mídia local divulgou que a estrutura estava sem energia e que havia uma possibilidade de ter sido um incêndio provocado. Até o presente momento não houve nenhuma outra informação noticiada.

Nesse exemplo, o edifício da Casa de Cultura e a réplica da capela ilustram de forma clara a complexa relação entre memória, esquecimento e reinvenção. De um lado, o espaço urbano da Praça Nereu Ramos preserva a centralidade da capela como marco inicial da cidade; de outro, a demolição e posterior deslocamento de sua memória revelam os limites de uma política patrimonial que, ao invés de fortalecer vínculos históricos no território, produz deslocamentos simbólicos que fragmentam a experiência urbana.

A substituição da primeira capela por um novo templo não se deu apenas por razões funcionais, ligadas ao crescimento do número de fiéis. Ela expressou também o entrelaçamento de forças sociais e econômicas que atuavam na formação da cidade. O padre João Canônico, à frente da comunidade, lançou uma campanha para erguer uma nova igreja, mas a escolha do terreno tornou-se um foco de tensão. Duas propostas emergiram, cada qual associada a um importante comerciante local: a de João Batista Targuetta, no terreno onde hoje está o Centro de Educação Infantil Professor Lapagesse, e a de Pedro Benedet, em área posteriormente ocupada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e atual Centro Cultural Jorge Zanatta. (CRUZ, 2001)

Essas disputas não se restringiam à localização física do templo. Tratava-se da tentativa da elite comercial de inscrever seu poder no espaço urbano, reforçando a lógica de que quem controla os lugares de centralidade controla também a narrativa da cidade. A igreja, além de edifício religioso, era também um marco simbólico de identidade coletiva, capaz de ancorar em torno de si a circulação de pessoas e o prestígio social. (CRUZ, 2001; RODRIGUES, 2017)

A solução encontrada pelo padre João Canônico foi, por si só, um gesto político: decidiu-se construir a nova igreja no lado oposto ao da primeira capela, ainda no entorno da Praça Nereu Ramos, em um terreno intermediário entre as duas áreas disputadas. Há registros (CRUZ, 2001) de que essa escolha foi resultado de uma votação conduzida pelo próprio padre, em tentativa de acalmar os ânimos e evitar que o templo fosse visto como símbolo da vitória de um comerciante sobre outro. Assim, a decisão procurou afirmar a centralidade da igreja como espaço comunitário, não subordinado a interesses particulares, ainda que tais forças tenham sido determinantes no processo.

Esse episódio mostra como a *Aufhebung* se manifesta no espaço urbano: a primeira capela foi negada em sua materialidade, mas a função religiosa foi preservada e, ao mesmo tempo, elevada a uma escala de maior monumentalidade e de maior peso político. A mudança de lugar, resultado de disputas e negociações, também reforça a concepção de espaço como

instância social em Milton Santos (1996), em que o território não é apenas palco das ações, mas produto das relações de poder, dos conflitos e dos acordos estabelecidos em sociedade.

Assim, a nova igreja, construída no entorno imediato da Praça Nereu Ramos, tornou-se mais um estrato sobreposto no texto palimpsesto do centro de Criciúma, revelando como a memória, a fé e os interesses econômicos se entrelaçam na produção do espaço urbano. As obras da nova igreja, conduzidas sob a orientação do padre João Canônico, tiveram início em 1907, mas logo foram interrompidas por falta de recursos. Apenas em 1909, com o envio de verbas da Itália, foi possível dar prosseguimento ao projeto, que se estenderia por quase uma década.

Em 1917, dez anos após o início, foi inaugurada a nova igreja, com traços arquitetônicos que mesclavam referências do românico e do neogótico. Esses estilos dialogavam diretamente com o Ecletismo acadêmico ensinado nas escolas de belas artes do Brasil naquele período, reforçando a dimensão simbólica da edificação como monumento de centralidade, ao mesmo tempo em que materializava a força da comunidade imigrante italiana que havia contribuído com seu financiamento. Essa igreja, no entanto, não corresponde ainda à atual configuração da Catedral São José. Em 1946, uma nova fachada foi construída, marcada por duas capelas laterais e pela inserção de imagens de santos moldadas em cimento pelo escultor Natalício Marques. Essa primeira intervenção já indicava uma estratégia de ressignificação simbólica, reafirmando o templo como espaço de referência religiosa em um centro urbano em expansão. (CRUZ, 2001)

Outras três reformas marcaram o edifício nas décadas seguintes, cada qual adicionando novas camadas à sua leitura arquitetônica e urbana. Em 1954, ajustes foram feitos para adequações internas. Em 1976, a igreja recebeu um revestimento em azulejos especialmente desenhados para ela, inserindo o edifício em um contexto estético mais próximo da modernidade tardia. Em 2004, já no século XXI, uma intervenção de grande porte projetada pelo arquiteto Ricardo Lino ampliou significativamente a nave principal, remodelou altar e sacristia, criou um subsolo e áreas de estacionamento.

Essas transformações revelam o modo como o templo, ao longo do tempo, funcionou como um palimpsesto religioso e arquitetônico. A cada reforma, algo era negado e substituído, mas ao mesmo tempo preservado e elevado, em consonância com a lógica hegeliana. O templo não permaneceu estático: ele absorveu novas linguagens, novas materialidades (que dialogavam com o período econômico da época – cerâmica) e novas demandas da



comunidade, ao mesmo tempo em que manteve sua função central como marco simbólico do catolicismo na cidade. (Ver Apêndice B – Quadro Analítico 12)

Cruz (2001) destaca que a Catedral São José (Figura 22) se consolida como local de memória religiosa da cidade, trazendo consigo marcas e representações que refletem não apenas a dimensão espiritual, mas também as relações de poder que atravessam sua história. A edificação manifesta o poder institucional da Igreja Católica sobre a vida urbana e simbólica de Criciúma, ao mesmo tempo em que revela o prestígio da elite local, que buscava legitimar-se socialmente por meio da bênção divina e da proximidade com o templo. Para além da elite, o edifício também encarna a materialidade da fé dos fiéis comuns, que encontram no espaço abrigo, conforto e esperança frente às adversidades cotidianas.

**Figura 22 - Catedral São José**



Fonte: ND+, 2022. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/turismo/fotos-onze-lugares-emblematicos-para-relembrar-a-historia-de-criciuma/>>

As imagens preservadas em fotografias e registros documentais evidenciam como esse espaço foi constantemente manipulado ao longo do tempo: características de determinados períodos foram suprimidas, enquanto outras permaneceram como marcas materiais de sua trajetória. Essa dinâmica traduz o movimento hegeliano da *Aufhebung*, em que cada intervenção na Catedral corresponde a uma tripla ação: negar ao apagar elementos de épocas

anteriores, preservar ao manter referências reconhecíveis da tradição católica e, ao mesmo tempo, elevar ao incorporar novos sentidos estéticos e funcionais.

Assim, ainda que profundamente modificado desde sua edificação original, o prédio da Igreja Matriz São José emerge como um dos mais significativos palimpsestos urbanos de Criciúma, não apenas por sua função religiosa, mas também por sua relevância política e identitária. Na perspectiva de Milton Santos, pode ser compreendido como um espaço produzido socialmente, resultante da interação de diferentes agentes (Igreja, elite, poder público e comunidade), cujas práticas produziram e continuam a produzir a forma material e simbólica do lugar. Cada intervenção correspondeu não apenas a escolhas arquitetônicas, mas também à tentativa de reafirmar o poder e a visibilidade da Igreja Católica em um território em disputa simbólica com outras forças religiosas, sociais e culturais que se expandiam em Criciúma.

Dessa maneira, a Catedral São José transcende sua condição de edifício isolado e se projeta como um marco do centro da cidade, um espaço de permanências e rupturas, onde a história se escreve e se reescreve a cada nova intervenção, confirmando a condição da Praça Nereu Ramos como núcleo simbólico e histórico da urbanidade cricumense.

Paralelamente à narrativa da primeira capela, sua demolição deu lugar a um novo edifício no entorno da Praça Nereu Ramos. No mesmo terreno, foi erguido um sobrado em alvenaria, com dois pavimentos, cuja composição arquitetônica remetia ao estilo colonial italiano<sup>30</sup> (Figura 23), incorporando ainda referências do neoclássico. Inicialmente destinado à função religiosa como casa paroquial, o edifício logo assumiu outro papel central na vida urbana: foi cedido à Prefeitura para abrigar o Grupo Escolar Lapagesse, primeira escola estadual de Criciúma (BACK; TEIXEIRA, 2013).

Esse deslocamento funcional, de espaço religioso para espaço educacional, reforça o caráter do local como palimpsesto urbano. Cada camada arquitetônica e cada mudança de uso revelam não apenas a materialidade das construções, mas também as diferentes lógicas sociais e políticas que se sobrepuseram no tempo. A passagem da capela para o sobrado, e do sobrado para a função escolar, mostra como a cidade ressignificava seus espaços de acordo com as necessidades e aspirações de cada período histórico.

---

<sup>30</sup> Interpretação do autor para um estilo arquitetônico comum nos sobrados construídos por colonos italianos com influências neoclássicas. Não há relação direta com a arquitetura colonial de Minas Gerais

**Figura 23** – Sobrado colonial italiano construído para ser a Casa Paroquial em 1932



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez

Trata-se de mais um exemplo da dinâmica da *Aufhebung*: ao mesmo tempo em que o passado é negado (pela demolição da capela), também é preservado (na permanência do mesmo sítio como lugar central de funções sociais relevantes) e elevado (pela introdução de uma instituição escolar que amplia o caráter público do espaço). Assim, o edifício não apenas substituiu outro, mas transformou o sentido do lugar, fazendo coexistirem na memória da cidade tanto a devoção religiosa quanto a instrução pública como marcos identitários.

A leitura pela chave do espaço de Milton Santos também enriquece a análise. O sobrado e sua função como escola expressam a articulação entre o espaço como forma material (a arquitetura inspirada em estilos europeus) e como conteúdo social (a educação, a política pública, a sociabilidade em torno da praça). Mais uma vez, a Praça Nereu Ramos se confirma como núcleo estruturador, onde diferentes temporalidades, agentes e usos se entrelaçam e se reconfiguram continuamente.

O sobrado (Figura 23) que havia abrigado a primeira escola estadual de Criciúma foi demolido no início da década de 1940. Em seu lugar ergueu-se outro edifício, também de dois pavimentos, inaugurado em 1944 para funcionar como o primeiro Paço Municipal. Dessa vez,

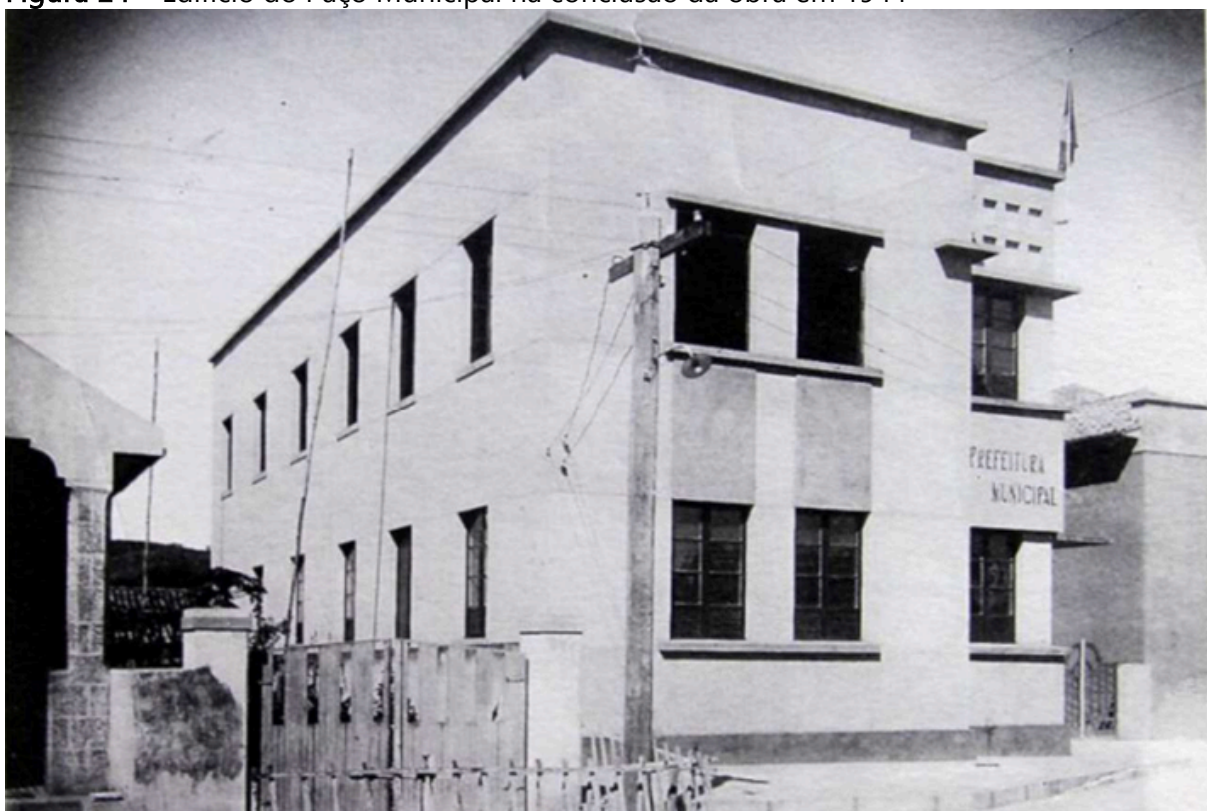


a arquitetura adotou o estilo *art déco*, corrente modernizante muito comum nas cidades brasileiras do período, especialmente como símbolo de progresso e de reorganização urbana.

A construção de um Paço Municipal (Figura 24) no entorno da Praça Nereu Ramos materializava o poder político-administrativo no mesmo espaço onde já se manifestavam o poder religioso e o poder econômico. A praça, portanto, afirmava-se não apenas como marco de origem da cidade, mas como centro articulador das instâncias de poder que estruturavam a vida urbana.

A trajetória desse edifício ilustra de maneira exemplar a lógica da *Aufhebung*: o sobrado colonial foi negado (pela demolição), mas sua função de centralidade pública foi preservada e elevada a um novo patamar — o da administração municipal, com pretensão de monumentalidade. A tripla dimensão da negação-preservação-elevação se evidencia ainda mais com as posteriores ressignificações do prédio.

**Figura 24** – Edifício do Paço Municipal na conclusão da obra em 1944



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez

Quando a Prefeitura foi transferida para uma nova sede em 1972, no edifício que hoje abriga o Camelódromo e a Feira Livre, o antigo Paço foi convertido em sede administrativa da

Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI), permanecendo assim até o início da década de 1980.

Na sequência, o prédio abrigou diversas atividades, dentre elas a extensão da Biblioteca Pública Municipal, as atividades administrativas da Companhia de Desenvolvimento Econômico e Planejamento – CODEPLA e o Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez, dentre outras atividades culturais como cursos livres e oficinas. Finalmente, em 2003, esse mesmo edifício foi reconhecido formalmente como patrimônio histórico municipal, pelo Decreto 815/SA/2003.

Atualmente, a Casa da Cultura Neusa Nunes Vieira encontra-se fechada, mas passará por um processo de restauro que projeta novos usos e novas permanências para o edifício. Segundo informações recentes, a Prefeitura Municipal de Criciúma realizou licitação para contratar uma empresa de arquitetura especializada e que já está em fase de elaboração do projeto de restauro. Esse projeto, que deve ser entregue no final de 2025, contempla adequações técnicas, como portas corta-fogo, reserva técnica, sala de pesquisa e mobiliário, ao mesmo tempo em que prevê a preparação do espaço para um futuro museu, abrigando um memorial da educação e incorporando também um café e áreas de convivência.

Essa nova etapa confirma o caráter dinâmico e vivo do edifício, que mais uma vez é submetido ao movimento dialético de Hegel: a negação (o fechamento temporário e as intervenções que irão alterar aspectos da materialidade atual), a preservação (a manutenção de sua volumetria, de sua centralidade simbólica e de seu tombamento patrimonial) e a elevação (a projeção de novos significados ao se transformar em espaço museológico, lugar de memória e de sociabilidade). A tripla dimensão da *Aufhebung* mostra que o prédio nunca é apenas um vestígio do passado, mas também uma possibilidade de futuro.

Na perspectiva do espaço como sistema de objetos e ações, a Casa da Cultura exemplifica como o mesmo objeto arquitetônico pode acumular camadas de usos ao longo do tempo. De casa paroquial a escola, de Paço Municipal a sede da FUCRI, de espaço cultural a patrimônio tombado, e agora, em processo de musealização, o edifício continua sendo apropriado por diferentes agentes sociais e institucionais. Cada transformação não apaga totalmente a anterior: ao contrário, ressignifica-a, inserindo-a numa nova narrativa urbana.

O restauro em curso também revela os limites entre permanência e ruptura. A materialidade do imóvel é preservada, mas adaptada às normas técnicas e às necessidades contemporâneas. Já o seu papel simbólico é reforçado ao ser projetado como possível museu,

o que amplia a dimensão de pertencimento da população e consolida a praça como centro de memória da cidade. Assim, a Casa da Cultura permanece como palimpsesto vivo, onde passado, presente e futuro se entrelaçam em um espaço que resiste ao esquecimento e, ao mesmo tempo, se reinventa diante das novas demandas sociais.

A mudança de local das igrejas que desencadeou nos palimpsestos mencionados acima, alterou a conformação espacial de modo a criar um espaço livre entre a estrada colonial e a nova igreja. Era um espaço vazio possuía diversas funções, era utilizado como estacionamento de carroças e carros de boi, como área de descanso dos animais de carga e de montaria, e, aos domingos, era utilizado como campo de futebol. A primeira edificação a se instalar nas proximidades do local foi um estabelecimento comercial de propriedade do Sr. Pedro Benedet (que depois interferiu na construção da nova igreja como já tratado aqui), que servia como ponto de referência e de parada para os tropeiros que estavam de passagem. (COAN, 2003)

O espaço que hoje conhecemos como Praça Nereu Ramos teve, em seus primeiros tempos, caráter de propriedade privada, só mais tarde convertido em espaço público. Essa transição é significativa, pois marca o deslocamento do lugar do domínio individual para o de uso coletivo, movimento que reforça a ideia de espaço como instância social, resultado da articulação entre objetos e ações. Ao se abrir à população, a praça inaugura sua vocação como lugar de encontro, de fluxo e de referência urbana. (Ver Apêndice B – Quadro Analítico 11)

Na década de 1920, a área passou a se chamar Praça Etelvina Luz, em homenagem à esposa do então governador Hercílio Luz<sup>31</sup> (1918-1924). A nomeação, realizada pelo então prefeito Marcos Rovaris (1926-1930), mostra como os atos de nomear espaços também são formas de poder simbólico, vinculando o espaço urbano a figuras políticas e reforçando vínculos de prestígio. Esse gesto de batismo não apenas designava o lugar, mas também produzia uma camada de memória oficial, compondo o palimpsesto da praça por meio da imposição de uma narrativa institucional.

Assim, desde sua origem, a praça já expressa a dialética da *Aufhebung*: a negação do caráter privado inicial, a preservação de sua centralidade como ponto de referência urbana e a elevação de seu status simbólico ao receber uma denominação vinculada ao poder político

---

<sup>31</sup> Hercílio Luz foi governador de Santa Catarina por três mandatos: 1894-1898, 1918-1922 e 1922-1924. Ele foi o primeiro governador do estado eleito por voto direto e faleceu durante seu último mandato, antes de ver a conclusão da Ponte Hercílio Luz, que foi idealizada e começou a ser construída durante sua gestão

estadual. Esses movimentos demonstram como a praça se constitui como lugar de memória e de representação, ao mesmo tempo que revela as tensões entre o espaço vivido pela população e o espaço nomeado e normatizado pelo poder público. Entretanto, segundo Milanez (1991), o governador Hercílio Luz foi o responsável por adquirir as terras pertencentes ao Sr. Antonio Dagostim e doar ao município a fim de construir a praça, fato este que pode revelar um gesto de gratidão ao batizar a praça com o nome da esposa do governador.

Quase vinte anos depois, em 1937, a praça é batizada como Praça Nereu Ramos, nome que é conhecida até hoje. (BALTHAZAR, 2001) Nereu Ramos<sup>32</sup> (1937-1945) foi interventor federal da ditadura Vargas em Santa Catarina. O nome atual partiu de uma homenagem no mandato do prefeito Elias Angeloni (1933-1945). No entanto, ele dividiu a praça em duas e manteve o nome Etelvina Luz em uma das partes. (COAN, 2003)

Inicialmente o entorno da praça era basicamente comercial e residencial em construções térreas com uma arquitetura eclética bastante comum para o período, mas, em 1930, as casas foram substituídas por sobrados e prédios de dois e três pavimentos ou então tiveram suas fachadas adaptadas para alcançar o movimento arquitetônico da época, o *Art Déco*, que caracterizou o centro da cidade. (SALVADOR, 2012) Nessa mesma época, o desenho da praça foi delimitado pelo ajardinamento, mas, somente 36 anos depois, em 1966 o espaço recebeu calçamento. (Ver Apêndice B – Quadro Analítico 10)

A partir do que foi relatado até aqui, é evidente que o núcleo central de Criciúma, incluindo a Praça Nereu Ramos e seu entorno, sempre foi um ponto de grande importância e centralidade para a cidade, mantendo suas raízes mesmo com a expansão urbana. Um espaço que se configurava como elemento estruturante da cidade tanto no seu traçado quanto das dinâmicas sociais, fluxos e vivências. O caráter comercial do entorno da praça logo se consolidou e em decorrência disso algumas alterações na estrutural central foram realizadas.

Ao final da década de 1970, sob a gestão do Prefeito Altair Guidi (1978-1982), foram realizadas intervenções urbanas para criar um calçadão exclusivo para pedestres nessa área,

---

<sup>32</sup> Nereu de Oliveira Ramos (1888–1958) foi interventor federal em Santa Catarina entre 1937 e 1945, nomeado por Getúlio Vargas após a implantação do Estado Novo. Durante sua intervenção, o estado foi administrado segundo os princípios centralizadores do regime varguista, com forte controle político e institucional. Nereu Ramos também exerceu o cargo de vice-presidente da República (1956–1958) e, interinamente, o de presidente do Brasil após o suicídio de Vargas, sendo uma das figuras mais influentes da política nacional de sua época.

com o objetivo de "humanizar" a cidade e afastar a imagem do "carvão", buscando uma representação mais moderna.

Esse calçamento foi pavimentado com pedra portuguesa na cor branca e preta com mosaicos, ou "*petit pavet*", um material calcário nobre e duro, considerado ideal para espaços com grande fluxo de pessoas devido à sua resistência, propriedades antiderrapantes (mesmo quando molhada), permeabilidade, e facilidade de colocação e manutenção, sendo utilizada como pavimento em muitas cidades de Portugal.

O projeto, idealizado por Guidi e projetado pelo Arquiteto e Urbanista Manoel Coelho, incluía o desenho de uma logomarca na pavimentação que reforçava a nova identidade visual de Criciúma. A intervenção causou grande impacto, tanto estético quanto funcional, transformando o centro urbano em um local mais frequentado (Figura 25) e um ponto de referência para pedestres, potencializando toda a dinâmica pré-existente. O *petit pavet* (Figura 26) adquiriu um forte significado histórico e cultural, marcando um momento de transformações nos modos de uso do núcleo central e possibilitando diversas atividades na Praça até os dias atuais, sendo um ponto de conexão imediata entre a Praça e seu entorno. (Ver Apêndice B – Quadro Analítico 08)

**Figura 25** – Vista do calçamento em *petit pavet* com a Praça Nereu Ramos de fundo, em 1980



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez



Figura 26 – Colocação do *petit pavet* em frente à Catedral São José, em 1977



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez

No entanto, em 2011, durante uma série de obras de infraestrutura urbana, arquitetos e urbanistas da Prefeitura Municipal de Criciúma (PMC) elaboraram um projeto de requalificação da Praça Nereu Ramos. Este projeto propunha a substituição do *petit pavet* por "paver", um bloco de concreto utilizado com paginação intertravada, no calçadão do entorno da Praça e nas ruas adjacentes onde a pedra portuguesa estava instalada desde 1980. A decisão dividiu opiniões e gerou um campo de disputa sobre os usos e as representações da Praça na história e memória da cidade, resultando em um processo judicial<sup>33</sup>.

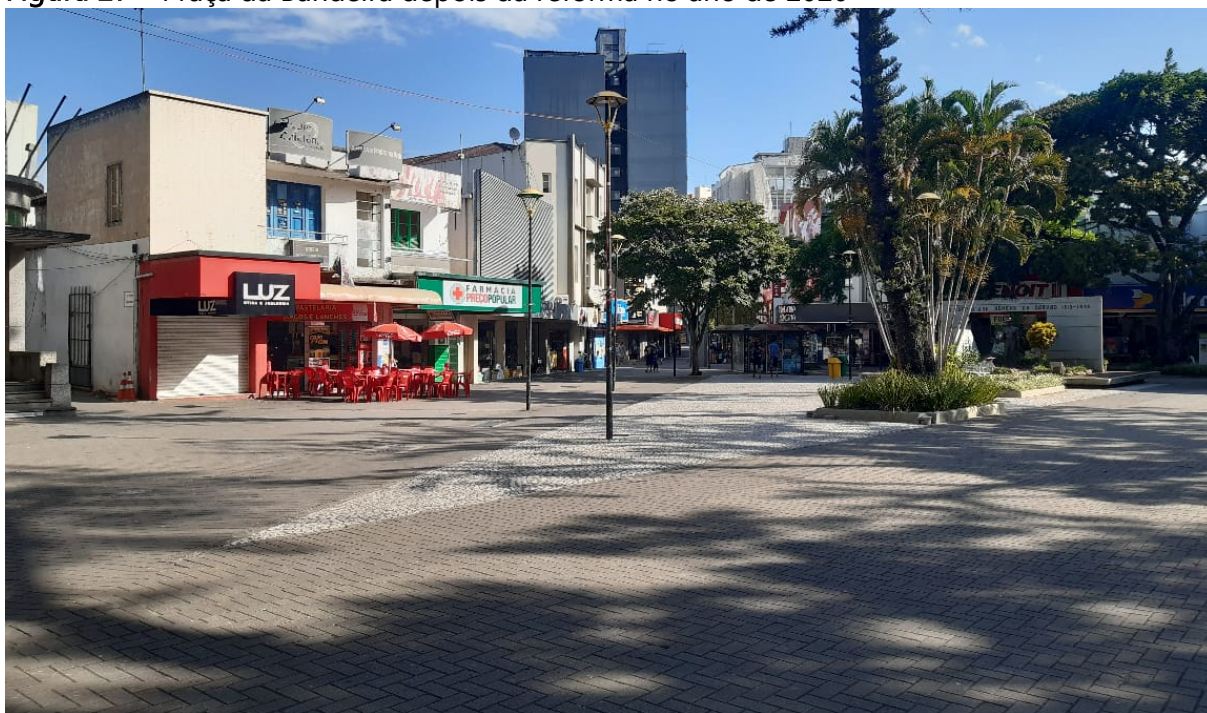
Em 2010, as obras de revitalização foram iniciadas com a retirada do *petit pavet* para a instalação de uma rede elétrica subterrânea. Essa etapa despertou a atenção da comunidade acadêmica, que viu na retirada do pavimento uma descaracterização do espaço público e uma perda da história e memória da cidade. O Ministério Público do Estado de Santa Catarina ajuizou uma Ação Cautelar solicitando a suspensão da retirada e substituição do *petit pavet* na Praça Nereu Ramos e nas ruas adjacentes, argumentando o valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e de valor simbólico do pavimento.

<sup>33</sup> Para saber detalhes específicos sobre o caso, ver: AMARO, Antonio Rafael; GOULARTI FILHO, Alcides; FELTRIN, Rodrigo Fabre. CONFLITOS E DISPUTAS: DEMOLIÇÕES DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM CRICIÚMA/SC. *Revista Direito, Estado e Sociedade*, [S. l.], n. 64, 2025. DOI: 10.17808/des.2098. Disponível em: <https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/2098>. Acesso em: 18 set. 2025.

O promotor defendeu a necessidade de restauração integral e preservação desses espaços. O Município de Criciúma defendeu a legalidade das obras como sendo de interesse público, alegando que o projeto manteria o *petit pavet* apenas no perímetro interno da Praça Nereu Ramos e da Praça da Bandeira. Apesar do debate que defendia a indissociabilidade da Praça Nereu Ramos de seu entorno como um espaço com universo simbólico e histórico, a decisão judicial final determinou que o projeto da Prefeitura seria executado como elaborado. Assim, o *petit pavet* foi recolocado apenas no perímetro das Praças Nereu Ramos e da Bandeira (Figura 27), enquanto todo o entorno e as ruas adjacentes foram pavimentados com *paver* intertravado cinza.

A retirada do *petit pavet* do núcleo central de Criciúma representa um episódio emblemático de apagamento urbano, em que a memória e a história da cidade foram parcial e simbolicamente excluídas. As pedras do calçamento não apenas estruturavam fisicamente o núcleo, mas conferiam unidade espacial e simbólica ao entorno da Praça Nereu Ramos, funcionando como elemento de identidade coletiva. Sua remoção alterou a percepção do lugar, modificando a experiência visual do pedestre e interferindo nas dinâmicas urbanas cotidianas, pois a continuidade do espaço, antes marcada pela textura e ritmo do calçamento, foi interrompida.

**Figura 27** – Praça da Bandeira depois da reforma no ano de 2020



Fonte: Heitor Araújo para Portal 4oito, 2020. Disponível em: <<https://www.4oito.com.br/noticia/praca-nereu-ramos-permaneceu-praticamente-deserta-nesta-segunda-25122>>

Essa descaracterização evidencia como intervenções no espaço podem gerar negação histórica, mesmo que inadvertidamente. Ao eliminar elementos materiais carregados de memória, torna-se invisível uma camada importante da história urbana, prejudicando o potencial educativo do lugar. Por outro lado, o debate em torno do calçamento também cumpre uma função reflexiva: ao mobilizar a população sobre a perda, promove um reconhecimento da importância do patrimônio e da memória, ainda que a ação concreta tenha resultado em efeito oposto ao esperado na preservação.

Nesse sentido, a retirada do *petit pavé* ilustra o caráter dialético do palimpsesto urbano: enquanto algumas permanências são removidas, novas camadas de debates, discussões e conscientização, emergem. A praça, portanto, permanece como um espaço vivo de memória e tensão entre preservação, transformação e negação, confirmando sua centralidade no conjunto histórico de Criciúma e reforçando a necessidade de políticas que conciliem uso contemporâneo e valorização das camadas históricas existentes.

Para Balthazar (2001, p.76), ao analisar depoimentos de moradores mais antigos, as

(...) vivências revelaram a importância que o núcleo urbano central exerceu sobre o processo de expansão da cidade. Segundo alguns relatos, esta importância se dava de forma destacada, gerando até uma distinção social entre o centro e outros bairros, o que ocasionava uma segregação espacial da vida urbana. Porém, existe dentro do centro urbano uma subdivisão espacial que aparece diferenciada nos aspectos estruturais e funcionais – é a “Praça”. Para a população nascida e sempre residente na cidade de Criciúma há uma distinção entre centro e “Praça”. Para eles, a “Praça” é a área cuja função comercial é mais forte. Dizer: “eu vou à praça” significa dizer “eu vou às compras no principal centro comercial da cidade”, e este inclui a praça Nereu Ramos e ruas adjacentes – o calçadão. Já o termo: “ir ao centro” caracteriza o bairro central da cidade na sua amplitude espacial – podendo aqui ser entendido como o centro urbano.

Dessa forma, podemos perceber como os moradores da cidade possuem forte relação com o caráter comercial que o entorno da Praça Nereu Ramos tomou, além de automaticamente associar todo o espaço como sendo o centro da cidade.

As edificações privadas do entorno da praça Nereu Ramos fizeram parte processo de consolidação do espaço desde a sua fundação e tiveram a sua conexão reforçada com a implantação do grande calçadão. Além delas, outras edificações como a Casa da Cultura e a Catedral São José também reforçam a característica de centro urbano.

No início, as casas privadas eram de estilo colonial italiano por conta das tradições dos imigrantes colonizadores. Posteriormente, essas moradas coloniais dão lugar à novas tipologias arquitetônicas, surgindo outras casas e, principalmente, sobrados de 2 e 3 pavimentos no estilo *Art Deco*. (Ver Apêndice B – Quadro Analítico 9 e 10)

Os sobrados desse estilo possuíam uma característica especial quando construídos em esquinas: elas eram chanfradas de modo que a esquina ficasse marcada através da arquitetura e se tornasse ponto de referência na cidade. Em meio aos edifícios que tiveram essa tipologia, destacam-se dois deles: o edifício Filhinho e o edifício São Joaquim, que tinham no térreo os principais cafés da cidade, Café São Paulo e Café Rio, respectivamente.

**Figura 28** – Edifício Filhinho em 1960 (aproximado)



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez

O edifício Filhinho<sup>34</sup> (Figura 28) foi construído em 1946, e é um dos exemplares originais da época que mais preservam a sua característica original e que é referência na cidade. Ele está

<sup>34</sup> Localiza-se na Rua Conselheiro João Zanette esquina com Praça Nereu Ramos, 394. Em 1920 era somente térreo. Somente em 1946 foi construído os pavimentos superiores do prédio, dando origem ao Edifício Filhinho (homenagem a seu filho, Abílio Paulo Filho). No prédio construído sempre funcionou o Café São Paulo, que se situava no primeiro pavimento do Edifício Filhinho. Segundo informações do Sr. Abílio Paulo Filho, o Café São Paulo existia em outro prédio antes de mudar para o local. (COSTA; NASCIMENTO, 2003)



localizado na esquina das ruas Seis de Janeiro e Conselheiro João Zanette, ambas totalmente calçadas. Antes da construção do edifício, o Café São Paulo já existia desde a década de 1920 em uma casa que ficava no mesmo local. A propriedade era de Henrique Lodetti e este vendeu-a para Abílio Paulo, que então decidiu pela demolição da casa e construção do edifício Filhinho. O edifício recebeu este nome em homenagem de Abílio Paulo para seu filho. O Café São Paulo se manteve no local, ocupando o andar térreo em melhores condições que a anterior.

Em um dos andares superiores, em agosto de 1947 foi instalada uma central com 50 aparelhos para a obtenção de uma rede de telefones em Criciúma. No outro andar, logo após o término da construção, foi instalada a Rádio Eldorado. As atividades da rádio acontecem nos altos do Café São Paulo até o ano de 1955, quando foi adquirida pelo empresário Diomício Freitas e transferida para o edifício São Joaquim. (Figura 29)

**Figura 29** – Edifício São Joaquim (atrás, na cor branca)



Fonte: Adaptado do Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez. Tratamento da imagem feita por inteligência artificial para facilitar a compreensão. A Foto Original está no Anexo 01.

O edifício São Joaquim<sup>35</sup> é datado de 1941 e atualmente é de propriedade da Diocese de Criciúma. Está localizado na esquina da rua João Pessoa (parte calçadão) e da Praça Nereu

<sup>35</sup> Localiza-se na Rua João Pessoa esquina da Praça Nereu Ramos, 282 de propriedade da Cúria Diocesana. Construído em meados da década de 1940, antes havia um sobrado onde funcionava a farmácia São José. No andar térreo sempre funcionou o Café Rio, um bar muito antigo da cidade, que no início ocupava todo o pavimento, por volta de 1952, foi feita uma sala comercial à direita. No andar superior funcionou a Rádio Eldorado. O prédio sempre teve uso comercial e até 1999 havia salas alugadas. Em 2000 o prédio passou por uma reforma para o uso da Cúria Diocesana. (COSTA; NASCIMENTO, 2003)

Ramos. Antes do edifício, havia um sobrado onde funcionava a farmácia São José. Logo depois de pronto em 1942, no andar térreo foi fundado o Café Rio que funcionou até 2017 e deu lugar a uma loja de pijamas e lingerie. O último proprietário havia adquirido o bar em 1975.

Originalmente, o Café Rio ocupava o pavimento térreo em toda a sua extensão. Porém, por volta de 1952, o andar foi redividido e se criou uma sala comercial, onde funcionou por algum tempo a loja Lanatex e atualmente funciona a Relojoaria e Ótica Luz. Nos andares superiores, atualmente funciona parte da sede administrativa da diocese de Criciúma, mas no ano de 1951, o edifício São Joaquim passou a ser sede da Rádio Eldorado. Depois da mudança da rádio para os altos do morro Cechinel, as salas do edifício (que eram de caráter exclusivamente comercial) ficaram alugadas até serem ocupadas pela diocese em 1999.

De acordo Balthazar (2001), os cafés São Paulo e Rio eram locais de encontro diário dos trabalhadores, comerciantes, juízes e recém-chegados à cidade. Era ali que as notícias e informações se espalhavam. Era ali, na Praça Nereu Ramos e nas edificações do entorno que todo o processo de expansão, de articulação de apropriação e de identificação aconteceu.

Para Lefebvre (1991) a vida urbana possibilita todos esses encontros, confrontos de diferenças, conhecimentos e reconhecimentos mútuos, modos e padrões de vida, diversidade de pessoas e manifestações. E é o centro que toda a síntese dessa vida urbana é percebida. Balthazar (2001, p.12) diz que “é característica do centro possuir um desenho definido pela própria sociedade que o constitui” e é a sociedade a responsável que define “seus valores culturais, ideológicos e tradicionais do uso do espaço, passando com isso a sua simbologia a ser constituída através da memória e da vida urbana desta sociedade”. (BALTHAZAR, 2001, p.12)

No caso da Praça Nereu Ramos, a vida urbana está diretamente conectada com as edificações do entorno sendo transformadas, junto da praça e pela própria população, em protagonistas do núcleo central. A preservação dessas edificações histórias e das dinâmicas atuais é fundamental para que a memória e a identidade de uma cidade se mantenham acesas. Já dizia Landim (2001), que a percepção do patrimônio arquitetônico no espaço urbano é elemento chave para constituir o elo entre os cidadãos e a sua memória urbana. Os problemas urbanos, as alterações no espaço, as intervenções arquitetônicas e as influências dessas mudanças nos indivíduos não devem ser esquecidas.

Preservar as construções representativas da herança urbana também é de extrema necessidade para que seja possível o reconhecimento do lugar. Edifícios são referências dentro

da cidade, e essas referências são fundamentais para que a população se identifique com o espaço, evocando memórias, conferindo uma imagem nítida da cidade e dando sentido de lugar.

#### 4.2. PRAÇA DO CONGRESSO: DINÂMICAS DA ELITE E DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

**Figura 30** – Mapa de localização e implantação da Praça do Congresso



Fonte: Portal ICAD. Adaptação do autor, 2025.

A cidade de Criciúma estruturou-se historicamente em estreita relação com as atividades de exploração carbonífera, processo que não apenas marcou a economia regional, mas também orientou sua expansão territorial e a configuração simbólica de seus espaços urbanos. Um dos marcos desse processo foi a instalação, em 1941, do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), em um edifício de escala monumental localizado na Rua Coronel Pedro Benedet. A construção, imponente pela volumetria, pelos afastamentos que a destacavam da malha edificada e pela simetria rigorosa de suas arcadas e acessos, assumiu um papel representativo na paisagem urbana, materializando a centralidade do carvão como força econômica e política. À sua retaguarda, entre 1943 e 1945, ergueram-se oito residências destinadas a técnicos transferidos para a região, constituindo um pequeno núcleo residencial



institucional. Essas casas, implantadas em sequência linear, com varandas voltadas ao espaço público, telhados aparentes e fachadas discretas, expressavam uma arquitetura de transição, marcada pelo abandono gradual dos ornamentos do *art déco* e pela aproximação com a estética moderna, simples e funcional.

Naquele momento, o centro de Criciúma ainda se restringia a um perímetro bastante reduzido. Em 1944, praticamente não havia ruas abertas a mais de um quilômetro da Praça Nereu Ramos, o que tornava a moradia nesse núcleo urbano um privilégio reservado às camadas sociais mais altas, em especial profissionais ligados ao setor carbonífero, ao comércio e a serviços públicos estratégicos. O prédio do DNPM (Figura 31), pela sua localização em aclave entre a Praça Nereu Ramos e o Hospital São José (este último, então limite do perímetro central), somado às residências funcionais, consolidava a ocupação de um setor urbano até então pouco densificado, projetando-se como um marco visual e um polo de expansão para o lado norte da cidade.

**Figura 31 – Sede do Departamento Nacional de Produção Mineral em 1945**



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez

O fator decisivo para a consolidação do espaço público nesse setor, entretanto, foi a realização do Congresso Eucarístico Diocesano, em dezembro de 1946, evento de repercussão nacional que reuniu milhares de fiéis em Criciúma. A solenidade coincidiu com a celebração do 33º aniversário da mineração no sul catarinense, ocasião em que foi inaugurado, no centro da Praça Nereu Ramos, o Monumento aos Homens do Carvão, símbolo de gratidão e



enaltecimento da classe trabalhadora que sustentava a economia regional. Para abrigar as atividades do congresso, especialmente as missas campais, uma área próxima à Praça Nereu Ramos foi adaptada como espaço de concentração de fiéis e estacionamento. Esse espaço, posteriormente urbanizado, deu origem à Praça do Congresso, que herdou o nome do evento religioso que lhe conferiu notoriedade.

A urbanização da Praça do Congresso, entretanto, só se consolidou nos anos 1960, quando o espaço passou a integrar o conjunto de obras de modernização da cidade. A praça, concebida dentro da estética modernista, foi projetada como um espaço público de lazer e contemplação, com áreas ajardinadas, equipamentos infantis e elementos de paisagismo que remetiam a um ideal de natureza controlada, organizada e disponível à fruição popular. A estética modernista, nesse contexto, associava-se ao discurso de progresso e modernidade, alinhando-se à imagem que Criciúma buscava projetar de si mesma enquanto “Capital do Carvão”. (Ver Apêndice B – Quadro Analítico 6 e 7)

A inauguração oficial da Praça do Congresso ocorreu em 1970, durante a gestão do prefeito Ruy Hülse, e rapidamente o espaço foi incorporado à paisagem simbólica da cidade. A praça passou a ser descrita como “um dos mais belos logradouros públicos da Capital do Carvão”, reforçando sua função representativa e, ao mesmo tempo, cotidiana. Ao longo das décadas seguintes, consolidou-se como uma das poucas áreas verdes disponíveis no tecido urbano central, valorizada tanto por moradores quanto por visitantes. Sua localização, em uma área cada vez mais disputada pela verticalização imobiliária, transformou o entorno em um dos espaços mais caros da cidade, elevando o valor do solo e restringindo o acesso à moradia nesse perímetro a camadas sociais de maior poder aquisitivo.

Apesar desse processo de adensamento, a praça permaneceu como referência de lazer coletivo e espaço de memória urbana. Caminhadas pela manhã e ao final da tarde, atividades infantis em playgrounds e caixas de areia, além da contemplação do lago com peixes e tartarugas, constituem práticas de apropriação social que dão vitalidade ao lugar. A presença de frondosas árvores, jardins bem cuidados e iluminação adequada reforçam a atratividade do espaço, frequentemente procurado por famílias e casais, sobretudo nos finais de semana e feriados.

Além do uso cotidiano, a Praça do Congresso também abriga manifestações culturais e criativas, como a “Feira de Domingo – Espaço Criativo”, realizada quinzenalmente junto à Rua Barão do Rio Branco. Nesse evento, artesãos, artistas e pequenos produtores encontram

espaço para comercializar objetos, utensílios, obras artísticas, livros e mídias usadas, reafirmando a praça como espaço de encontro, sociabilidade e circulação de bens culturais. A permanência dessas práticas confere ao espaço uma dimensão que ultrapassa a mera função recreativa, situando-o como lugar de memória coletiva e identidade urbana, em constante tensão com os processos de transformação e especulação que o cercam.

**Figura 32** – Praça do Congresso e entorno imediato em 2022



Fonte: Nilton Alves para Portal SulInFoco, 2022. Disponível em: <<https://www.sulinfoco.com.br/praca-do-congresso-em-criciuma-sera-repaginada-obras-iniciam-nos-proximos-dias/>>

O entorno da Praça do Congresso (Figura 32) já foi um conjunto urbano significativo, capaz de representar os principais períodos econômicos e culturais de Criciúma. Esse espaço revela de maneira clara o entrelaçamento entre o crescimento econômico, a formação de identidades sociais e o papel do setor público na configuração do território urbano. As transformações mais recentes não apenas registram a pressão do mercado imobiliário sobre o espaço urbano, como evidenciam também a vulnerabilidade e a fragilidade do planejamento público local, refletindo decisões que muitas vezes privilegiam interesses privados em detrimento da preservação patrimonial e da manutenção de permanências históricas. (Ver Apêndice B – Quadro Analítico 6 e 7)

A Praça do Congresso se articulava ao conjunto arquitetônico do DNPM, configurando uma área de expansão residencial organizada e hierarquizada. Já na década de 1940, novas edificações civis foram ocupando o perímetro da praça, promovendo a urbanização das ruas adjacentes e reforçando o caráter central e simbólico do lugar. O conjunto urbano formado apresentava uma diversidade estilística, desde chalés de influência tardia do Romantismo europeu até residências modernas, alinhadas às diretrizes do Modernismo, movimento arquitetônico de vanguarda que se difundia nacionalmente.

Entre essas construções, destacavam-se a Residência Balsini e a Residência Campos. A primeira, erguida ao final dos anos 1940 pelo médico José Tarquinio Balsini na confluência das ruas Barão do Rio Branco e Lauro Müller, tornou-se referência arquitetônica pelo uso de grandes aberturas envidraçadas, pelos pilotis composto por pilares em “V” e pela implantação diagonal que valorizava sua presença na esquina da praça. A residência, ao romper com o padrão tradicional de ocupação contínua das edificações, introduziu um palimpsesto urbano: sobre o espaço previamente ocupado, estabeleceu-se uma nova camada arquitetônica e social, que transformava a leitura da praça e do entorno, evidenciando tanto o caráter inovador do Modernismo quanto a continuidade da função residencial nobre da área. A demolição (Figura 33) dessa residência em 2008, após negociação com uma construtora local, representa uma *Aufhebung* truncada: o passado moderno é apagado, sem que se estabeleça uma nova narrativa arquitetônica que dialogue com a memória do local, configurando uma ruptura na continuidade histórica e simbólica da praça.

**Figura 33 – Demolição da Residência de José Tarquínio Balsini**



Fonte: Nei Manique para Portal Engeplus, 2008. Disponível em:  
<<https://engeplus.com.br/noticia/memoria/9975/praca-do-congresso-perde-casarao-dos-balsini>>



A Residência Campos, por sua vez, construída pelo político João Carlos de Campos, apresentava traços do romantismo italiano, mantendo recuos e hierarquias de implantação que a destacavam na área mais elevada do entorno da praça. Embora não fosse modernista, exercia papel de referência paisagística e urbanística, compondo o conjunto de permanências que estruturava o espaço público e residencial da Praça do Congresso. Sua demolição em 2016 (Figura 34), após o falecimento do proprietário, reforça o caráter volátil de muitas edificações históricas na região e evidencia a tensão entre permanências e fluxos: enquanto a praça e algumas residências históricas continuam a existir, outras camadas arquitetônicas e sociais são constantemente substituídas, configurando um palimpsesto urbano em que a história é sobreposta, apagada ou transformada em função de novas demandas econômicas e imobiliárias.

**Figura 34** – Demolição da Residência Campos em 2016



Fonte: Portal Engeplus, 2016. Disponível em: <<https://engeplus.com.br/noticia/fotos--fatos/98454/v-deo-adeus-ao-castelinho-da-praca-do-congresso>>

O entorno da Praça do Congresso funciona como um laboratório urbano que ilustra a dinâmica das transformações de Criciúma: a coexistência entre permanências simbólicas,

demolições motivadas por interesses econômicos, fluxos de apropriação social do espaço e a sobreposição de camadas históricas. Cada intervenção, seja ela construtiva ou destrutiva, atua sobre a memória coletiva e sobre a percepção do pedestre, configurando o espaço como um território de tensão entre preservação e modernização, entre usos públicos e interesses privados, entre permanências e rupturas.

Além das residências históricas, o entorno da Praça do Congresso foi progressivamente transformado por processos de verticalização e pela expansão imobiliária, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Esse processo reflete tanto o crescimento demográfico quanto a pressão do mercado sobre áreas centrais, evidenciando um palimpsesto urbano em que novas camadas de construção se sobrepõem às anteriores, alterando a escala e a percepção do espaço público. As poucas casas remanescentes de épocas anteriores, embora ainda existentes, passaram a conviver com prédios de maior gabarito, criando uma heterogeneidade visual que combina permanências arquitetônicas com novas intervenções urbanísticas. (Ver Apêndice B – Quadro Analítico 6 e 7)

A praça, por sua vez, manteve seu papel como foco social e cultural, funcionando como espaço de lazer, convívio e encontro para moradores de diferentes partes da cidade. Caminhadas matinais ou vespertinas, o uso dos brinquedos infantis, a presença do lago com tartarugas e a arborização consolidam a praça como um território de sociabilidade, onde se exercita o fluxo de pessoas e a circulação de atividades recreativas e culturais. A feira quinzenal de artesanato, utensílios domésticos e produtos culturais reforça ainda mais esse caráter, transformando a praça em um ponto de convergência e trocas simbólicas, articulando o espaço público à vida cotidiana e à economia local.

O desenho paisagístico evidencia a intenção de elevar a praça como marco de referência urbana. No entanto, a verticalização e a especulação imobiliária ao redor modificam a leitura visual do espaço, impactando a relação entre permanências e rupturas. O contraste entre a escala humanizada da praça e os edifícios de maior altura cria uma tensão visual, evidenciando o deslocamento de camadas históricas e a necessidade de um olhar crítico sobre a gestão do território.

No contexto urbano, a Praça do Congresso funciona na lógica hegeliana como um *Aufhebung* urbano, em que diferentes temporalidades se articulam: as permanências das construções históricas e da própria praça são preservadas, outras são negadas, e novas construções e usos contemporâneos sobrepõem-se e elevam-se a essas camadas,

reconfigurando o significado do espaço e transformando a experiência do pedestre e do usuário da cidade.

Nos anos 1950 e 1960, com a intensa produção de carvão mineral em Criciúma para fins energéticos e siderúrgicos, o espaço urbano central adaptava-se às necessidades de uma população crescente e diversificada. A valorização imobiliária levou exemplares da arquitetura moderna de alto padrão a cercar a Praça do Congresso e ocupar as ruas próximas. Esse tipo de ocupação atendia a um grupo restrito da população, formado por proprietários de empresas mineradoras, industriais, políticos e profissionais qualificados, reforçando uma hierarquia socioespacial evidente no tecido urbano.

Em 1967, a Prefeitura finalmente urbanizou a Praça do Congresso. A topografia do terreno e as nascentes foram aproveitadas para a construção de um lago, integrando elementos naturais ao projeto. O desenho da praça segue princípios da escola moderna, com caminhos ortogonais que organizam áreas de lazer infantil, esportiva e gramada arborizada. Diferente da Praça Nereu Ramos, os percursos são lineares e funcionais, enquanto palmeiras imperiais e ipês-amarelos reforçam a dimensão simbólica do espaço. O local mantém referências históricas, como a placa do Congresso Eucarístico de 1946 e os bustos do engenheiro Aníbal Bastos e do prefeito Addo Caldas Faraco, preservando elementos de memória coletiva e permanência no espaço urbano.

As tipologias cada vez mais homogêneas evidenciam a fragilidade da legislação como instrumento técnico e a ausência de medidas efetivas para a preservação de bens patrimoniais, ainda que o município já tivesse regulamentado a Lei de Tombamentos nº 2.063 em 1985. Apesar da intensa dinâmica imobiliária, o acervo de residências unifamiliares no entorno da Praça do Congresso manteve-se relativamente preservado, provavelmente devido à valorização dessa área e à resistência do capital moderado da classe média, parcialmente sustentado pelas remessas de emigrantes.

Na década de 1990, a construção civil desempenhou papel ambíguo: ao mesmo tempo em que amenizava a crise econômica gerando impostos, movimentando capital e absorvendo mão de obra desempregada, consolidava sua influência sobre o espaço urbano e as políticas públicas. A aprovação do Plano Diretor de 1999 evidenciou a prioridade concedida à exploração econômica do solo, ao permitir potencial construtivo elevado no centro da cidade. No entorno da Praça do Congresso, o zoneamento passou a autorizar construções de até 16

pavimentos, praticamente o dobro do permitido pelo plano anterior de 1984, consolidando um processo de verticalização e homogeneização das tipologias.

Com esses índices construtivos permissíveis e o contexto econômico favorável, o capital imobiliário passou a pressionar intensamente os lotes mais valorizados. O conjunto de residências unifamiliares que resistira às transformações dos anos 1970, 1980 e 1990 passou a ser demolido para dar lugar a torres residenciais. A lógica imediatista do mercado imobiliário confrontou os conceitos contemporâneos de preservação patrimonial e paisagística, ameaçando a integridade de um conjunto urbano que ainda mantinha relações de permanência, memória e referência histórica.

A legislação de 1999, ao estimular a verticalização e uniformizar padrões construtivos sem reconhecer os valores históricos e culturais do entorno, tornou-se um instrumento de submissão da produção urbana a interesses setoriais. A falta de ações concretas de preservação permitiu que o capital imobiliário redefinisse rapidamente a paisagem, apagando gradualmente chalés, residências pré-modernistas e exemplares da arquitetura modernista que ainda sobreviviam no entorno da Praça do Congresso.

**Figura 35** – Projeto de Revitalização e Cercamento da Praça do Congresso



Fonte: Autoria desconhecida. Disponível em: <<https://unisatc.com.br/praca-do-congresso-sera-revitalizada-confira-as-novidades/>>

Além das transformações tipológicas, o paisagismo original da praça também sofreu intervenções significativas. Em 2011, a construção de um quiosque de mais de 140 m<sup>2</sup> no centro dividiu opiniões e alterou a leitura original do espaço. Em 2013, a Autarquia de Segurança, Trânsito e Transporte de Criciúma (ASTC) propôs cercar a praça para controle de



acesso noturno. A mobilização da população, principalmente jovens, impediu a execução imediata do projeto, evidenciando a importância social da praça como espaço público livre. Posteriormente, o arquiteto original foi chamado para atualizar o projeto, considerando o quiosque e o cercamento, e as obras iniciaram no final de 2024 após o período de licitação. A reforma já foi concluída (Figura 36).

O zoneamento especial da Praça do Congresso mantém ambiguidades que permitem mudanças futuras, reforçando a necessidade urgente de tombamento de todo o conjunto urbano. Nas ruas Lauro Müller e Santo Antônio, o Plano Diretor continua permitindo construções de 16 pavimentos, apesar da presença de remanescentes significativos da arquitetura da primeira metade do século XX, demonstrando a persistente negligência com a paisagem histórica.

O desinteresse do poder público em estabelecer uma proposta urbana socialmente coerente compromete a preservação da Praça do Congresso. A demora em posicionamentos claros e a ausência de políticas efetivas contribuem para o desaparecimento progressivo de um patrimônio que materializa a memória carbonífera da cidade e os ideais da Criciúma moderna. A paisagem construída, sob pressão do capital imobiliário e da omissão institucional, revela um palimpsesto urbano marcado pela sobreposição de camadas históricas destruídas ou alteradas, representando uma perda irreparável para a identidade e para a memória coletiva da cidade.

**Figura 36** – Praça do Congresso em 2025



Fonte: do autor, 2025.



#### 4.3. PRAÇA MARIA SILVA RODRIGUES: APAGAMENTO DAS ESTRUTURAS CARBONÍFERAS E A DIVERSIDADE RELIGIOSA

**Figura 37** – Mapa de localização e implantação da Praça Maria Silva Rodrigues



Fonte: Portal ICAD. Adaptação do autor, 2025.

A Praça Maria Silva Rodrigues funciona como um exemplo claro das transformações socioeconômicas e culturais de Criciúma, evidenciando, em particular, o apagamento das estruturas carboníferas que antecederam a ocupação do local e a diversidade religiosa presente na região central, historicamente marcada pelo predomínio do catolicismo. A área se desenvolveu sobre um território originalmente ocupado por edificações ferroviárias: as Casas de Turma dos trabalhadores (Ver Apêndice B.- Quadro Comparativo 14), que faziam parte do complexo junto da Casa do Agente Ferroviário, da estação de embarque e da passarela metálica popularmente conhecida como viaduto. Este último foi transferido para o bairro Milaneze, mas as demais estruturas foram demolidas; após um processo judicial, a casa do agente ferroviário precisou ser reconstruída.

A desativação da ferrovia implicou mudanças significativas na circulação e nos fluxos urbanos, estabelecendo novos limites e conectividades, ao mesmo tempo em que abriu espaço para a expansão do bairro Comerciário. Nesse contexto, a Praça Maria Silva Rodrigues funciona

como um palimpsesto urbano: a nova intervenção sobre o território destruiu boa parte da memória material da ocupação ferroviária, mas implantou novos usos públicos.

No entorno da praça, a Igreja Assembleia de Deus se apresenta como um outro exemplo de palimpsesto: embora sua função religiosa permaneça, a edificação atual (Figura 38) resultou de uma reconstrução que sobrepôs novas camadas arquitetônicas e funcionais ao edifício original. A verticalização gradual da região, as demolições e as novas construções associadas à diversidade religiosa do bairro contribuem para a transformação do espaço urbano, refletindo tanto a sedimentação social quanto a especulação imobiliária. A presença da igreja não apenas mantém um ponto fixo na paisagem, mas também atua como marcador simbólico e social do território, inserindo-se nas dinâmicas de uso e apropriação do espaço público. (Ver Apêndice B.- Quadro Comparativo 15)

**Figura 38** – Vista da Igreja Assembleia de Deus e da Praça Maria Silva Rodrigues



Fonte: do autor, 2025.

A presença da Igreja Assembleia de Deus configura uma diversidade religiosa na região central de Criciúma contribuiu significativamente para a configuração socioespacial do território. Historicamente marcada pelo predomínio do catolicismo, a área passou a abrigar uma nova expressão religiosa ao longo do século XX, refletindo processos de migração, ocupação e dinamismo populacional. A presença de templos como a Igreja Assembleia de Deus, sobreposta à paisagem pré-existente, introduziu fluxos culturais e sociais que dialogam diretamente com o espaço público da praça (que recebeu este nome pelo fato da Maria Silva

Rodrigues ser uma missionária na consolidação da igreja no local). Tais instituições funcionam como fixos urbanos, mantendo elementos de permanência e continuidade na paisagem, mas ao mesmo tempo promovem transformações na apropriação do território por meio de eventos, cultos, reuniões e atividades comunitárias que mobilizam os moradores e visitantes.

A Praça Maria Silva Rodrigues, nesse contexto, atua como um espaço mediador, capaz de incorporar novas camadas de memórias e usos, mas também de testemunhar apagamentos históricos. A desativação da ferrovia e a subsequente implantação de vias de circulação e logradouros públicos reforçam esse caráter de palimpsesto, na medida em que as antigas estruturas de transporte e habitação ferroviária foram destruídas e substituídas por edifícios contemporâneos, mas ainda dialogando com outros edifícios que mantem traços simbólicos das ocupações passadas.

O impacto dessas mudanças na vida cotidiana é perceptível em diversas dimensões. O uso da praça, o fluxo de pedestres, as interações sociais e os eventos religiosos e culturais refletem não apenas a apropriação funcional do espaço, mas também a sedimentação de valores identitários ligados à história carbonífera e à diversidade religiosa. A praça não é apenas um espaço físico, mas um campo de socialização, memória coletiva e negociação urbana. A apropriação do espaço público transforma-se assim em um indicador da saúde social e da inclusão, enquanto a ausência de políticas efetivas de preservação patrimonial evidencia a fragilidade das estratégias institucionais frente às pressões imobiliárias e culturais.

Os processos de verticalização e adensamento do entorno da praça, assim como a manutenção de templos religiosos, evidenciam a relação entre fluxos e fixos na produção do espaço urbano. Enquanto os fluxos refletem as dinâmicas populacionais, econômicas e culturais que reconfiguram permanentemente o tecido urbano, os fixos (como a própria praça e as edificações históricas) proporcionam continuidade e referência espacial. A tensão entre esses elementos produz um palimpsesto urbano visível: novas camadas de uso e significados se sobrepõem às anteriores, preservando fragmentos da memória, mas também apagando aspectos significativos da história material da cidade. (Ver Apêndice B.- Quadro Comparativo 13)

O objetivo era que a praça atuasse como mediadora entre diferentes bairros (comerciário e centro) e demais áreas funcionais da cidade, estabelecendo conexões perpendiculares e hierarquias de circulação que se articulariam com terminal urbano e vias de transporte motorizado. O desenho moderno da praça, com caminhos ortogonais reflete uma concepção

de planejamento urbano que buscava conciliar estética, funcionalidade e integração social. Ao mesmo tempo, essa organização espacial permite observar a tensão entre o traçado planejado e as sobreposições decorrentes das alterações posteriores no entorno. Principalmente com a construção do novo Terminal Urbano em 1999 que criou uma barreira reforçando o limite construído pela ferrovia e cancelado pela avenida centenário.

O templo da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, situado na Praça Maria Silva Rodrigues, é um elemento central para compreender a transformação urbana e social de Criciúma, ao mesmo tempo em que reflete a diversidade religiosa emergente em um território historicamente marcado pelo catolicismo e pela economia carbonífera. A edificação que hoje se observa é, na verdade, resultado de um processo histórico de múltiplas camadas construtivas, caracterizando-se como um palimpsesto arquitetônico. Desde a chegada dos primeiros evangélicos à cidade, em 1939, até a inauguração do atual templo em 2001, a construção do espaço religioso incorporou fluxos migratórios, demandas sociais, pressões econômicas e transformações espaciais, sem apagar totalmente as memórias anteriores.

**Figura 39** – Primeira igreja evangélica no final da década de 1940



Fonte: Arquivo Histórico Pedro Milanez

O primeiro templo (Figura 39) foi construído em madeira, em 1949, na Rua Duque de Caxias, e funcionava em meio a residências particulares adaptadas para cultos. Sua instalação em um contexto predominantemente católico, aliado à resistência de parte da população local,



evidencia como a prática religiosa funcionava como um fluxo social em território não totalmente apropriado para sua fé, circulando entre casas e pequenos espaços comunitários. A construção de um templo físico, ainda que modesto, representou o primeiro fixo da presença evangélica na cidade, estabelecendo um ponto de referência material e simbólico para os fiéis. (GONÇALVES, 2001)

Em 1956, o segundo templo de alvenaria substituiu a estrutura de madeira. Esta mudança não apenas consolidou a permanência da Igreja Assembleia de Deus no espaço urbano, mas também demonstrou uma transição para formas arquitetônicas mais duráveis e modernas, alinhadas à crescente estabilidade econômica e social da congregação. O templo passou a ocupar uma posição estratégica na Praça Maria Silva Rodrigues, tornando-se visível para o bairro e para os fluxos que conectavam a região central a outros setores da cidade, como o bairro Comerciário. (GONÇALVES, 2001)

**Figura 40** - Segundo templo evangélico no final da década de 1950



Fonte: Arquivo Histórico Pedro Milanez

O terceiro templo, iniciado em 1963 e concluído em 1970, resultou de um projeto arquitetônico diferente: a edificação apresentava uma fachada revestida em cerâmica, vitrais coloridos, galerias internas em madeira e púlpito elevado, além de um grande relógio inaugurado em 1969 pelo prefeito Ruy Hülse (1966-1970). Esses elementos conferem ao templo uma dimensão moderna e de prestígio, refletindo a diversificação econômica de Criciúma e a ascensão social da comunidade evangélica. A construção do templo, assim,

evidencia o conceito de *Aufhebung*: enquanto a antiga função e localização são preservadas, novas camadas de significado e modernidade são incorporadas à edificação, elevando seu valor simbólico e arquitetônico.

Mas, o templo também demonstra a tensão entre permanências e demolições. Em 2001, a igreja decidiu demolir a edificação de 1970 (Figura 41) para construir um novo templo, justificando a decisão por problemas estruturais e a incapacidade de abrigar o número crescente de fiéis. Este episódio evidencia um palimpsesto onde um edifício foi totalmente demolido para dar lugar a outro. Porém, cabe aqui uma interpretação diferente e entender que nessa configuração poderia se tratar de um palimpsesto parcial: algumas camadas históricas, neste caso, o prédio de 1970, foram completamente apagadas, mesmo com a tentativa de preservação por parte da Fundação Cultural de Criciúma e de intelectuais locais na época. Mas o uso e a característica de marco visual como a “Igreja do Relógio”, se mantiveram. (GONÇALVES, 2001) (Ver Apêndice B.- Quadro Comparativo 14)

**Figura 41** – Templo evangélico construído em 1970



Fonte: Portal Engeplus, 2007. Disponível em: < <https://engeplus.com.br/noticia/geral/2785/pastor-arcelino-deixa-a-assembleia-de-deus> >

O templo, ao longo de suas fases, atuou (e continua atuando) como um fixo religioso e social que estruturou fluxos de circulação, encontros comunitários e práticas cotidianas dos fiéis. Sua presença transformou o entorno imediato, promovendo interações e reforçando a diversidade religiosa no centro da cidade. Ao mesmo tempo, o edifício constitui uma permanência simbólica, demonstrando a capacidade de determinados espaços e grupos sociais de resistir às pressões históricas e urbanísticas, preservando significados coletivos, mesmo quando alterados fisicamente.

Outro elemento relevante no entorno da Praça Maria Silva Rodrigues é o atual edifício da rede Bistek Supermercados, cuja implantação revela camadas históricas anteriores à ocupação comercial contemporânea. A análise fotográfica e documental indica que o local onde hoje se encontra o supermercado abrigou, originalmente, um cemitério. Relatos de memorialistas indicam que o primeiro cemitério da cidade à região próxima ao Café São Paulo na Praça Nereu Ramos. Mas, evidências históricas situam a construção inicial do espaço funerário próximo à ferrovia, entre as Casas de Turma e a Casa do Agente Ferroviário, justamente no terreno ocupado atualmente pelo supermercado. (MILANEZ, 1991; CAMPOS, 2003)

“Até a década de 1960, a população do bairro Próspera sepultava seus mortos principalmente no cemitério municipal localizado na Rua Desembargador Pedro Silva, atrás do terminal central de ônibus, área posteriormente transformada em espaço comercial” (SILVA; MORAES, 2001, p.25). Este movimento evidencia a contínua sobreposição de funções urbanas que reconfiguram o espaço urbano, apagando fisicamente algumas camadas históricas, mas mantendo traços simbólicos na memória coletiva da cidade.

O caso do supermercado funciona como um exemplo de palimpsesto urbano: o território que originalmente abrigava o cemitério foi progressivamente incorporado à dinâmica econômica e urbana da cidade, transformando-se em edificação de grande escala e uso contemporâneo. Esse processo, embora silencioso na percepção cotidiana da população, evidencia a tensão entre permanências e demolições. Enquanto os fluxos humanos e comerciais atuais se consolidam no terreno, a memória do espaço funerário e seu papel inicial como fixo social e geográfico são gradualmente apagados.

Em 1961, a administração municipal transferiu o cemitério localizado no centro da cidade para a periferia, uma medida que refletia a concepção urbana de que o núcleo central deveria ser um espaço “limpo e arejado”. Para tanto, a prefeitura selecionou um terreno mais afastado,

no bairro São Luiz, trocando os terrenos do Jardim Aeroporto, próximos ao atual Ginásio de Esportes Municipal, com a Mitra Diocesana. O novo Cemitério Municipal passou a representar, em si, um patrimônio histórico da cidade, pois sua constituição evidencia modos de vida distintos, refletidos na hierarquia social das sepulturas e capelas, nos diferentes estilos e materiais construtivos e na permanência de registros de múltiplos períodos da história urbana. (CAMPOS, 2003)

Após a transferência do cemitério, a área central ficou vazia por algum tempo, configurando um terreno ocioso até que se instalasse a primeira Feira Livre do Município, que, segundo Silva e Argente (2001), funcionou naquele local até setembro de 1999. Posteriormente, o espaço foi ocupado pelo edifício da rede Bistek Supermercados, adquirindo a área em 2003 para a construção de sua segunda unidade em Criciúma, em operação até os dias atuais.

A trajetória desse terreno exemplifica claramente o conceito de palimpsesto urbano. Inicialmente ocupado por um cemitério, espaço fixo e simbólico na paisagem da cidade, o local foi progressivamente transformado, primeiro em espaço público para feiras e, posteriormente, em edificação comercial de grande porte. Cada camada de uso representa fluxos sociais e econômicos distintos: o cemitério funcionava como elemento fixo de memória coletiva, a feira livre integrava mobilidade e comércio local, e o supermercado consolidou a lógica do capital contemporâneo.

Essas transformações revelam ainda a tensão entre permanências e alterações. Embora a memória do cemitério tenha sido parcialmente apagada na materialidade do solo, sua presença continua na narrativa histórica e na memória coletiva. Ao mesmo tempo, o supermercado, por sua escala e função, altera significativamente os fluxos do entorno da Praça Maria Silva Rodrigues, redefinindo percursos, relações de vizinhança e a percepção visual do espaço. A sobreposição de usos e a substituição de camadas históricas ilustram como o território da praça e seus arredores se configuram como um espaço contínuo de negociação entre memória, economia e funcionalidade urbana, reforçando a necessidade de políticas de preservação que reconheçam tanto a materialidade quanto os valores simbólicos dos elementos históricos. (Ver Apêndice B.- Quadro Comparativo 15)

Este episódio ilustra ainda como o planejamento urbano, muitas vezes orientado por interesses econômicos imediatistas, pode negligenciar elementos históricos significativos, ampliando a necessidade de instrumentos de proteção do patrimônio e de estratégias que



valorizem a memória coletiva. O supermercado não apenas substituiu uma função anterior, mas também alterou fluxos, relações de vizinhança e percepções espaciais, confirmando que o território da Praça Maria Silva Rodrigues é palco de transformações contínuas, onde permanências históricas convivem com alterações tipológicas e morfológicas intensas.

Além dos palimpsestos representados pela Igreja Assembleia de Deus, pela Praça Maria Silva Rodrigues e pelo antigo cemitério, a região evidencia uma sobreposição de camadas históricas relacionadas à mobilidade urbana. A primeira dessas camadas é a ferrovia, estruturante do desenvolvimento de Criciúma, tanto para o transporte de carvão quanto de passageiros. Em 1923, foi iniciado oficialmente o transporte de passageiros na cidade, apoiado pela construção de três estações ferroviárias: no centro (1919), no bairro Sangão (1921) e no bairro Pinheirinho (1943). A ferrovia não apenas estruturava o território, mas também gerava fluxos de circulação, demarcava limites e condicionava a expansão urbana, configurando um elemento fixo de grande relevância na paisagem da cidade.

**Figura 42** – Praça Maria Silva Rodrigues em 1982



Fonte: Biblioteca do IBGE, 1982. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=447011> >

A segunda camada de mobilidade emerge com a criação do terminal urbano Ângelo Guidi, seguido pelo terminal central construído em 1996, ambos substituindo parcialmente as funções de transporte da ferrovia e consolidando a cidade sob a lógica do transporte coletivo rodoviário. A transição evidencia um processo de adaptação contínua do espaço urbano, onde os fluxos originais da ferrovia são reconfigurados e o território se transforma para atender a novas demandas sociais e econômicas.

Vários fatores justificaram a retirada da ferrovia e a demolição das estações do centro da cidade, sendo a principal narrativa associada à modernidade e à valorização do automóvel, além do processo de higienização urbana que predominava na época. Nascimento (2004) registra que, a partir de 5 de abril de 1975, a linha férrea Dona Teresa Cristina começou a ser removida do centro de Criciúma, culminando na inauguração da Avenida Centenário em 1980, dentro das obras alusivas ao centenário de colonização (1880-1980). Esse movimento de substituição evidencia como o espaço urbano foi submetido à lógica da circulação moderna, apagando parcialmente os traços históricos e impondo novas estruturas sobre o mesmo território, consolidando o palimpsesto urbano que caracteriza a região da Praça Maria Silva Rodrigues e seus arredores.

No contínuo processo de transformação da região da Praça Maria Silva Rodrigues, a mobilidade urbana se sobrepôs mais uma vez à paisagem histórica com a construção do Terminal Urbano Ângelo Guidi. Este terminal, inaugurado junto à Avenida Centenário em 1980, representou parte de um conjunto de grandes obras que marcaram a cidade no final da década de 1970 e início da década de 1980 (Nascimento, 2004, p. 159). A implantação do terminal não apenas substituiu parcialmente a função da antiga ferrovia, mas também consolidou um novo eixo de circulação de passageiros e de serviços, reforçando a lógica de centralidade funcional em torno da praça e seus arredores.

Na metade da década de 1990, o centro de Criciúma passou por nova intervenção significativa, desta vez voltada à implementação de um sistema de transporte coletivo inspirado no modelo curitibano. Surgiu, então, o projeto do Terminal Central, que substituiria o Terminal Urbano Ângelo Guidi e integraria toda a rede de transporte público da cidade. Este terminal foi concebido como parte de um sistema articulado composto por três terminais interligados, com linhas exclusivas entre terminais e outras linhas que conectam esses terminais a diferentes bairros e localidades do município. Além de seu caráter funcional, cada terminal incorporou comércio e serviços, consolidando-se como um espaço multifuncional. O Terminal

Central destaca-se ainda por possuir uma galeria subterrânea que cumpre duplo papel: além de abrigar usos comerciais e de serviços, funciona como elo de transição da avenida livre dos automóveis, oferecendo circulação segura aos pedestres e mantendo a continuidade urbana no eixo da rua Conselheiro João Zanette (o mesmo que conectava a Praça Nereu Ramos com a Estação Ferroviária).

A Praça Maria Silva Rodrigues passou por um processo de reforma (Figura 43) promovido pela Prefeitura de Criciúma, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras. As obras incluíram a remoção do *petit pavet* e substituição em *paver*, a implantação de novo sistema de drenagem, piso tátil, rampas de acesso, iluminação, playground infantil, mobiliário urbano, lixeiras, canteiros requalificados e um totem de identificação atualizado.

**Figura 43** – Representação em 3D do projeto de revitalização da Praça Maria Silva Rodrigues



Fonte: Portal Engeplus, 2024. Disponível em: < <https://engeplus.com.br/noticia/geral/210500/praca-ao-lado-do-terminal-central-sera-revitalizada-e-recebera-atrativos-veja-o-projeto> >

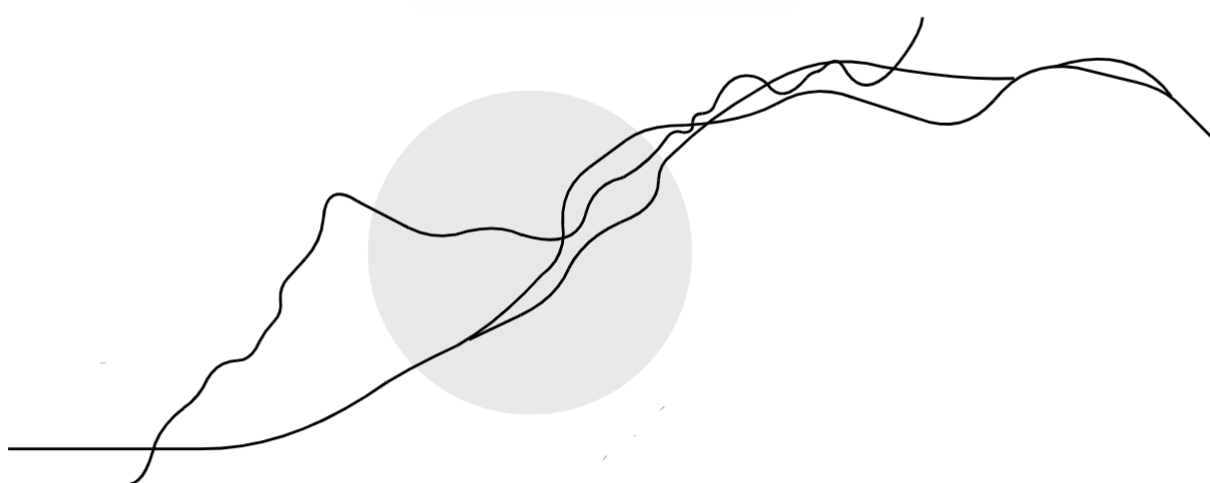
Essa sobreposição de camadas (ferrovia, terminal urbano e terminal central) revela a construção de um verdadeiro palimpsesto de mobilidade. Cada intervenção reconfigura os fluxos urbanos, redefine limites e impacta a paisagem construída e social do entorno da Praça Maria Silva Rodrigues. Assim, o território deixa de ser apenas palco de lazer e de expressão

religiosa, incorporando dimensões de circulação, conectividade e serviço, mas também evidenciando os conflitos entre preservação patrimonial, uso público e interesses econômicos.

Ao mesmo tempo, as demolições e substituições de antigos cemitérios, residências e estruturas ferroviárias demonstram como a cidade se renova segundo interesses econômicos e políticas públicas, muitas vezes desconsiderando valores históricos e sociais. A Praça Maria Silva Rodrigues, portanto, funciona como um registro vivo da tensão entre preservação e transformação, memória e modernidade, incorporando múltiplos sentidos e usos ao longo do tempo.

Nesse contexto, a lógica de *Aufhebung* permite compreender que as demolições não implicam apagamento total, mas sim reconfiguração do espaço e ressignificação dos elementos remanescentes. A praça, o templo e o supermercado coexistem como camadas sobrepostas, criando leituras simultâneas de permanência e mudança. Ao mesmo tempo, a perspectiva de Milton Santos evidencia que a cidade não é apenas um conjunto de edifícios, mas um sistema de fluxos, relações e limites que estruturam a vida urbana. A Praça Maria Silva Rodrigues, ao integrar memória, religião, mobilidade e comércio, expressa essa interdependência, mostrando que cada intervenção modifica, mas também preserva, aspectos essenciais do tecido urbano.

Observa-se que a história da Praça Maria Silva Rodrigues permanece aberta. Novos projetos, modificações urbanísticas ou transformações sociais podem ainda sobrepor camadas adicionais, alterando fluxos, visuais e sentidos do lugar. A praça permanece como um espaço de negociação entre memória e contemporaneidade, lembrança e modernidade, configurando-se como um território em constante construção. Esse caráter dinâmico reforça a necessidade de políticas de preservação que considerem não apenas o valor material das edificações, mas também sua função simbólica e social, garantindo que os significados acumulados ao longo do tempo continuem visíveis e acessíveis, mesmo diante de futuras intervenções.



## **5. A SANTA BÁRBARA: RESISTÊNCIA RACIAL E DIVERSIFICAÇÃO INDUSTRIAL**

Essa seção é dedicada à análise de duas praças que, em contextos diferentes, assumem papel fundamental para compreender a urbanização de Criciúma e a forma como o espaço público reflete e condensa processos históricos, sociais e simbólicos. A Praça Domenico Sônego e a Praça da Santa Bárbara, apesar de inseridas em territórios distintos e de apresentarem funções específicas no tecido urbano, compartilham a condição de espaços reveladores da relação entre memória, poder e identidade coletiva. Ambas funcionam como palimpsestos urbanos, nos quais camadas de tempo e de uso se sobrepõem, ora preservando, ora suprimindo significados e materialidades, mas sempre permitindo uma leitura crítica sobre a constituição da cidade.

Localizada no centro urbano, a Praça Domenico Sônego se insere no coração de uma dinâmica marcada pelo crescimento industrial e pela consolidação de Criciúma como polo econômico regional. Sua centralidade espacial reflete também uma centralidade simbólica, pois articula fluxos de trabalhadores, empresários, consumidores e transeuntes que configuram o espaço como ponto de encontro e circulação. Nesse sentido, a praça pode ser compreendida como fixo urbano que ancora a memória das relações industriais, mas que também se transforma em função dos fluxos que ali se encontram, revelando o caráter dinâmico do espaço público.

Por outro lado, a Praça da Santa Bárbara se vincula diretamente à história da mineração de carvão e às comunidades operárias formadas em torno dessa atividade. Situada em uma região que foi fortemente marcada pelas vilas de mineiros, a praça cumpre função distinta daquela desempenhada pela Praça Domenico Sônego. Aqui, o espaço é marcado pela religiosidade popular, pela devoção a Santa Bárbara e pela memória das lutas e condições de vida dos trabalhadores. O espaço religioso se funde ao espaço comunitário, revelando uma sociabilidade que nasce da experiência compartilhada do trabalho nas minas e da precariedade das vilas operárias. Nesse caso, o fixo representado pela praça se ancora menos na centralidade econômica e mais na identidade cultural e religiosa da comunidade, constituindo-se como um território simbólico de pertencimento e de resistência.

Ambas as praças permitem compreender a cidade como palimpsesto, conceito que se materializa na sobreposição de tempos históricos. No centro, a Praça Domenico Sônego traduz a *Aufhebung* do espaço industrial em contexto urbano, pois supera a função original de convergência produtiva, ao mesmo tempo em que conserva traços dessa memória na paisagem e nas práticas sociais que ali se desenvolvem. Na periferia operária, a Praça da Santa

Bárbara expressa também uma elevação, em que a experiência do trabalho mineiro e da religiosidade não desaparece, mas é ressignificada em práticas comunitárias que ainda hoje dão coesão ao bairro. O palimpsesto, portanto, permite compreender como diferentes tempos convivem e se confrontam no espaço urbano, revelando tensões e contradições entre memória e modernização.

Essas praças também são chave para pensar a articulação entre fluxos e fixos. Enquanto a Praça Domenico Sônego se relaciona com fluxos intensos de circulação urbana, vinculados ao comércio, à mobilidade e ao trabalho assalariado urbano-industrial, a Praça da Santa Bárbara se vincula a fluxos distintos, mais ligados à religiosidade, às festas populares e aos encontros comunitários. Os fixos, entretanto, permanecem como referências identitárias: no centro, edifícios institucionais e industriais; na periferia, a igreja e a própria praça como referência simbólica de devoção e memória operária. Essa distinção revela a pluralidade de funções das praças na paisagem urbana de Criciúma, ao mesmo tempo em que explicita como elas condensam, em seus limites, processos sociais amplos.

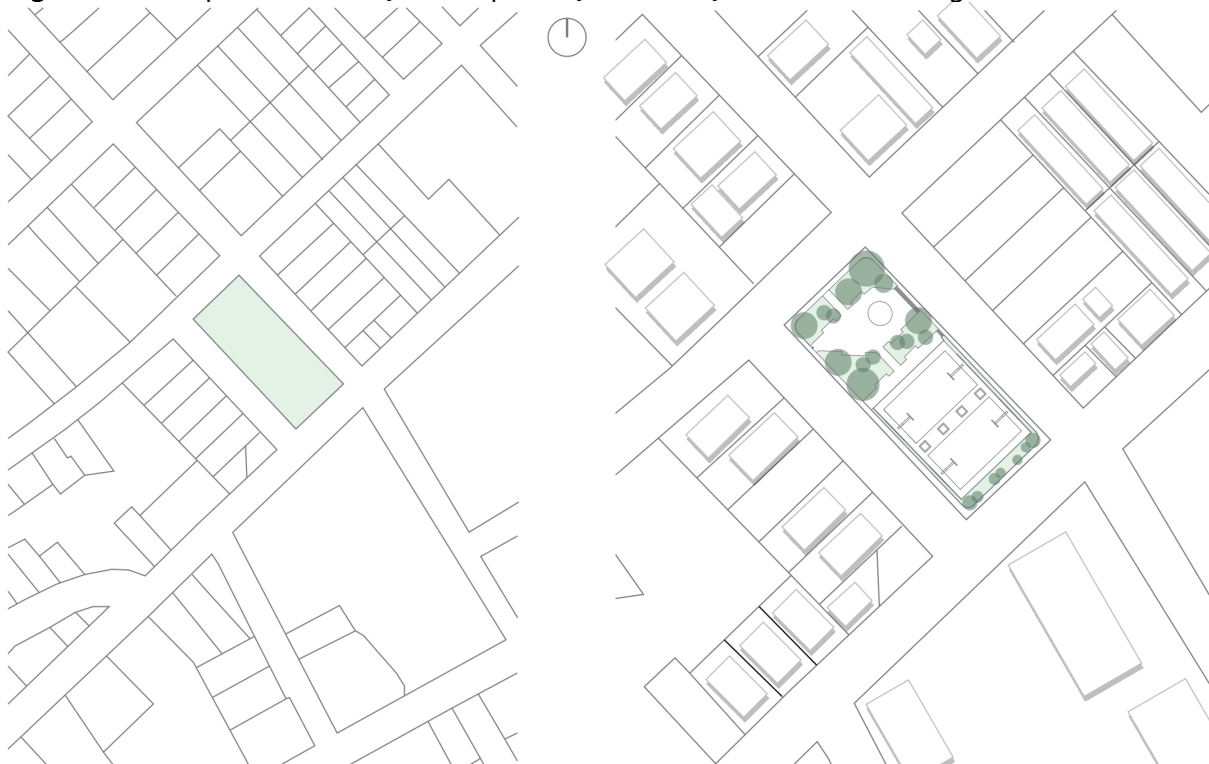
Do ponto de vista do patrimônio cultural, ambas assumem relevância. A Praça Domenico Sônego, embora não vinculada diretamente a um patrimônio material tombado, é parte da memória coletiva ligada à centralidade econômica da cidade, compondo um patrimônio urbano que se manifesta na própria vivência cotidiana. A Praça da Santa Bárbara, por sua vez, associa-se à tradição religiosa e ao patrimônio imaterial vinculado à mineração, ao culto da padroeira e às formas de sociabilidade que se desenvolveram em torno dela. Aqui, a noção de patrimônio ultrapassa a dimensão arquitetônica, alcançando a experiência comunitária e as práticas culturais que se perpetuam como memória viva.

Ao aproximar a análise dessas duas praças, revela-se uma leitura crítica da cidade em sua pluralidade. De um lado, o centro urbano e seus espaços de poder e de circulação, representados pela Praça Domenico Sônego; de outro, a periferia operária e sua religiosidade, materializada na Praça da Santa Bárbara. Ambas, no entanto, compartilham a condição de espaços de memória e de identidade, funcionando como âncoras para compreender os processos de urbanização, as tensões sociais e as formas de pertencimento que constituem Criciúma. É justamente nessa dualidade (centro e periferia, economia e religiosidade, circulação e pertencimento) que se encontra a riqueza analítica de suas praças, permitindo observar como a cidade se constrói na coexistência de tempos, memórias e usos distintos, mas profundamente interligados.



### 5.1. PRAÇA DOMENICO SÔNEGO: A EXPANSÃO DA CIDADE, AS NOVAS INDÚSTRIAS E O ENTRETENIMENTO NO CENTRO

**Figura 44** – Mapa de localização e implantação da Praça Domenico Sônego



Fonte: Portal ICAD. Adaptação do autor, 2025.

No dia 15 de junho de 1972, o prefeito em exercício João Sônego<sup>36</sup> sancionou a Lei nº 901, que em seu Artigo 1º estabelecia: “Passa a denominar-se Praça Domenico Sonego o atual largo situado na Rua Araranguá, esquina com a Rua Giácomo Sônego, destinado a logradouro público, no registro do Loteamento ‘Savi’, em Criciúma.” (CRICIÚMA, 1972). A coincidência entre o sobrenome do prefeito e o dos homenageados não passa despercebida e sugere a possibilidade de interesse pessoal na escolha. Ainda assim, é inegável que os irmãos Domênico

<sup>36</sup> João Sônego foi vice-prefeito no mandato de Nelson Alexandrino (1970-1973) que foi responsável por concluir as obras da segunda sede da Prefeitura Municipal de Criciúma e da Praça Domênico Sônego, entre outras obras importantes na estrutura urbana do município. Alexandrino, que foi eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ocupou a cadeira da prefeitura por três anos e, então, por conta de outros mandatos sequenciais, o cargo foi ocupado por Sônego até a conclusão dos 4 anos. É importante destacar aqui que um dos objetivos administrativos de Nelson Alexandrino era a elaboração de um novo Plano Diretor para o município. Por conta disso, foi realizado um dos levantamentos fotogramétricos utilizado em pesquisas até os dias atuais, ainda trabalhou para o cadastramento de imóveis já prospectando um banco de dados eletrônicos que subsidiasse o lançamento de tributos de forma eletrônica. (ARNS, 1985)



e Giácomo Sônego foram personagens importantes para a consolidação do núcleo inicial da cidade.

Domênico e Giácomo, filhos de Antonio Francesco Sônego e Teresa Frare Sônego, chegaram ao núcleo colonial de Criciúma em 6 de janeiro de 1880. A mãe já era viúva na época da imigração, circunstância que reforça as dificuldades enfrentadas pela família. Na memória histórica, contudo, os papéis dos irmãos foram diferenciados. Giácomo foi alçado à condição de protagonista, principalmente pela associação à descoberta do carvão mineral<sup>37</sup>, um marco fundamental para o desenvolvimento econômico da cidade. Domênico, nascido em 1857, permaneceu como figura trágica. Segundo a narrativa consagrada, teria sido atingido por uma flecha indígena pouco tempo após sua chegada e falecido nos braços do irmão. A cena é evocada como metáfora do sacrifício exigido aos colonizadores diante da hostilidade da terra virgem.

Esses relatos foram amplamente difundidos na biografia<sup>38</sup> de Giácomo Sônego, publicada no mesmo ano da nomeação da praça, o que evidencia sintonia entre a produção escrita e os atos oficiais do poder público. Essa coincidência não foi casual. Tratava-se de um período em que se intensificavam as comemorações ligadas ao centenário da colonização, com narrativas de exaltação ao colono europeu como herói civilizador. Nomear a praça em homenagem a Domênico integrava essa lógica de celebração, reforçando um discurso<sup>39</sup>

---

<sup>37</sup> Foi descoberto, por acaso, por Giácomo Sonego, em 1893. Dias depois de queimar uma coivara em suas propriedades, notou que algumas pedras fumegavam. Para satisfazer a curiosidade, pediu que Benjamim Bristot levasse-as para a fornalha de sua ferraria. As pedras queimavam, mesmo. Feitas as observações em laboratórios do Rio de Janeiro, veio a resposta: estava descoberto o carvão mineral que, extraído em escala industrial até os anos 70, se transformou na pedra angular de todo o processo de desenvolvimento de toda a região polarizada por Criciúma. Giácomo Sônego morreu aos 92 anos em 9 de fevereiro de 1953, em Criciúma.

<sup>38</sup> BELOLLI, Mário; PIMENTEL, José. *Tímido Ensaio Biográfico: Giácomo Sônego*. Criciúma: Gráfica Líder, 1972.

<sup>39</sup> A biografia escrita por José Pimentel e Mário Belolli acompanha a trajetória de Giácomo Sônego desde a saída da Itália até sua chegada ao território que daria origem à colônia de Criciúma. Inicialmente, os autores recorrem a uma linguagem poética, marcada pelo tom épico do "sacrifício" e da "valentia" dos imigrantes que deixaram a "querida e longínqua Itália". Em seguida, assumem um registro mais direto, apresentando traços biográficos de Sônego e episódios considerados notáveis, como a morte do irmão por uma flecha indígena e a descoberta do carvão em suas terras, fato que lhe conferiu projeção na história local. A narrativa, entretanto, inscreve-se em um discurso tradicional de glorificação do "pioneiro-herói", que desbrava a "mata virgem" e enfrenta animais ferozes e "silvícolas", sem problematizar os conflitos colonizatórios ou os apagamentos daí decorrentes. As mulheres surgem apenas como figuras secundárias, reduzidas ao papel de mãe, esposa ou filha, sem reconhecimento de sua agência ou protagonismo, ainda que, no caso citado, a mãe de Sônego fosse uma viúva que atravessou o oceano em circunstâncias desafiadoras sozinha e com dois filhos. No plano metodológico,

eurocêntrico e heroico da colonização, ao mesmo tempo em que apagava conflitos, contradições e outras presenças históricas, como a dos indígenas e das mulheres, que raramente são destacadas de maneira autônoma.

Entretanto, a apropriação popular do espaço seguiu outro caminho. Apesar da oficialidade do nome “Praça Domenico Sônego”, a população passou a chamá-la de Praça da Cesaca, em referência à Cerâmica Santa Catarina Ltda. (CESACA). O apelido popular permanece até hoje e mostra como a memória coletiva nem sempre se alinha às tentativas institucionais de cristalizar um passado heroico. A nomeação oficial, construída em torno do mito do colono mártir, acabou sendo sobreposta por um nome vinculado ao cotidiano do trabalho e às experiências concretas da comunidade.

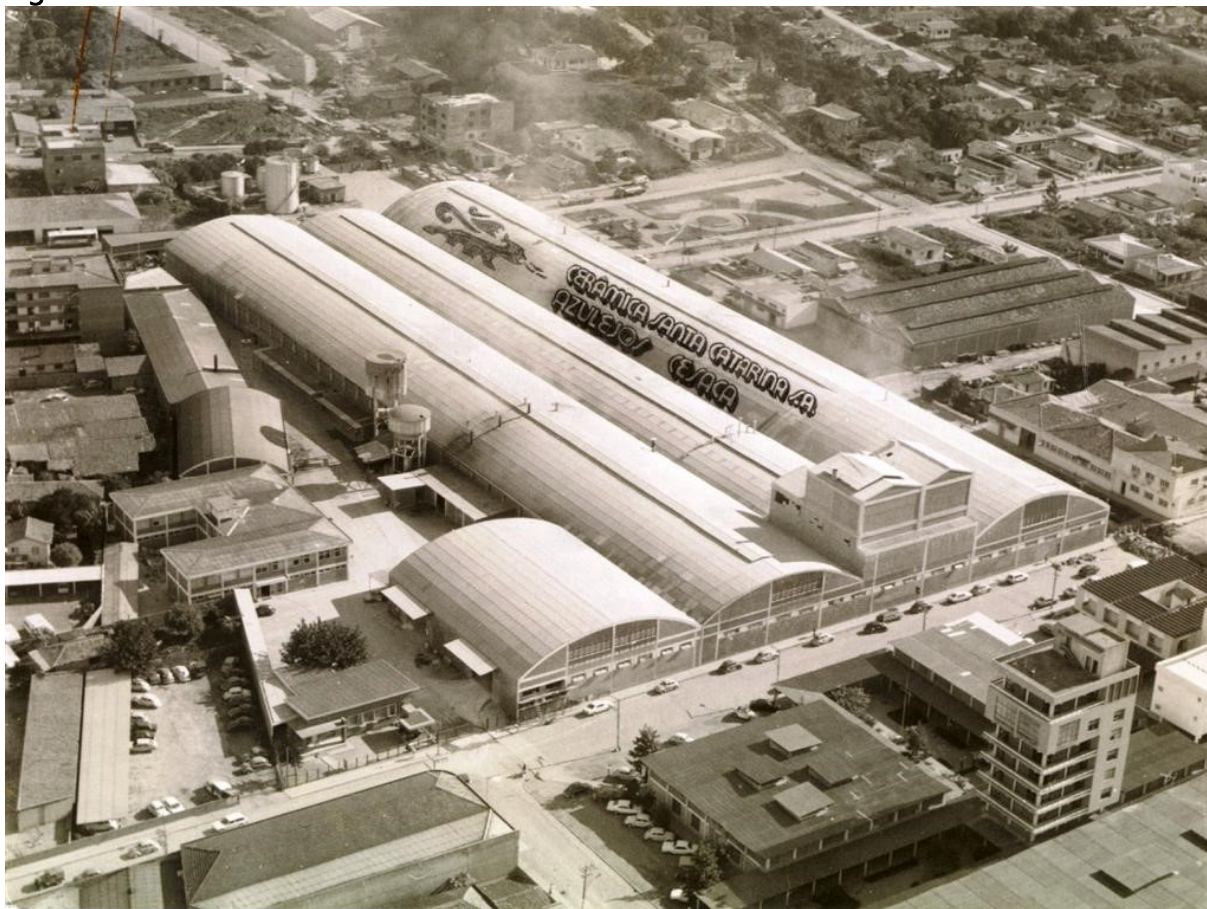
Essa tensão entre memória oficial e memória popular é reveladora. De um lado, a lei e a biografia reforçaram uma narrativa de matriz elitista, associada às comemorações da colonização e à legitimação simbólica de famílias de imigrantes na história oficial da cidade. De outro lado, a sociedade apropriou-se do espaço urbano com base em suas próprias referências, vinculando-o à indústria cerâmica que marcou profundamente a vida de trabalhadores e o processo de urbanização de Criciúma. Nesse sentido, a chamada Praça da Cesaca constitui um exemplo de palimpsesto urbano e memorial, no qual diferentes camadas de significado convivem, disputam espaço (mesmo que simbolicamente) e se sobrepõem, expressando tanto o peso das narrativas heroicas quanto a força das práticas sociais na construção da memória coletiva. (Ver Apêndice B – Quadro Analítico 16)

Cesaca é uma sigla derivada do nome Cerâmica Santa Catarina Ltda, a primeira indústria cerâmica do município, que foi implantada em 1947. Pioneira do setor, a CESACA não se limitou a introduzir a produção em escala de artefatos cerâmicos: tornou-se referência técnica e formativa, funcionando como verdadeira escola para as empresas que posteriormente se instalaram na região. Sua produção baseava-se no aproveitamento do barro branco, um material abundante entre as camadas de carvão mineral que estava sendo explorado até então, e do pó de pedra, vinculando a atividade cerâmica ao subsolo carbonífero e reforçando a articulação entre diferentes segmentos industriais locais.

---

a obra revela fragilidades: não há referências sistemáticas às fontes, e, além da reprodução de um contrato e de um artigo de jornal, não se consegue identificar a documentação utilizada. As imagens incluídas cumprem apenas função ilustrativa, sem qualquer análise. Assim, trata-se de uma narrativa que privilegia o mito heroico do colono, em detrimento de uma leitura crítica, documentada e plural da experiência imigratória. (CORREA, 2009)

**Figura 45** – Pavilhão da CESACA em 1970



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez

Localizada no cruzamento das ruas Anita Garibaldi e Araranguá, (Figura 45) a empresa alcançou protagonismo como a principal indústria de Criciúma na virada para o século XX. Sua presença configurou um fixo de grande relevância, em torno do qual se reorganizaram os fluxos de trabalhadores, matérias-primas e produtos. Esse processo impactou diretamente a expansão urbana no setor oeste da cidade, com a inserção das ruas São José, Anita Garibaldi e Araranguá no tecido urbano, ainda que de modo fragmentado, sem continuidade viária posterior.

No plano da memória urbana, a CESACA permanece como um marco simbólico. Embora já não exista fisicamente, o lugar onde se situava a indústria constitui um palimpsesto urbano, no qual camadas sucessivas de demolições, permanências e ressignificações se sobrepõem, deixando vestígios materiais e imateriais. Assim, mais do que um empreendimento produtivo, a CESACA inscreveu-se como elemento estruturador do espaço e da identidade local,

condensando tensões entre desenvolvimento industrial, transformação urbana e memória coletiva.

O início das suas atividades em 31 de outubro 1947 era direcionado para a fabricação de louças utilitárias como vasos sanitários, pratos e xícaras que eram comercializados sob a alcunha da marca chamada Prior. Até o início dos anos 1970 a empresa atuou sob essa demanda quando em 1971, a empresa se tornou Sociedade Anônima e em 1973 adotou a nova marca de azulejos, a Cesaca, que teve reconhecimento nacional e internacional. (ARNS, 1985)

Esse período remonta ao batismo da praça, visto que havia uma intenção de expansão urbana para essa região como um todo. Além da Cesaca, a praça foi nomeada como espaço público num loteamento que objetivava a expansão e, simultaneamente, já estavam sendo edificadas ali na mesma região, as novas instalações da prefeitura municipal de Criciúma, construída antes das novas instalações da Cesaca e da praça Domênico Sônego. As instalações para deslocar a prefeitura da Praça Nereu Ramos já haviam sido iniciadas durante as discussões do Plano diretor de 1954, que vislumbrava uma nova prefeitura para a orla do que seria a Avenida Beira Rio, uma proposta que foi idealizada, mas nunca saiu do papel.

O Plano Diretor de 1954 propunha criar duas vias estruturadoras para Criciúma: uma avenida ao longo do ramal ferroviário, com o trilho centralizado entre duas pistas para automóveis, e outra margeando o Rio Criciúma, da nascente à foz, passando pela Praça Nereu Ramos. O traçado viário combinava setores em grelha ortogonal com trechos de desenho mais orgânico, integrando novas áreas verdes e adaptando-se à topografia das encostas. Observa-se influência dos conceitos de cidade-jardim<sup>40</sup> e da racionalidade da grelha convencional. (PORTO, 2008; DE LUCCA, 2015)

Apesar da ambição do Plano, suas obras mais importantes foram rejeitadas pela lei de 1957, devido à resistência da classe política local e de proprietários fundiários contrários a desapropriações e reassentamentos. Ainda assim, as propostas já demonstravam a preocupação com problemas crônicos, como as enchentes do Rio Criciúma, resolvidas com a avenida beira-rio, e a intenção de organizar a ocupação ao longo da ferrovia, valorizando os

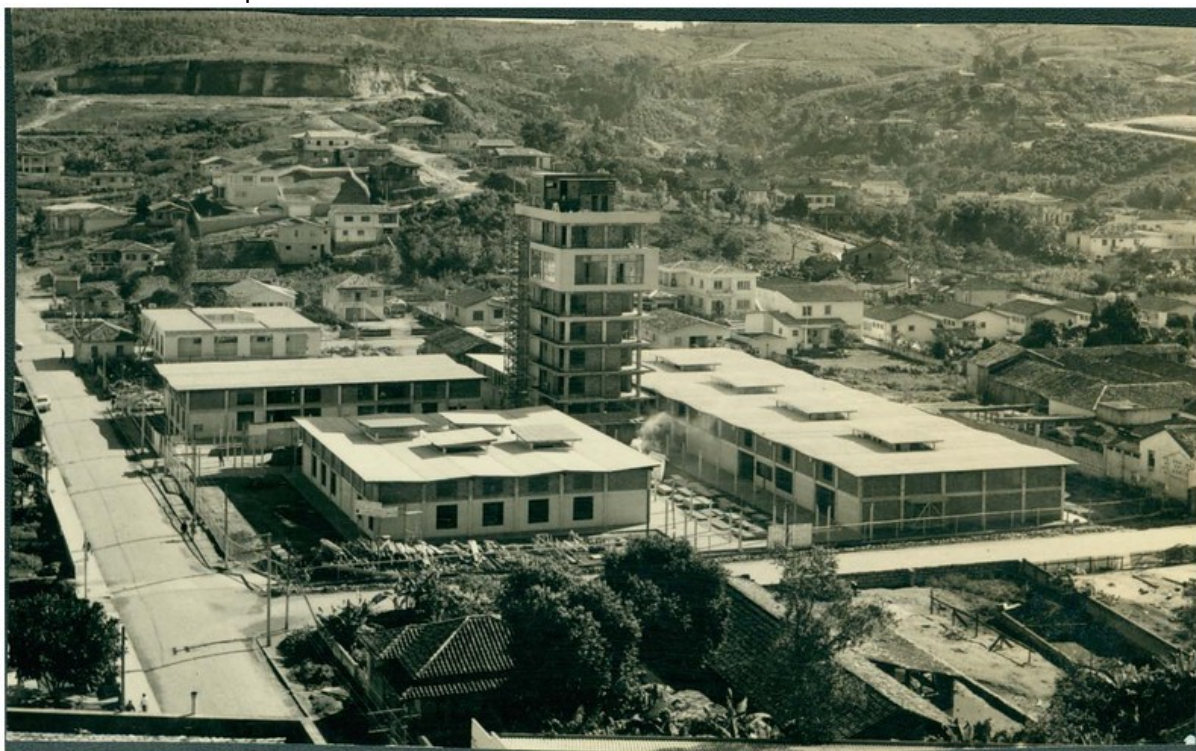
---

<sup>40</sup> A cidade-jardim é um modelo de cidade concebido por Ebenezer Howard no final do século XIX, consistindo em uma comunidade autônoma cercada por um cinturão verde, num meio-termo entre campo e cidade. A ideia era aproveitar as vantagens do campo eliminando as desvantagens da grande cidade

lotes e facilitando o acesso com o aumento do uso de automóveis. (PORTO, 2008; DE LUCCA, 2015; ADAMI, 2015)

Mesmo que o plano diretor não tenha saído do papel, a cidade continuou sua expansão na década de 1960. Obras como a já mencionada praça do congresso, o calçamento da praça Nereu Ramos, abertura de novas vias e novas construções já flertando com um modernismo característico da cidade, sempre com o uso de revestimentos cerâmicos na composição. Nesse movimento, em 1967, o arquiteto Fernando Carneiro projetou um centro comercial (Figura 46) localizado no entorno da Cesaca na esquina das ruas Anita Garibaldi e São José. Esse conjunto arquitetônico então recebeu a sede da prefeitura marcando um novo período da cidade.

**Figura 46** – Fases finais da construção do centro comercial com edifício (7 pavimentos) para a Prefeitura Municipal em 1970



Fonte: Biblioteca do IBGE. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=447136>>

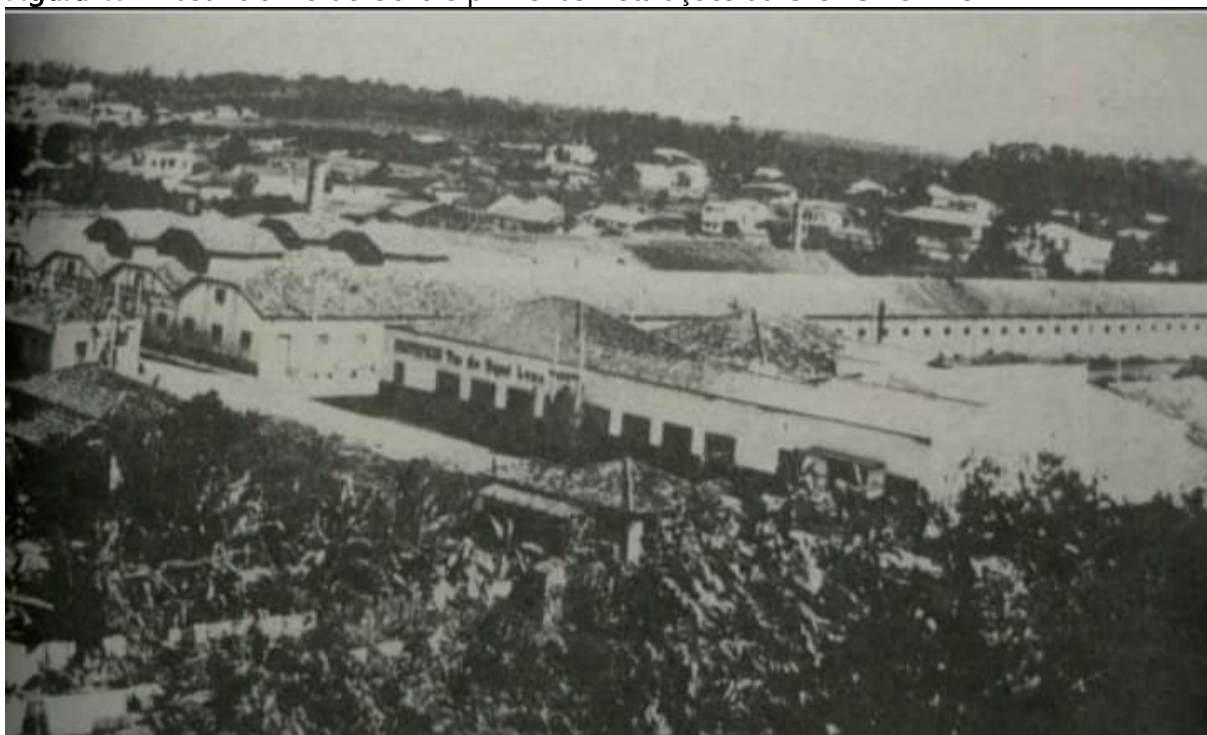
Como já mencionado, o deslocamento da administração municipal atuou como vetor de valorização imobiliária e de expansão da centralidade urbana em direção ao entorno das ruas São José, Anita Garibaldi e Araranguá. Esse processo não apenas redesenhou a configuração espacial do núcleo urbano, mas também contribuiu para a formação de um ponto limítrofe do centro, que persiste até hoje, marcado pela topografia local.



Pode-se interpretar esse fenômeno como parte de um palimpsesto urbano, em que camadas históricas de ocupação, decisão administrativa e adaptação topográfica se sobrepõem, deixando vestígios que ainda influenciam a percepção e o uso do espaço central da cidade. Nesse sentido, a reconfiguração promovida pela transferência da sede administrativa exemplifica como decisões institucionais podem moldar a hierarquia das vias, a distribuição da valorização imobiliária e a delimitação simbólica e funcional do centro urbano.

O movimento urbano na década de 1960 confirma a centralidade simbólica e funcional da Praça da Cesaca. Ao associar-se a essas obras de transformação, reforça a articulação entre modernização arquitetônica e identidade local, ao mesmo tempo em que consolida a influência da indústria na configuração do espaço urbano. Nesse contexto, a CESACA não se limita a ser um empreendimento produtivo: ela inscreve-se na história de Criciúma como elemento estruturador da cidade, integrando desenvolvimento econômico, transformação urbana e memória coletiva, e exemplificando a complexa relação entre indústria, planejamento e identidade urbana.

**Figura 47** - Pastifício Fio de Ouro e primeiras instalações da CESACA em 1947



Fonte: Acervo de Bergmann. Disponível em: <<https://www.facebook.com/share/p/1H5vSy4Rqo/>>

Na mesma região também se destacavam dois empreendimentos importantes para o período de diversificação econômica e industrial da cidade: o Pastifício Fio de Ouro (Figura 47) e o Frigorífico Santa Catarina. O primeiro, inaugurado em janeiro de 1966, foi instalado na Rua

Araranguá em um amplo conjunto arquitetônico industrial cuja fachada, em estilo *art déco* tardio já com influências modernistas, ainda se mantém de pé, embora bastante descaracterizada. O edifício, que originalmente concentrava a produção industrial, foi posteriormente fragmentado em diferentes unidades e adaptado a novos usos, convertendo-se em salas comerciais. Atualmente, abriga serviços como farmácias, escritórios e até um clube noturno, configurando um caso emblemático de ressignificação arquitetônica em que, apesar da perda de sua identidade original, o prédio resiste como testemunho material do processo de transformação da cidade.

**Figura 48** – Parte da estrutura do Frigorífico Santa Catarina, sem data.



Fonte: Acervo de Rosa. Disponível em: <<https://www.facebook.com/share/p/17GBtXCz48/>>

Já o Frigorífico Santa Catarina (Figura 48), situado na Rua São José, apresentava igualmente um conjunto arquitetônico em *art déco* tardio<sup>41</sup>. Por muitos anos, foi o principal açougue da cidade, desempenhando papel central na vida cotidiana dos criciumenses. A edificação, entretanto, passou por diferentes usos após o encerramento de suas atividades

---

<sup>41</sup> Essa leitura é uma percepção do autor ao analisar as fotografias da época. Há referências estéticas do estilo *art deco*, mas já com uma simplicidade formal característica do modernismo.

originais. Fragmentada em três partes, abrigou em distintos momentos um pequeno comércio local, um galpão de móveis usados e, na porção maior de dois pavimentos, a Maison Club, boate que marcou a memória coletiva de gerações até os anos 2000 apenas pela sua fachada emblemática. Apesar de seu significado, o prédio foi demolido em 2009, apagando do espaço físico um marco arquitetônico e econômico importante, mas permanecendo vivo no imaginário urbano como um dos símbolos da transformação da cidade no pós-mineração.

**Figura 49** – Frigorífico Santa Catarina a esquerda e Maison Club a direita



Fonte: (a) Acervo de Rosa. Disponível em: <<https://www.facebook.com/share/p/1Ng9ruzN6n/>>. (b) Manique, 2009. Disponível em: <<https://engeplus.com.br/noticia/economia/14897/rua-sao-jose-encerra-vinculo-com-o-passado>>

A análise desses dois exemplos revela como os processos de descaracterização, ressignificação e demolição configuram diferentes camadas de um palimpsesto urbano. No caso do Pastifício, a permanência física da edificação, mesmo alterada, mantém a possibilidade de leitura de uma camada histórica que se sobrepõe ao presente; já no caso do Frigorífico, a ausência material contrasta com a força da memória social, que preserva o edifício no campo simbólico mesmo após sua eliminação do tecido urbano. Em ambos os casos, observa-se a tensão entre a lógica econômica, que redefine continuamente os usos do espaço, e a memória coletiva, que insiste em reinscrever esses lugares no imaginário da cidade. Trata-se, portanto, de manifestações distintas de como a cidade se constrói, se apaga e se reinscreve, evidenciando os mecanismos de permanência, transformação e esquecimento que estruturam a experiência urbana.

A análise do Pastifício Fio de Ouro e do Frigorífico Santa Catarina amplia o entendimento sobre como diferentes empreendimentos industriais e comerciais moldaram tanto a materialidade quanto as práticas sociais de Criciúma. Junto à Cesaca, esses estabelecimentos configuraram um verdadeiro cinturão industrial-memorial no entorno das ruas Araranguá e



São José, onde camadas de produção, consumo, lazer e sociabilidade se sobrepuseram, deixando marcas que ultrapassam a escala arquitetônica e atingem a vida cotidiana da cidade.

É nesse mesmo território que se insere a memória da Maison Club, instalada no antigo prédio do Frigorífico Santa Catarina. Sua presença não foi fruto do acaso: a Rua São José já havia adquirido a fama de “Rua do Pecado” desde a instalação da Boate Nono’s, que inaugurou um circuito de sociabilidade noturna associado à prostituição e ao lazer transgressor. A Maison e, mais tarde, o Boulevard Café reforçaram esse estigma, consolidando a rua como espaço ambíguo, simultaneamente central e marginal, reconhecido tanto por sua vitalidade noturna quanto por sua associação ao “pecado”. Ainda, no centro da cidade, a Travessa Padre Pedro Baldoncine também abrigava uma centralidade moralmente contestada, marcada pela boate Casarão. Considerado uma afronta às famílias “honestas”, o local simbolizava o embate entre práticas de lazer urbano e o discurso moralizador que buscava preservar uma identidade cidadina alinhada à ideia de ordem e respeito.

**Figura 50** – Sobrado onde funcionou o Boulevard Café, demolido em 2013 (aproximado)



Fonte: Google Streetview, 2011.

Esses exemplos demonstram que a prostituição, longe de ser periférica, esteve profundamente entrelaçada à reconfiguração espacial e social do período de diversificação industrial. Inicialmente restrita a áreas afastadas, como a popularmente chamada de

Maracangalha<sup>42</sup> Figura 51), uma zona de prostituição situada na Rua Duzentos e Trinta e Três, no bairro Mina do Mato, a prostituição organizada em boates migrou para o centro, acompanhando o processo de expansão urbana e a valorização de novas centralidades.

**Figura 51** - Casa da Maracangalha em 1972 e início das demolições em 2004



Fonte: (a) Arquivo Histórico Municipal. (b) Acervo de Vieira, 2004.

Essa sobreposição de camadas urbanas e morais permite pensar o palimpsesto urbano, em que usos, práticas e significados se reescrevem continuamente sobre o mesmo espaço. O território que concentrou indústrias, comércio e poder público também abrigou formas de lazer e prostituição, revelando contradições entre desenvolvimento econômico, transformação urbana e discursos de moralidade. Se por um lado as elites locais buscavam projetar uma imagem de modernidade e progresso, por outro, a vitalidade noturna e as práticas marginais reinscreviam no espaço urbano uma memória de transgressão que resistiu, e ainda resiste, como parte constitutiva da identidade da cidade.

Nesse sentido, espaços como a Rua São José, a Travessa Padre Pedro Baldoncine e a região da Maracangalha exemplificam como as práticas de prostituição e lazer noturno permanecem inscritas na memória urbana, mesmo após transformações físicas, como a

<sup>42</sup> Trata-se de um remanescente da chamada *Casa Verde*, uma das casas de tolerância mais representativas do "submundo" da prostituição em Criciúma. A Casa Verde era composta por um conjunto de residências destinadas exclusivamente ao aluguel para mulheres, vindas de outras regiões ou da própria cidade, que ali se estabeleciam para o exercício da prostituição. Além dos quartos, a área conhecida como Maracangalha também abrigava alguns bares, espaços estratégicos onde parte significativa do dinheiro dos frequentadores era gasto. O lucro das casas, portanto, não se restringia ao aluguel dos cômodos, mas também dependia da capacidade das prostitutas em estimular o consumo de bebidas, vinculando a prática sexual à sociabilidade noturna e à economia local. (ALVES, 2020) Para mais informações sobre a existência da Maracangalha, recomenda-se: FRAGA, Adriana Vieira. Maracangalha: "vilarejo das desocupadas": espaço de Prostituição e boemia na região carbonífera catarinense (1955-1980). 2008. Dissertação Mestrado em História – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

demolição do Frigorífico Santa Catarina ou a descaracterização do Pastifício Fio de Ouro. A lembrança da Boate Nono's, da Maison Club ou da boate Casarão não se restringe à nostalgia, mas constitui um campo de disputa simbólica no qual se confrontam memórias legitimadas (as narrativas heroicas do imigrante e do industrial) e memórias silenciadas (as práticas marginais e noturnas).

Henri Lefebvre (1991), ao propor a tríade da produção do espaço, permite compreender como esses territórios foram moldados. As práticas espaciais materializam-se na circulação cotidiana de trabalhadores, consumidores e frequentadores das boates; as representações do espaço se expressam nos planos urbanísticos e nas estratégias do poder público, que buscavam projetar modernidade e progresso; enquanto os espaços de representação emergem nas vivências noturnas, nas transgressões e nos usos imprevistos que subverteram a moralidade hegemônica. Assim, a centralidade em torno da Cesaca e da Rua São José foi simultaneamente planejada como polo de modernização e vivida como espaço de sociabilidade marginal, condensando tensões próprias da cidade capitalista.

Milton Santos (2006) contribui ao enfatizar o espaço como um híbrido indissociável de técnica, tempo e norma, sempre mediado pelas relações sociais que o constituem. O território, nesse caso, não é apenas suporte físico, mas produto histórico das práticas sociais e econômicas que nele se enraízam. O cruzamento entre a expansão industrial (Cesaca, Pastifício e Frigorífico) e a prostituição organizada em boates ilustra como o território urbano de Criciúma foi continuamente ressignificado, combinando fixos (as estruturas arquitetônicas e os loteamentos) e fluxos (de trabalhadores, consumidores, clientes e prostitutas). O resultado é um espaço urbano atravessado por contradições: de um lado, o discurso oficial que exalta a bravura dos imigrantes e o avanço industrial; de outro, os usos sociais que reinscrevem nesses mesmos lugares práticas noturnas, marginais e transgressoras.

Assim, pensar Criciúma como um palimpsesto urbano significa reconhecer que sua urbanidade não pode ser reduzida à narrativa do progresso ou à neutralidade dos planos urbanísticos. Pelo contrário, o espaço urbano é produto de múltiplas camadas de memória, de diferentes formas de apropriação social e de disputas simbólicas que coexistem, se sobrepõem e, muitas vezes, se contradizem. A Cesaca, o Pastifício, o Frigorífico, a Boate Nono's, a Maison Club, o Boulevard Café e o Casarão são expressões distintas dessa mesma lógica: lugares onde se encontram, se apagam e se reconstróem os sentidos coletivos de território, identidade e moralidade.



Mesmo com o passar do tempo, a Praça da Cesaca permanece no centro de disputas simbólicas e morais sobre os usos do espaço urbano. Se em décadas anteriores a região foi marcada por atividades ligadas ao lazer noturno e à prostituição, hoje as críticas recaem sobre a presença de jovens que se reúnem no local, sobretudo à noite e madrugada adentro. Nos atuais debates na Câmara de Vereadores<sup>43</sup>, a praça é frequentemente descrita como um “problema antigo”, com moradores reclamando do som alto, do consumo de álcool e drogas e da consequente perturbação da rotina cotidiana. Essas falas reproduzem uma lógica recorrente de criminalização de determinadas práticas sociais e camadas da população, enquanto se oculta a ausência de alternativas de lazer e convivência oferecidas pelo poder público.

**Figura 52** – Local da antiga CESACA atualmente



\* Na direita está a Praça Domênico Sônego com pouca vegetação e espaço majoritariamente calçado  
Fonte: do autor, 2025

Além disso, as constantes queixas sobre o acúmulo de lixo revelam não apenas a negligência na manutenção cotidiana, mas a incapacidade de compreender o espaço público como território de direito coletivo. O que se observa é uma permanência da “cidade palimpsesto moral”: a mesma praça que um dia concentrou atividades vistas como indesejadas pelas “famílias honestas” continua sendo alvo de disputas de sentido e de tentativas de

<sup>43</sup> <https://engeplus.com.br/noticia/politica/213517/futuro-da-praca-domenico-sonego-sera-debatido-na-camara-de-criciuma>

controle social. Nesse embate, mais do que o lixo ou o barulho, o que está em jogo é a definição de quem pode ou não ocupar o espaço urbano e de que forma a memória coletiva e o poder público participam da produção (ou da exclusão) desses territórios de sociabilidade. Como já indicava Santos, o território não é apenas um suporte físico, mas um campo de disputa, apropriado por diferentes agentes sociais que imprimem nele valores e usos.

Nesse sentido, a Praça da Cesaca se apresenta como um “território usado”, tensionado entre interesses institucionais, expectativas de ordem moral e práticas cotidianas de apropriação. É nesse ponto que a perspectiva de Certeau sobre as práticas do espaço se torna fundamental. O uso noturno da praça pelos jovens não é mero “desvio” da função projetada, mas uma prática de resignificação, uma forma de reinscrever o espaço urbano a partir das vivências cotidianas.

A proximidade da Praça com o antigo espaço da CESACA ilustra a sobreposição de camadas de memória e transformações urbanas, visto que a presença simbólica da indústria existe pelo apelido da praça. A CESACA, demolida em 2001, passou a ser ocupada por usos itinerantes, como circos e parques, depois por um centro de treinamento esportivo, e hoje abriga o pavilhão de um supermercado atacadista. Cada um desses usos revela, de certa forma, o descaso com os vestígios do passado industrial, enquanto introduz novas funções e significados para o lugar. Essa dinâmica não é um exemplo da *Aufhebung* visto que o espaço é negado, apagado. Não há referências das suas camadas anteriores incorporando novos fluxos sociais e econômicos que garantam sua preservação e elevação.

**Figura 53 – Demolição da CESACA em 2001**



Fonte: Acervo de Costa. Adaptado da foto de Edson Gregório

Com Pesavento, percebe-se que a cidade é também uma narrativa em disputa: a CESACA e a Praça da Cesaca, embora distintas, participam de um mesmo palimpsesto urbano e moral, onde fluxos de trabalho, lazer, consumo e sociabilidade se sobrepõem. As práticas dos jovens na praça, assim como os usos sucessivos do espaço industrial, exemplificam, na perspectiva de Certeau, a apropriação cotidiana e criativa do espaço urbano, que reescreve significados além das intenções oficiais. Percebe-se uma coexistência de permanências (localização, traçados urbanos, limites do espaço), transformações (mudança de função da CESACA, requalificação da praça) e permanências simbólicas (memória coletiva, identidade local, debates morais).

Assim, mais do que discutir apenas barulho ou lixo, trata-se de compreender como a Praça da Cesaca e o espaço da antiga CESACA condensam memórias coletivas, tensões sociais e fluxos econômicos. A cidade se revela como um palimpsesto urbano e, de certa forma, moral, em que práticas, memórias e disputas coexistem e se sobrepõem, demonstrando que a produção do espaço, como aponta Santos, envolve simultaneamente fixos e fluxos, e que a memória coletiva continua a inscrever sentidos e conflitos nesses territórios.

**Figura 54** – Registros da demolição da CESACA



Fonte: Manique, 2001. Disponível em: < <https://nei.jor.br/documenta/2023/03/bye-bye-cesaca> >



## 5.2. PRAÇA DA SANTA BÁRBARA: DISPUTAS DE HIERARQUIA E SEGREGAÇÃO RACIAL E SÓCIOESPACIAL

**Figura 55** – Mapa de localização e implantação da Praça da Santa Bárbara



Fonte: Portal ICAD. Adaptação do autor, 2025.

No dia 4 de dezembro de 317 d.C., em Nicomédia<sup>44</sup>, a tradição cristã registra o martírio de Bárbara, decapitada pelo próprio pai por professar a nova fé. Segundo a narrativa popular, um raio teria fulminado o assassino logo em seguida, conferindo à jovem mártir o estatuto de protetora contra raios, explosões e mortes súbitas. Séculos depois, essa devoção atravessou fronteiras geográficas e culturais, acompanhando fluxos migratórios que trouxeram ao sul de Santa Catarina não apenas técnicas de mineração, mas também símbolos de proteção e esperança. Em Criciúma, a memória de Santa Bárbara materializou-se em um bairro, espaço urbano que sintetiza o encontro entre religiosidade, trabalho mineiro e identidade coletiva, um palimpsesto onde fé e cidade se entrelaçam.

O atual bairro Santa Bárbara, também conhecido como Operária Velha (carinhosamente chamado de Opepa até os dias atuais) e localizado a oeste do centro da cidade, entre os bairros Michel e Pinheirinho, teve sua origem vinculada diretamente à atividade mineradora.

<sup>44</sup> Nicomédia foi uma importante cidade da Antiguidade, situada na região da Bitínia, no noroeste da Ásia Menor. Fundada no século IV a.C., tornou-se capital do Império Romano do Oriente durante o governo de Diocleciano (284–305 d.C.). Atualmente, corresponde à cidade de Izmit, na Turquia.

Constituiu-se como vila operária (Figura 56) da Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá (CBCA), destinada a abrigar os trabalhadores que atuavam na mina da empresa situada no bairro Santo Antônio. Em conjunto com a Operária Nova, também implantada pela CBCA, conformou-se um extenso cinturão operário, que delimitava o centro urbano de Criciúma em sua porção ocidental (NASCIMENTO, 2000).

**Figura 56** – Vila operária da CBCA no bairro Santa Bárbara em 1950



Fonte: Acervo do Centro de Documentação (CEDOC) da UNESCO.

A estrutura urbana planejada para esses trabalhadores foi organizada em terrenos da própria companhia, que oferecia inicialmente 49 residências padronizadas (BELOLLI; QUADROS; GUIDI, 2002, p. 276). O espaço contava ainda com energia elétrica, ruas traçadas em grelha e uma escola, compondo um núcleo urbano cuja vida cotidiana era inteiramente mediada pelo poder da empresa mineradora. A partir desse núcleo inicial, o bairro se expandiu e passou a agregar outros equipamentos coletivos, como clubes recreativos, a igreja local e o campo de futebol, este último posteriormente convertido na atual Praça Santa Bárbara.

Esse processo evidencia como os espaços construídos para atender a demandas funcionais da empresa mineradora se transformaram em lugares de sociabilidade, identidade e memória. A Praça Santa Bárbara, resultante da ressignificação do campo de futebol, é um exemplo claro dessa dinâmica: um espaço inicialmente pensado para lazer esportivo, mas que se converteu em ponto de encontro coletivo, carregado de sentidos simbólicos para a comunidade operária.



Mesmo mantendo evidências do caráter esportivo da praça, seu uso cotidiano e simbólico está fortemente relacionado às celebrações da festa de Santa Bárbara. Para compreender essa relação, é necessário contextualizar a tradição da devoção na comunidade operária. Campos (2003) relata que, desde 1919, os operários mineiros de Criciúma organizavam a festa de Santa Bárbara, evento que dialoga diretamente com a construção da primeira capela dedicada à santa na região.

A primeira mina de carvão da cidade, localizada no Bairro Santo Antônio, região também conhecida como "Mina Velha". Em 1917, a Companhia Carbonífera de Araranguá (CBCA) assumiu a exploração da mina, atraindo um grande contingente de trabalhadores das regiões vizinhas, em busca de emprego na nova área. Como a cidade não possuía infraestrutura adequada, a CBCA construiu a primeira vila para os operários e, próximo a ela, uma capela (BERNALDO, 2005).

A vila e a capela receberam o nome de Santa Bárbara, em homenagem à padroeira dos mineiros. Segundo a tradição católica, a santa atende aos pedidos dos fiéis em dias de tempestade, protegendo contra raios e trovoadas. Nesse contexto, observa-se a construção de uma simbologia que conecta o trabalho dos mineiros aos elementos da natureza: os explosivos utilizados na extração do carvão são assimilados às trovoadas ou prenúncios de tempestades. Perito (2001) e Bernaldo (2005) destacam que não se sabe exatamente por que Santa Bárbara se tornou padroeira dos mineiros, mas é possível que essa associação decorra de uma tradição europeia que vincula a santa à proteção de trabalhadores expostos a riscos, como mineiros e bombeiros.

Alguns anos depois, a capela da "Mina Velha" foi transferida para o local onde se encontra atualmente. A transferência da capela, originalmente situada sobre a mina, para a nova vila construída para os mineiros da CBCA ilustra um primeiro movimento de reorganização espacial com forte carga simbólica. Costa (2000) relata que, em 1934, um grupo de moradores, preocupado com o risco de desmoronamento, decidiu mudar a capela, preservando, assim, tanto a segurança dos fiéis quanto a continuidade das práticas religiosas.

A escolha do novo terreno elevado não foi casual pois a nova posição permitia que se avistasse a boca da primeira mina aberta em Criciúma, criando uma relação direta entre o espaço de trabalho e o espaço de fé. Dessa forma, os mineiros poderiam perceber a presença da santa enquanto trabalhavam, sentindo-se protegidos pela capela, que exercia função de

referência simbólica constante. Mas, mesmo assim, a mudança não foi bem aceita por todos visto que havia discordâncias em relação a transferência da capela.

O deslocamento da capela e sua nova localização estratégica (Figura 57) configuraram um fixo urbano carregado de significado, capaz de organizar os fluxos sociais e de circulação da comunidade operária. A prática religiosa, articulada à visibilidade da capela a partir da mina, consolidava a presença da santa como mediadora entre trabalho e proteção. Esse arranjo espacial constitui um exemplo de palimpsesto urbano, no qual camadas de história, devoção e sociabilidade se sobrepõem sem eliminar as anteriores. Nessa perspectiva, observa-se uma *Aufhebung* implícita, em que a memória da antiga localização da capela é preservada simbolicamente, ao mesmo tempo em que o espaço adquire novos significados no contexto urbano da vila que se eleva ao se tornar bairro Santa Bárbara. (Ver Apêndice B – Quadro Analítico 17)

A primeira capela do bairro Santa Bárbara, de madeira, permaneceu em seu local original até 1930. Era uma construção simples, abrigando uma imagem cuja origem era desconhecida. A nova capela, construída em alvenaria no terreno elevado, foi inaugurada em 16 de novembro de 1935.

**Figura 57** – Procissão da Festa de Santa Bárbara entre 1970 e 1980.



Fonte: Acervo de Nazario. Disponível em: < <https://www.facebook.com/share/1aft7z5ADo/> >

Nas décadas de 1940 a 1960, a indústria carbonífera encontrava-se em plena expansão, acompanhada por um aumento significativo da população de Criciúma. O bairro Santa Bárbara constituía uma vila de operários mineiros, cujos habitantes trabalhavam direta ou indiretamente com o carvão. Em consequência, a capela tornou-se insuficiente para atender ao crescente número de fiéis.

A partir de 1950, iniciou-se a construção da igreja atual (Figura 58), empreendimento que mobilizou intensamente a comunidade: moradores e fiéis dedicavam-se à obra, muitas vezes em detrimento de suas atividades familiares. A nova capela foi concluída por volta de 1959, sob a orientação do vigário Pe. Albino. Entre 1964 e 1965, o Pe. italiano Agostinho Caput realizou a pintura do teto e a via-sacra da igreja, incluindo, atrás do altar (Figura 59), uma representação detalhada de Santa Bárbara protegendo os mineiros até a mina. Esta obra foi restaurada em 1998 pelo grupo das artistas plásticas Lígia Fretta e Maria Helena Virtuoso. Na década de 1960, a capela tornou-se paróquia. (PERITO, 2001)

**Figura 58 - Igreja da Santa Bárbara**



Fonte: Portal 4oito, 2019



**Figura 59** – Pintura no altar da Igreja Santa Bárbara



Fonte: Acervo de Gazolla Disponível em: < <https://www.facebook.com/share/p/17UwW29SFQ/>>

As celebrações realizadas no Bairro Santa Bárbara estavam estreitamente vinculadas ao trabalho e às atividades de alto risco dos mineiros, que frequentemente resultavam em acidentes e mortes. Nesse contexto, os trabalhadores continuaram ocupando as ruas da vila no dia 4 de dezembro, como faziam na outra região, expressando sua fé e reforçando a proteção atribuída a Santa Bárbara. A devoção à santa, construída no âmbito da tradição católica, encontrou na população mineradora sua afirmação e foi incorporada pelas empresas de mineração, tornando-se elemento central na cultura de Criciúma e de outras cidades carboníferas, nas quais a mineração se constituiu como matriz econômica e agente de transformação social e espacial.

Ao ocupar as áreas públicos, a fé se manifestava de forma significativa, sendo muitas vezes incentivada pelos meios de produção. Os locais de convívio social adquiriram significados simbólicos reforçados pela incorporação da festa ao calendário municipal por meio de um feriado, transformando ruas e praças em palcos de interação comunitária e de expressão religiosa. A Praça Santa Bárbara, resultado desse processo, permanece até os dias atuais como espaço de celebração da festa homônima, embora não detenha plenamente a função de praça como espaço público de convívio. Em 2003, o espaço foi revitalizado com a

construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) (Figura 60), medida percebida positivamente pelos moradores, sobretudo porque a praça não apresentava um sentido consolidado de pertencimento, sendo pouco aproveitada em função de sua dimensão e configuração.

**Figura 60 - Projeto da UBS Santa Bárbara**



Fonte: Prefeitura Municipal de Criciúma, 2022

Dessa maneira, a Praça Santa Bárbara exemplifica um palimpsesto urbano, em que camadas de memória religiosa, prática social e transformação espacial coexistem e se sobrepõem. Ao mesmo tempo, reflete a tensão entre fixos (a capela, o núcleo urbano e a praça enquanto referência simbólica) e fluxos, representados pelas manifestações coletivas e pelo uso cotidiano do espaço, demonstrando como permanências históricas são preservadas e ressignificadas no contexto urbano contemporâneo.

O processo de expansão da igreja, a consolidação da festa e a configuração da Praça ilustram a relação entre fixos urbanos e fluxos sociais e simbólicos, evidenciando a construção de significados coletivos que se sobrepõem ao espaço físico original. O bairro e a igreja configuram um palimpsesto urbano, no qual memória, fé e sociabilidade se entrelaçam, enquanto a devoção a Santa Bárbara se consolida como elemento central da identidade operária e cultural de Criciúma.

Ao longo do século XX, o bairro Santa Bárbara e suas adjacências foram palco de diversas transformações urbanas e sociais, que refletem a dinâmica do crescimento da cidade de



Criciúma e a sobreposição de funções e memórias em seus territórios. Entre os exemplos mais expressivos, destacam-se a construção dos clubes União Mineira e União Operária, que revelam não apenas a sociabilidade operária, mas também as tensões raciais presentes na comunidade; o Curtume Dalbó (Figura 61), cuja trajetória de atividade econômica, abandono e demolição ilustra o deslocamento de usos industriais para comerciais; e o Aeroporto Leoberto Leal, desativado e posteriormente demolido para a construção do Parque Centenário e do novo paço municipal, evidenciando a transformação de equipamentos urbanos ligados à mobilidade em espaços públicos e administrativos. Cada um desses casos revela, de maneiras distintas, a operação de fluxos e fixos, a sobreposição de memórias e funções e a constituição de palimpsestos urbanos, nos quais antigas estruturas coexistem simbolicamente com novas formas de apropriação do espaço. (Ver Apêndice B – Quadro Analítico 19)

**Figura 61** – Instalações do Curtume Dal Bó



Fonte: Criciúma Amor e Trabalho, 1975

Além dos espaços religiosos e esportivos, outra dimensão relevante no controle social do operariado foi a criação de clubes recreativos. Esses locais constituíam importantes espaços de convívio, organizados a partir de uma estrutura relativamente padronizada, que incluía salão de baile, sala de jogos e bar. O bar, em especial, assumia papel central na sociabilidade cotidiana, funcionando como ponto de encontro dos mineiros após a jornada de trabalho. Ali, discutiam-se não apenas questões relacionadas ao ambiente laboral e às condições de vida, mas também se combinavam momentos de lazer fora do espaço fabril.

O incentivo à fundação desses clubes partia, em grande medida, das próprias empresas carboníferas. Tal estímulo, contudo, não se restringia a uma preocupação com o bem-estar dos trabalhadores, mas estava vinculado a estratégias de disciplinamento e de controle do tempo livre. Como observa Cardoso (2017), esses espaços buscavam difundir valores de civilidade, ao mesmo tempo em que funcionavam como mecanismos para atenuar tensões entre patrões e empregados.

A sociabilidade nesses clubes, entretanto, não se dava de forma igualitária. Em algumas vilas operárias mais estruturadas, a segregação racial resultava na existência de dois clubes distintos: um destinado aos trabalhadores brancos e outro voltado à população negra. Nos casos em que não havia condições materiais para erguer duas edificações, a separação ocorria dentro do mesmo espaço, por meio de barreiras físicas improvisadas, como cordas ou cercas de madeira, que delimitavam os locais de circulação e participação nos bailes. Essa prática se estendeu até meados da década de 1960. A partir de então, os moradores negros das vilas sem clube próprio eram obrigados a se deslocar para comunidades vizinhas que possuíam espaços destinados a eles ou, alternativamente, recorrer a salões de baile particulares.

A linha de cor matizada recua ou avança dependendo da maior ou menor rigidez da estratificação racial produzida e reproduzida por estes grupos nas relações entre seus membros racialmente ou etnicamente diferenciados. Cria aí um imenso abismo social entre negros e brancos, onde a usurpação social e de cidadania da comunidade negra se torna uma afronta direta a nossa constituição, que só é bela no papel, mas que na prática uma outra realidade descortina. (BERNALDO, 2005)

A presença da Sociedade Recreativa União Operária no bairro Santa Bárbara constitui um dos marcos mais expressivos da organização social dos trabalhadores negros em Criciúma. Fundada em 14 de abril de 1937, em um contexto no qual a mineração já havia consolidado a cidade como polo de atração populacional e de intensas transformações urbanas, a União Operária surgiu como resposta direta à segregação racial que permeava a vida cotidiana. Enquanto clubes destinados aos trabalhadores brancos se afirmavam como espaços de lazer e distinção, a população afrodescendente viu-se forçada a criar um território próprio, um espaço que fosse simultaneamente de convivência, de afirmação identitária e de resistência simbólica. Dessa forma, mais do que um clube recreativo, a União Operária consolidou-se como uma das

expressões mais fortes da luta contra a marginalização, permitindo que a etnia negra se reconhecesse e se fortalecesse coletivamente.

O início de sua história esteve estreitamente ligado ao futebol, prática esportiva que desempenhou papel central nas vilas operárias brasileiras, funcionando como elemento agregador das comunidades. Originalmente denominado União Operária Futebol Clube, o espaço era a sede do Atlético Operário, time formado majoritariamente por trabalhadores negros. A dupla função do clube já apontava para sua importância na vida comunitária, pois ali se reuniam não apenas jogadores e torcedores, mas também famílias inteiras, que encontravam no ambiente do clube um lugar seguro diante da hostilidade de outros espaços sociais. Como não era permitido o ingresso de afrodescendentes em determinadas sociedades recreativas, como o União Mineira, a União Operária foi projetada como um refúgio, e, nesse sentido, sua existência reafirmava tanto a exclusão quanto a capacidade de resistência.

A Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá (CBCA), ao doar o terreno e contribuir com materiais para a construção da primeira sede, reforçou a dualidade de sua atuação. Por um lado, havia uma clara intenção de controle social, de moldar o lazer dos operários e, com isso, manter sob vigilância as formas de sociabilidade. Por outro, a própria segmentação promovida pela empresa acabava fortalecendo os sentidos de pertencimento e identidade que se consolidaram na União Operária. A segregação espacial, nesse caso, não apenas refletia uma realidade de desigualdade, mas também criava as condições para a formação de um espaço de resistência cultural e social. A doação de novo terreno, em 1945, ao lado do campo de futebol, para a construção de uma sede mais ampla, atesta a vitalidade do clube e o crescimento de sua importância na comunidade, o que revela como a segregação se transformava em catalisador de fluxos sociais e culturais.

Essa dinâmica permite pensar o clube como um fixo no espaço urbano, como uma materialidade construída para conter e disciplinar o lazer dos trabalhadores que, ao mesmo tempo, gerava fluxos que escapavam ao controle. Os bailes, jantares, festas e reuniões promovidos pela União Operária ultrapassavam a função de entretenimento: constituíam práticas de afirmação coletiva, fortaleciam a autoestima de seus frequentadores e projetavam novas possibilidades de inserção social. Em termos de palimpsesto urbano, a edificação da União Operária representava a sobreposição de camadas de significados: um espaço nascido da imposição de limites, mas que se tornava símbolo da superação desses mesmos limites. A



segregação imposta na criação de um lugar que, em vez de reproduzir apenas a exclusão, reconfigura-a em resistência e memória.

A memória oral recolhida por Bernaldo (2005) evidencia o quanto essa segregação estava presente na experiência cotidiana. Antes da fundação da União Operária, em alguns clubes a divisão espacial entre brancos e negros era feita de modo improvisado, por cordas ou cercas de madeira que delimitavam as áreas de circulação, o que resultava em experiências marcadas pela humilhação. Não raro, essa divisão definia até a decisão de qual clube os trabalhadores frequentariam, entendendo essa segregação como uma prática da normalidade e o salão com “mais espaço” na divisão era o escolhido para ser frequentado<sup>45</sup>. A criação de um espaço próprio, portanto, significava não apenas uma alternativa de lazer, mas uma ruptura com as práticas discriminatórias naturalizadas nas vilas.

Esse processo insere a União Operária em uma rede mais ampla de experiências negras no Brasil. Diversas cidades, sobretudo aquelas com intensa presença operária e industrial, assistiram ao surgimento de clubes e sociedades recreativas voltados especificamente para a população afrodescendente. Era uma resposta à exclusão praticada pelos clubes “de brancos”, mas também um movimento de construção de identidades positivas. Em Criciúma, a União Operária cumpriu esse papel com intensidade singular, pois estava diretamente associada ao universo do carvão, matriz econômica da cidade. Assim, a vida social, os encontros culturais e a resistência cotidiana dos negros criciumenses se entrelaçaram em um espaço que condensava tanto as memórias do trabalho mineiro quanto as lutas contra o racismo.

A presença da União Operária também deve ser compreendida no interior das contradições do capitalismo industrial. Se, por um lado, as mineradoras fomentavam espaços recreativos como forma de disciplinar o tempo livre e reduzir as tensões entre patrões e empregados, por outro, a apropriação desses espaços pelos trabalhadores resultava em usos que escapavam ao previsto. O bar do clube, por exemplo, não era apenas um lugar de sociabilidade após o expediente: ali se discutiam condições de trabalho, se organizavam pequenas formas de mobilização e se partilhavam experiências que iam muito além do lazer. O que poderia ser pensado como instrumento de controle acabava, portanto, gerando condições para a produção de novas sociabilidades e movimentos de resistência.

---

<sup>45</sup> Krauss relata que Clotildes Lalau foi impedida de entrar no Clube União Mineira na formatura dos alunos cujo colégio ela atuava como diretora geral. Ao ser reconhecida e liberada a entrada, a própria Clotildes afirmou a sua negritude e recusou-se a entrar mesmo assim.

**Figura 62** – Sociedade Recreativa União Operária, sem data



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez

Ao longo de sua trajetória, a União Operária (Figura 62) não se limitou a reproduzir a lógica da segregação. Ao contrário, construiu-se como espaço de identidade e pertencimento para a comunidade negra criciumense, articulando lazer, cultura e luta simbólica. Em cada baile, em cada festa, em cada reunião, reafirmava-se a possibilidade de existir de forma coletiva em uma cidade cuja estrutura social e econômica insistia em marginalizar os afrodescendentes. Mais do que um clube, a União Operária era e continua sendo um lugar de memória, onde o passado de resistência se inscreve nas camadas da cidade como um palimpsesto que resiste à erosão do tempo e às transformações do espaço urbano.

A Sociedade Recreativa União Operária deve ser compreendida, também, como parte constitutiva da própria dinâmica urbana de Criciúma. O bairro Santa Bárbara, que nasceu como vila operária estruturada pela Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá, concentrou desde cedo as tensões entre capital e trabalho, entre o planejamento empresarial e as formas de apropriação popular do espaço. Nesse contexto, o clube se impôs como uma das expressões mais visíveis da presença negra na cidade, e sua permanência ao longo do tempo revela a força da memória coletiva diante das transformações que remodelaram o território.

Ao mesmo tempo em que o espaço urbano de Criciúma se expandia, os clubes constituíam fixos importantes, sedimentando práticas sociais que garantiam certa estabilidade em meio à fluidez das mudanças. A União Operária foi um desses fixos: sua edificação, suas festas, seu futebol e suas reuniões se tornaram pontos de referência que atravessaram

gerações. Como um palimpsesto urbano, a trajetória do clube inscreve-se na cidade em camadas sobrepostas, desde sua origem como sede de um time de futebol até a consolidação como sociedade recreativa, de modo que o presente não pode ser compreendido sem a memória do passado que permanece inscrita no espaço.

Essa permanência, no entanto, não deve ser confundida com imobilidade. A União Operária sempre esteve em diálogo com os fluxos que atravessavam o bairro: fluxos de trabalhadores vindos de outras regiões em busca de emprego nas minas, fluxos culturais que traziam novos estilos musicais para os bailes, fluxos de ideias que circulavam entre as diferentes sociedades negras do sul do país. Cada fluxo encontrava no clube um espaço de acolhimento e, ao mesmo tempo, contribuía para ressignificá-lo. Assim, a dialética entre fixos e fluxos ajuda a compreender como o clube, embora nascido de uma imposição segregacionista, transformou-se continuamente em lugar de criação cultural e resistência social.

Essa dimensão é perceptível, por exemplo, nas festas e bailes promovidos pelo clube. Mais do que simples eventos recreativos, eles funcionavam como rituais de reafirmação coletiva. A música, a dança e a sociabilidade permitiam a construção de laços de identidade, fortalecendo a autoestima de uma comunidade constantemente marcada pela exclusão. O salão de festas da União Operária não era apenas um espaço físico; era uma arena simbólica onde a população negra podia se ver, se reconhecer e se afirmar. Nesse sentido, o clube converteu-se em espaço de *Aufhebung* (no sentido hegeliano da superação que conserva e eleva): nascido de uma lógica de segregação, foi apropriado de modo a transformar exclusão em pertença, discriminação em resistência, silêncio em voz coletiva.

Além do lazer, a União Operária exerceu um papel pedagógico. Muitas reuniões que ali aconteciam ultrapassavam a esfera da diversão e adentravam o campo da cultura e da educação. Cursos, palestras e debates, ainda que informais, funcionavam como ferramentas de formação para uma comunidade que buscava meios de se afirmar em uma sociedade que a marginalizava. Esse caráter multifuncional reforça a ideia de que o clube não pode ser reduzido a um simples espaço de recreação, mas deve ser entendido como lugar de resistência cultural e de produção de saberes, configurando-se como um território de memória e de luta.

A relação com a empresa mineradora é outra dimensão fundamental dessa análise. Ao financiar parte da construção do clube, a CBCA reforçava a lógica paternalista típica das vilas operárias. Entretanto, o espaço não se restringiu à função disciplinadora pretendida pela companhia. O que a empresa projetou como instrumento de controle foi ressignificado pelos

trabalhadores como espaço de liberdade relativa. Essa resignificação ilustra um aspecto central dos estudos urbanos: os espaços não são apenas definidos por seus usos planejados, mas também pelos usos vividos, pelas práticas que escapam ao controle e que reconfiguram o significado do lugar. A União Operária é um exemplo emblemático desse processo de apropriação popular do espaço concebido pelo capital.

No interior do bairro Santa Bárbara, o clube também se tornou ponto de convergência entre memórias individuais e memória coletiva. Para muitos moradores, frequentar a União Operária significava inscrever-se em uma narrativa maior, em uma história de luta e resistência que transcendia a dimensão pessoal. Essa relação de pertencimento demonstra como a materialidade do espaço urbano se entrelaça com dimensões simbólicas e identitárias, configurando um patrimônio imaterial (mesmo com sua materialidade) que resiste mesmo diante de mudanças físicas e sociais.

Ainda que a União Operária tenha surgido como resultado da segregação racial, sua permanência ao longo das décadas reafirma a importância da memória negra no tecido urbano de Criciúma. O clube não pode ser compreendido apenas como herança de um passado de exclusão, mas como expressão viva da capacidade de resignificação e de resistência de uma comunidade. Sua história está inscrita nas ruas do bairro Santa Bárbara, nos relatos dos moradores, nas memórias de festas e bailes que marcaram gerações. É, portanto, um espaço que, ao mesmo tempo, denuncia a segregação e celebra a resistência.

A análise da União Operária nos convida a pensar a cidade como um espaço de contradições, onde o mesmo elemento pode expressar tanto a exclusão quanto a resistência, tanto o controle quanto a liberdade. Nesse jogo de forças e disputas de interesse, o clube se tornou um dos símbolos mais fortes da presença negra em Criciúma, inscrevendo-se no palimpsesto urbano como memória viva que insiste em permanecer.

A partir da década de 1960, a Sociedade Recreativa União Operária consolidou-se como um dos principais pontos de referência para a população negra de Criciúma. Esse período coincide com a intensificação da urbanização e com o crescimento acelerado da cidade em virtude da expansão industrial, o que trouxe novas camadas sociais e culturais ao território. Nesse cenário, a União Operária passou a se afirmar não apenas como espaço recreativo ligado a mineradora, mas como verdadeiro reduto identitário. Seus bailes e festas tornaram-se parte essencial da vida social do bairro Santa Bárbara e, ao mesmo tempo, demarcaram a presença negra no espaço público da cidade, frequentemente invisibilizada pelas narrativas oficiais.

As disputas raciais, entretanto, não deixaram de se manifestar. Enquanto a Sociedade Recreativa União Mineira acolhia trabalhadores brancos e descendentes de europeus, a União Operária se configurava como espaço de sociabilidade da população negra. A divisão entre os clubes materializava a segregação que se estendia da esfera laboral para a esfera do lazer. Embora a mineração unisse todos os operários na mesma condição de risco e exploração, o acesso aos espaços de lazer continuava regulado por barreiras étnico-raciais. Essa duplicidade evidencia como os clubes funcionavam como fixos da segregação, reproduzindo no espaço urbano as hierarquias sociais e raciais da época.

As tensões raciais não estavam ausentes: comentários discriminatórios, olhares de desaprovação e episódios de segregação explícita marcavam as fronteiras simbólicas entre a União Operária e os espaços destinados aos brancos. Ainda que a segregação física tenha começado a se enfraquecer a partir da década de 1960, as barreiras sociais permaneceram, evidenciando que a integração formal não eliminou as práticas discriminatórias. O clube, nesse sentido, representava tanto um abrigo contra o racismo quanto um lembrete constante de sua existência.

Com o passar do tempo, as transformações urbanas da cidade começaram a se refletir na dinâmica do clube. O bairro Santa Bárbara, outrora núcleo operário, passou a conviver com novas centralidades, e a própria mineração entrou em processo de declínio. Essas mudanças alteraram os fluxos que alimentavam a União Operária, exigindo adaptações. A permanência do clube como espaço de referência demonstra sua capacidade de resistir às transformações, inscrevendo-se no palimpsesto urbano de Criciúma como camada que não se apaga. Mesmo em meio às reformas, às alterações de uso do bairro e à diminuição da centralidade das vilas operárias, a memória do clube continua a ecoar.

Essa permanência, contudo, não deve ser lida como mera sobrevivência passiva. Ela expressa a força da memória coletiva da comunidade negra, que manteve viva a União Operária como símbolo de sua presença na cidade. O clube resiste como espaço de identidade em uma cidade que historicamente privilegiou narrativas vinculadas à imigração europeia. Ao afirmar-se como território de memória, a União Operária desafia o esquecimento e reivindica lugar na história urbana de Criciúma.

A trajetória da Sociedade Recreativa União Operária demonstra como os espaços urbanos podem condensar contradições históricas e sociais. Nasceu de uma segregação imposta, mas se tornou palco de resistência e afirmação cultural. Foi construído com apoio da

empresa mineradora, mas escapou ao controle patronal e se converteu em reduto de liberdade relativa. Funcionou como fixo de segregação, mas ao mesmo tempo canalizou fluxos de solidariedade e pertencimento. Inscreveu-se no palimpsesto urbano como camada que denuncia o racismo e celebra a resistência. Sua história é, portanto, inseparável da história da população negra de Criciúma e do próprio processo de formação da cidade.

Nas últimas décadas, a Sociedade Recreativa União Operária tem enfrentado os desafios impostos pelo tempo, pela reconfiguração urbana e pelo próprio processo de enfraquecimento das práticas coletivas que marcaram sua trajetória. Ainda assim, permanece viva como símbolo de pertencimento, memória e resistência da comunidade negra de Criciúma. Nesse sentido, o clube pode ser compreendido como patrimônio cultural imaterial, na medida em que guarda em si não apenas uma história institucional, mas também o repertório de experiências, afetos e identidades que estruturaram a vida social de várias gerações.

O risco que se coloca hoje é o do esquecimento, fator que não se considera pelos frequentadores. Assim como ocorreu com outros espaços de sociabilidade popular, o processo de valorização de determinados elementos do patrimônio urbano e a negligência em relação a outros revela a seletividade das políticas de memória. Enquanto a cidade celebra monumentos vinculados à imigração europeia, como marcos de sua identidade oficial, espaços ligados à presença negra permanecem à margem, correndo o perigo de serem apagados do palimpsesto urbano. Esse esquecimento não é neutro: ele reproduz hierarquias raciais e culturais, reforçando a invisibilidade histórica da população afrodescendente.

É nesse ponto que o conceito de *Aufhebung* se torna útil para interpretar a condição atual da União Operária. O clube carrega, simultaneamente, a negação e a superação da segregação racial que lhe deu origem. Sua permanência no presente, conserva essa memória, mas também a projeta como possibilidade de resistência futura. A cada baile lembrado, a cada narrativa preservada, reafirma-se a força da identidade negra em Criciúma, inscrevendo no tecido urbano uma camada de história que não se deixa apagar.

Mais do que uma instituição social, a União Operária é território simbólico. Nela se entrelaçam fluxos de memória e fixos de resistência, compondo um espaço em que o lazer se converte em luta, a exclusão em pertencimento e a segregação em afirmação cultural. Preservar sua história não significa apenas reconhecer o valor de um clube, mas garantir que a memória da população negra cricumense continue a ocupar lugar na narrativa da cidade.

No ano de 2017, o então prefeito Clésio Salvaro assumiu publicamente a vontade de demolir o prédio e vender a praça da Santa Bárbara para uma escola privada.<sup>46</sup>

Se o palimpsesto urbano é feito de tempos empilhados, o risco maior está em que algumas sejam deliberadamente apagadas. A União Operária resiste justamente contra essa lógica: insiste em permanecer, mesmo diante do silêncio das instituições, como marca viva da presença negra em Criciúma. Sua história mostra que o patrimônio não é apenas pedra ou concreto, mas também memória coletiva, e que a luta contra o esquecimento é, em última instância, uma luta pela própria justiça histórica.

**Figura 63** – Sociedade Recreativa União Mineira



Fonte: Portal 4oito. Disponível em: < <https://www.4oito.com.br/noticia/memoria-os-50-anos-da-sede-do-uniao-mineira-56275>>

A poucos metros do clube União Operária, a Sociedade Recreativa União Mineira foi fundada em junho de 1935 também no bairro Vila Operária, hoje Santa Bárbara, como espaço de sociabilidade e lazer para os operários brancos da Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá (CBCA). Sua criação ocorre em um contexto de expansão industrial em que a mineração estruturava não apenas a economia local, mas também o território urbano e as relações sociais como já mencionado. A CBCA intervinha diretamente na organização da

---

<sup>46</sup> Ver a matéria completa em: < <https://www.4oito.com.br/blog/adelor-lessa/post/clesio-ouve-vaia-projeto-nem-e-apresentado-e-praca-sera-preservada-685>>



cidade, oferecendo infraestrutura habitacional, escolar, de lazer e de convívio social. Nesse cenário, o União Mineira emerge como um fixo urbano: elemento construído que imprime ordem, referência e estabilidade, integrando práticas sociais e culturais ao espaço da cidade.

Assim como para o União Operária, a instituição não se limitava a fornecer lazer, funcionando também como instrumento de controle social e de consolidação de hierarquias raciais. Ao destinar o clube exclusivamente a operários brancos, a CBCA estruturava práticas de segregação, enquanto simultaneamente fornecia espaço para sociabilidade, entretenimento e circulação cultural. O União Mineira inscreve-se, assim, no palimpsesto urbano de Santa Bárbara, coexistindo com outras camadas históricas e estabelecendo relações de permanência, transformação e memória coletiva.

O bairro foi estrategicamente escolhido para a sede do clube, próximo às residências dos operários brancos e à área industrial, reforçando a centralidade do espaço no cotidiano desses trabalhadores. A instituição consolidava um território simbólico que articulava fixos e fluxos: o edifício como referência física e estrutural, e as práticas sociais como circulação de experiências, pessoas e informações culturais.

A sede atual, projetada pelo arquiteto Fernando Carneiro em linguagem modernista, evidencia essa dupla função. Com salão de baile, bar, mezanino, ginásio poliesportivo, cancha de bocha, academia de ginástica e salas administrativas, o edifício combina funcionalidade, prestígio e visibilidade urbana. Sua materialidade e imponência reforçam hierarquias sociais e raciais, tornando o clube um elemento de fixo simbólico e material, enquanto outros grupos permanecem à margem da memória coletiva.

O União Mineira também se tornou palco de práticas cívicas relevantes, abrigando apurações eleitorais e bailes de rádio. Sua centralidade no bairro articula fluxos culturais e políticos, tornando-o referência simbólica e física no tecido urbano. Ao mesmo tempo, evidencia como o espaço urbano pode reproduzir desigualdades: enquanto servia de palco para a visibilidade e prestígio dos brancos, os afrodescendentes permaneciam marginalizados, tendo seus espaços de sociabilidade subvalorizados.

Ler o União Mineira à luz dos conceitos de fixos, fluxos e *Aufhebung* permite compreender as tensões do espaço urbano. Como fixo, oferece estrutura e referência; como fluxo, articula circulação cultural; mas transforma-se em patrimônio simbólico reconhecido pela cidade, reinterpretado pela memória coletiva, embora carregue marcas de exclusão. Essa

dialética revela que um mesmo espaço pode simultaneamente consolidar memória, celebrar práticas sociais e reproduzir desigualdades históricas.

O União Mineira, portanto, deve ser compreendido não apenas como clube de lazer, mas como elemento central na produção do espaço urbano, memória e relações sociais em Criciúma. Sua trajetória evidencia a intersecção entre prestígio, segregação, sociabilidade e poder, tornando-se testemunho material e simbólico de uma história marcada por exclusão racial, controle social e valorização seletiva da memória urbana.

A materialidade do edifício, sua posição no bairro e a variedade de usos reforçam seu papel como fixo urbano, mas também como referência simbólica. Ao mesmo tempo, os fluxos de circulação conferem ao clube uma dimensão dinâmica, em que o movimento humano atravessa e transforma o espaço, produzindo memórias e experiências que se sobrepõem às camadas anteriores da cidade. A leitura do União Mineira como palimpsesto urbano evidencia a coexistência de múltiplas temporalidades e camadas de significado, em que a memória do prestígio se sobrepõe à memória da exclusão.

A história da sede, inaugurada em 1972, marca o ápice desse processo. A mudança de uma casa simples de madeira para um edifício modernista e multifuncional simboliza a ascensão da instituição enquanto espaço de referência material e simbólica. A cobertura midiática da inauguração, destacando o “gigante em concreto”, reforça sua importância para a cidade e consolida a narrativa de prestígio.

Os eventos realizados no clube, como bailes, desfiles e festas de debutantes, articulavam simultaneamente sociabilidade, prestígio e visibilidade. A centralidade do clube nos fluxos culturais e sociais da cidade reforça seu papel como mediador entre fixos e fluxos, consolidando sua importância histórica e simbólica. Ao mesmo tempo, a instituição funciona como um instrumento de memória seletiva: celebra e visibiliza uma parte da população, enquanto invisibiliza outras, tornando-se referência da elite operária branca e marginalizando os afrodescendentes, cujas práticas de sociabilidade e lazer permanecem à margem da memória urbana.

Essa dinâmica evidencia a tensão entre memória e exclusão, centralidade e marginalização, fixos e fluxos. O União Mineira, como palimpsesto urbano, inscreve-se em camadas de prestígio, sociabilidade e exclusão racial, articulando elementos permanentes e temporários do bairro Santa Bárbara. Sua trajetória permite compreender como o urbanismo,

a arquitetura e a sociabilidade se entrelaçam para produzir espaços que, ao mesmo tempo, consolidam memória e reproduzem desigualdades históricas.

Ao preparar o terreno para o contraste com a União Operária, fica evidente que a visibilidade, o prestígio e os investimentos direcionados ao União Mineira revelam como a memória urbana é seletiva. Enquanto o clube branco se mantém como fixo central e referência simbólica, o clube destinado aos afrodescendentes enfrenta invisibilidade e marginalização, reafirmando a crítica às hierarquias raciais estruturadas na cidade. Esse contraste problematiza a história do bairro e evidencia a coexistência de camadas de prestígio e exclusão no palimpsesto urbano de Santa Bárbara, configurando uma narrativa complexa sobre memória, espaço e desigualdade.

Enquanto o União Mineira consolidava-se como um espaço de prestígio, referência arquitetônica e centralidade social, a União Operária enfrentava desafios distintos, marcados por invisibilidade e escassez de recursos. Essa dicotomia evidencia a dimensão racial e social da produção do espaço urbano em Santa Bárbara. A União Mineira funcionava como um fixo urbano visível, material e simbólico, incorporando fluxos culturais, sociais e políticos que atravessavam o bairro e a cidade. Já a União Operária, embora desempenhasse papel equivalente em termos de sociabilidade e integração comunitária para a população afrodescendente, permanecia à margem da memória institucionalizada e da visibilidade midiática. Essa assimetria revela que a apropriação e valorização do espaço urbano não são neutras, mas atravessadas por relações de poder, prestígio e exclusão.

A trajetória do União Mineira evidencia como os clubes de lazer, originalmente concebidos para organizar e disciplinar o operariado, tornaram-se instrumentos de consolidação de hierarquias raciais e sociais. O prestígio arquitetônico, a mídia e o reconhecimento público reforçaram sua posição dominante no imaginário urbano. Os fluxos de circulação promovidos pelo clube reforçaram seu papel como polo de sociabilidade e visibilidade, enquanto a União Operária, embora igualmente produtora de experiências coletivas e culturais, permanecia invisível. Essa disparidade evidencia que a memória urbana é seletiva e que a história oficial da cidade tende a naturalizar certas presenças enquanto marginaliza outras.

A diferença de tratamento entre os clubes também evidencia a lógica de *Aufhebung*. Enquanto o União Mineira foi absorvido, reinterpretado e incorporado como patrimônio simbólico e material da cidade, a União Operária precisa constantemente reafirmar sua

relevância e sobreviver em meio a precariedades históricas e estruturais. O reconhecimento institucional, as homenagens e o investimento em modernização e manutenção conferidos ao União Mineira não se repetem para a União Operária, criando uma tensão entre permanência simbólica e invisibilidade. O primeiro torna-se fixo consolidado e referência para a memória urbana, enquanto o segundo permanece vulnerável à marginalização, sem o mesmo suporte estrutural ou visibilidade midiática.

Essa disparidade também pode ser lida à luz do conceito de palimpsesto urbano. Santa Bárbara apresenta camadas sobrepostas de memória, prestígio, sociabilidade e exclusão. O União Mineira ocupa uma camada dominante, consolidando narrativas de prestígio e pertencimento para uma população branca, enquanto a União Operária inscreve suas camadas de resistência e pertencimento de forma invisibilizada. Essa coexistência de camadas evidencia que a cidade é produzida simultaneamente por processos de inclusão e exclusão, de reconhecimento e marginalização, e que a memória urbana não é uniforme, mas atravessada por relações sociais e raciais.

As disputas simbólicas entre os clubes também refletem estratégias de resistência e sobrevivência. A União Operária, mesmo sem o mesmo prestígio arquitetônico ou visibilidade midiática, funcionava como espaço de sociabilidade, lazer e afirmação cultural para a população afrodescendente. A sua existência representa um contraponto à lógica de segregação, oferecendo um território de identidade e pertencimento que, embora menos visível, era igualmente central para a vida cotidiana de seus frequentadores. A visibilidade limitada da União Operária denuncia a seletividade da memória urbana: certos espaços recebem reconhecimento e investimento, enquanto outros, embora socialmente relevantes, permanecem marginalizados.

Essa tensão entre visibilidade e invisibilidade não é apenas simbólica. Ela se materializa na gestão, manutenção e valorização dos clubes. Enquanto o União Mineira recebe investimentos, reformas, cobertura da mídia e homenagens institucionais, a União Operária depende de recursos escassos, da mobilização comunitária e de esforços locais para manter-se ativa. Esse contraste evidencia como o urbanismo, a arquitetura e a memória são atravessadas por relações raciais e de poder, reproduzindo desigualdades históricas que persistem até os dias atuais.

No âmbito das práticas culturais, a disparidade também é clara. Bailes, desfiles, shows e eventos no União Mineira reforçavam o prestígio de seus frequentadores e consolidavam

narrativas de pertencimento e visibilidade social. A União Operária promovia eventos equivalentes, mas com menor alcance e reconhecimento. Essa assimetria demonstra que, embora ambos os clubes fossem centrais para a vida social de seus públicos, apenas um se tornava parte da memória oficial da cidade, enquanto o outro permanecia à margem, ilustrando as desigualdades simbólicas que atravessam o espaço urbano.

Do ponto de vista conceitual, essa dinâmica evidencia a articulação entre fixos, fluxos e *Aufhebung*. O União Mineira, como fixo consolidado, organiza fluxos culturais e sociais e é elevado a referência simbólica reconhecida pela cidade, sendo incorporado à memória urbana coletiva. A União Operária, por sua vez, permanece mais vulnerável, sem o mesmo suporte institucional ou visibilidade, exigindo esforços contínuos da comunidade para manter sua relevância. O contraste entre ambos os clubes ilustra que a produção do espaço urbano não é neutra: ela é atravessada por relações de poder, raciais e sociais, configurando camadas de prestígio, exclusão e resistência no palimpsesto da cidade.

A análise da União Mineira e da União Operária permite refletir criticamente sobre a memória urbana em Criciúma. Enquanto o primeiro ocupa lugar central e consolidado, o segundo precisa constantemente reafirmar sua presença e relevância. Essa tensão evidencia que a história urbana não é apenas o registro de eventos e construções, mas também o resultado de processos de inclusão e exclusão, de reconhecimento e marginalização, que produzem camadas simultâneas de memória, prestígio e invisibilidade. A União Operária, embora representada superficialmente, permanece como testemunho de resistência, pertencimento e sociabilidade afrodescendente, lembrando que o palimpsesto urbano de Santa Bárbara é plural, complexo e atravessado por desigualdades históricas que ainda moldam a cidade contemporânea.

O contraste final entre os clubes reforça, portanto, uma narrativa crítica: enquanto o União Mineira é celebrado, investido e lembrado, a União Operária luta por sobrevivência, visibilidade e reconhecimento, evidenciando que a memória urbana é seletiva e que a produção do espaço social e simbólico permanece marcada por desigualdades raciais e sociais. Essa leitura crítica é essencial para compreender a complexidade do bairro Santa Bárbara e da cidade de Criciúma, destacando como práticas de lazer, arquitetura e sociabilidade não apenas estruturam o espaço físico, mas também consolidam ou desafiam hierarquias históricas.

Se por um lado os clubes União Operária e União Mineira revelam como o lazer e a sociabilidade foram instrumentos de organização, pertencimento e, ao mesmo tempo, de

segregação no tecido social criciumense, por outro, a história urbana do bairro Santa Bárbara também foi atravessada por espaços produtivos que marcaram fortemente a paisagem e o cotidiano. A vida coletiva, portanto, não se estruturava apenas nas arenas festivas, culturais ou políticas, mas igualmente nas áreas industriais que imprimiam ritmo, odor, sons e fluxos ao bairro. Nesse sentido, o Curtume Dal-Bó inscreve-se como outro capítulo da memória urbana local: distinto em sua natureza, mas convergente no modo como se tornou referência para a configuração espacial, econômica e simbólica de Criciúma.

O Curtume Dal-Bó, implantado no bairro Santa Bárbara em 1948, é um exemplo marcante de como a industrialização moldou a paisagem urbana e social de Criciúma. Sua instalação não foi um evento isolado, mas parte de um processo contínuo de consolidação econômica e territorial promovido pela família Dal-Bó, que anteriormente já havia implantado no mesmo local uma madeireira e, ao longo do tempo, estabelecido uma construtora, uma colonizadora, uma rede de hotéis, fazendas e uma loja de calçados que comercializava produtos derivados do couro curtido na indústria. A multiplicidade de empreendimentos demonstra a atuação estratégica da família na consolidação de um polo econômico no bairro, combinando produção, comércio e infraestrutura urbana, estabelecendo fluxos de trabalho e fixos espaciais que estruturariam a vida cotidiana da comunidade local.

O curtume surgiu em um momento em que a cidade passava por um intenso crescimento populacional e econômico. Inicialmente, contava com cerca de quinhentos funcionários, que residiam no bairro ou nos arredores, contribuindo para a formação de um tecido urbano conectado à indústria. A presença do curtume modificou a circulação, os fluxos de pedestres e veículos, e determinou a hierarquia de ruas e vias adjacentes, em especial a via Almirante Tamandaré, que se tornou o eixo central de entrada e saída de trabalhadores, marcando o bairro com os ritmos da sirene que anunciava o início e término dos turnos. O cotidiano urbano, portanto, incorporou a cadência do trabalho industrial, traduzindo-se em uma relação direta entre espaço, temporalidade e sociabilidade.

A economia do Curtume Dal-Bó não se limitava ao mercado local ou regional. Sua produção de couro bovino alcançava 600 peles diárias, com metas de crescimento para 800, e sua distribuição incluía grandes centros urbanos do Brasil e do exterior, atingindo países como Alemanha, França, Canadá, Finlândia, Estados Unidos, Holanda, Itália, Inglaterra e Hong Kong. Este caráter internacional da produção evidencia a importância estratégica da empresa na

economia da cidade e reforça sua relevância como ponto de fixo industrial, onde o espaço da fábrica estruturava fluxos de mercadorias, pessoas e processos.

O impacto do curtume sobre o bairro Santa Bárbara foi multidimensional. Além de consolidar um núcleo de trabalhadores e suas famílias, a presença industrial introduziu elementos sensoriais e ambientais que moldaram a experiência cotidiana: o odor característico do couro curtido se espalhava pelo bairro, o som constante das águas nos tanques ressoava na paisagem urbana, e a textura dos produtos permeava tanto o espaço físico quanto a memória coletiva dos moradores. Esses elementos sensoriais não apenas definiram a identidade do bairro, mas também marcaram a percepção do espaço como um lugar de trabalho, convivência e experiência sensorial intensa, caracterizando um palimpsesto urbano no qual o passado industrial permanece registrado nas camadas de memória e cultura local.

A edificação do Curtume Dal-Bó evidencia um caráter patrimonial singular na paisagem industrial de Criciúma. Sua linguagem arquitetônica, que pode ser definida como *Art Déco* tardio, reflete as influências modernistas da década de 1940 e funciona como uma espécie de período de transição, em que elementos clássicos do *Art Déco*, como linhas geométricas, volumes simétricos e fachadas monumentais, se mesclam a princípios funcionais modernos, antecipando soluções arquitetônicas que se consolidariam nas décadas seguintes. Essa definição, baseada na análise comparativa com outros edifícios industriais da região, como o frigorífico anteriormente mencionado, indica que o curtume não apenas atendia às necessidades produtivas da época, mas também se posicionava como referência visual e urbana, marcando o bairro com uma presença formal que transcende sua função econômica.

A implantação do curtume gerou impactos significativos sobre a estrutura social e urbana do bairro Santa Bárbara. À medida que a indústria se consolidava, a população residente aumentava, e novos fluxos de trabalhadores, fornecedores e comerciantes se estabeleciam nos arredores. Esse processo contribuiu para a transformação de uma área inicialmente residencial e semirrural em um núcleo urbano densamente ocupado, articulando morfologias fixas, como edificações industriais, residências de funcionários e infraestrutura viária, com fluxos contínuos de pessoas e mercadorias que definiam o ritmo cotidiano do bairro. A presença do curtume, portanto, não apenas moldava o espaço físico, mas também estruturava a vida social e econômica local, estabelecendo relações de dependência e proximidade entre trabalhadores, empresas e comunidade.



O desenvolvimento econômico promovido pelo Curtume Dal-Bó foi acompanhado por uma complexa rede de interações com o comércio e serviços da cidade. O couro produzido era distribuído internamente para lojas, fornecedores e fabricantes, enquanto a exportação ampliava os horizontes econômicos de Criciúma, conectando a cidade a mercados internacionais e consolidando o bairro Santa Bárbara como polo industrial e comercial. Essa articulação entre economia local e globaliza os fluxos, mas também evidencia as tensões entre o crescimento industrial e os limites do espaço urbano, sobretudo quando o bairro passou a abrigar residências e serviços que conflitavam com a operação da indústria.

O crescimento do bairro, impulsionado pelo curtume, também trouxe desafios urbanos e ambientais. A expansão residencial levou a conflitos de uso do solo, com a poluição e os odores da indústria afetando a qualidade de vida dos moradores. Protestos e reivindicações da comunidade destacaram a tensão entre o desenvolvimento econômico e a vivência urbana, evidenciando a necessidade de conciliar funções produtivas com a habitabilidade do bairro. Essas disputas revelam que o curtume não era apenas um espaço econômico, mas também um palco de negociações urbanas, onde interesses corporativos, moradores e instituições públicas se confrontavam, reforçando a complexidade do palimpsesto urbano em que a memória industrial, a ocupação residencial e a transformação social coexistiam.

A infraestrutura construída pelo Curtume Dal-Bó reforçava a centralidade da indústria no bairro. As edificações, pensadas para atender à produção intensiva de couro, funcionavam também como referência urbana, articulando áreas de circulação interna, portões de entrada e saída de funcionários e zonas de armazenamento e processamento de materiais. Esses fixos estruturais não apenas delimitavam os fluxos internos de trabalho, mas também se projetavam na paisagem do bairro, conferindo identidade ao espaço e estabelecendo relações visíveis entre a presença da indústria e o cotidiano da população. Nesse sentido, a arquitetura e a disposição física das instalações tornavam-se elementos essenciais para compreender a dinâmica urbana do Santa Bárbara, consolidando o curtume como um ponto de referência material e simbólica.

Durante seu funcionamento, o Curtume Dal-Bó configurou-se como um espaço de intensa atividade industrial, social e urbana, cuja rotina diária moldava o bairro Santa Bárbara de forma visceral. A via Almirante Tamandaré, que cortava o entorno do curtume, tornou-se um eixo de circulação permanente, marcando os fluxos de trabalhadores e fornecedores, bem como a logística de entrada e saída de matérias-primas e produtos acabados. A sirene que

anunciava o início e término dos turnos funcionava como um regulador temporal que sincronizava a vida do bairro com o ritmo industrial, integrando o cotidiano da população à cadência da produção. Assim, o espaço industrial transformava-se em uma dimensão social, na qual o tempo e o espaço eram organizados segundo os imperativos da fábrica, produzindo experiências compartilhadas de rotina, disciplina e pertencimento.

A operação do curtume envolvia processos complexos que deixavam marcas sensoriais profundas na paisagem urbana. O couro passava por diversas etapas de tratamento, tingimento e preparação, cada uma gerando sons, movimentos e odores específicos. Essas características transformavam o Curtume Dal-Bó em um ponto de referência sensível, um fixo perceptivo que permitia aos habitantes identificarem, quase instintivamente, a presença da indústria e os horários de funcionamento, integrando-se à memória coletiva do bairro.

Além da dimensão sensorial, a estrutura física do curtume delineava fluxos e fixos que organizavam o trabalho e a circulação interna. Os portões de acesso, as áreas de estocagem e os corredores de circulação formavam uma rede de movimentação que conectava as etapas produtivas e determinava a dinâmica dos funcionários. Esses elementos arquitetônicos e funcionais permitiam compreender a relação entre espaço e operação, evidenciando como a configuração do curtume influenciava a experiência do trabalho, a sociabilidade e a percepção do território. Cada movimento de pessoas, materiais ou água era um fluxo que se sobrepunha aos fixos, formando um sistema urbano-industrial integrado ao bairro.

Ao longo do tempo, a consolidação residencial em Santa Bárbara trouxe conflitos de uso do solo, revelando as tensões entre indústria e comunidade. A presença do curtume em meio a um bairro cada vez mais habitado gerava disputas por qualidade de vida, segurança e compatibilidade ambiental. O odor do couro e a poluição associada às atividades industriais tornavam-se fontes de reclamação, refletindo o contraste entre os interesses econômicos da indústria e as necessidades cotidianas da população. Esses conflitos destacam a natureza “em camadas” do bairro: camadas de memória industrial e habitacional se sobrepunham, criando um tecido urbano marcado por permanências materiais e simbólicas, mas também por rupturas e transformações sociais.

O encerramento das atividades do Curtume Dal-Bó em 1997, em meio à crise econômica nacional da década de 1990, marcou o fim de um ciclo histórico, mas não apagou sua presença na memória urbana. O fechamento da indústria gerou um vácuo físico e simbólico, transformando o espaço em uma área ociosa, mas ainda carregada de significados e

potenciais. As edificações, embora desativadas, mantinham seu valor patrimonial, arquitetônico e histórico, representando uma oportunidade de intervenção cultural e urbana, articulando fluxos antigos e novas possibilidades de uso. A preservação desses elementos poderia consolidar um circuito de memória industrial, conectando o passado produtivo do bairro às demandas contemporâneas por espaços públicos, culturais e comunitários.

O Curtume Dal-Bó, assim, exemplifica a complexidade do palimpsesto urbano: ao mesmo tempo em que suas atividades produtivas deixavam marcas permanentes no espaço e na memória, a transformação do bairro e a desativação da indústria abriam novas camadas de significado e possibilidade. O território industrial se tornava, então, um lugar de tensão entre memória, preservação e reinvenção urbana, revelando as contradições entre crescimento econômico, vida cotidiana e gestão do espaço público. A narrativa do curtume se entrelaça com a história do bairro Santa Bárbara, evidenciando como os elementos materiais e sensoriais de uma indústria podem consolidar identidade, memórias coletivas e sentidos de pertencimento, mesmo após o seu encerramento.

Com o encerramento das atividades em 1997, o Curtume Dal-Bó entrou em um novo ciclo de existência, no qual a ausência de produção não significava ausência de presença. O espaço tornou-se um vazio urbano carregado de memórias e significados, um palimpsesto visível que conservava vestígios do cotidiano industrial e da vida social construída em torno dele. A edificação, com sua linguagem de Art Déco tardio, continuava a marcar o bairro Santa Bárbara, funcionando como referência arquitetônica e urbana, mesmo que subutilizada. Essa permanência formal evidencia como o patrimônio industrial pode resistir ao tempo, mantendo fluxos simbólicos e sensoriais mesmo após a interrupção da função produtiva.

A transformação do curtume em um espaço potencialmente público e cultural evidencia a capacidade de rearticular fluxos e fixos. A proximidade com outros equipamentos urbanos, ruas de grande circulação e áreas residenciais oferece condições favoráveis para intervenções que conectem o passado industrial à vida contemporânea da cidade. A área, portanto, não se apresenta apenas como um relicário, mas como um espaço de possibilidade, onde a memória do trabalho, da sociabilidade e da industrialização pode dialogar com novos usos, como centros culturais, espaços educativos, exposições patrimoniais ou áreas de convivência comunitária. Assim, o curtume se configura como um ponto de transição, capaz de reconciliar o legado industrial com a requalificação urbana e social do bairro.

A história do Curtume Dal-Bó também revela tensões entre economia, urbanismo e preservação. Durante décadas, a indústria moldou não apenas a economia local, mas também a geografia social do bairro, estabelecendo fixos arquitetônicos e organizando fluxos de trabalho e circulação. Com o fechamento, esses fluxos desapareceram, mas os fixos permaneceram, criando uma dicotomia entre espaço construído e função desativada. A resistência simbólica do edifício e a memória coletiva que preserva seus sons, cheiros e processos destaca o valor intangível do curtume, indicando que sua importância não se limita ao econômico, mas se estende à dimensão cultural e identitária da cidade.

A patrimonialização do Curtume Dal-Bó se intensifica quando se observa a qualidade arquitetônica de suas instalações, que, embora funcionais, incorporam uma estética de transição entre *Art Déco* e modernismo industrial. Essa característica estabelece um diálogo com outros edifícios industriais da cidade, reforçando a noção de um período de mudança estética e técnica na arquitetura urbana de Criciúma durante meados do século XX. A definição de *Art Déco* tardio, neste contexto, permite compreender o curtume como um exemplar que combina funcionalidade produtiva com linguagem formal, constituindo um patrimônio que merece atenção não apenas por sua história econômica, mas também por sua contribuição à identidade urbana e estética do bairro.

Ao longo dos anos, os esforços para preservar e requalificar o espaço evidenciam a importância de integrar memória, cultura e planejamento urbano. A transformação do Curtume Dal-Bó em espaço público ou cultural poderia consolidar um circuito patrimonial no bairro Santa Bárbara, conectando-o a outros elementos históricos e culturais, como a Praça Santa Bárbara e os clubes sociais, e reforçando a identidade coletiva da comunidade. Este processo envolve reconhecer tanto os fluxos históricos de trabalho e circulação quanto os fixos arquitetônicos que permanecem, promovendo uma compreensão abrangente do palimpsesto urbano que caracteriza o bairro.

Ao problematizar a situação do Curtume Dal-Bó, torna-se evidente que sua história não se limita ao período de operação industrial. O abandono, a degradação e a especulação imobiliária representam desafios contemporâneos para a preservação do patrimônio industrial. A transformação do espaço depende da articulação entre memória coletiva, planejamento urbano e valorização arquitetônica, reforçando que o patrimônio industrial não é apenas um relicário do passado, mas um recurso ativo capaz de estruturar fluxos culturais, sociais e econômicos no presente. Nesse sentido, o curtume se insere em uma narrativa de continuidade

e ruptura, onde os vestígios da industrialização convivem com as novas camadas de uso e significação, mantendo viva a história do bairro e consolidando sua identidade.

A experiência sensorial, histórica e arquitetônica do Curtume Dal-Bó evidencia sua importância como elemento estruturante do bairro Santa Bárbara. O edifício e seus processos industriais permaneceram gravados na memória coletiva, constituindo referências de pertencimento e identidade para gerações que viveram e convivem no entorno. O reconhecimento desse patrimônio permite compreender a interação entre economia, urbanismo e cultura, revelando como a indústria pode transformar não apenas a produção e o espaço físico, mas também a sociabilidade, a memória e os sentidos de lugar em uma cidade em constante transformação. O Curtume Dal-Bó, portanto, não é apenas um resquício industrial, mas um ponto de convergência entre passado e futuro, entre fluxos de trabalho e fixos urbanos, consolidando-se como elemento essencial do palimpsesto urbano de Criciúma.

O terreno que abrigava o Curtume Dal-Bó passou por profundas transformações após o fechamento da indústria em 1997, refletindo a contínua tensão entre memória industrial, interesses econômicos e planejamento urbano. Ao longo dos anos, a área permaneceu parcialmente desocupada, funcionando como um relicário do passado produtivo do bairro Santa Bárbara, mas também como espaço de especulação imobiliária, devido à sua localização estratégica e à dimensão do terreno. A presença de edificações, associadas à memória sensorial do curtume, indicava um potencial de preservação patrimonial, embora não houvesse políticas públicas consolidadas voltadas para a requalificação do espaço industrial.

A entrada do grupo responsável pela construção do pavilhão de supermercado, pertencente à mesma rede que interveio na área da CESACA, representa uma continuidade das transformações econômicas e urbanas em territórios industriais desativados. A decisão de substituir o curtume por um empreendimento comercial evidencia a lógica de conversão de fixos históricos em fluxos contemporâneos de consumo e circulação, privilegiando o dinamismo econômico imediato em detrimento da preservação da memória material e simbólica do bairro. Assim, o pavilhão ocupa a posição do antigo curtume, redefinindo o espaço urbano e os fluxos de circulação da região, ao mesmo tempo em que apaga parcialmente os vestígios físicos da industrialização, transformando um marco histórico em um ponto de consumo moderno.

A implantação do supermercado alterou a configuração dos fluxos cotidianos do bairro. Antigos trajetos de trabalhadores e processos industriais foram substituídos por movimentos

de veículos, clientes e transporte de mercadorias, reorganizando o espaço público e redefinindo a percepção urbana da área. Ao mesmo tempo, os fixos do passado, representados pelas fundações e pelos contornos do curtume, foram em grande parte substituídos, embora certas referências do perímetro original ainda possam ser identificadas em alguns limites e demarcações residuais do terreno. Essa coexistência de vestígios e novas edificações caracteriza o conceito de palimpsesto urbano, no qual camadas históricas são sobrepostas por novos usos, nem sempre mantendo a visibilidade integral das experiências anteriores. (Ver Apêndice B – Quadro Analítico 19)

Entretanto, a intervenção não impede a articulação com outros elementos do palimpsesto urbano do bairro. A proximidade da Praça Santa Bárbara, dos clubes sociais e de outras edificações industriais permite que o novo uso conviva, ainda que parcialmente, com as camadas históricas anteriores. O pavilhão funcionava como mais um fluxo inserido no tecido urbano, conectando-se aos trajetos de circulação e consumo da comunidade contemporânea, enquanto as marcas históricas do curtume permanecem latentes na memória coletiva, nos registros fotográficos, em documentos e na narrativa cultural da cidade. Nesse sentido, a situação atual do terreno exemplifica a tensão entre a valorização econômica imediata e a preservação histórica, reforçando a importância de políticas de memória urbana que integrem história, arquitetura e sociabilidade na construção do futuro de Criciúma.

O encerramento das atividades do Curtume Dal-Bó, assim como o esvaziamento gradual de suas funções industriais, reflete não apenas a transformação econômica do bairro Santa Bárbara, mas também a constante reconfiguração do espaço urbano de Criciúma. Esse processo de desindustrialização abriu espaço para novas formas de apropriação do solo, criando oportunidades para empreendimentos públicos e privados que marcariam a paisagem da cidade nas décadas seguintes. A transição entre o espaço produtivo do curtume e a instalação de obras de infraestrutura urbana evidencia como determinados terrenos, previamente ocupados por atividades econômicas específicas, passam a assumir novas centralidades e funções simbólicas.

Assim como o Curtume, outra área próxima da Praça Santa Bárbara que também apresenta uma substituição, um palimpsesto, é a área que inicialmente foi espaço das instalações do Aeroporto Leoberto Leal, cuja implantação no final da década de 1950 expressa a emergência de novas prioridades urbanísticas e econômicas, vinculadas à mobilidade, ao desenvolvimento regional e à integração de Criciúma a circuitos nacionais.

Até meados da década de 1950, Criciúma carecia de uma infraestrutura de aviação civil adequada. Os deslocamentos para cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre ou Florianópolis eram realizados a partir de aeroportos vizinhos, como o de Tubarão, ou em campos de pouso improvisados, que funcionavam em pastos particulares ou em áreas urbanas ainda pouco ocupadas. Relatos históricos indicam que pousos experimentais ocorriam em terrenos próximos ao Colégio Marista ou no bairro São Luiz, em áreas pertencentes a particulares como Fioravante Trichês, evidenciando o caráter precário e improvisado da aviação local naquela época (FERREIRA, 2003; MILANEZ, 1991).

A carência de um campo de pouso estruturado refletia não apenas a insuficiência de equipamentos, mas também a necessidade crescente de integração econômica e política de Criciúma com o restante do país. A cidade, conhecida nacionalmente pela extração de carvão e pelo intenso fluxo de empresários e políticos, enfrentava limitações logísticas que restringiam a mobilidade de seus cidadãos e dificultavam a expansão econômica e administrativa. O crescimento do comércio, da indústria e da administração pública demandava soluções concretas, impulsionando a mobilização de líderes locais em torno da criação de um aeroporto que atendesse a cidade e à região. Neste contexto, surge o Aeroclube de Criciúma, fundado em 27 de agosto de 1952, com a finalidade explícita de estimular a aviação civil, manter uma escola de pilotagem e cooperar com entidades congêneres no desenvolvimento aeronáutico, reforçando, assim, a importância estratégica do município dentro do território catarinense (Estatuto do Aeroclube de Criciúma, 1952).

O Aeroclube desempenhou papel central na identificação do local ideal para a construção do aeroporto. Entre os fundadores, destacaram-se pilotos, empresários e intelectuais que combinavam conhecimento técnico com influência política, realizando estudos topográficos, mobilizando recursos próprios e articulando contatos com o Ministério da Aeronáutica. A escolha recaiu sobre uma área localizada entre os bairros Santa Luzia e Santa Líbera, conhecida como Pinheirinho, um terreno extenso, plano e desabitado, cujas características atendiam plenamente às exigências de segurança, visibilidade e expansão futura. A articulação política e técnica envolveu negociações com autoridades estaduais e federais, levantamento topográfico financiado pelos próprios idealizadores e ações junto à base aérea de Canoas, que conferiu validação oficial ao local (MILANEZ, 1991).

Figura 64 – Terminal de passageiros do Aeroporto Leoberto Leal



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez

O processo de implantação do aeroporto Leoberto Leal (Figura 64) envolveu múltiplas etapas, iniciando-se formalmente com a desapropriação do terreno pela administração do prefeito Paulo Preis (1951-1955). A Lei nº 135/1954 declarava de utilidade pública aproximadamente 645 mil metros quadrados para a construção de duas pistas, autorizando a compra ou desapropriação dos terrenos e estabelecendo contato com os proprietários e ocupantes. A documentação identificava dezenas de propriedades, refletindo a complexidade fundiária da área e a necessidade de conciliar interesses privados e públicos para viabilizar a infraestrutura. A administração municipal manteve articulação direta com proprietários, buscando entendimentos amigáveis e, em caso de recusa, prevendo a desapropriação, evidenciando a relevância estratégica da obra para o desenvolvimento urbano de Criciúma. A etapa seguinte, conduzida por Napoleão de Oliveira (1955-1956), deu continuidade às obras de terraplanagem, garantindo que a área fosse adequadamente preparada para a construção das pistas e das edificações complementares, enquanto a gestão de Addo Caldas Faraco (1956-1961) concluiu a obra e promoveu a inauguração oficial do aeroporto, consolidando o projeto iniciado anos antes (ARNS, 1985).

A inauguração, realizada em 30 de julho de 1957, mobilizou aproximadamente 30 mil pessoas, evidenciando a importância simbólica e prática do empreendimento para a população criciumentense. Na véspera, cinco aviões da escola de pilotagem da VARIG, aterrissaram na pista,



demonstrando a capacidade operacional do aeroporto e inaugurando as festividades. Uma carreata com 101 veículos conduziu a imagem de Nossa Senhora de Loreto, padroeira dos aviadores, até o bosque próximo à estação provisória de passageiros, sinalizando a integração entre a religiosidade popular e a cerimônia cívica. No dia da inauguração, aviões da VARIG e da Força Aérea Brasileira transportaram representantes do governo federal, estadual e municipal, bispos e outras autoridades, consolidando o evento como marco histórico e social da cidade (FERREIRA, 2003). (Ver Apêndice B – Quadro Analítico 20)

Durante o funcionamento do Aeroporto Leoberto Leal, o aeroporto se destacou não apenas pela movimentação de aeronaves comerciais, mas também pelo impacto urbano e social que exercia. A infraestrutura incluía pista asfaltada, estação de passageiros e um pavilhão de atendimento, que se tornou referência na circulação de pessoas e na organização dos fluxos urbanos nos bairros adjacentes. Operando regularmente com empresas como Varig, Cruzeiro do Sul e Real, o aeroporto tornou-se essencial para o transporte de passageiros e cargas, conectando Criciúma a centros econômicos e políticos do país. O pavilhão principal, especialmente, desempenhava função estratégica como guichê e área de espera, consolidando-se como um espaço de referência na memória coletiva da cidade (Milanez, 1991).

O funcionamento do Aeroporto Leoberto Leal, após sua inauguração em 1957, rapidamente se tornou essencial para o desenvolvimento regional, consolidando Criciúma como um centro urbano com conectividade aérea significativa. No mês de julho daquele ano, por exemplo, os registros indicam 341 embarques e 215 desembarques, totalizando 50 voos, números expressivos para a época, considerando a dimensão da cidade e a precariedade da infraestrutura urbana anterior (Ferreira, 2003). A presença constante de aeronaves não apenas fortalecia a economia local, mas também atraía investidores, empresários e políticos, fomentando o intercâmbio econômico e social com outras regiões.

A inauguração oficial, no dia 30 de julho de 1957, tornou-se um marco simbólico da cidade. Aproximadamente 30 mil pessoas estiveram presentes, incluindo autoridades de nível municipal, estadual e federal. Participaram do evento representantes da VARIG, da Força Aérea Brasileira e do governo federal, entre eles o senador Nereu Ramos, representando o presidente Juscelino Kubitschek, bem como o governador catarinense Jorge Lacerda e o general Oswaldo Pinto da Veiga. Além das figuras políticas, bispos, líderes comunitários e empresários locais também marcaram presença, evidenciando a amplitude social e política do evento. A

inauguração contou ainda com uma carreata que transportou a imagem de Nossa Senhora de Loreto, padroeira dos aviadores, integrando tradição religiosa e celebração cívica, bem como com voos panorâmicos, que encantaram a população (FERREIRA, 2003; MILANEZ, 1991).

O Aeroclube de Criciúma teve papel decisivo tanto na viabilização do aeroporto quanto na organização dos eventos inaugurais. Fundado em 1952, o clube atuava como espaço de formação de pilotos e incentivo à aviação civil, mobilizando recursos próprios para o levantamento topográfico e a preparação do terreno, além de articular contatos com autoridades da Base Aérea de Canoas. Entre os líderes do Aeroclube, destacava-se Pedro Milanez, que, com auxílio do Rotary Club local, viajou repetidas vezes a Porto Alegre para apresentar projetos e viabilizar a construção do campo de pouso, demonstrando o impacto de ações individuais combinadas com articulação comunitária e política. O estatuto do Aeroclube previa ainda que, em caso de dissolução, o patrimônio reverteria a entidades congêneres a critério do Ministério da Aeronáutica, reforçando o caráter público e coletivo das iniciativas relacionadas à aviação na cidade (ESTATUTO DO AERoclube DE CRICIÚMA, 1952).

O aeroporto operou de forma regular durante duas décadas, garantindo não apenas transporte de passageiros, mas também circulação de mercadorias e apoio logístico para empresas e instituições locais. O pavilhão principal, destinado ao atendimento de passageiros, tornava-se diariamente um ponto de referência para a população, funcionando como espaço de encontro, informação e circulação urbana. A operação diária refletia a importância estratégica da infraestrutura: a movimentação de funcionários, aviões, passageiros e cargas integrava-se ao tecido urbano, influenciando o desenvolvimento dos bairros adjacentes e contribuindo para a consolidação de um espaço urbano estruturado e moderno (Milanez, 1991).

Apesar de seu sucesso operacional, o aeroporto enfrentou desafios decorrentes do crescimento urbano e da necessidade de expansão da infraestrutura pública. A proximidade com áreas residenciais, somada ao aumento da demanda por serviços públicos e culturais, motivou a administração municipal a reavaliar o uso do terreno. Na década de 1970, sob a gestão do prefeito Altair Guidi (1977-1981), o antigo aeroporto foi desativado para permitir a construção de um novo centro cívico, incluindo o Paço Municipal, o Teatro Municipal Elias Angeloni, o Ginásio Municipal Irmão Walmir Antônio Orsi e o monumento das cinco etnias criciumenses. Esta decisão implicou a transferência das operações aéreas para o novo aeroporto em Forquilha, denominado Diomício Freitas, inaugurado em 17 de dezembro de

1979, com pista de categoria "C", 1.600 metros de extensão e balizamento noturno, atendendo plenamente às exigências da aviação civil moderna (NASCIMENTO, 2012).

**Figura 65 – Parque Centenário nos anos 1990**



Fonte: Acervo do Escritório Manoel Coelho Arquitetura

O deslocamento do aeroporto não significou o desaparecimento total da memória física do Leoberto Leal. O pavilhão de passageiros, erguido nos anos 1950, permaneceu e foi incorporado à infraestrutura da Escola Jarbas Passarinho, atualmente destinada à educação de jovens e adultos (CEJA). Desde julho de 2017, a escola utiliza o espaço histórico, que abriga salas de aula e administração, preservando, assim, a memória urbana da aviação criciumense. O uso do antigo pavilhão como escola evidencia a capacidade de adaptação do espaço urbano e a manutenção de referências históricas, articulando memória e função contemporânea

O cotidiano do Aeroporto Leoberto Leal refletia a vivência urbana e social de Criciúma na segunda metade do século XX. Durante os anos de operação, a rotina era marcada pelo fluxo constante de passageiros, funcionários e aeronaves, além de pequenas operações de carga e transporte de mercadorias. A sirene que anunciava o início e o fim dos turnos de

trabalho indicava não apenas o ritmo interno do aeroporto, mas também o pulso da vida do bairro Pinheirinho, integrando o espaço à paisagem sonora e sensorial da cidade. O cheiro característico das operações de manutenção das aeronaves e o movimento das máquinas contribuíam para a percepção sensível do local, criando uma identidade própria para o espaço, percebida tanto por quem trabalhava ali quanto pelos moradores das redondezas (MILANEZ, 1991).

Eventos sociais e cerimônias cívicas reforçavam a centralidade do aeroporto na vida da cidade. A inauguração, em 30 de julho de 1957, já havia demonstrado o potencial simbólico do espaço, reunindo cerca de 30 mil pessoas, incluindo autoridades municipais, estaduais e federais, empresários e cidadãos comuns. A presença de figuras como o senador Nereu Ramos, representantes da Força Aérea Brasileira, bispos e líderes empresariais, reforçou o caráter público e político do empreendimento, demonstrando que o aeroporto não se limitava a funções técnicas, mas era também um palco de prestígio social e político (FERREIRA, 2003).

Apesar do sucesso, a operação não estava isenta de acidentes e imprevistos. Durante a inauguração, um avião do Aeroclube de Porto Alegre sofreu uma falha no comando de direção e atingiu civis presentes no evento, ferindo gravemente duas jovens e um garoto, que caiu ao tentar se esquivar. Os relatos da época enfatizam que, apesar da gravidade do acidente, as vítimas recuperaram-se plenamente, mas o episódio evidenciou a vulnerabilidade dos espaços urbanos e a importância de protocolos de segurança ainda em desenvolvimento na aviação civil brasileira. A ocorrência também demonstra como eventos de grande porte integravam simultaneamente a dimensão técnica, social e cívica do aeroporto, expondo a cidade a riscos e experiências compartilhadas (TRIBUNA CRICIUMENSE, 1957).

O papel do Aeroclube de Criciúma continuou a ser central durante toda a operação do Leoberto Leal. A escola de pilotagem funcionava como núcleo formativo, garantindo a preparação de pilotos civis e estimulando a cultura aeronáutica local. O clube, fundado em 1952, foi decisivo na articulação política e técnica necessária à viabilização do aeroporto. Seus membros participaram ativamente do levantamento topográfico do terreno, da mobilização junto a autoridades da Base Aérea de Canoas e da promoção de eventos sociais que reforçavam a importância do espaço. A associação entre o Aeroclube e o aeroporto revela como iniciativas privadas e comunitárias eram fundamentais para a consolidação de infraestrutura pública, em um período em que o poder público local ainda carecia de recursos próprios suficientes (ESTATUTO DO AEROCULUBE DE CRICIÚMA, 1952; MILANEZ, 1991).

A influência urbana do aeroporto também se manifestava no desenvolvimento do bairro Pinheirinho. Com a instalação das operações aéreas, houve aumento populacional e valorização do entorno, à medida que funcionários e suas famílias se instalaram nas proximidades. A presença do aeroporto estimulou o comércio local e impactou a circulação viária, já que a via Almirante Tamandaré passou a suportar o fluxo diário de pedestres, veículos e cargas. Este efeito transformador evidencia a relação intrínseca entre infraestrutura de transporte e desenvolvimento urbano, um padrão observado em outras cidades brasileiras da época, mas particularmente significativo para Criciúma, que buscava superar sua condição histórica de cidade carbonífera (MILANEZ, 1991).

Na década de 1970, a necessidade de expansão urbana e de novos equipamentos públicos levou à decisão de desativar o Leoberto Leal. O prefeito Altair Guidi, no contexto de planejamento urbano moderno, promoveu a construção do Parque Centenário, composto pelo Paço Municipal, centro cultural, centro esportivo e monumento das cinco etnias. A transferência das operações para o aeroporto de Forquilha, inaugurado em 1979 como Diomício Freitas, permitiu que o espaço anteriormente ocupado pelo Leoberto Leal fosse incorporado à reconfiguração urbana, consolidando uma cidade moderna, pautada por infraestrutura pública e valorização da memória histórica. Este movimento exemplifica como decisões de planejamento urbano podem transformar a função de espaços previamente dedicados a atividades econômicas e técnicas em áreas de uso cultural e cívico, evidenciando a articulação entre memória, política e urbanismo (NASCIMENTO, 2012).

O legado físico do antigo aeroporto permanece no pavilhão de passageiros, hoje utilizado pela Escola Jarbas Passarinho, voltada à educação de jovens e adultos. Desde 2017, o CEJA ocupa o espaço, preservando parte da memória urbana do Leoberto Leal, ao mesmo tempo em que adapta a edificação às necessidades contemporâneas de ensino. A transformação do aeroporto em escola evidencia a reutilização adaptativa de estruturas históricas e a integração entre memória e função social. O uso do pavilhão como escola, com salas de aula e administração, mantém viva a narrativa do espaço, mesmo décadas após o encerramento das operações aéreas.

A trajetória do Aeroporto Leoberto Leal revela não apenas a história da aviação civil em Criciúma, mas também a articulação entre memória, identidade urbana e transformação do espaço. A instalação, operação e posterior desativação do aeroporto constituem um palimpsesto urbano, no qual camadas de memória, infraestrutura e uso social se sobrepõem e

interagem. O espaço que outrora abrigou pistas, hangares e operações de voo tornou-se palco de atividades cívicas, educacionais e culturais, exemplificando a relação dialética entre permanência e transformação na cidade. A reutilização do pavilhão de passageiros como Escola Jarbas Passarinho demonstra como elementos físicos fixos podem ser ressignificados, preservando vestígios do passado industrial e técnico e incorporando novas funções sociais.

A dimensão sensitiva do aeroporto, já perceptível nas experiências cotidianas de funcionários, passageiros e moradores do entorno, integra-se à narrativa de fluxos e fixos discutida nos tópicos anteriores. O fluxo de aviões, passageiros e mercadorias simbolizava a circulação econômica e social, enquanto as edificações, pistas e pavilhões representavam os fixos urbanos que davam forma e identidade ao bairro Pinheirinho. Ao longo das décadas, a mudança de função do espaço, de aeroporto para centro cívico e educacional, não apagou completamente esses fixos; ao contrário, a *Aufhebung*, enquanto processo de superação e preservação simultânea, permite que a memória técnica e simbólica do aeroporto seja mantida e reinterpretada, integrando passado e presente.

O evento inaugural de 1957 e a operação subsequente do aeroporto reforçaram as permanências simbólicas e patrimoniais do espaço. A presença de autoridades, a missa, a carreata com a imagem de Nossa Senhora de Loreto e a participação de milhares de cidadãos demonstram que o aeroporto era, desde o início, mais do que infraestrutura de transporte: era um ponto de referência cívico, um espaço de sociabilidade e pertencimento coletivo. Estes elementos simbólicos permanecem no imaginário urbano de Criciúma, mesmo após a transferência das operações para Forquilha. O pavilhão da Escola Jarbas Passarinho funciona como um relicário urbano, preservando traços físicos e afetivos da experiência coletiva ligada ao Leoberto Leal.

O deslocamento das operações aéreas para o novo aeroporto de Forquilha e a implantação do Parque Centenário representam uma reconfiguração urbana estratégica, na qual se busca superar marcas históricas da cidade carbonífera e criar uma identidade urbana moderna e inclusiva (NASCIMENTO, 2012). A decisão de instalar o Paço Municipal, centro cultural, centro esportivo e monumento das etnias no antigo terreno do aeroporto é um exemplo de planejamento urbano que valoriza simultaneamente modernidade e memória, utilizando a *Aufhebung* como ferramenta conceitual: o passado é incorporado e transformado em base para novas funções, sem que sua significação seja completamente eliminada.

A preservação parcial do aeroporto, por meio do pavilhão remanescente, permite compreender como a cidade de Criciúma negocia seu patrimônio material e simbólico. A reutilização adaptativa do espaço evidencia que o patrimônio urbano não se restringe a edifícios icônicos ou de alta relevância arquitetônica; ele também se manifesta em espaços industriais e de infraestrutura que, embora efêmeros em função, adquirem significado social e cultural ao longo do tempo. Neste sentido, o Leoberto Leal funciona como um elemento de memória coletiva, articulando lembranças de pioneirismo, progresso técnico, participação cívica e mobilização comunitária.

O impacto do aeroporto na configuração do bairro Pinheirinho também pode ser interpretado à luz do conceito de palimpsesto urbano. A urbanização inicial, centrada na atividade aeroportuária, condicionou o crescimento residencial e comercial do entorno. Posteriormente, a transformação do espaço em centro cívico e educacional consolidou novas camadas de uso urbano, sem apagar completamente a referência histórica da aviação civil. Este processo evidencia que a cidade se constrói em camadas, na medida em que fluxos econômicos, sociais e culturais interagem com fixos físicos, criando narrativas complexas de pertencimento e identidade.

O exemplo do aeroporto também reforça a importância da atuação de agentes comunitários e privados na construção do espaço urbano. O Aeroclube, liderado por figuras como Pedro Milanez e José Batista Pereira, demonstrou que iniciativas coletivas podem catalisar transformações urbanas significativas, mesmo na ausência de recursos públicos abundantes. A cooperação entre atores privados, Estado e sociedade civil evidencia como os fluxos sociais e políticos se entrelaçam à infraestrutura urbana, moldando o desenvolvimento da cidade. O papel desses agentes é tanto material, na construção da pista, hangares e edifícios, quanto simbólico, ao consolidar a percepção do aeroporto como ponto de referência cívico e cultural.

A transformação do Leoberto Leal em espaço educacional, por meio da Escola Jarbas Passarinho, revela ainda uma dimensão ética e social do planejamento urbano. A preservação do pavilhão permite que novas gerações reconheçam a história do local, entendam sua importância para o desenvolvimento da cidade e participem de um processo de ressignificação do patrimônio urbano. A escola, ao ocupar o espaço, não apenas mantém vivos os vestígios do aeroporto, mas também cria narrativas de uso, reforçando a continuidade entre passado e presente, memória e função social.

Ao longo de suas várias fases, da instalação e operação à desativação e reintegração urbana, o Aeroporto Leoberto Leal exemplifica como infraestrutura, memória e identidade urbana se articulam de forma complexa. As camadas de memória, fluxos e fixos, permanências simbólicas e transformações urbanas coexistem, permitindo que o aeroporto continue a desempenhar um papel central na narrativa urbana de Criciúma.

O antigo aeroporto Leoberto Leal não é apenas um vestígio físico (na edificação da escola); é um elo entre a cidade industrial, carbonífera, e a cidade moderna e cívica que se consolidou a partir do final do século XX. A história do espaço revela a articulação entre memória, patrimônio e identidade urbana, mostrando que as infraestruturas técnicas podem adquirir dimensões simbólicas profundas, capazes de moldar narrativas coletivas, mobilizar a população e orientar decisões de planejamento urbano futuro. A Escola Jarbas Passarinho, o Parque Centenário e as demais construções erigidas sobre o terreno histórico representam a continuidade transformadora que caracteriza o desenvolvimento urbano criciumense, na qual cada camada do palimpsesto contribui para a construção de identidade, pertencimento e memória coletiva.

Ao longo desta análise, foi possível perceber como a história urbana de Criciúma se entrelaça com diferentes formas de sociabilidade, trabalho, lazer e desenvolvimento econômico, construindo uma cidade marcada por tensões sociais, raciais e econômicas, mas também por iniciativas de resistência e afirmação comunitária. A Sociedade Recreativa União Operária e a União Mineira exemplificam como clubes recreativos e esportivos funcionaram como espaços de identidade e pertencimento, mas de maneiras profundamente distintas. Enquanto o União Mineira consolidou-se como um espaço de prestígio, com ampla visibilidade e apoio institucional, o União Operária representa a resistência afrodescendente frente às barreiras impostas por um contexto social segregacionista, funcionando simultaneamente como reduto de lazer, educação e afirmação cultural.

A análise do Curtume Dal-Bó reforça a dimensão industrial e econômica que moldou o bairro Santa Bárbara e a cidade como um todo. A indústria do couro não apenas consolidou a economia local, mas também organizou fluxos humanos e materiais, configurando um território sensorialmente marcado pelo cheiro, pelo movimento e pela textura do trabalho artesanal e industrial. Ao mesmo tempo, sua linguagem arquitetônica, de caráter tardio *Art Déco* com influências modernistas, indica que mesmo os espaços produtivos podiam refletir

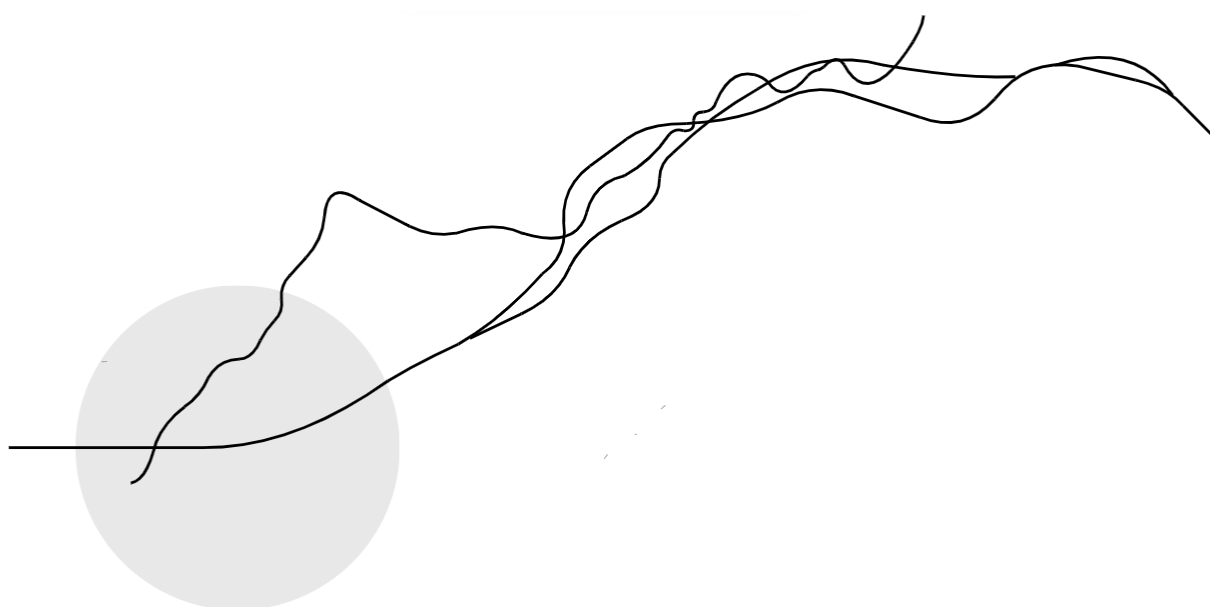


preocupações estéticas e patrimoniais, evidenciando a complexidade do desenvolvimento urbano e industrial de Criciúma nas décadas centrais do século XX.

O estudo do Aeroporto Leoberto Leal, por sua vez, revela outro aspecto do processo de modernização urbana, articulando tecnologia, mobilidade e visibilidade da cidade em âmbito regional e nacional. A implantação do aeroporto, impulsionada por iniciativas privadas e públicas, demonstra como a cidade buscou superar suas limitações e se inserir em fluxos de circulação e comunicação mais amplos, consolidando o território urbano como espaço de interação econômica, social e simbólica. As transformações posteriores, com a desativação do Leoberto Leal e a construção do Aeroporto Diomício Freitas, além da criação do Parque Centenário, evidenciam uma trajetória de ressignificação do espaço urbano e da memória coletiva, articulando modernidade, identidade e patrimônio.

Em conjunto, os casos estudados (clubes recreativos, indústria e infraestrutura aeroportuária) permitem compreender Criciúma como um palimpsesto urbano, no qual diferentes camadas históricas coexistem, se sobrepõem e se tensionam. Cada espaço evidencia relações de poder, exclusão e pertencimento, mas também possibilidades de resistência, afirmação e reorganização do território. A presença de instituições culturais e industriais consolidadas, junto às iniciativas de infraestrutura pública, revela que o processo de urbanização da cidade não foi linear, mas fruto de negociações complexas entre interesses privados e públicos, entre segregações e integrações, entre memória e projeto urbano.

Por fim, a articulação desses espaços evidencia que a história urbana de Criciúma não pode ser compreendida apenas a partir da dimensão material ou econômica. É preciso reconhecer as interações sociais, as disputas simbólicas e as estratégias de resistência que atravessam os territórios, destacando que a cidade se constrói como espaço plural, marcado tanto por desigualdades quanto por potências criativas. O estudo revela, portanto, a necessidade de olhar para o patrimônio urbano de forma integrada, considerando as múltiplas camadas que o constituem, e reforçando que a compreensão da memória urbana é essencial para pensar políticas de preservação, gestão do território e inclusão social na contemporaneidade.



## **6. O PINHEIRINHO: ASSISTENCIALISMO E RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA**

Essa seção trata da discussão a partir de três praças que, embora situadas em diferentes contextos da malha urbana de Criciúma, compartilham a condição de espaços fundamentais para compreender a articulação entre memória coletiva, transformações urbanísticas e identidade comunitária. A Praça Sebastião Toledo dos Santos, a Praça João Constante Milioli e a Praça da Resistência Democrática constituem pontos de ancoragem para pensar a cidade como palimpsesto, em que camadas de tempo, uso e significados se sobrepõem, refletindo tanto as permanências quanto as rupturas na vida urbana.

A Praça Sebastião Toledo dos Santos localiza-se no bairro Pinheirinho e se vincula diretamente à história do carvão, não apenas pela homenagem à figura que lhe dá nome, mas também pela proximidade com a SATC, instituição educacional criada para atender às necessidades das famílias mineiras. Sua implantação no início da década de 1970 e a posterior reforma nos anos 2010 revelam como o espaço público se reconfigura para atender novas demandas, mas sem perder a referência à atividade mineradora. Trata-se de uma praça que expressa o vínculo entre assistência social, educação e memória do trabalho, condensando no espaço a tensão entre fixos históricos, como a homenagem e a centralidade simbólica, e fluxos contemporâneos, relacionados ao cotidiano de estudantes, trabalhadores e moradores do bairro.

Já a Praça João Constante Milioli, localizada na Santa Luzia, se distingue pelo caráter comunitário e pela memória local vinculada a um dos primeiros líderes da região. Diferente da praça do Pinheirinho, sua importância não se relaciona diretamente ao eixo da mineração ou à lógica institucional, mas à coesão comunitária. Essa praça funciona como um espaço de pertencimento e de identidade para os moradores, preservando a memória de sua formação e reforçando a noção de território como construção coletiva. Aqui, o conceito de palimpsesto urbano aparece de forma clara: o espaço atual, com sua função de convivência, se sobrepõe a um passado marcado por lutas e esforços de organização da comunidade. A praça opera como fixo simbólico, capaz de ancorar as experiências coletivas frente aos fluxos que atravessam o bairro, como a expansão urbana e a crescente integração com outros territórios da cidade.

A Praça da Resistência Democrática, também situada em Santa Luzia, introduz uma dimensão distinta no conjunto. Criada na metade da década de 1990, em meio a um processo de urbanização e melhorias no bairro, essa praça materializa a memória da luta contra a ditadura militar no Brasil, sendo um dos primeiros espaços públicos do estado de Santa Catarina a homenagear desaparecidos e perseguidos políticos. O Monumento aos

Desaparecidos Políticos, ali instalado, transforma a praça em um território de memória e de resistência, tensionando o espaço urbano com significados que ultrapassam a escala local. Trata-se de um fixo que ancora a memória política em um bairro de perfil operário e periférico, reafirmando a centralidade da classe trabalhadora e sua participação nos processos de resistência. Contudo, essa mesma condição expõe o monumento a disputas de sentido, expressas tanto em momentos de abandono e depredação quanto em tentativas de invisibilização de sua importância.

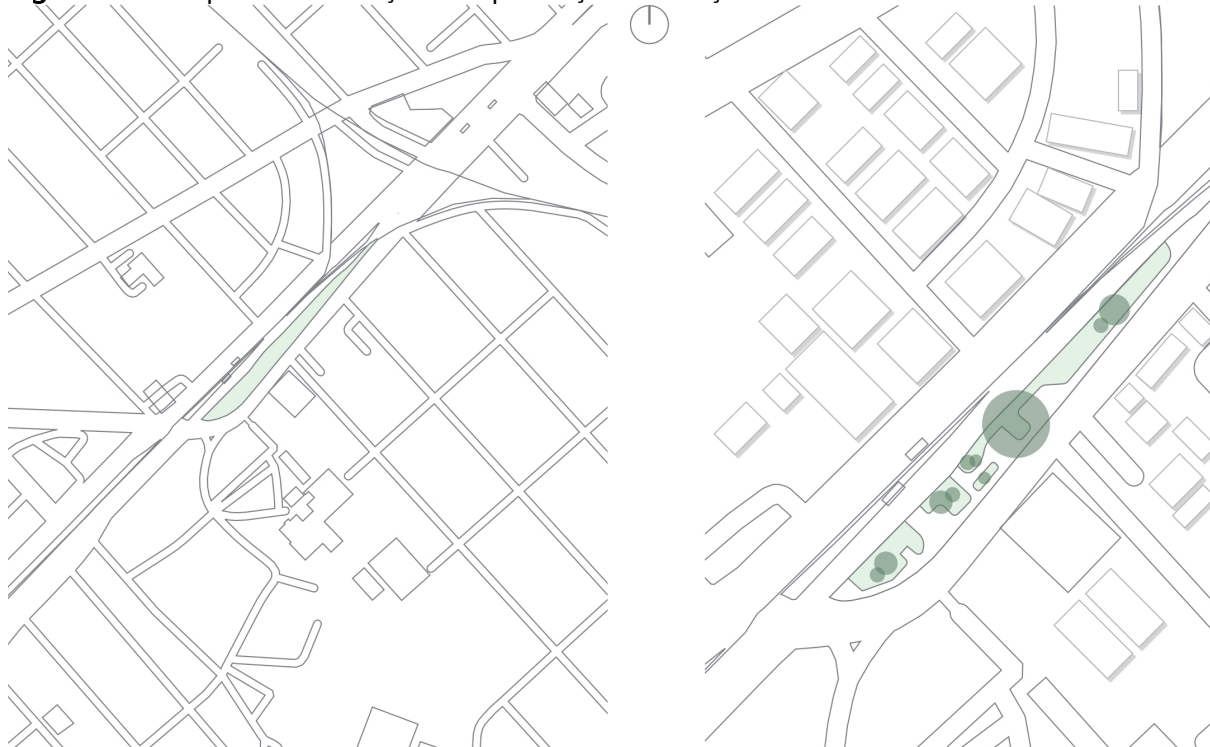
Ao observar essas três praças em conjunto, percebe-se como elas revelam diferentes formas de articulação entre espaço, memória e poder. No Pinheirinho, a Praça Sebastião Toledo dos Santos condensa a relação entre assistência social, mineração e educação; na Santa Luzia, a Praça João Constante Milioli expressa a memória comunitária e o pertencimento local; e a Praça da Resistência Democrática inscreve no espaço a memória política e a luta democrática. Cada uma delas, portanto, materializa temporalidades distintas que coexistem e se sobrepõem, constituindo um verdadeiro palimpsesto urbano.

Os fluxos e fixos ajudam a compreender essa articulação. Se por um lado os fixos, representados pelos monumentos, denominações e referências simbólicas, dão estabilidade e identidade às praças, por outro os fluxos dinamizam e transformam constantemente esses espaços. O resultado é uma paisagem urbana em movimento, em que as praças se tornam palco das tensões entre permanência e mudança.

A análise conjunta dessas três praças permite compreender como o espaço público em Criciúma é construído não apenas como área de lazer ou convivência, mas como campo de disputa simbólica e de memória. Elas revelam as múltiplas dimensões do palimpsesto urbano, em que cada camada acrescenta novos sentidos à paisagem, sem apagar totalmente as marcas do passado. Nessa coexistência de tempos e memórias, emerge a possibilidade de leitura crítica da cidade, na qual o espaço da praça se afirma como elo entre história, comunidade e resistência.

## 6.1. PRAÇA SEBASTIÃO TOLEDO DOS SANTOS: O DISCURSO ASSISTENCIALISTA E A EDUCAÇÃO COMO PROTAGONISTA

**Figura 66** – Mapa de localização e implantação da Praça Sebastião Toledo dos Santos



Fonte: Portal ICAD. Adaptação do autor, 2025.

O Bairro da Juventude, localizado na região que hoje integra o Pinheirinho em Criciúma, surge como um testemunho eloquente das múltiplas camadas de história que definem a cidade e sua experiência urbanística. Durante o final da década de 1940 e início da década de 1950, Criciúma vivenciava a chamada era do carvão como já mencionada outras vezes ao longo do trabalho, que não apenas consolidava a economia local, mas também tornava atrativo para trabalhadores vindos de outras regiões, gerando um fluxo migratório constante. Os novos habitantes, em grande parte oriundos de contextos rurais e carentes, se concentravam em habitações de dimensões reduzidas, refletindo a necessidade imediata de alojamento frente à demanda crescente. Esse fenômeno revela a presença simultânea de fluxos e fixos que se entrelaçam na formação espacial e social do bairro.

Em resposta aos desafios sociais, especialmente aqueles relacionados à infância e à precariedade habitacional, o Rotary Clube de Criciúma fundou em 1949 a Sociedade Criciumense de Auxílio ao Necessitado (SCAN), instituição destinada a promover assistência social e educacional a crianças em situação de vulnerabilidade. Para concretizar essas ações, a SCAN iniciou a construção de prédios próprios, estabelecendo uma infraestrutura que serviria

de base para programas assistenciais. A administração desses espaços exigiu uma articulação entre a sociedade civil e as autoridades municipais, evidenciando a interdependência entre diferentes atores na produção e manutenção do espaço urbano. A SCAN, ao instalar os prédios, não apenas proporcionava educação e cuidado às crianças, mas também iniciava a formação de uma paisagem urbana marcada pela presença de instituições sociais como fixos estruturantes no bairro. É importante destacar aqui que essas edificações foram construídas longe do que se entendia como centro da cidade, principalmente no entorno da Praça Nereu Ramos (já discutida aqui), o que revela uma estratégia de segregação socioespacial dessas crianças necessitadas e os demais habitantes.

Miranda e Selau (2003) contam que no entorno da Estação Ferroviária próxima da Praça Nereu Ramos havia pedintes e vendedores ambulantes com foco na abordagem dos viajantes que geralmente carregavam algum dinheiro. Essa situação era percebida pelos cidadãos como “um mal-estar” que desencadeou em reflexões sobre a construção de um possível muro que separasse essa dinâmica do restante da cidade, fato este que se associa com a estratégia de distanciamento na construção dos prédios da SCAN.

O local comprado pela SCAN foi uma gleba com mais de 210 mil metros quadrados que pertencia a família Biléssimo, localizada no atual bairro Pinheirinho. Os autores também revelam que segundo entrevistas realizadas, era comum que os colonos vendessem parte de suas glebas para outras construções que impulsionassem o crescimento da cidade, mas que na época a única área disponível seria essa. (MIRANDA; SELAU, 2003). Porém, essas entrevistas foram realizadas com figuras diretivas do Bairro da Juventude na época em que foram realizadas, o que permite identificar uma tendência de fomentar um discurso positivista na construção dessas estruturas tão distantes do convívio social.

No início da década de 1950, a área onde hoje se localiza o Bairro da Juventude era completamente desabitada. As localidades mais próximas, além do centro da cidade, eram os bairros Santa Augusta, onde havia um núcleo de colonização italiana e Boa Vista, área de mineração. Apesar de estar próxima à passagem da estrada de ferro, o local, na época, era de difícil acesso. Isso pode indicar que as primeiras crianças que foram mandadas para lá ficaram completamente isoladas do convívio social ao qual estavam acostumadas, ou seja, foram afastadas de seu meio. (MIRANDA; SELAU, 2003, p.44)

O conjunto construído era composto por três casas iguais (Figura 67) de um pavimento com configuração similar, sendo uma edificação central, maior, que era destinada para atividades comuns como refeitório e lavanderia, e outras duas menores uma em cada lado um pouco mais a frente, que eram os dormitórios. A estrutura arquitetônica das casas é bastante simples: uma porta central e janelas nas demais paredes com poucos elementos que se aproximam de uma arquitetura de estilo neocolonial, diferente dos projetos modernistas que começavam a ser desenvolvidos e construídos no centro da cidade.

**Figura 67** – Três primeiros edifícios do conjunto da SCAN.



Fonte: Acervo do Bairro da Juventude.

Num segundo momento, os padres da Ordem Rogacionista do Sagrado Coração de Jesus foram convidados para gerir e operar o trabalho social da SCAN. Esses religiosos assumiram a administração do Bairro da Juventude, uma iniciativa que articulava assistência social com educação cristã e cursos profissionalizantes. O envolvimento direto da comunidade, motivado pelo respeito e confiança depositados na liderança religiosa, permitiu a construção e manutenção de prédios, a criação de programas educacionais e a implementação de atividades de lazer e profissionalização, integrando fluxos humanos e sociais com os fixos arquitetônicos, e conferindo à paisagem urbana um caráter simbólico e funcional ao mesmo tempo.



A atuação dos padres rogacionistas exemplifica a lógica da *Aufhebung* que descreve a negação, a superação e preservação simultânea de elementos históricos e sociais. Ao organizar a comunidade e sistematizar o cuidado às crianças, os padres não apenas preservavam as tradições assistencialistas da Igreja, mas também superavam a precariedade social e urbana (quase inexistente) do bairro, instituindo novas práticas. Assim, o Bairro da Juventude emerge como um espaço híbrido, em que camadas de memória religiosa, práticas assistenciais e organização urbana se articulam de maneira dialética, onde se configura um palimpsesto urbano: a história do trabalho nas minas e a pobreza estrutural se sobrepõem à intervenção institucional, criando um território marcado por múltiplas temporalidades e funções.

Os prédios construídos pela SCAN transformaram-se em fixos duradouros que estruturavam o bairro e serviam de referência para sua identidade coletiva. As edificações não apenas atendiam a necessidades materiais, mas também funcionam como marcos simbólicos da presença da instituição no espaço urbano. O conjunto cresceu com a construção de uma Igreja, a ampliação vertical das edificações (que ganharam um segundo pavimento – Figura 68), a construção de um cineteatro, a construção de um galpão e a articulação dos edifícios a partir de uma praça (em terreno privado, mas aberta ao público), foram algumas das contribuições que a instituição contribui para a região.

**Figura 68 – Ampliação dos edifícios da SCAN**



Fonte: Acervo do Bairro da Juventude. Disponível em Miranda; Selau, 2003.

Cada construção representava uma camada de intervenção social, articulando-se com a urbanização em curso e com os fluxos de crianças, professores e voluntários que se deslocavam diariamente pelo bairro. Esse processo revela como os elementos fixos e os temporários coexistem, interagem e influenciam a configuração da paisagem urbana, evidenciando a densidade de relações que caracterizam os bairros formados sob a pressão de necessidades sociais e econômicas imediatas.



As atividades proporcionadas às crianças, bem como a participação da comunidade em projetos coletivos, reforçavam os vínculos sociais e construíam capital social local. Essa prática de engajamento comunitário não apenas atendia a demandas imediatas, mas também formava sujeitos capazes de interagir com a cidade de maneira mais ampla, promovendo a circulação de saberes, práticas e valores, enquanto os prédios e demais estruturas permaneciam como fixos que organizavam e estruturavam a vida social.

A articulação entre os fluxos humanos e os fixos do bairro manifesta-se também na maneira como o território se relacionava com o restante da cidade. A localização do Bairro da Juventude, em uma região distante do centro, revela a intenção inicial de se criar um espaço onde fosse possível “limpar” o centro da cidade. Entretanto, a expansão planejada pelos padres e a instalação de edifícios, espaços de convivência e instituições religiosas criava uma rede de suporte que hoje conecta moradores, trabalhadores e crianças a práticas de cuidado, educação e sociabilidade, mostrando como os elementos físicos e sociais se entrelaçam no processo de construção urbana e na produção de patrimônio cultural.

A compreensão do Bairro da Juventude como patrimônio cultural não se restringe às suas edificações, mas inclui a memória coletiva das experiências vividas, das práticas educativas e assistenciais, e da inter-relação entre comunidade e instituições. Cada prédio, cada atividade, cada intervenção representa uma camada histórica que dialoga com o presente, preservando traços do passado e permitindo que a memória da era do carvão e das políticas assistenciais seja reconhecida e valorizada. Nesse sentido, o bairro funciona como um palimpsesto urbano, onde fluxos de pessoas e recursos se sobrepõem a fixos físicos e simbólicos, constituindo um espaço em que a urbanização e o patrimônio cultural se entrelaçam.

É relevante destacar que o Bairro da Juventude, embora resultado de uma intervenção intencional, planejada e institucional, o local deixou de ser um espaço isolado. Ele passou a dialogar constantemente com os fluxos urbanos e sociais da cidade mais ampla de Criciúma. Os trabalhadores das minas, as crianças que frequentavam as atividades educacionais, os voluntários e professores que circulavam pelo bairro, todos constituíam fluxos que interagiam com os fixos arquitetônicos, moldando a paisagem urbana e consolidando a importância simbólica e prática do bairro. Esse entrelaçamento evidencia como o patrimônio cultural urbano não se limita aos objetos físicos, mas se constitui de redes de relações sociais, práticas educativas e memórias compartilhadas. (Ver Apêndice B – Quadro Analítico 21)

O Bairro da Juventude, portanto, representa uma síntese material e simbólica da história de Criciúma: é um espaço onde os impactos da mineração, a mobilização comunitária, a intervenção religiosa e a preocupação assistencial se combinam para formar uma paisagem urbana complexa e multifacetada. A sobreposição de camadas históricas, o equilíbrio entre fluxos e fixos, e a articulação entre urbanização e patrimônio cultural evidenciam a riqueza do bairro como objeto de estudo urbanístico e sociocultural. Ele exemplifica como políticas assistenciais e educativas podem moldar o espaço urbano, criando marcos físicos e simbólicos que resistem ao tempo e à transformação econômica. (Ver Apêndice B – Quadro Analítico 22)

A análise do Bairro da Juventude à luz dos conceitos de palimpsesto, *Aufhebung*, fluxos e fixos permitem compreender que cada intervenção institucional é simultaneamente preservadora e transformadora. O bairro não apenas mantém a memória da era do carvão e das políticas assistenciais, mas também se reinventa continuamente, acomodando novas práticas e relações sociais. Essa dinâmica é característica dos espaços urbanos historicamente sedimentados, onde o patrimônio cultural emerge da interação entre memória, função e forma, e onde a paisagem urbana é produto tanto de decisões planejadas quanto de fluxos sociais espontâneos.

Percebe-se que a integração entre instituições assistenciais, práticas religiosas e urbanização não apenas estruturou o bairro em termos físicos, mas também moldou a experiência cotidiana de seus habitantes. Essa compreensão nos leva para a capela de Nossa Senhora das Graças, que, embora tenha uma história própria, mantém vínculos estreitos com as práticas sociais e religiosas iniciadas no bairro, funcionando como continuidade simbólica e funcional das intervenções que definiram o tecido urbano e social da região. A igreja, portanto, será abordada em seguida, permitindo explorar como a religiosidade, a arquitetura e a memória coletiva se articulam com o bairro e contribuem para o patrimônio cultural de Criciúma.

A história da Igreja Nossa Senhora das Graças deve ser compreendida em estreita relação com os processos sociais, urbanos e econômicos que marcaram a cidade no período da exploração do carvão, entre o final da década de 1940 e início da década de 1950. Assim como o bairro, a igreja surge como resposta a uma necessidade premente de organização social e de cuidado com a população infantil, diante de problemas estruturais e sanitários que se consolidaram ao longo da expansão industrial e carbonífera. Nesse contexto, a urbanização desordenada da cidade e a chegada massiva de migrantes de diversas regiões contribuíram

para a formação de um espaço urbano marcado por tensões sociais, mas também por potencialidades de transformação comunitária, que se manifestaram através da ação assistencial e religiosa.

O Bairro da Juventude, como já detalhado, nasceu da iniciativa da Sociedade Criciumense de Auxílio ao Necessitado (SCAN) e da presença da Ordem Rogacionista do Sagrado Coração de Jesus, que buscava atender crianças em situação de vulnerabilidade. A igreja se insere nesse mesmo processo, não apenas como espaço de culto, mas como eixo organizador da vida comunitária, articulando práticas educativas, assistenciais e religiosas. A improvisação de uma capela em uma das salas de refeição da entidade demonstra o caráter flutuante e adaptativo das estruturas iniciais.

**Figura 69** – Igreja Nossa Senhora das Graças



Fonte: Portal Matriz em foco, 2011.

A atuação dos rogacionistas à frente do projeto, revela o entrelaçamento de lideranças religiosas, comunitárias e políticas no processo de construção do bairro e da capela. A igreja (Figura 69) não surge apenas por imposição institucional, mas por mobilização coletiva, envolvendo moradores, líderes religiosos e políticos locais. Esse aspecto evidencia como o espaço urbano pode ser pensado como um palimpsesto social, no qual camadas de práticas assistenciais, religiosas e educativas se sobrepõem às estruturas físicas, mas permanecem

registradas na memória coletiva. A participação voluntária da comunidade na construção da igreja, motivada pelo respeito e influência dos padres, mostra que os fluxos sociais (cooperação, mobilização comunitária, religiosidade) e os fixos materiais (prédios, capelas, imagens) interagem de maneira dinâmica, configurando uma paisagem urbana carregada de significados.

O período assistencialista inicial da igreja foi marcado por desafios materiais e sociais. A capela improvisada não possuía bancos, e as missas eram celebradas em latim com os fiéis de pé, o que evidencia a adaptação às condições disponíveis, ao mesmo tempo que mantém a fidelidade às normas da Igreja. A construção definitiva da capela, inaugurada em 1957, marca a consolidação física do espaço religioso e reforça seu papel como fixo simbólico na paisagem urbana do bairro. A ausência da torre, uma imposição da Aeronáutica por conta da proximidade com o Aeroporto Leoberto Leal, exemplifica como condicionantes externas podem interferir na materialidade do patrimônio cultural sem comprometer a sua função social e simbólica, consolidando uma identidade que é resultado da negociação entre normas técnicas, necessidades comunitárias e práticas religiosas.

**Figura 70 – Espaço interno da Igreja Nossa Senhora das Graças**



Fonte: Acervo da Diocese de Criciúma, 2022

O espaço interno da igreja (Figura 70), com destaque para os vitrais representando padroeiros das capelas da paróquia, o altar central e o sacrário, reflete a continuidade de tradições religiosas enquanto se integra ao contexto local. Esses elementos fixos não apenas funcionam como equipamentos litúrgicos, mas também como marcas visuais da memória coletiva, reforçando o conceito de patrimônio cultural como conjunto de elementos materiais e imateriais que registra a história do bairro e sua evolução. A leitura da igreja como

palimpsesto urbano permite perceber como cada intervenção, desde a improvisação inicial até a construção formal, carrega camadas de significado social, educativo e religioso, refletindo a complexa dinâmica de urbanização em um contexto de industrialização.

Além da função religiosa, a igreja se configurou como espaço educativo e de socialização, alinhado às práticas assistenciais do bairro. A presença dos padres e das atividades desenvolvidas no Bairro da Juventude reforça a ideia de que o espaço urbano não se limita a uma geografia física, mas se constitui por fluxos de saberes, práticas e relações sociais. A igreja funcionava como elo entre diferentes atores: crianças, famílias, comunidade local, entidades assistenciais e autoridades municipais, promovendo integração e coesão social. Nesse sentido, o espaço sagrado se transforma em ponto estratégico do tecido urbano, conectando os fluxos sociais à materialidade do bairro e consolidando a igreja como referência simbólica e física.

O impacto da igreja sobre a paisagem urbana também pode ser lido à luz das mudanças da cidade ao longo do tempo. A consolidação do bairro, a construção de residências, ruas e equipamentos públicos ao redor da igreja, bem como a realização de eventos comunitários, mostram que o espaço sagrado atua como fixo central em torno do qual os fluxos da vida urbana se organizam. Cada evento, missa, curso ou atividade educativa acrescenta uma camada à história do local, reforçando a ideia de que o patrimônio cultural não se restringe à arquitetura, mas se expande para práticas sociais, memórias coletivas e articulações comunitárias.

Do ponto de vista do urbanismo e da modernização, a igreja também evidencia a forma como Criciúma buscou afirmar sua identidade em contraste com os problemas sociais derivados da era do carvão. A aliança entre líderes religiosos, políticos e comunidade reflete estratégias de inserção social e de ordenamento simbólico do território, que visa consolidar uma imagem de progresso, cuidado social e modernidade. A igreja, portanto, não é apenas um espaço de culto, mas um marco urbano que sintetiza tensões históricas, sociais e culturais, funcionando como referência de pertencimento para os moradores e como elemento estruturante do bairro.

A reflexão feita até o momento a partir da Igreja Nossa Senhora das Graças permite perceber como a paisagem urbana do Bairro da Juventude é resultado de uma combinação complexa de fluxos sociais, fixos arquitetônicos e intervenções planejadas. A igreja incorpora camadas de memória e significado, que articulam aspectos religiosos, educativos e assistenciais, que nos permite a associação ao conceito de *Aufhebung*, ao conservar e

transformar simultaneamente tradições e práticas sociais, preservando o patrimônio cultural enquanto se adapta às novas demandas do bairro e da cidade. Essa leitura reforça a compreensão do espaço urbano como um *palimpsesto vivo*, no qual cada intervenção material ou imaterial se sobrepõe às anteriores, mantendo registros do passado e orientando as práticas contemporâneas.

Em conexão com outros elementos da urbanização do bairro, a igreja serve como elo entre diferentes frentes de desenvolvimento: assistência social, educação e religiosidade, funcionando como eixo estruturante para compreender o entrelaçamento entre patrimônio cultural, memória coletiva e paisagem urbana. Essa perspectiva permite compreender pensar outras intervenções decorrentes do bairro que ressaltem a forma como Criciúma se constituiu através de múltiplas camadas de intervenções urbanas e sociais.

A chegada da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina em Criciúma, em 22 de janeiro de 1919, constituiu um marco decisivo na configuração urbana e econômica da cidade. Inicialmente destinada ao transporte do carvão mineral, a ferrovia não apenas conectou a região aos portos de exportação, mas também funcionou como eixo estruturante do desenvolvimento urbano, articulando espaços de circulação, áreas residenciais e centros industriais. Assim como a Igreja Nossa Senhora das Graças e o Bairro da Juventude, a ferrovia evidencia a dinâmica entre fluxos e fixos na paisagem urbana: os trilhos e a estação são elementos fixos, enquanto o transporte de pessoas, mercadorias e as atividades sociais associadas representam fluxos contínuos que moldam a vida da cidade.

A inauguração da linha de passageiros entre Criciúma e Tubarão, em 7 de setembro de 1923, mostra que a ferrovia não se limitava à mineração, mas integrava também o cotidiano da população, permitindo deslocamentos regulares e estruturando o ritmo social. Inicialmente, os horários restritos, com saídas específicas três vezes por semana, indicam a relação entre tecnologia, demanda social e planejamento urbano. Posteriormente, o serviço diário, conectando cidades como Araranguá, Laguna e Imbituba, evidencia o papel da ferrovia como fluxo articulador do território, promovendo integração regional e circulação de pessoas e bens. Essa função evidencia o caráter transformador e simultaneamente conservador da infraestrutura: enquanto os trilhos criavam oportunidades e fluxos, também fixavam trajetórias, limites urbanos e formas de ocupação que permaneceriam por décadas.

O complexo ferroviário da então Estação Central da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, inaugurado na década de 1950, incluía não apenas a estação, mas também o pátio de



manobras, a casa do ferroviário e a passarela de ferro, conhecida popularmente como viaduto. Este conjunto evidencia a sobreposição de funções e camadas históricas na paisagem urbana: os elementos fixos da ferrovia representavam a materialidade da modernização industrial, enquanto os fluxos de trabalhadores, passageiros e mercadorias articulavam o cotidiano urbano, transformando a área em um ponto central da vida social e econômica de Criciúma.

O deslocamento do complexo ferroviário, durante a gestão do prefeito Algemiro Manique Barreto (1973–1977), para a construção da Avenida Axial (atual Avenida Centenário) exemplifica a tensão entre permanência e transformação na cidade. A remoção dos trilhos do centro e a transferência da passarela para o bairro Milanese refletem a lógica de *Aufhebung*: a infraestrutura ferroviária é inicialmente negada, mas ao mesmo tempo preservada e adaptada, mantendo-se funcional, mas transformando-se em símbolo de memória histórica em nova localização. Esse processo não apenas reorganizou a cidade fisicamente, mas também alterou a percepção social do centro urbano, substituindo os trilhos e a presença da população pobre nas margens da ferrovia por uma via moderna, projetada para circulação de veículos e integração econômica.

**Figura 71** – Retirada do viaduto no centro e instalação no bairro Milanese



Fonte: Acervo de Cesa. Disponível em: <<https://www.facebook.com/share/p/19sdhSGw81/>>

O viaduto de ferro, instalado originalmente no centro da cidade e posteriormente deslocado (Figura 71) para o Bairro Milanese em 1975, representa um fixo simbólico e material. Sua construção em ferro, piso de madeira maciça, corrimão metálico e cobertura vazada evidencia o cuidado com a funcionalidade e a durabilidade, ao mesmo tempo em que se torna um ícone da memória ferroviária e da era do carvão. A passarela não apenas permitia a travessia segura de pedestres, mas consolidava a presença da ferrovia na paisagem urbana, conectando o espaço físico às práticas sociais e econômicas da população. A preservação dessa

estrutura reforça o caráter de patrimônio cultural, que combina valor histórico, simbólico e funcional.

O impacto da ferrovia na urbanização de Criciúma vai além da infraestrutura física. As margens da linha férrea, densamente ocupadas por trabalhadores e suas famílias, demonstram como os fluxos econômicos da mineração moldaram a ocupação do solo e a formação de comunidades. As vilas operárias, as rotinas de trabalho e a circulação do carvão são fluxos que imprimem ordem social e territorial sobre os fixos ferroviários, criando um palimpsesto social cujas marcas persistem na memória coletiva e na configuração do bairro Pinheirinho e arredores.

A substituição dos trilhos por avenidas na década de 1970 (Figura 72) evidencia a mudança de paradigma urbano: a cidade carbonífera, centrada na mineração e no transporte ferroviário, passa a buscar a modernidade, entendida como reorganização do espaço, expansão do comércio e melhoria da mobilidade urbana. O transporte de carvão e pessoas, antes mediado pelos fluxos ferroviários, agora é redirecionado para novas vias, enquanto a memória da ferrovia permanece nos elementos remanescentes, como a passarela e as antigas casas de ferroviários. Este processo mostra a dinâmica de preservação e transformação que caracteriza o urbanismo criciumense: elementos históricos são mantidos, reinterpretados e integrados a novas funções urbanas, garantindo continuidade e inovação simultaneamente.

**Figura 72** – Bairro Pinheirinho no final da década de 1970



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez



A ferrovia também influenciou a forma e o ritmo da cidade, promovendo estratificação social e espacial. Os trabalhadores das minas e das ferrovias residiam próximos aos trilhos, em moradias pequenas e densamente ocupadas, enquanto setores mais abastados se concentravam em áreas distantes, refletindo correlações entre posição econômica e localização urbana. Nesse sentido, a ferrovia funcionava não apenas como infraestrutura de transporte, mas como elemento estruturante do território e do espaço, organizando fluxos populacionais, relações de trabalho e formas de pertencimento.

O conjunto da ferrovia na área central, incluindo o pátio de manobras, a estação e o viaduto, foi destruído, restante somente a Casa do Agente Ferroviário como apresentado aqui. Porém, em frente ao Bairro da Juventude, mesmo com a construção da avenida e da Praça Sebastião Toledo dos Santos, a ferrovia está presente até os dias atuais. (Figuras 72 e 74)

**Figura 73** – Local da Praça Sebastião Toledo dos Santos na década de 1960



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez

**Figura 74** – Local da Praça Sebastião Toledo dos Santos na década de 2020



Fonte: Google Streetview, 2025.

A análise do patrimônio ferroviário de Criciúma evidencia também a relação entre infraestrutura, poder público e mercado. A decisão de remover o complexo do centro urbano

para facilitar a construção da Avenida Centenário demonstra como as escolhas urbanísticas são mediadas por interesses econômicos, políticos e sociais, em um movimento que articula fluxos de capital, planejamento urbano e memórias coletivas. A ferrovia, ao mesmo tempo que desaparece fisicamente do centro, permanece como fixo simbólico nos bairros que recebem suas estruturas remanescentes, registrando a transição de uma cidade carbonífera para uma cidade em busca de modernidade e integração econômica.

A Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina e seus elementos associados ilustram o caráter multifacetado do patrimônio cultural em Criciúma: fixos e fluxos interagem para criar uma paisagem urbana carregada de significados, ao mesmo tempo histórica e contemporânea. A ferrovia consolida o palimpsesto urbano, no qual camadas de industrialização, mobilidade, habitação e memória se sobrepõem, oferecendo leitura rica sobre os processos de urbanização, a organização social e a preservação do patrimônio na cidade. Cada elemento não é apenas um vestígio da era do carvão, mas um elemento ativo na narrativa urbana que conecta passado, presente e perspectivas futuras de Criciúma.

O deslocamento da ferrovia e a construção da Avenida Axial, posteriormente renomeada Avenida Centenário, representam um ponto de inflexão na história urbana de Criciúma, simbolizando a transição da cidade carbonífera para uma cidade em busca de modernidade e integração econômica. Assim como a ferrovia estruturou fluxos de transporte e fixos materiais no território urbano, a avenida surge como uma nova forma de ordenar o espaço e a sociedade, reorganizando circulação de pessoas e veículos, redefinindo limites sociais e produzindo novas relações de pertencimento. Ao mesmo tempo em que nega a presença física da locomotiva no centro, se preserva a função de circulação e mobilidade, extingue o uso original do espaço ferroviário e cria camadas de memória urbana, ao elevá-la como um símbolo comemorativo do centenário de colonização.

A distinção entre o centro da cidade e a zona de mineração, evidenciada pelas diferenças sociais e étnicas, teve impacto direto na configuração da avenida. As margens da ferrovia eram densamente ocupadas por trabalhadores e suas famílias, em grande parte migrantes identificados como “brasileiros”, que representavam os fluxos populacionais decorrentes da mineração. Para o poder público, essa presença simbolizava atraso e desordem urbana, refletindo a tensão entre fluxos e fixos: enquanto os trilhos eram fixos, os moradores constituíam fluxos humanos que se adaptavam às condições impostas pelo espaço industrial. A construção da avenida buscou reorganizar essas relações, removendo famílias e criando

áreas residenciais, como a Vila Tereza Cristina, o popular “Pedregal”, com infraestrutura básica, igreja e escola, expressando um modelo de urbanização orientado pelo controle social e planejamento técnico.

A obra da Avenida Axial, iniciada em 1975, foi marcada por desafios significativos. A necessidade de desapropriar cerca de 390 famílias, muitas das quais residentes há décadas às margens da ferrovia, exigiu negociação, planejamento e execução cuidadosa, refletindo a complexidade de intervir em um território já ocupado. A criação de novos espaços residenciais, junto com a promessa de equipamentos públicos, demonstra como a *urbanização moderna* se apoiava em estratégias de integração social e espacial, articulando fluxos populacionais com fixos institucionais e infraestrutura física. A avenida, nesse sentido, não apenas reorganizou o transporte urbano, mas também redefiniu a paisagem social da cidade, convertendo margens de ferrovia em uma via considerada símbolo da modernidade.

O impacto social da Avenida Centenário também é significativo. A remoção das famílias e a criação da Vila Tereza Cristina geraram deslocamentos, reorganizando relações de vizinhança e padrões de moradia, enquanto a avenida consolidava o centro urbano moderno. O planejamento urbano, ao intervir sobre fluxos populacionais e espaços fixos, buscava não apenas eficiência econômica e mobilidade, mas também produção de ordem social e requalificação simbólica da cidade. Nesse sentido, a avenida se torna elemento de *patrimônio cultural imaterial*, pois incorpora narrativas de modernidade, progresso e reorganização social, complementando o patrimônio material representado pelo traçado e pela infraestrutura.

A integração da avenida ao tecido urbano e sua relação com equipamentos institucionais, como a rodoviária municipal, revela como a obra articulou fluxos regionais e locais. O deslocamento da população, a instalação de terminais e a reorganização do trânsito urbano demonstram que a avenida não apenas reorganizou o centro de Criciúma, mas também consolidou novas conexões entre bairros, estabelecimentos comerciais e instituições de ensino. Ao mesmo tempo, as referências à ferrovia e à mineração reforçam o palimpsesto urbano, conectando passado e presente na configuração da cidade.

Do ponto de vista urbanístico, a avenida exemplifica a tensão entre planejamento técnico e adaptação social. O projeto inicial enfrentou críticas quanto à integração com ruas e à escala em relação à cidade, evidenciando que a transformação urbana envolve negociações entre fixos e fluxos. A humanização posterior do espaço demonstra que se nega o caráter carbonífero de maneira geral, elementos existentes são preservados, adaptados e ressignificados

(elevados) para atender às novas demandas da cidade, mantendo a continuidade da memória urbana.

A Avenida Centenário, portanto, representa um elo entre passado e futuro, integrando memórias ferroviárias, deslocamentos populacionais, estratégias de urbanização e práticas sociais. É espaço de circulação, palco de transformação econômica e social, e marcador simbólico da transição de Criciúma de cidade carbonífera para cidade moderna. O seu traçado, equipamentos associados e ocupação social são expressão concreta de fluxos e fixos que se articulam em um palimpsesto urbano, no qual o patrimônio cultural, a urbanização e a paisagem urbana se entrelaçam, oferecendo leitura crítica sobre a história e a transformação contínua da cidade.

A Praça Sebastião Toledo dos Santos, situada em frente ao Bairro da Juventude, representa um espaço urbano que sintetiza tanto as transformações sociais e econômicas de Criciúma quanto a memória coletiva de seus habitantes. Criada em 1972, durante a administração do prefeito Nelson Alexandrino, a praça carrega o nome de um engenheiro diretamente ligado à indústria carbonífera, Sebastião Toledo dos Santos, natural de Paraisópolis, em Minas Gerais, e que desempenhou papel relevante na organização da atividade mineradora na região. Sua trajetória pessoal, marcada pelo envolvimento com a criação da Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão (SATC), conecta a praça a uma rede de práticas assistenciais e educacionais voltadas para a população trabalhadora da cidade, reforçando o caráter de espaço simbólico ligado à história do trabalho e da industrialização local. (Ver Apêndice B – Quadro Analítico 22)

A localização da praça, próxima ao Bairro da Juventude, é emblemática: enquanto o bairro representa um espaço de acolhimento e disciplina cristã, voltado para a educação e assistência infantil, a praça funciona como um espaço residual em meio aos fluxos constantes de urbanização. Este contraste entre o bairro e a praça evidencia a dinâmica do palimpsesto urbano, no qual diferentes camadas de história e função social se sobrepõem, mostrando, tanto permanências quanto transformações, na paisagem urbana criciumense. A praça, com sua implantação em área doada por Rui Hulse, materializa uma intervenção urbana planejada, contrastando com a ocupação espontânea e desordenada das de expansão nos arredores.

O projeto da praça, restaurado em 2011, demonstra preocupação com a adequação do espaço às necessidades da população, ampliando calçadas e reorganizando áreas de circulação, evidenciando a transformação de um espaço inicialmente simbólico em um lugar

funcional, capaz de atender tanto a práticas de lazer quanto a atividades de socialização e integração comunitária. Este movimento de requalificação urbana exemplifica a tensão entre fluxos e fixos existentes. Mas a praça não é apenas um espaço verde. É um elemento estruturante do bairro, funcionando como marco de identidade coletiva e memória histórica, consolidando a narrativa do desenvolvimento urbano e assistencialista da região.

Além de seu valor simbólico, a Praça Sebastião Toledo dos Santos representa também uma camada material do palimpsesto urbano de Criciúma. O espaço incorpora elementos de planejamento urbano do final da década de 1970, refletindo o padrão de ocupação e as prioridades administrativas daquele período. Sua criação revela a articulação entre políticas públicas e interesses privados, especialmente em uma cidade marcada pela concentração industrial carbonífera, e demonstra como o espaço público é moldado tanto pela lógica econômica quanto pelas demandas sociais. A praça, portanto, funciona como um elo entre o passado industrial do município e as práticas contemporâneas de urbanização, ao mesmo tempo em que preserva a memória de um profissional que contribuiu para a consolidação do setor carbonífero e para a implementação de políticas assistenciais.

O valor patrimonial da praça se dá não apenas pelo nome e pelas associações históricas, mas também por sua função enquanto espaço de convivência e ponto de referência na cidade. A relação entre o bairro da Juventude e a praça cria um território simbólico, onde práticas educativas, religiosas e assistenciais convergem, reforçando a centralidade do local como polo de memória social. Ainda, demarca uma das extremidades da Avenida Centenário.

A Praça Sebastião Toledo dos Santos também dialoga com o conceito de patrimônio cultural, ao incorporar narrativas de pertencimento e identidade coletiva, funcionando como elemento de reconhecimento da importância histórica do setor carbonífero na formação de Criciúma. Ela é, portanto, um bem urbano que articula história, memória e função social, sendo capaz de sustentar processos educativos e simbólicos de transmissão cultural. Ao mesmo tempo, a praça evidencia a dialética entre permanência e transformação na cidade: enquanto seu nome e função simbólica permanecem, o espaço físico foi adaptado para atender às demandas contemporâneas da população, mostrando como o patrimônio cultural se insere no palimpsesto urbano, onde diferentes temporalidades coexistem.

A preservação e valorização da praça tornam-se, assim, estratégias para a consolidação de práticas urbanas que reforçam identidade e memória coletiva. O planejamento da praça e a implementação de infraestruturas refletem não apenas uma preocupação estética ou

funcional, mas também a intenção de construir um espaço capaz de sustentar a coesão social e a participação comunitária. É nesse sentido que a praça se relaciona com fluxos urbanos: o constante deslocamento de pessoas, a circulação de atividades culturais e sociais, e o uso cotidiano do espaço contribuem para sua vitalidade, enquanto os fixos (sua localização, seus limites físicos e simbólicos) consolidam sua função como ponto de referência e de memória.

Ao observar o desenvolvimento urbano do Bairro da Juventude e a consolidação da Praça Sebastião Toledo dos Santos, percebe-se que a dinâmica da região não se restringe a marcos físicos e simbólicos isolados. A urbanização do bairro, marcada pelo planejamento assistencial e pela presença religiosa, reflete um esforço conjunto de diferentes atores sociais, públicos e privados, que buscavam organizar o espaço urbano em resposta às demandas sociais e econômicas geradas pela mineração. Nesse contexto, a criação da Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão (SATC) em 1959 surge como uma extensão natural desse projeto de urbanização humanizada, articulando políticas educacionais e assistenciais que buscavam integrar os fluxos sociais à estrutura fixa do espaço urbano criciumense.

**Figura 75** – Edifício da SATC em 1950



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez

A SATC (Figura 75) foi fundada por iniciativa das empresas mineradoras catarinenses e pelo sindicato nacional da categoria, em um momento em que a região carbonífera vivia tensões sociais, altas taxas de mortalidade infantil e problemas educacionais decorrentes do rápido crescimento populacional. A instituição se consolidou como um espaço que buscava

atender os filhos dos trabalhadores das minas, oferecendo educação básica e profissionalizante, além de serviços de assistência social voltados às famílias, com especial atenção às mães e crianças. Esse papel da SATC insere-se diretamente na ideia de palimpsesto urbano: o bairro, o entorno da praça e a própria instituição incorporam camadas sucessivas de memória social, assistencial e educacional, sobrepondo-se às antigas estruturas de habitação dos mineiros e à paisagem industrial.

A relação entre a SATC e o Bairro da Juventude evidencia como fluxos humanos e fixos urbanos interagem. Os fluxos transformavam a região em um território dinâmico, permeado por atividades educacionais, sociais e culturais. Por outro lado, os fixos forneciam a estrutura necessária para sustentar esses fluxos e garantir a continuidade das atividades, funcionando como marcos físicos e simbólicos da cidade carbonífera. A SATC, portanto, não se limitava a ser um espaço de ensino e assistência; ela configurava um elemento estruturante do território, articulando a paisagem urbana, os movimentos sociais e a memória coletiva. (Ver Apêndice B – Quadro Analítico 23)

Desde sua fundação, a SATC teve como um de seus objetivos centrais a implementação de medidas educacionais e assistenciais inovadoras para a época. A instituição firmou convênios com as Irmãs da Divina Providência para o atendimento social e puericultura das famílias, com o SENAI para disciplinas técnico-profissionalizantes e com os Irmãos Maristas para administração e disciplina escolar. Essa articulação evidencia um projeto de urbanização do conhecimento, em que a paisagem educacional se insere no planejamento urbano, transformando o território em um espaço de formação técnica, social e ética. Ao criar uma rede de serviços e instituições educativas, a SATC funcionava como um catalisador de fixos e fluxos: consolidava prédios, salas, laboratórios e internatos (fixos), ao mesmo tempo que mobilizava estudantes, professores e famílias (fluxos) em torno de um projeto de desenvolvimento social e urbano.

De acordo com Rabelo (2008), a atuação das congregações religiosas na SATC configurou uma ampliação do campo de ação das religiosas nas vilas operárias. Os relatórios do Serviço Social da SATC registraram a execução de cursos populares voltados à instrução das famílias dos trabalhadores do carvão. Esses cursos abordavam atividades práticas, como corte e costura, bordado, culinária e noções de higiene e organização doméstica. As religiosas eram responsáveis pela orientação e pela execução das aulas, que tinham como objetivo

contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias operárias e promover hábitos considerados adequados à moral e à saúde.

A autora (RABELO, 2008) aponta que os relatórios evidenciaram que as atividades promovidas pela SATC abrangiam aspectos educativos, morais e religiosos. Além dos cursos, havia reuniões e encontros voltados à formação familiar e comunitária, com ênfase na educação das mulheres, no papel materno e na administração doméstica. As ações se estendiam por diferentes núcleos de trabalho localizados em áreas operárias de Criciúma, Siderópolis, Lauro Müller e Içara, abrangendo um amplo território do complexo carbonífero.

Há destaque também para o papel desempenhado pelo Serviço de Puericultura da SATC, voltado à educação e ao atendimento de mães e crianças. O serviço tinha como finalidade a promoção da saúde materno-infantil e a redução da mortalidade infantil por meio de ações educativas, acompanhamento médico e orientação sobre higiene e alimentação. O trabalho articulava práticas assistenciais e pedagógicas voltadas ao bem-estar das famílias operárias, integrando as religiosas e os profissionais de saúde na execução das atividades.

Para Rabelo (2008), as informações contidas nos relatórios do Serviço Social da SATC evidenciam a consolidação de um modelo de assistência que unia práticas educativas, religiosas e sanitárias. As congregações religiosas femininas assumiram papel central na difusão desses valores, contribuindo para a formação moral e social das famílias vinculadas ao complexo carbonífero. O trabalho junto à SATC representou, assim, a continuidade das pedagogias missionárias desenvolvidas nas vilas operárias e reafirmou a presença das religiosas como agentes de assistência e educação nas comunidades de trabalhadores do carvão no sul de Santa Catarina.

A expansão da SATC ao longo das décadas reforça sua importância na configuração do território cricumense. Inicialmente voltada para ensino técnico e cursos de formação profissional para os filhos de mineiros, a instituição ampliou seu alcance ao se transformar em Escola Técnica e posteriormente em instituição de ensino superior, oferecendo cursos técnicos, graduação e pós-graduação. Essa expansão reflete uma estratégia de integração do espaço educacional à cidade: a SATC não apenas acompanhava o crescimento urbano, mas participava ativamente de sua configuração, moldando a paisagem urbana, contribuindo para o fluxo de conhecimento e qualificando a mão de obra da região.

O papel assistencial da SATC, no entanto, merece destaque particular, pois conecta diretamente a instituição às práticas de urbanização e à construção do bairro. As vilas operárias,



onde a população trabalhadora se concentrava, eram caracterizadas por habitações pequenas e infraestrutura precária. A SATC, ao oferecer serviços sociais e educacionais, atuava como mediadora entre essas condições de vida e as oportunidades de ascensão social. Essa função assistencial pode ser interpretada como uma forma de *Aufhebung*, na medida em que preservava a identidade e a memória da comunidade mineradora, mas simultaneamente transcendeu os limites da precariedade, promovendo mudanças estruturais e simbólicas na vida das famílias. Assim, a SATC se situava entre a conservação de uma herança social e a introdução de transformações que reorganizavam a paisagem urbana e as relações sociais.

A infraestrutura da SATC constitui um exemplo evidente de fixos urbanos que estruturam os fluxos sociais. Com laboratórios, salas de aula, internatos, centros de convivência e espaços de lazer, a instituição consolidava um território educativo e assistencial que atraía diariamente uma população significativa de estudantes e trabalhadores. Esses edifícios, cuidadosamente planejados, representam não apenas a materialidade física da cidade, mas também sua memória institucional e patrimonial. O campus da SATC se tornou, assim, um marco urbano e cultural, contribuindo para a consolidação de Criciúma como centro regional de educação técnica e profissionalizante, reforçando o caráter de cidade carbonífera modernizada, onde o desenvolvimento industrial e o educacional se entrelaçam. (Ver Apêndice B – Quadro Analítico 23)

No plano simbólico, a SATC desempenhou um papel fundamental na construção de pertencimento e identidade coletiva. Ao atuar junto às famílias de mineiros, a instituição tornou-se referência de estabilidade, educação e mobilidade social. A relação entre a SATC, o Bairro da Juventude e a Praça Sebastião Toledo dos Santos evidencia como a urbanização e a educação se articulam para produzir territórios de significação: a praça funcionava como espaço de convivência comunitária, o bairro da Juventude como espaço de acolhimento e disciplina social, e a SATC como instituição educativa e assistencial que integrava esses fluxos humanos e sociais à paisagem urbana.

Outro aspecto relevante é a forma como a SATC contribuiu para a reconfiguração do palimpsesto urbano da região. A instituição ocupou e transformou espaços que antes eram dominados por habitações precárias, criando marcos e camadas de história que dialogam com o passado industrial de Criciúma. Essa sobreposição de funções e significados (educação, assistência social, memória histórica) revela o caráter multifacetado do urbanismo local, em

que edifícios e espaços públicos coexistem com fluxos humanos e sociais em constante transformação.

Durante o período da ditadura militar, a SATC também se beneficiou do incentivo estatal à educação profissionalizante, ampliando suas atividades e consolidando sua importância na formação técnica da região. No entanto, a instituição não surgiu exclusivamente por ação estatal; sua origem está profundamente ligada à iniciativa das mineradoras e à estratégia de organizar a força de trabalho e atender às demandas sociais geradas pelo setor carbonífero. Essa articulação evidencia a complexidade dos fluxos de poder, capital e conhecimento que estruturam a cidade, reforçando a ideia de que o patrimônio cultural urbano é produto de múltiplas temporalidades e agentes sociais.

A expansão da SATC para incluir cursos superiores e pós-graduação demonstra a capacidade da instituição de se adaptar às transformações urbanas e sociais, mantendo-se como polo de atração de estudantes e profissionais, consolidando a região como um núcleo educativo e cultural estratégico. A infraestrutura física, com laboratórios modernos, bibliotecas, ginásios e áreas de convivência, não apenas sustenta o fluxo de atividades pedagógicas, mas também integra a cidade em redes regionais e nacionais de conhecimento, reforçando a centralidade da SATC no território urbano e seu papel como elemento de patrimônio cultural tangível e intangível.

Ao analisar a SATC a partir dos conceitos de palimpsesto urbano, fluxos e fixos, observa-se que a instituição constitui um elo essencial na paisagem urbana de Criciúma. Ela preserva a memória da comunidade mineradora, ao mesmo tempo que promove transformações significativas na educação, assistência social e estrutura urbana. Seu impacto vai além do espaço físico ocupado, estendendo-se à formação de identidades coletivas, à organização de fluxos sociais e à consolidação de um patrimônio cultural que articula passado, presente e perspectivas de futuro para o município.

Assim, a SATC se insere de maneira estratégica na narrativa do Bairro da Juventude e da Praça Sebastião Toledo dos Santos. A instituição é simultaneamente um espaço fixo, com edificações e infraestrutura física que estruturam a cidade, e um espaço de fluxos, capaz de mobilizar estudantes, professores, famílias e profissionais em torno de um projeto educativo e social. O bairro e a praça, que já representam fixos históricos e simbólicos, dialogam com a SATC na construção de um território de memória, educação e assistência social, revelando a

complexidade da urbanização criciumense e a interdependência entre espaço físico, práticas sociais e identidade coletiva.

A instituição não é apenas um edifício ou um conjunto de atividades; é um ponto de convergência de história, memória e urbanização, capaz de articular fluxos humanos e fixos urbanos, consolidando a paisagem urbana e o patrimônio cultural de Criciúma. Ao observar sua trajetória, percebe-se como a intervenção planejada em educação e assistência social contribuiu para transformar o território, reconfigurando o bairro e a praça adjacente, promovendo a integração entre espaço, sociedade e memória coletiva, e demonstrando a relevância de instituições educativas como agentes de urbanização e desenvolvimento social.

O desenvolvimento do Bairro da Juventude, articulado à Praça Sebastião Toledo dos Santos e à atuação da SATC, encontra uma continuidade natural na fundação da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), cuja origem remonta à criação da Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI), em 1968. Este marco institucional representa mais uma camada do palimpsesto urbano criciumense, evidenciando como o território é continuamente reconfigurado por camadas de memória, educação, assistência social e urbanização planejada. A UNESC se insere nesse contexto como um elemento estruturante da cidade, um fixo urbano que organiza fluxos sociais, culturais e acadêmicos, integrando a região em redes de conhecimento e ampliando a centralidade da cidade no contexto regional.

A fundação da FUCRI, que posteriormente deu origem à UNESC, nasceu da participação comunitária e do reconhecimento das necessidades educacionais em Criciúma. Em uma cidade marcada pelo desenvolvimento industrial e carbonífero, a educação superior representava uma estratégia de expansão social, cultural e econômica, buscando integrar a população local a oportunidades de formação avançada e qualificação técnica. Essa iniciativa demonstra como a urbanização e o planejamento educacional podem atuar de forma complementar: enquanto a infraestrutura urbana se consolida em torno de bairros e praças, a instituição educacional configura fixos que organizam fluxos humanos, com estudantes, professores e pesquisadores circulando diariamente pelo espaço.

O campus sede da UNESC (Figura 76) representa um conjunto de fixos urbanos que estruturam o território de forma clara e planejada. Cada edifício, laboratórios e salas de aula funcionam como pontos nodais de conhecimento, onde os fluxos sociais e acadêmicos se encontram e interagem. Além disso, o Iparque complementa o campus, reforçando o caráter

de centralidade educacional e tecnológica da UNESC, ao integrar pesquisa, extensão e inovação tecnológica em escala regional.

A trajetória da UNESC revela como a educação superior atua como um motor de transformação urbana e social. A instituição não apenas qualifica mão de obra e promove desenvolvimento científico, mas também transforma a paisagem urbana do entorno. O bairro universitário se constitui em um espaço de circulação e convivência, ao mesmo tempo que consolida identidades coletivas, práticas culturais e relações sociais que dialogam com a memória histórica da cidade. Nesse sentido, a UNESC atua como um novo nível de palimpsesto: sobre a memória industrial e assistencial do bairro e da praça, sobrepõem-se camadas de educação superior, pesquisa tecnológica e integração regional, criando um território multifuncional e simbólico.

**Figura 76** – Campus da UNESC em 2021



Fonte: AGEKOM/UNESC

Os fluxos de estudantes, professores, pesquisadores e visitantes transformam o campus e o bairro em um espaço dinâmico, onde os movimentos diários de pessoas produzem novas interações sociais e culturais. Esses fluxos, articulados aos fixos, garantem a continuidade das atividades acadêmicas e a manutenção da paisagem urbana como espaço de centralidade regional. A UNESC, assim, não é apenas um elemento físico; é um eixo de transformação social

e cultural, capaz de integrar o passado industrial, assistencial e educacional da região com novas perspectivas de desenvolvimento.

A fundação da UNESCO também se insere em uma lógica de planejamento urbano e social inspirada por experiências externas, como o planejamento de Curitiba, que buscava harmonizar crescimento urbano, qualidade de vida e eficiência administrativa. Essa perspectiva foi incorporada à cidade de Criciúma, consolidando uma abordagem de urbanização que prioriza tanto a infraestrutura física quanto o desenvolvimento humano e social. O campus universitário atua, portanto, como um marco fixo de patrimônio cultural e educacional, mas também como um catalisador de fluxos de conhecimento, experiências e inovação tecnológica, promovendo interações que transformam a paisagem urbana e social.

A conexão com a SATC é evidente: enquanto a instituição assistencial e técnica atuava na formação de jovens mineiros e no suporte às famílias, a UNESCO amplia essa atuação para o ensino superior, formando profissionais capacitados para enfrentar os desafios regionais e nacionais. Essa articulação entre diferentes níveis de educação evidencia um percurso educativo que permeia o território, criando camadas de significação urbana e social que se sobrepõem ao patrimônio industrial e assistencial do bairro e da praça.

O impacto urbano da UNESCO vai além da formação acadêmica. A presença de estudantes e profissionais gera demanda por moradia, comércio, transporte e serviços, incentivando o crescimento do bairro e a reorganização de seus fluxos internos. O campus funciona como um núcleo de atração e circulação, promovendo integração social e econômica, e transformando o entorno em uma zona de intensa vivência urbana. Assim, a instituição contribui para a configuração do espaço urbano como palimpsesto, onde camadas de memória, educação e assistência social se sobrepõem, dialogam e produzem novas significações para o território.

Além disso, a UNESCO também exerce papel de preservação patrimonial. Suas edificações, laboratórios e espaços de convivência constituem fixos que materializam a história educacional e social da cidade. O campus integra elementos arquitetônicos e urbanísticos que dialogam com a tradição de investimento educacional do município, reforçando a centralidade do bairro universitário e consolidando a paisagem urbana como espaço de memória e aprendizado. Ao articular educação, urbanização e memória, a UNESCO exemplifica como instituições podem atuar como elementos estruturantes do patrimônio cultural, articulando passado, presente e futuro.

A relação da UNESCO com a comunidade regional evidencia seu papel na consolidação de redes sociais, acadêmicas e culturais. A universidade não apenas forma profissionais, mas também cria oportunidades de participação comunitária, extensão universitária e pesquisa aplicada. Esses fluxos de conhecimento e ação social transformam o campus em um espaço de encontro, aprendizado e circulação, consolidando a universidade como um elemento integrador do território urbano. Nesse sentido, a UNESCO atua como mediadora entre diferentes camadas do palimpsesto urbano: preserva memórias, organiza fluxos sociais e promove transformações que enriquecem a paisagem urbana e o patrimônio cultural de Criciúma. A universidade não apenas se integra à paisagem urbana existente, mas também produz novas significações, consolidando-se como núcleo de inovação, conhecimento e desenvolvimento regional.

Nesse contexto, a UNESCO pode ser compreendida como um eixo estruturante da cidade, capaz de integrar fluxos de pessoas, conhecimento e cultura aos fixos urbanos existentes, promovendo transformações contínuas na paisagem urbana e no tecido social. A articulação com a SATC e o Bairro da Juventude evidencia uma continuidade histórica e funcional: da assistência social e educação técnica à educação superior e inovação, cada camada do palimpsesto urbano dialoga com as anteriores, consolidando a centralidade do bairro universitário, reforçando o patrimônio cultural e promovendo a urbanização planejada.

A história da educação técnica em Criciúma se aprofunda com a criação do Centro de Educação Profissional Abílio Paulo (CEDUP), que complementa e amplia a rede educacional iniciada com a SATC e consolidada posteriormente pela UNESCO. O CEDUP foi fundado em 1978, pouco depois da transformação do panorama educacional e urbano da cidade promovida pela Avenida Centenário, pela reestruturação do Bairro da Juventude e pela presença consolidada da UNESCO. Nesse sentido, a instituição ocupa um lugar estratégico no palimpsesto urbano, articulando camadas de memória industrial, assistência social e ensino profissionalizante, e constituindo um fixo que organiza fluxos de estudantes e jovens aprendizes no território.

Enquanto a SATC atuava em escala assistencial e educativa para filhos de mineiros e suas famílias, o CEDUP representou a formalização e expansão da educação profissional voltada para toda a comunidade regional, oferecendo Ensino Médio integrado à educação profissional, bem como cursos técnicos concomitantes e subsequentes. A criação de uma instituição dessa natureza evidencia como a cidade passou a articular planejamento urbano e educativo,



consolidando bairros e territórios em torno de fluxos de conhecimento, práticas profissionais e socialização juvenil. A proximidade do CEDUP com bairros centrais e vias estruturantes, como a Avenida Centenário, reforça sua função de catalisador urbano, atraindo estudantes e profissionais de diferentes regiões, que circulam diariamente pelo campus, pelos bairros adjacentes e pelo comércio local.

**Figura 77** – Complexo do CEDUP Abílio Paulo



Fonte: Acervo do CEDUP Abílio Paulo

A infraestrutura do CEDUP (Figura 77), que passou por sua maior reforma e ampliação a partir de 2022, revela a importância de integrar os fixos urbanos com os fluxos de aprendizagem e circulação social. Cada intervenção evidencia o cuidado com a materialidade urbana, mostrando como edificações educacionais podem articular fluxos de pessoas, práticas pedagógicas e atividades esportivas, reforçando a centralidade social e urbana da escola.

Ao observar a função do CEDUP no contexto urbano e social, percebe-se que ele se estabelece como um elemento de fixidez no território, enquanto organiza e estrutura os fluxos de estudantes, professores e profissionais técnicos que circulam pela cidade. Nesse sentido, o centro de educação profissional cumpre um duplo papel: preserva e amplia o patrimônio

educacional da região, constituindo um fixo que mantém a memória da educação técnica e profissionalizante, e, ao mesmo tempo, é um catalisador de fluxos que interagem com o bairro universitário, o comércio local e os sistemas de transporte. A escola não apenas forma cidadãos, mas atua como estruturadora da paisagem urbana e mediadora das transformações sociais e econômicas da região.

A proximidade do CEDUP com a UNESCO e com a rede de transporte coletivo demonstra a articulação entre diferentes escalas de educação e mobilidade urbana. O campus técnico interage com o campus universitário, e ambos funcionam como elementos integradores de uma rede educacional e urbana que articula fluxos de estudantes e profissionais. Esses fluxos são fundamentais para a consolidação do bairro universitário como polo de conhecimento, lazer, comércio e moradia, evidenciando como a educação contribui para a reorganização do espaço urbano e para a formação de identidades coletivas.

A presença do CEDUP na cidade também evidencia a relação entre patrimônio educacional e paisagem urbana. A edificação escolar, suas áreas esportivas, salas de aula e laboratórios funcionam como pontos de referência no bairro, promovendo integração entre espaços públicos, vias de circulação e áreas de convivência. Cada intervenção na infraestrutura reflete um esforço de preservação e ampliação do patrimônio cultural educacional, articulando o passado assistencial e industrial com as demandas contemporâneas de ensino técnico e profissionalizante.

O CEDUP também exemplifica a articulação entre planejamento urbano e gestão educacional. A localização estratégica da escola, a integração com vias estruturantes e a proximidade de instituições de ensino superior como a UNESCO permitem que a circulação de pessoas e conhecimentos seja maximizada, fortalecendo a função do bairro como polo educativo e social. Cada fluxo de estudantes, professores e profissionais que atravessa o campus e o bairro reforça a centralidade do espaço, transformando o entorno em uma zona de intensa convivência urbana e social.

Ao mesmo tempo, o CEDUP complementa a ação da SATC, ampliando a rede de assistência social e educacional que atravessa o território cricumense. A instituição demonstra a continuidade das políticas de formação e inclusão, articulando camadas históricas de intervenção social, educação e urbanização. Cada geração de estudantes, cada curso técnico e cada projeto de reforma e ampliação contribuem para a consolidação do bairro e do território urbano como espaço de memória, aprendizado e inovação social.



O CEDUP se configura como um elemento central do palimpsesto urbano de Criciúma, integrando fluxos de educação, trabalho e circulação social com fixos de patrimônio cultural e infraestrutura educacional. Sua presença reforça a articulação entre memória histórica, assistência social e educação profissional, contribuindo para a configuração da paisagem urbana e para a consolidação do bairro como polo central de formação, convivência e circulação. Ao combinar educação, urbanização e transformação social, o CEDUP exemplifica a forma como instituições podem atuar como catalisadores de mudança e preservação simultaneamente, consolidando a identidade urbana e educativa de Criciúma e ampliando sua centralidade regional.

A história do Terminal do Pinheirinho (Figura 78) não pode ser compreendida isoladamente; ela se articula ao complexo urbano e educacional que se desenvolveu no bairro, interligando-se diretamente à UNESC, ao CEDUP e à Avenida Centenário. A implantação do terminal representa a materialização de um esforço de planejamento urbano que buscava organizar fluxos de circulação de pessoas e mercadorias, ao mesmo tempo em que reforçava fixos urbanos estratégicos, consolidando o bairro como núcleo central de mobilidade e integração social. Tal perspectiva evidencia o conceito de *palimpsesto urbano*, no qual as camadas históricas se sobrepõem, coexistem e se transformam, gerando novos sentidos para o território.

**Figura 78** – Terminal do Bairro Pinheirinho em frente ao campus da UNESC



Fonte: Portal Mais Sul, 2024. Disponível em: <<https://maissul.com.br/2024/01/09/consorcio-cribus-jainiciou-o-recadastramento-do-cartao-criciumacard-estudante/>>

O bairro Pinheirinho, cuja origem está intimamente ligada à atividade de mineração de carvão e à presença da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, já funcionava historicamente como um eixo de fluxos de pessoas, principalmente trabalhadores das mineradoras e suas famílias. A construção do terminal, inaugurado em 1996 como parte do Sistema Integrado de Transporte Coletivo (SITC), veio formalizar e potencializar esses fluxos, oferecendo infraestrutura para interligar bairros e facilitar a circulação de estudantes, trabalhadores e residentes da região. O terminal Pinheirinho tornou-se um fixo essencial na malha urbana, permitindo a organização racional dos percursos diários e consolidando o bairro como polo de mobilidade urbana.

A construção dos terminais de Criciúma, incluindo o do Pinheirinho, envolveu investimentos públicos e privados significativos, refletindo a percepção de que a cidade necessitava de uma infraestrutura moderna e eficiente para acompanhar o crescimento populacional e econômico da região sul catarinense. O terminal foi estrategicamente localizado para atender à área universitária, conectando de maneira funcional e simbólica a UNESC e o CEDUP, além de integrar bairros vizinhos e consolidar o Pinheirinho como ponto central de circulação e de articulação urbana. Essa articulação evidencia a complementaridade entre fixos e fluxos, representados pelo movimento constante de estudantes, trabalhadores e usuários do transporte coletivo.

Do ponto de vista urbanístico, a implantação do terminal modificou a paisagem do bairro, criando uma centralidade e redefinindo relações espaciais que antes eram dominadas pelo transporte ferroviário. Antes do SITC, os trilhos do trem ocupavam o leito da futura Avenida Centenário, e as margens eram densamente povoadas por trabalhadores das mineradoras. A construção do terminal e a reorganização do transporte coletivo não apenas retiraram as camadas do passado ferroviário, mas também criaram uma camada de circulação urbana, evidenciando o conceito de *Aufhebung*, na qual o antigo é preservado simbolicamente e incorporado na transformação e superação da função urbana original. Nesse sentido, o terminal funciona como um elo entre o patrimônio histórico, a memória do carvão e da ferrovia, e a necessidade contemporânea de mobilidade, permitindo a coexistência de temporalidades distintas no mesmo espaço.

A revitalização do terminal, concluída em 2021, reforça ainda mais seu caráter de fixo urbano estratégico, adaptando-o às normas de segurança e às demandas de conforto e funcionalidade para os usuários. As obras, iniciadas em 2019, contemplaram melhorias

estruturais, adequação de acessos, renovação das plataformas e da cobertura, iluminação moderna e reorganização dos fluxos de embarque e desembarque. Tais intervenções não apenas preservam o terminal como patrimônio funcional e simbólico do bairro, mas também articulam a paisagem urbana contemporânea com as camadas históricas de desenvolvimento industrial e educacional, reforçando a centralidade do Pinheirinho no sistema urbano de Criciúma.

O terminal funciona como ponto de convergência de múltiplos fluxos: estudantes da UNESC e do CEDUP, trabalhadores que se deslocam para os polos industriais ou comerciais da cidade, e moradores da região que utilizam o transporte coletivo para atividades cotidianas. Cada fluxo evidencia a interdependência entre mobilidade, educação e urbanização, destacando a relevância do terminal como infraestrutura que organiza e regula a circulação urbana. O espaço, portanto, não é apenas funcional, mas também simbólico, consolidando a identidade do bairro e reforçando sua memória social e urbana.

Além da função prática, o Terminal Pinheirinho representa um elemento de integração urbana, conectando áreas historicamente fragmentadas. Antes de sua implantação, a região do Pinheirinho, marcada pela presença da ferrovia e pelas vilas operárias, apresentava limitações na articulação espacial e dificuldades de mobilidade. O terminal, como fixo urbano, estruturou a circulação e permitiu o surgimento de novos usos para os espaços públicos, fortalecendo a relação entre bairros, infraestrutura educacional e centros comerciais. Ao organizar fluxos e criar pontos de convergência, o terminal consolidou-se como catalisador de transformações sociais, econômicas e espaciais no Pinheirinho.

A interligação do terminal com a Avenida Centenário reforça ainda mais sua função estratégica. A avenida, que substituiu os trilhos da ferrovia, transformou-se em eixo de circulação, conectando os bairros Próspera e Pinheirinho e permitindo maior integração com o centro da cidade. Nesse contexto, o terminal atua como ponto nodal, articulando diferentes escalas de fluxo: local, regional e educacional. A conexão com a UNESC e o CEDUP exemplifica a relação entre infraestrutura de transporte e educação, demonstrando como os fluxos de mobilidade se sobrepõem aos fixos urbanos e se integram às camadas históricas do palimpsesto urbano.

O terminal também contribui para a valorização do patrimônio urbano. Ao preservar a função de transporte coletivo e ao integrar elementos históricos do bairro, como a memória ferroviária e as antigas vilas operárias, o espaço atua como elo entre passado e presente,

reforçando a identidade local e a consciência coletiva da comunidade. A infraestrutura construída e revitalizada mantém os fixos do terminal como referências visuais e funcionais, enquanto os fluxos que circulam pelo espaço atualizam sua função social e urbana.

Do ponto de vista simbólico, o terminal fortalece o bairro universitário e educacional, transformando o Pinheirinho em polo de circulação e interação social. Ele organiza fluxos diários de milhares de estudantes, trabalhadores e moradores, promovendo convívio, sociabilidade e intercâmbio de experiências. A partir dessa perspectiva, o terminal se torna mais do que uma infraestrutura funcional; é um espaço de memória, aprendizado e integração urbana, refletindo a articulação entre educação, mobilidade e paisagem urbana.

Em termos de planejamento urbano, o Terminal Pinheirinho exemplifica a forma como intervenções estratégicas podem articular fixos e fluxos, preservando memórias históricas e promovendo a modernização da cidade. A infraestrutura conecta o patrimônio do bairro com as necessidades contemporâneas de mobilidade, integrando diferentes escalas de circulação e contribuindo para a configuração do palimpsesto urbano. Ele atua como elo entre passado e presente, preservando camadas históricas e estruturando novas, mostrando como planejamento, educação e transporte se inter-relacionam na construção da paisagem urbana.

O Terminal Pinheirinho consolida-se como fixo urbano central no bairro, articulando fluxos de mobilidade e educação, integrando diferentes camadas do palimpsesto urbano e fortalecendo a identidade social, educacional e urbana da região. Ele representa a continuidade e a transformação simultânea, conectando o patrimônio histórico da ferrovia e do bairro da mineração com as demandas contemporâneas de circulação, educação e convivência social. Assim, o terminal configura-se como elemento estruturador da paisagem urbana e catalisador de fluxos sociais, educacionais e econômicos, reforçando o papel estratégico do bairro Pinheirinho no contexto de Criciúma. (Figura 79)

**Figura 79** – Vista aérea do Bairro Universitário: instituições e desenvolvimento do entorno



Fonte: Captura de tela de BALANÇO GERAL CRICIÚMA, 2022

## 6.2. PRAÇA CONSTANTE MILIOLI: A MEMÓRIA SOCIAL, O CARÁTER DE BAIRRO E DESARTICULAÇÃO NO ESPAÇO URBANO

**Figura 80** – Mapa de localização e implantação da Praça João Constante Milioli



Fonte: Portal ICAD. Adaptação do autor, 2025.

Ao observar o processo histórico de transformação urbana de Criciúma, percebe-se que os bairros se constituem como mosaicos de memórias, em que cada elemento fixo ou móvel carrega consigo as marcas de diferentes tempos. A Praça João Constante Milioli simboliza de maneira clara a dimensão de memória coletiva. Essa praça, embora singela em sua configuração e localizada num espaço desfavorável, assume papel fundamental na tessitura da paisagem urbana local, sendo ponto de partida para compreender a formação do bairro, suas práticas sociais e os deslocamentos que redefiniram a relação entre espaço e comunidade.

A escolha do nome da praça, em homenagem a João Constante Milioli, um dos primeiros moradores da localidade e reconhecido líder comunitário, revela o vínculo estreito entre memória social e espaço urbano. Nesse gesto, o poder público não apenas delimitou um espaço de lazer e convivência, mas cristalizou em forma material um fragmento da história coletiva. Tal prática insere-se no campo do patrimônio cultural imaterial, pois representa o reconhecimento simbólico de uma trajetória individual associada à formação comunitária.

Do ponto de vista conceitual, a praça configura-se como um fixo urbano: permanece enraizada no território, servindo de referência espacial mesmo diante das inúmeras transformações do entorno. Essa referência muitas vezes é mais bem percebida pelo automóvel devido a sua localização numa bifurcação que funciona como um marco de entrada, do que a apreensão do espaço ao caminhar. No entanto, como todo fixo, ela não está imune à ação dos fluxos, que se expressam nas mudanças de uso, no abandono progressivo ou na ressignificação de suas funções originais. A vitalidade que outrora animava o espaço foi gradualmente esvaziada pela intensificação da urbanização, em especial pelo advento da mobilidade motorizada que cercou a praça de barreiras viárias.

Essa condição revela o caráter de palimpsesto urbano. A praça, concebida como espaço de convivência comunitária, foi sendo sobreposta por camadas de novas lógicas urbanas até chegar o momento atual onde seu status se modifica para parque. O que deveria ser um espaço de encontro e permanência era compreendido como um território de passagem, atravessado por fluxos que não dialogam com sua função original, que agora converte-se para um espaço com mais possibilidades de apropriação.

Nessa perspectiva, a praça encarna também a lógica da negação e preservação simultâneas. Por um lado, ela foi esvaziada de sentido pelo urbanismo funcionalista que privilegiou a circulação viária em detrimento da vivência comunitária. Por outro, resiste como referência simbólica e material, mantendo viva a memória do líder homenageado e reafirmando a identidade do bairro. O espaço não desaparece; é reconfigurado, negado em sua plenitude, mas ainda conservado como signo urbano.

Do ponto de vista da paisagem urbana, a Praça João Constante Milioli representa a tensão entre centralidade e marginalidade. Sua localização poderia ter potencializado um polo de articulação comunitária pela proximidade da igreja e por estar tão em evidência na bifurcação. (Ver Apêndice B – Quadro Analítico 24) Contudo, o avanço da urbanização e a sobreposição de camadas de infraestrutura viária conduziram ao oposto: enquanto a praça, ela tornou-se enclave, isolada por fluxos que a cortam sem se deter. Tal cenário ilustra como a expansão da cidade nem sempre se traduz em qualidade de vida, mas, muitas vezes, resulta em espaços fragmentados.

Enquanto patrimônio cultural, a praça não figura em listas de tombamento ou proteção formal. Ainda assim, guarda o valor da memória social e do reconhecimento comunitário. Trata-se de um patrimônio simbólico, cuja relevância reside menos em sua materialidade e



mais na função de guardiã de histórias locais, que se perpetuam pela oralidade e pelo pertencimento. O risco, entretanto, foi a ausência de políticas de preservação que conduziu a um processo silencioso de descaracterização ao ser transformada em parque, em que a memória se dilui sob o peso das novas lógicas urbanas.

A Praça João Constante Milioli ilumina o entrelaçamento entre memória, urbanização e paisagem. Ela é um exemplo de como os espaços públicos podem ser, ao mesmo tempo, baús de lembranças e vítimas de uma modernização que privilegia a fluidez da circulação em detrimento da permanência comunitária. Nesse sentido, a praça constitui um fragmento indispensável para compreender a dinâmica urbana de Criciúma e prepara o terreno para a análise subsequente: a Igreja de Santa Luzia, que, assim como a praça, emerge como marco identitário, fixo simbólico e espaço de congregação social no bairro

Ao deslocar o olhar da Praça João Constante Milioli em direção à Igreja de Santa Luzia, o percurso mantém sua coerência no entrelaçamento entre memória, espaço urbano e práticas coletivas. Se a praça representava a materialização de uma homenagem comunitária, a igreja assume papel ainda mais central: a constituição de um lugar de encontro, de fé e de pertencimento, em torno do qual se organizaram tanto o bairro quanto as relações sociais que lhe conferem identidade. Pouco se tem documentado e registrado sobre essa região e as informações aqui relatadas foram agrupadas a partir da apreensão do espaço urbano, das análises retrospectivas e o pouco material que sem acesso. O mesmo se enquadra nas fotografias, as poucas fotos encontradas da região são de acervos particulares compartilhados em redes sociais como as que foram mencionadas na introdução.

A origem da devoção local remonta a 1946, quando um terreno foi doado para a construção da primeira capela, dedicada à padroeira que dá nome ao bairro. Essa primeira edificação, em madeira, não era apenas um espaço de culto: tratava-se de um fixo simbólico, que consolidava no território a presença religiosa e, ao mesmo tempo, possibilitava a vivência comunitária em torno de celebrações. Tal fixo, no entanto, não permaneceu estático: sucessivas igrejas foram erguidas ao longo das décadas, revelando o caráter de palimpsesto. Cada construção substituíra a anterior, não apagando completamente a memória do que existiu, mas sobrepondo camadas que atestam o crescimento da comunidade e a necessidade de novos espaços.

Essa sequência de edificações pode ser interpretada a partir de Hegel. As igrejas anteriores foram negadas em sua materialidade, mas preservadas na memória e no simbolismo

que cada uma carregava. A pequena capela de madeira deu lugar a uma estrutura em alvenaria (Figura 81), e esta, por sua vez, foi sucedida por uma construção nos anos 1970. Por fim, a atual igreja (Figura 82), erguida nos anos 1990, amplia a escala e a função do espaço religioso, incorporando no subsolo um centro pastoral com salas de catequese e reuniões. Trata-se, portanto, de um processo em que negação, superação e preservação coexistem, configurando a própria história urbana da Santa Luzia.

**Figura 81** - Igreja da Santa Luzia na década de 1970 e na década de 1990



Fonte: Acervo particular de Lima, enviado via *Whatsapp*

**Figura 82** – Atual Igreja da Santa Luzia



Fonte: Portal Engeplus, 2023. Disponível em: < <https://engeplus.com.br/noticia/religiao/2023/festa-em-honra-a-santa-luzia-inicia-neste-fim-de-semana-em-criciuma> >



A Igreja de Santa Luzia se revela como ponto de ancoragem em meio às mobilidades sociais e territoriais. Embora os moradores precisassem, em períodos anteriores, deslocar-se até comunidades vizinhas para participar de celebrações, a consolidação de uma igreja própria fixou no bairro a possibilidade de permanência, reduzindo a dependência de deslocamentos. Ao mesmo tempo, esses fluxos permanecem presentes: a igreja integra-se a uma rede paroquial que abrange outras localidades, reafirmando que o espaço religioso, mesmo fixo, é atravessado por fluxos de fiéis, de padres e de práticas compartilhadas.

A presença da igreja na paisagem se impõe como elemento de destaque. Sua volumetria e localização a tornam referência visual e simbólica, conferindo centralidade ao bairro e criando um marco identitário que transcende a função estritamente litúrgica. A paisagem da Santa Luzia, portanto, é inseparável da imagem da igreja, que atua como signo de pertencimento e memória coletiva.

Ao olhar para a Igreja à luz do patrimônio cultural, o edifício da Igreja de Santa Luzia não está tombado formalmente e nem inventariado, mas exerce função equivalente no imaginário local. A cada celebração, festa ou ritual, renova-se o elo entre passado e presente, atualizando a memória e reforçando a territorialidade da fé. Nesse sentido, sua relevância não se mede apenas pela arquitetura ou pela materialidade, mas pela capacidade de mobilizar a comunidade, preservando tradições e fortalecendo laços sociais.

A análise da Igreja de Santa Luzia amplia a compreensão do bairro como um espaço marcado por sobreposições temporais e simbólicas. Se a praça cristalizava a memória de um líder comunitário, a igreja reforça a dimensão espiritual, ambos compondo o palimpsesto urbano da localidade. Essa dinâmica também surge a partir das marcas da exploração do carvão e da luta dos trabalhadores que acrescentaram novas camadas à compreensão do espaço urbano e social da região.

A história urbana de Criciúma carrega marcas profundas da mineração e da organização espacial em torno do carvão. Entre os exemplos mais significativos desse processo está a Cidade Mineira, concebida inicialmente como “Cidade dos Mineiros” em 1957, fruto de um projeto ambicioso que envolvia sindicatos, companhias carboníferas e o poder público. A ideia era materializar um espaço planejado que garantisse melhores condições de vida aos trabalhadores, fugindo do imprevisto das vilas operárias marcadas pela piritita, pela poeira e pela insalubridade. O traçado urbano, assinado por Fernando Jorge da Cunha Carneiro, primeiro arquiteto da cidade, inspirava-se em princípios modernistas, especialmente na concepção de

cidade-jardim defendida por Le Corbusier. O bairro foi projetado para oferecer conforto, organização e saúde, em contraposição à realidade dura dos que viviam diretamente ligados ao carvão.

**Figura 83 – Masterplan da Cidade Mineira**



Fonte: Acervo de Carneiro Arquitetos. Disponível em: <<https://carneiro.arq.br/cmneira.html>>

O projeto (Figura 83) previa 1.775 casas, cada uma com cerca de 60 m<sup>2</sup>, quadradas, econômicas e eficientes do ponto de vista construtivo. As ruas foram planejadas em formato de “cul de sac”,<sup>47</sup> evitando o trânsito pesado dentro da comunidade, preservando espaços de convivência coletiva. Nos fundos dos lotes, passariam os veículos; na frente, ficariam jardins lineares e contínuos, interligando toda a comunidade. O urbanismo idealizado estabelecia que nenhuma criança precisaria brincar em meio à lama de pirita, mas sim em gramados e áreas arborizadas, integrando saúde e estética em um modelo que buscava conciliar moradia e qualidade de vida. Além das residências, estavam previstos escolas, creches, centro cívico, comércio especializado, hospital, cineteatro, clubes recreativos, estação ferroviária e rodoviária, centro esportivo e até um cemitério-parque. Tratava-se de um empreendimento de 170 hectares, pensado para se tornar referência em planejamento urbano voltado ao trabalhador.

No entanto, a Cidade Mineira nunca foi plenamente concretizada nos moldes originais. Apesar do entusiasmo inicial e do apoio político junto à Fundação Casa Popular, as dificuldades financeiras, a falta de continuidade administrativa e as crises no setor carbonífero impediram

<sup>47</sup> O termo *cul-de-sac*, de origem francesa, significa literalmente “fundo de saco” e designa um tipo de via urbana sem saída, onde o tráfego termina em um ponto único, geralmente circular. No urbanismo moderno, o *cul-de-sac* foi amplamente utilizado em projetos residenciais como estratégia de controle de fluxo e aumento da segurança, reduzindo o trânsito de passagem. Contudo, também é criticado por favorecer a fragmentação do tecido urbano e a redução da conectividade entre os espaços públicos

a execução completa. Apenas 100 casas foram entregues no final da década de 1950, na área que ficou conhecida como Cidade Mineira Velha. Construídas em alvenaria, com três dormitórios, cozinha, banheiro e sala, eram residências padronizadas, mas com pequenas variações de fachada para quebrar a monotonia visual. A promessa de infraestrutura, porém, demorou a se cumprir. Faltavam água, energia, transporte e comércio. Por muito tempo, os moradores precisaram buscar água em fontes e caminhar longas distâncias para comprar alimentos ou acessar serviços básicos.

A ocupação efetiva dessas primeiras casas aconteceu em dezembro de 1961, por meio de um processo marcado pela ocupação popular. As moradias, até então fechadas e abandonadas, foram tomadas por famílias que viram naquelas construções uma oportunidade de acesso à casa própria. O episódio revela de forma clara a tensão entre o projeto modernista idealizado e a realidade social da cidade. O poder público, que deveria garantir a execução do plano, acabou sendo omissos, e o espaço urbano foi apropriado pelos próprios trabalhadores, em um movimento de resistência e afirmação do direito à moradia. A ocupação foi apoiada ou, ao menos, tolerada por lideranças políticas e religiosas, inserindo o processo em um contexto de clientelismo e de disputas locais. Assim, o espaço inicialmente pensado como vitrine do urbanismo moderno transformou-se em território de luta social e de improviso, um exemplo daquilo que Milton Santos chamaria de território usado, no qual os atores sociais imprimem suas práticas sobre o espaço.

Nos anos seguintes, a Cidade Mineira consolidou-se como bairro operário, profundamente ligado ao carvão e à classe trabalhadora. O surgimento da Cidade Mineira Nova, em 1968, ampliou esse processo, com a construção de mais 500 casas financiadas pela Companhia de Habitação (COHAB). Diferentemente das primeiras, essas residências eram menores e mais precárias, reflexo do período de contenção e das limitações impostas pelo governo militar. Ainda assim, significaram a expansão do projeto e a fixação de novas famílias no território. A distinção entre Cidade Mineira Velha e Cidade Mineira Nova nasceu desse descompasso temporal e arquitetônico, mas ambas formam hoje um conjunto que testemunha a evolução urbana e social de Criciúma.

Do ponto de vista urbanístico, a Cidade Mineira é um palimpsesto. O projeto inicial, marcado pela racionalidade modernista, foi parcialmente apagado e sobreposto por camadas de improviso, invasões e reconfigurações espaciais. As áreas verdes transformaram-se em ruas, os "cul de sac" perderam a função original, e as frentes destinadas ao convívio comunitário

foram apropriadas de formas distintas pelos moradores. O espaço foi “refuncionalizado”, demonstrando como a prática cotidiana redefine as intenções planejadas. Essa sobreposição de tempos e projetos é a essência do palimpsesto urbano: aquilo que foi concebido permanece inscrito na paisagem, ainda que transformado, descaracterizado ou mesmo negado.

A negação do projeto modernista original substituído por práticas informais, não apagou totalmente sua essência. Pelo contrário, alguns traços permanecem, ainda que modificados. A própria forma das casas, a existência de ruas nomeadas em homenagem às companhias carboníferas e a memória coletiva sobre o projeto mostram que a Cidade Mineira carrega consigo, ao mesmo tempo, a preservação e a superação de um ideal. O espaço urbano é resultado dessa dialética, em que passado e presente se entrelaçam em uma síntese imperfeita, mas significativa.

A relação entre fluxos e fixos também ajuda a compreender a Cidade Mineira. Os fixos, materializados nas casas, ruas e equipamentos, foram se consolidando com o tempo, ainda que nem sempre de acordo com o projeto inicial. Os fluxos, representados pela mobilidade dos trabalhadores, pela ferrovia que cortava a região e pelos deslocamentos diários em busca de serviços, marcaram o cotidiano e configuraram a dinâmica social do bairro. A ferrovia, especialmente, exerceu papel fundamental: ao mesmo tempo em que transportava carvão, permitia a circulação de pessoas e produtos, integrando a Cidade Mineira ao restante da cidade e ao circuito produtivo regional. Hoje, embora muitos desses fluxos tenham se alterado, o bairro ainda se estrutura como espaço de moradia ligado às dinâmicas econômicas de Criciúma.

O patrimônio cultural da Cidade Mineira não está apenas em suas construções, mas sobretudo na memória coletiva. O bairro é testemunho de um projeto urbano que buscou, ainda que parcialmente, oferecer dignidade aos trabalhadores. É também registro da luta popular por moradia e da forma como a classe operária inscreveu sua presença no território. Nesse sentido, o bairro constitui um patrimônio imaterial, pois expressa modos de vida, práticas sociais e identidades coletivas. Ao mesmo tempo, algumas casas originais e elementos do traçado urbano podem ser vistos como patrimônio material, ainda que não tombados oficialmente. A preservação dessa memória é fundamental para compreender a história de Criciúma e para valorizar o papel da classe trabalhadora na construção da cidade.

A Cidade Mineira também revela as contradições da urbanização brasileira no século XX. O projeto modernista, que pretendia organizar o espaço e oferecer condições melhores de

vida, sucumbiu diante das crises econômicas, da falta de continuidade política e do peso das relações clientelistas. Ao mesmo tempo, a ocupação popular demonstrou a capacidade de mobilização e resistência da comunidade, que transformou o espaço em território vivo, habitado e ressignificado. Essa contradição é parte essencial da paisagem urbana: ao olhar para a Cidade Mineira, vemos tanto a utopia modernista quanto a realidade da autoconstrução e da luta social.

Do ponto de vista arquitetônico, o bairro ainda guarda elementos interessantes. As casas quadradas, construídas em alvenaria, foram concebidas como solução econômica e funcional. Ao longo dos anos, muitas foram ampliadas, reformadas e modificadas, mas a estrutura básica permanece reconhecível. O traçado urbano, embora alterado, ainda mostra vestígios do planejamento original, como algumas ruas curvas e áreas de maior largura que indicavam a intenção de espaços verdes. Essas permanências permitem uma leitura da evolução urbana e reforçam a ideia de palimpsesto, em que o novo se sobrepõe, mas não apaga completamente o antigo.

A segregação espacial também está inscrita nesse território. Localizada a cinco quilômetros do centro de Criciúma, a Cidade Mineira nasceu como espaço periférico, destinado à classe trabalhadora. Sua localização refletia a lógica de afastar os bairros operários do núcleo central, mantendo-os próximos às minas e às áreas de exploração. Essa segregação, apontada por estudiosos como Volpato e Trindade Júnior, reforça a desigualdade social inscrita no espaço urbano: quanto mais distante e degradada a área, mais acessível se tornava para as famílias de baixa renda. Essa dinâmica permanece visível até hoje, na medida em que o bairro ainda carrega estigmas de pobreza e marginalização.

O tempo também transformou a Cidade Mineira em símbolo de resistência e pertencimento. Muitos moradores sentem orgulho de viver no bairro, valorizando a história de luta de suas famílias e a identidade construída coletivamente. Festas comunitárias, práticas religiosas, clubes esportivos e associações de bairro reforçaram esse sentimento ao longo das décadas. A Cidade Mineira tornou-se, assim, mais do que um conjunto de casas: é um território identitário, em que memória e pertencimento se entrelaçam.

A leitura da Cidade Mineira como paisagem urbana evidencia a complexidade desse espaço. O olhar atento permite identificar camadas de tempo, práticas sociais, permanências arquitetônicas e transformações cotidianas. É uma paisagem que revela tanto a utopia frustrada do planejamento modernista quanto a criatividade popular em adaptar o espaço às

necessidades reais. Como tal, constitui um objeto privilegiado para pensar conceitos como palimpsesto, *Aufhebung* e fluxos e fixos.

A Cidade Mineira é, portanto, uma síntese da história urbana de Criciúma. Nela, estão inscritas as marcas da mineração, do planejamento modernista, das crises políticas e econômicas, das lutas populares e das permanências simbólicas. É um espaço que condensa as contradições e as possibilidades da urbanização brasileira, mostrando como o território é sempre resultado de disputas, apropriações e reinvenções.

Preservar sua memória e compreender sua importância é tarefa fundamental para que Criciúma reconheça sua própria história. Mais do que um bairro operário, a Cidade Mineira é um patrimônio cultural vivo, que testemunha a trajetória da cidade e da classe trabalhadora que a construiu. Seu estudo, articulado aos conceitos de palimpsesto urbano, *Aufhebung*, fluxos e fixos, patrimônio cultural e paisagem urbana, permite uma compreensão mais profunda do processo de urbanização e das dinâmicas sociais que moldaram e continuam moldando a cidade.

Ao revisitar a Cidade Mineira, torna-se evidente que o projeto modernista, embora incompleto e marcado por contradições, deixou rastros permanentes na paisagem urbana. O bairro materializa a coexistência entre a utopia planejada e a prática social cotidiana, compondo um palimpsesto onde a permanência de alguns traços arquitetônicos convive com as transformações e descaracterizações promovidas ao longo do tempo. É nesse processo que o espaço urbano revela sua natureza dialética: aquilo que foi pensado, aquilo que se realizou e aquilo que foi reapropriado pela população se sobrepõem, em um movimento que ao mesmo tempo preserva e nega o passado, constituindo uma síntese aberta.

Contudo, a Cidade Mineira não pode ser compreendida de forma isolada. Seu entorno imediato e os bairros que surgiram em sua continuidade são parte fundamental da mesma narrativa urbana. Entre eles, a Vila Manaus ocupa um papel singular. Ela se constitui a partir de fragmentos do projeto não concluído da Cidade dos Mineiros e da reapropriação popular das áreas destinadas a equipamentos coletivos e novas moradias. Esse processo evidencia, de forma ainda mais explícita, as tensões entre o planejamento formal e a prática social, entre o espaço concebido e o espaço vivido.

A análise da Vila Manaus permite compreender como a mesma lógica de segregação, imprevisto e resistência operária se desdobrou em um novo território, carregando marcas da mineração, da luta popular e do clientelismo político. Assim como na Cidade Mineira, o bairro

revela a força dos fluxos migratórios, a precariedade das condições iniciais e a criatividade coletiva na construção de uma identidade territorial. O que se vê é a continuidade de um processo em que a urbanização de Criciúma, ao mesmo tempo que se ancora nos fixos herdados do carvão, se reinventa por meio da ação social dos moradores.

Nesse sentido, ao avançar para a análise da Vila Manaus, não se trata de uma ruptura, mas de uma camada adicional no palimpsesto urbano da região carbonífera. O bairro nasce das sobras de um projeto inacabado e da luta pela terra, constituindo-se como um espaço que, mais do que resultado de decisões institucionais, é produto da ação direta da comunidade sobre o território. É a partir dessa perspectiva que o estudo da Vila Manaus ganha sentido: como uma síntese das contradições entre modernidade e improviso, planejamento e autoconstrução, poder político e resistência popular.

A Vila Manaus emerge como um desdobramento direto e, ao mesmo tempo, como uma ruptura em relação ao projeto da Cidade dos Mineiros. Enquanto esta última foi concebida dentro da lógica modernista, com planejamento arquitetônico e urbanístico pautado em ideais de cidade-jardim, a Vila Manaus nasce de uma apropriação popular das áreas inicialmente reservadas a equipamentos coletivos e habitação planejada, assumindo desde o início o caráter de espaço autoconstruído, marcado por imprevistos, conflitos e negociações. A coexistência desses dois territórios evidencia, de forma concreta, o princípio do palimpsesto urbano: sobre um mesmo solo, camadas distintas de intenção e de prática social se sobrepõem, gerando um espaço híbrido que não pode ser explicado apenas pela ótica do planejamento ou apenas pela ação espontânea dos moradores, mas pelo entrelaçamento de ambos.

O território que daria origem à Vila Manaus já fazia parte do projeto inicial do arquiteto Fernando Carneiro para a Cidade dos Mineiros mostrado anteriormente. No entanto, o projeto foi apenas parcialmente implementado. A metade sul da área destinada ao loteamento, planejada para abrigar cerca de 630 casas, ficou abandonada durante anos, tomada pelo mato e pela precariedade de uma construção incompleta. Foi justamente nesse espaço, concebido para representar a modernidade e o avanço urbano, que se instaurou o improviso das ocupações irregulares, dando origem à Vila Manaus. Aqui se materializa, com clareza, o movimento hegeliano: o projeto original não foi simplesmente destruído, mas transformado, negado em parte e preservado em outra, reaparecendo sob uma forma nova e inesperada. A Vila Manaus, nesse sentido, é a síntese histórica das contradições entre o sonho modernista e a realidade social da região carbonífera.

O nome Vila Manaus, segundo registros, surgiu de modo espontâneo, associado à narrativa popular que conferia identidade ao espaço recém-ocupado. A denominação carregava em si a ironia e a inventividade do cotidiano, um batismo que não advinha de decretos oficiais ou de atos normativos, mas da experiência concreta dos moradores em construir laços de pertencimento. É nesse ponto que a paisagem urbana revela não apenas suas dimensões físicas, mas também simbólicas: o nome se converte em patrimônio imaterial, transmitido oralmente, consolidando um sentido de comunidade. A própria denominação traduz a articulação entre fluxos e fixos: o fluxo da memória e da narrativa popular fixa-se no território, transformando-o em referência.

A formação da Vila Manaus deve ser entendida dentro do contexto de urbanização acelerada de Criciúma, marcada pela crise do setor carbonífero, pelas migrações internas e pela pressão por moradia popular. Nas décadas de 1960 e 1970, a cidade experimentava um crescimento desordenado, impulsionado pela demanda habitacional de trabalhadores atraídos pela mineração e pelas indústrias cerâmicas. O poder público, muitas vezes ausente ou conivente, assistiu ao processo de ocupação irregular das áreas remanescentes da Cidade dos Mineiros, que passaram a abrigar centenas de famílias em construções precárias, sem saneamento básico, sem energia elétrica e sem infraestrutura mínima. Essa ausência do Estado, no entanto, não significou a inexistência de regulação: pelo contrário, o território foi constantemente disputado por lideranças políticas e religiosas que, de diferentes maneiras, mediarão o acesso à terra, muitas vezes em troca de apoio eleitoral. O clientelismo político, nesse caso, converteu-se em um dos motores da produção do espaço, reforçando a segregação socioespacial que já marcava os bairros operários da cidade.

Nesse sentido, a Vila Manaus também exemplifica o território usado: não se trata apenas do espaço físico, mas da síntese entre natureza, técnica, trabalho e poder. O bairro é produto da interação entre a materialidade herdada do projeto inacabado da Cidade dos Mineiros, os fluxos de trabalhadores que migraram para a região, as estratégias de sobrevivência das famílias que ali se instalaram e as disputas políticas que instrumentalizaram a distribuição de lotes. Cada uma dessas dimensões deixou marcas concretas na paisagem: ruas abertas sem planejamento, casas construídas com materiais improvisados, ocupações em áreas destinadas a praças ou equipamentos coletivos. Esse processo de ocupação, embora irregular aos olhos da legislação, constituiu um patrimônio cultural popular, construído pela prática cotidiana e pela luta pela sobrevivência.



A precariedade inicial da Vila Manaus era evidente. Sem acesso regular à água e à energia, os moradores dependiam de soluções improvisadas, como poços comunitários e iluminação a querosene. O transporte público era escasso, e para acessar serviços básicos como saúde e comércio, as famílias precisavam caminhar longas distâncias até bairros vizinhos. Essa realidade reforça a noção de fluxos e fixos: a ausência de infraestrutura (fixos) obrigava a intensificação dos deslocamentos cotidianos (fluxos), criando um padrão de mobilidade forçada que marcava a vida da comunidade. A paisagem urbana, nesse momento, expressava mais a carência do que a integração, mais a luta pela subsistência do que o acesso a direitos.

Com o passar do tempo, no entanto, a Vila Manaus consolidou-se como bairro, incorporando elementos de infraestrutura e serviços públicos. O processo de urbanização, ainda que tardio e marcado pela improvisação, trouxe melhorias significativas: instalação de energia elétrica, abastecimento de água, abertura de novas vias e a construção de equipamentos sociais. Essa transformação reflete novamente o movimento dialético da *Aufhebung*: a precariedade inicial foi negada, mas ao mesmo tempo preservada na memória coletiva, e superada por uma nova configuração urbana que, embora mais bem estruturada, mantém os traços da origem improvisada. O bairro, assim, tornou-se um espaço de permanências e mudanças, fixando-se no tecido urbano como resultado de camadas sucessivas de ação social e intervenção pública.

A análise da Vila Manaus também permite compreender a centralidade dos movimentos sociais e religiosos na construção do espaço urbano de Criciúma. A organização comunitária, muitas vezes apoiada por setores da Igreja, desempenhou papel fundamental na luta por melhorias, como a instalação de água, luz e transporte. Essa dimensão revela a importância do patrimônio imaterial, entendido aqui como a memória da luta coletiva, das mobilizações populares e da solidariedade entre vizinhos. O patrimônio cultural da Vila Manaus não se limita, portanto, às suas casas ou às ruas que permanecem como traços de um projeto original não concluído, mas se estende à prática social que transformou o território em lugar de vida, de pertencimento e de identidade.

Do ponto de vista arquitetônico e urbanístico, a Vila Manaus representa o avesso da utopia modernista da Cidade dos Mineiros. Enquanto o projeto original previa casas padronizadas, ruas planejadas e amplas áreas verdes, o bairro resultante da ocupação popular apresenta uma morfologia marcada pela irregularidade, pela diversidade das construções e pela adaptação ao relevo e às condições materiais disponíveis. Essa diferença evidencia como

o espaço urbano pode se desdobrar em realidades contrastantes a partir de um mesmo ponto de partida. O plano original, inspirado em Le Corbusier e na cidade-jardim, cedeu lugar a uma paisagem heterogênea, onde cada casa conta a história de uma família, e cada rua revela a negociação coletiva em torno do espaço. A desconstrução do projeto modernista não apaga sua memória: ela permanece como sombra, como ausência presente, compondo o palimpsesto urbano do bairro.

A Vila Manaus, portanto, não pode ser compreendida apenas como uma ocupação irregular ou como um bairro periférico. Ela é, antes, a expressão concreta das contradições da urbanização em Criciúma, uma síntese das tensões entre planejamento e improviso, entre poder político e resistência popular, entre utopia modernista e realidade operária. Sua história revela como a cidade se fez e se refaz a partir de camadas sobrepostas, em um movimento contínuo de destruição e reconstrução, de permanência e transformação. Ao mesmo tempo, evidencia a importância de reconhecer no espaço urbano não apenas os monumentos ou os edifícios tombados, mas também os territórios populares, cujas lutas e experiências constituem patrimônio cultural de igual relevância.

Ao perceber a Vila Manaus dentro do conjunto mais amplo da urbanização de Criciúma, nota-se que ela não é apenas uma continuidade da Cidade Mineira, mas também uma negação e uma superação dessa mesma experiência. É nesse paradoxo que reside sua força explicativa: ao mesmo tempo em que revela o fracasso de um projeto modernista, ela demonstra a potência da ação social em reinventar o território. No jogo entre fluxos e fixos, entre planejamento e ocupação, entre memória e transformação, a Vila Manaus inscreve-se no palimpsesto urbano da cidade como um capítulo fundamental para compreender as dinâmicas da paisagem, da identidade e do patrimônio cultural da região carbonífera.

Se a Cidade Mineira e a Vila Manaus revelam as tensões da urbanização popular em Criciúma, com suas ocupações e resistências, a construção do Aeroporto Diomício Freitas inscreve outra camada no palimpsesto urbano da cidade. Aqui, não se trata mais da autoconstrução popular, mas de um projeto conduzido pelo poder público em associação com interesses econômicos regionais, que deslocou o antigo aeroporto municipal, demoliu parcialmente sua estrutura e abriu espaço para novas centralidades urbanas, como já vimos na subseção 5.2. Esse movimento exemplifica o mesmo processo de *Aufhebung* observado em outros pontos da cidade: o antigo é suprimido, mas a supressão é acompanhada de uma preservação parcial, seja na memória, seja nas funções redistribuídas no território.

O espaço urbano de Criciúma mostra-se, assim, como um território permanentemente reconfigurado pela dialética entre permanência e transformação. Se nos bairros operários as demolições e ocupações revelam um patrimônio cultural produzido pela prática cotidiana, na área do aeroporto a demolição do antigo equipamento e a construção de uma nova estrutura evidenciam a dimensão institucional dessa mesma lógica. Ao apagar o antigo Aeroporto Leoberto Leal para dar lugar ao Paço Municipal Marcos Rovaris, ao Teatro Elias Angeloni, ao Ginásio Walmir Orsi e a outros equipamentos públicos, a cidade operou uma transformação radical de seu espaço, convertendo infraestrutura aeroportuária em espaço simbólico e administrativo. Nesse processo, a memória do antigo aeroporto não desaparece, mas permanece como camada invisível, sobre a qual se constrói a nova monumentalidade da cidade.

A transição para o Aeroporto Diomício Freitas (Figura 84), portanto, marca o início de um novo ciclo no desenvolvimento urbano de Criciúma. Enquanto a Vila Manaus mostra a luta cotidiana por espaço e moradia, o aeroporto evidencia a atuação do Estado e das elites econômicas na produção de grandes equipamentos urbanos, que reposicionam a cidade na rede regional e nacional de fluxos. O contraste entre essas duas experiências reforça a complexidade da paisagem urbana cricumense, onde coexistem práticas aparentemente contraditórias, mas que, na verdade, se articulam para compor o tecido híbrido da cidade.

**Figura 84 – Terminal de Embarque do Aeropor Diomício Freitas**



Fonte: Portal Engeplus, 2023. Disponível em: < <https://engeplus.com.br/noticia/economia-e-mercado/2023/aeroporto-diomicio-freitas-volta-a-operar-em-180-dias> >

A construção do Aeroporto Diomício Freitas insere-se num processo de profundas transformações urbanas vividas por Criciúma a partir da década de 1970, quando as reconfigurações do espaço urbano acompanharam tanto o declínio da centralidade da mineração quanto o esforço do poder público em reposicionar a cidade no mapa econômico regional. Nesse contexto, o aeroporto não foi apenas uma obra de engenharia voltada à mobilidade aérea, mas também um marco simbólico do esforço modernizador e de afirmação política da cidade. O movimento que o gerou implicou demolições, deslocamentos e substituições de usos, evidenciando um típico processo de palimpsesto urbano: apagamento de camadas antigas e inscrição de novas, sem que as anteriores desaparecessem completamente, mas permanecessem como memória e substrato.

O primeiro aeroporto municipal localizava-se no centro da cidade e funcionava sob a denominação de Aeroporto Leoberto Leal, como já mencionado. Sua presença ocupava um espaço privilegiado, articulado à malha urbana consolidada, mas também concorria com demandas crescentes por áreas administrativas e culturais. A década de 1970 trouxe uma decisão estratégica: deslocar o aeroporto para uma área periférica e liberar o espaço central para novos usos. Esse movimento foi formalizado com a Lei nº 1165, de 04 de abril de 1975, sancionada pelo prefeito Algemiro Manique Barreto, que autorizou o loteamento da área do então aeroporto municipal e a alienação dos lotes resultantes para financiar a construção de um novo equipamento aeroportuário. O aeroporto central foi suprimido, mas seu desaparecimento não significou apenas perda, e sim transformação em outros fixos urbanos de forte valor simbólico, como o Parque Centenário e todo o conjunto de edifícios que o compõe. A substituição radical de função gerou também uma permanência simbólica: a memória da aviação no centro da cidade foi inscrita na monumentalidade dos novos edifícios públicos, que representavam a modernidade administrativa e cultural almejada.

A construção do novo aeroporto ocorreu no bairro Santa Líbera, uma área distante do núcleo urbano e do antigo aeroporto, e foi viabilizada pela combinação de recursos oriundos da venda dos lotes do aeroporto antigo e da desapropriação de terras, autorizada pela Lei nº 1500, de 18 de setembro de 1979, na gestão de Altair Guidi (1977-1983). Posteriormente, ampliação da área de hangares e a implantação da estrada de contorno reforçaram a centralidade dessa infraestrutura na lógica urbana. Em 17 de dezembro de 1979, o novo aeroporto foi inaugurado, já com condições técnicas modernas para pousos noturnos e capacidade de receber aeronaves de maior porte. Sua pista, com 1.600 metros e balizamento

luminoso, posicionava Criciúma em uma rede aérea capaz de conectá-la ao norte e ao sul do país, integrando-a aos fluxos de mercadorias, pessoas e capitais. Na década de 1980, por força da Lei nº 1660, de 04 de junho de 1981, o aeroporto passou a denominar-se Aeroporto Diomício Freitas, em homenagem ao empresário cuja trajetória se confundia com o desenvolvimento econômico do sul catarinense.

O nome do aeroporto de Criciúma expressa a relação entre infraestrutura, economia e simbolismo urbano. Diomício Freitas, nascido em 1911 em Orleans, iniciou a carreira como telegrafista da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina e consolidou-se como empresário atuante na mineração, navegação, comunicação, saúde, agricultura e turismo. A denominação do aeroporto homenageia um membro da elite local, mas representa o reconhecimento do empresariado na formação da Criciúma moderna, simbolizando a conexão entre os fixos urbanos e os fluxos de carvão, mercadorias, informações e pessoas que estruturaram o desenvolvimento da cidade.

O aeroporto revela a condição de palimpsesto de Criciúma. A demolição do antigo aeroporto e a construção de equipamentos administrativos e culturais no centro representam a inscrição de novas camadas sobrepostas ao passado, sem apagá-lo totalmente. O mesmo espaço que um dia foi dedicado ao transporte aéreo passou a simbolizar o poder político e cultural. O deslocamento para Santa Líbera criou, ao mesmo tempo, uma nova centralidade periférica (que acabou sendo desmembrada após a emancipação do distrito de Forquilha), reforçando o papel das bordas urbanas como territórios de expansão. Esse processo pode ser compreendido também como uma dinâmica de *Aufhebung*: negação, conservação e superação coexistem na transformação. A aviação não desapareceu, mas foi deslocada; o espaço central não foi abandonado, mas ressignificado. Cada camada permanece inscrita na memória coletiva e nos símbolos urbanos.

O Aeroporto Diomício Freitas também evidencia a tensão entre patrimônio cultural e projetos de modernização. Embora o antigo aeroporto não tenha sido tombado ou protegido, sua substituição gerou perda material e memória invisibilizada. As demolições ligadas a esse processo reforçam a ideia de que o desenvolvimento urbano em Criciúma se constrói muitas vezes pela supressão de estruturas anteriores, reiterando a lógica de apagamento e reconstrução que caracteriza o palimpsesto urbano. Ao mesmo tempo, a construção de um novo aeroporto e a monumentalização do espaço central traduzem a busca por símbolos de modernidade e progresso, ainda que às custas de uma memória apagada. Nessa ambiguidade

se inscreve a complexidade do patrimônio cultural urbano: o que é preservado, o que é demolido, o que é substituído e o que permanece apenas como lembrança na memória dos moradores.

A posição do aeroporto como fixo urbano reconfigurou os fluxos da cidade. Ele ampliou a circulação de pessoas e mercadorias, conectando Criciúma a redes mais amplas, ao mesmo tempo em que reforçou sua condição de polo regional. A paisagem urbana foi afetada por essa inserção: novas vias de acesso, loteamentos no entorno e expansão da malha urbana em direção a Santa Líbera. O aeroporto não é apenas um espaço técnico, mas um catalisador de urbanização, moldando dinâmicas de uso e ocupação do solo. Sua inauguração, ao final da década de 1970, coincidiu com a fase de transição da economia local, que buscava superar a dependência do carvão e diversificar-se. Nesse sentido, o aeroporto representava não apenas infraestrutura, mas também um símbolo da busca de alternativas econômicas e da inserção em redes globais.

Se a Cidade Mineira e a Vila Manaus revelam um patrimônio cultural construído a partir da luta cotidiana por espaço e sobrevivência, o Aeroporto Diomício Freitas inscreve na paisagem urbana a face institucional e empresarial desse patrimônio urbano, mesmo que em categoria diferente. Ambos expressam memórias e identidades coletivas, ainda que produzidas por agentes distintos e com lógicas divergentes. O contraste entre esses exemplos reforça a dialética de Criciúma: de um lado, o espaço da luta popular; de outro, a monumentalidade do poder público e da elite empresarial. Essa dialética, longe de ser contraditória, constitui a essência da cidade como palimpsesto urbano, onde camadas diversas coexistem, se sobrepõem e se transformam.

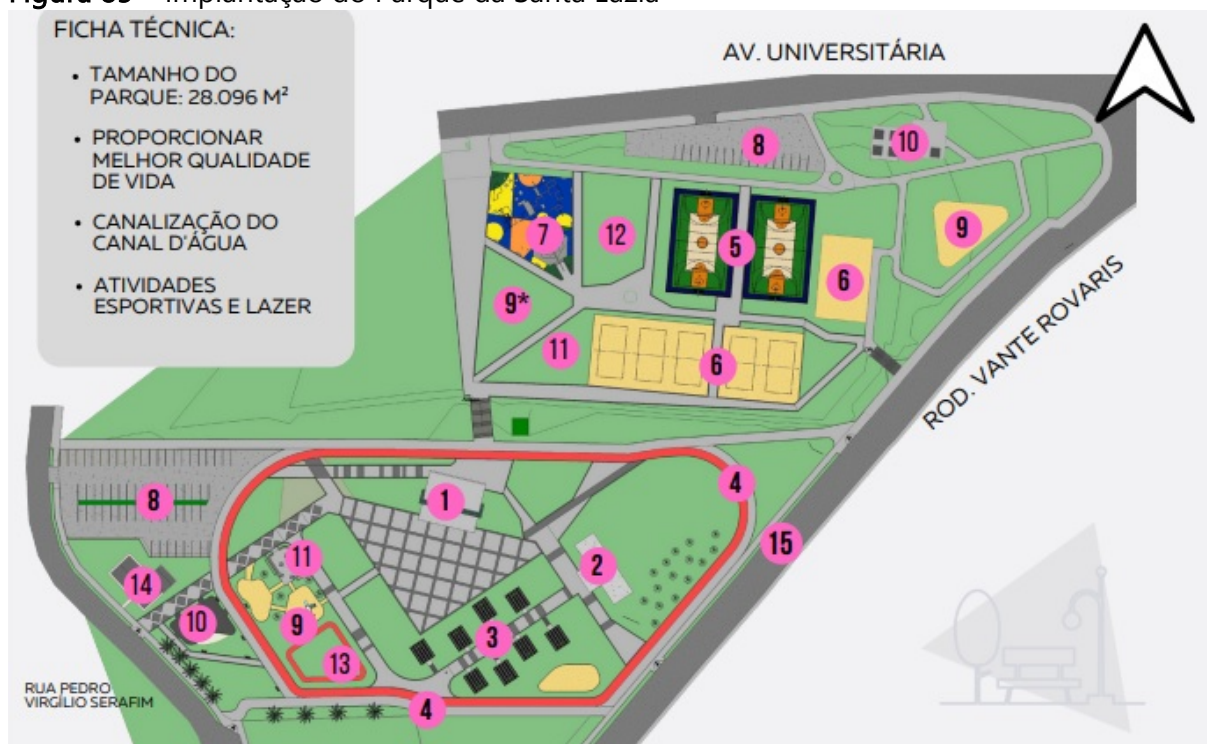
O processo de urbanização em Criciúma, marcado por substituições sucessivas de espaços e redefinições do uso do território, encontra no novo Parque Municipal da Santa Luzia um exemplo contemporâneo de como o poder público procura rearticular funções coletivas em áreas antes vinculadas a dinâmicas distintas. Aqui a paisagem se apresenta como um palimpsesto urbano: novas camadas de uso e significado se sobrepõem a antigas estruturas, ao mesmo tempo em que evocam memórias que resistem no espaço em decorrência de uma pré-existência.

A concepção do parque surge em um contexto recente, quando, em 2019, já se discutia a criação de um espaço público multiuso capaz de atender a comunidade da grande Santa Luzia. A proposta se consolidou nos anos seguintes e ganhou força com a tramitação de leis

municipais que viabilizaram tanto as desapropriações de terrenos quanto a alienação de áreas para captação de recursos destinados à obra. A aprovação da Lei nº 7881/2021, autorizando a indenização de famílias da tradicional linhagem Serafim, é exemplo do caráter processual e conflituoso desse tipo de intervenção, em que o espaço privado precisa ser integrado ao interesse coletivo. Da mesma forma, a Lei nº 8535/2024 reforça a lógica de financiar o empreendimento a partir da alienação de bens do município, evidenciando que a produção do espaço urbano segue marcada por negociações, redistribuições de terras e transformações profundas na paisagem.

Projetado para ocupar mais de 32 mil metros quadrados, o Parque da Santa Luzia (Figura 85) é apresentado como um complexo voltado ao lazer, à saúde e ao bem-estar. Sua configuração prevê dois setores principais: um espaço social, pensado para a convivência, encontros comunitários e manifestações culturais, e uma área esportiva, localizada em cota mais elevada, dedicada à prática de exercícios físicos, esportes coletivos e atividades de recreação. Dentro dessa lógica programática, o parque incorpora quadras, ciclovias, pistas para caminhada, quiosques, palco para eventos, academia ao ar livre, parquinho infantil e áreas destinadas a práticas alternativas como *parkour*.

**Figura 85** – Implantação do Parque da Santa Luzia



\* O parque Santa Luzia é uma ampliação da Praça João Constante Milioli, e não uma proposta de uma nova área pública de lazer.

Fonte: Prefeitura Municipal de Criciúma, 2024

Essa concepção contemporânea, que busca valorizar o lazer urbano como elemento estruturador da paisagem, articula-se diretamente com o conceito hegeliano: ao mesmo tempo em que preserva parte da memória do território, o parque nega e supera usos anteriores. A área que hoje é destinada ao convívio e ao esporte foi, em décadas passadas, marcada por dinâmicas de ocupação residencial irregular, pela presença de loteamentos e mesmo por vazios urbanos sem função definida. A desapropriação e a requalificação produzem, portanto, uma síntese: nem a pura destruição das camadas anteriores, nem a sua integral preservação, mas uma transformação dialética em que os vestígios permanecem na memória coletiva, ainda que ressignificados no presente.

É nesse ponto que a noção de palimpsesto urbano se mostra fundamental. A superfície da cidade, tal como a de um manuscrito antigo, carrega rastros de textos apagados, sobre os quais novos escritos se inscrevem. O Parque da Santa Luzia é mais uma dessas inscrições, que não apagam totalmente as marcas anteriores, mas lhes atribuem nova forma. A gruta construída nos anos 1970 para suprir a comunidade com água em tempos de escassez, por exemplo, permanece como memória subterrânea desse território: um espaço em que os moradores se reuniam, conviviam e enfrentavam coletivamente a precariedade. Ao implantar um parque com modernas estruturas de lazer e saúde, o município inscreve um novo texto urbano sobre esse mesmo solo, mas o faz em diálogo com a memória coletiva, já que a própria lei que instituiu o empreendimento determinou que o espaço levasse o nome de Catarina Ghisi Serafim, uma das primeiras moradoras da comunidade. Também é destaque por se tratar do nome de uma mulher num contexto majoritariamente composto por homenagens à homens.

Esse gesto simbólico, ao nomear o parque com referência a uma pioneira, não é trivial. Ele vincula a modernidade da obra pública à tradição da ocupação comunitária, transformando o espaço em um ponto de confluência entre fluxos do presente e fixos da memória. No vocabulário de Milton Santos, os fixos correspondem às infraestruturas e estruturas físicas que permanecem, enquanto os fluxos remetem às circulações, às práticas e aos usos que se atualizam no tempo. No caso da Santa Luzia, o parque será, por um lado, fixo urbano, mas, por outro, será atravessado por fluxos de pessoas que caminham, pedalam, se reúnem, celebram. Essa dialética entre fixidez e movimento é o que dá vida à paisagem urbana.

Ainda que se trate de um espaço novo, sua concepção dialoga com práticas culturais locais, como os encontros comunitários, as festas religiosas e as sociabilidades de bairro que marcaram Santa Luzia ao longo das décadas. Nesse sentido, o parque não é apenas



infraestrutura de lazer, mas também patrimônio em construção, uma vez que materializa no espaço urbano valores, memórias e expectativas coletivas. A sua inauguração, prevista inicialmente para março de 2025 e posteriormente adiada para julho do mesmo ano, carrega consigo o simbolismo de um espaço público que busca se tornar referência não só para os moradores da região, mas para toda a cidade. O parque ainda não foi inaugurado.

A própria localização estratégica do parque, com acessos pela Avenida Universitária, pela Rodovia Vante Rovaris e pela Rua Pedro Vergílio Serafim, reforça essa dimensão de centralidade. Ao se situar em ponto de convergência viária, o parque se integra ao sistema de mobilidade urbana e amplia a possibilidade de fluxos. Isso o conecta diretamente à rede de equipamentos urbanos que caracterizam a região: nas proximidades estão o aeroporto Diomício Freitas, a UNESCO, o CEDUP, além de loteamentos residenciais e áreas de expansão urbana. Dessa forma, o parque não é apenas um espaço isolado, mas parte de um sistema territorial mais amplo, que articula educação, mobilidade, memória e lazer.

No entanto, a criação de um parque também pode ser interpretada como resposta à lógica de demolições que marcou a história recente de Criciúma. Muitas vezes, a produção do espaço urbano implicou destruição de edificações de valor histórico, descaracterização de praças ou substituição de estruturas tradicionais por grandes avenidas e empreendimentos imobiliários. O Parque da Santa Luzia, nesse contexto, aparece como gesto contrário: em vez de demolir e apagar, procura-se produzir um espaço de permanência, de cuidado e de reforço da memória comunitária. Essa inversão de lógica, contudo, não apaga o fato de que o parque só se tornou viável mediante desapropriações e transformações, ou seja, por meio da sobreposição de camadas que também envolveram perdas.

Se pensarmos no espaço como resultado de conflitos, o Parque da Santa Luzia sintetiza uma tensão entre o interesse privado e o interesse público, entre a permanência de uma ocupação e a necessidade de um equipamento coletivo. Essa tensão não é eliminada, mas ressignificada, justamente pela ideia de *Aufhebung*: nega-se a condição anterior de vazio ou precariedade, preserva-se a memória da comunidade, e supera-se esse estágio por meio de uma nova configuração urbana.

O Parque da Santa Luzia representa também a tentativa de reequilibrar a paisagem urbana de Criciúma, oferecendo à população da região Sul da cidade um espaço de qualidade de vida equiparável a outros centros mais consolidados. Historicamente, os investimentos públicos em lazer e urbanização concentraram-se no núcleo central ou em áreas de forte

visibilidade política. A criação desse parque aponta para uma redistribuição territorial de equipamentos urbanos, ampliando o acesso da população periférica a bens e serviços culturais.

A leitura integrada desses espaços permite compreender a urbanização de Criciúma como um vasto palimpsesto urbano. Cada espaço analisado revela sobreposições de camadas históricas, sociais e culturais que não se anulam por completo, mas deixam vestígios que permanecem na paisagem. Em conjunto, esses elementos permitem visualizar como a cidade se organiza em constante movimento entre destruição e permanência, entre memória e inovação. O patrimônio cultural, material e imaterial, aparece como dimensão transversal a todos os casos, ora protegido, ora ameaçado, mas sempre presente como referência simbólica. A paisagem urbana de Criciúma, portanto, não pode ser lida de forma linear: ela se mostra como tecido complexo, feito de demolições, reconstruções, deslocamentos e reapropriações que revelam tanto os conflitos quanto as possibilidades de pertencimento.

Essa multiplicidade de camadas confirma a ideia de que a cidade é obra coletiva, em permanente processo de escrita e reescrita. Ao reconhecer nos bairros, igrejas, praças, instituições e parques não apenas estruturas físicas, mas marcas de memória e de identidade, é possível compreender que o espaço urbano de Criciúma não é dado, mas construído diariamente na interação entre fluxos e fixos, entre poder público e comunidade, entre passado e futuro. O palimpsesto urbano da cidade se revela, assim, não como um mero acúmulo de ruínas, mas como campo vivo de disputas e criações, onde o patrimônio cultural e a experiência social se entrelaçam na produção de sentido e de pertencimento.

A leitura das camadas que compõem o bairro Pinheirinho, a Santa Luzia e suas adjacências permite compreender como a cidade se organiza em meio a permanências, deslocamentos e apagamentos. Contudo, se até aqui prevaleceram exemplos voltados para a assistência social, para a educação e para a estruturação da mobilidade, na continuidade da análise o olhar se volta a outro espaço simbólico: a Praça da Resistência Democrática, localizada no bairro Santa Luzia. Esse lugar, mais recente na paisagem urbana, carrega em seu nome e em sua função um peso político e memorial que convoca a refletir sobre a relação entre espaço público e democracia, memória e luta, e sobre como a cidade inscreve no território não apenas a materialidade de suas obras, mas também os significados coletivos que nelas se projetam.

### 6.3. PRAÇA DA RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA: MANIFESTOS POLÍTICOS E CONTRADIÇÃO DO DISCURSO OFICIAL

**Figura 86 – Mapa de localização e implantação da Praça da Resistência Democrática**



Fonte: Portal Icad. Adaptação do autor, 2025.

O bairro Santa Luzia, ao mesmo tempo periférico em sua origem e subcentro na configuração atual da cidade, tornou-se o cenário de uma das mais emblemáticas expressões de memória coletiva no espaço público: a Praça da Resistência Democrática. Este espaço, entre a materialidade urbana e o peso simbólico, mostra como a cidade se constrói como palimpsesto, sobrepondo camadas de uso, memória e conflito.

O bairro Santa Luzia, formalmente instituído em 1971 pela Lei Municipal nº 851, integra a décima região administrativa e, ao longo de sua trajetória, transformou-se em núcleo central para a população residente e para comunidades vizinhas, como Vila Manaus, Cidade Mineira, Progresso e Universitário. Sua localização junto ao limite municipal com Forquilha, na porção oeste de Criciúma, o coloca em posição estratégica de expansão urbana, especialmente em razão de sua inserção na bacia hidrográfica do Rio Sangão, eixo que orientou práticas produtivas e delimitações territoriais.

Inicialmente impulsionado pela atividade mineira, o bairro experimentou a centralidade do carvão como motor econômico até a década de 1970. Com o progressivo declínio da mineração, novas funções urbanas emergiram, e o comércio assumiu protagonismo,

consolidando o bairro como polo econômico e de serviços. O que antes era periferia operária tornou-se ponto de convergência, reafirmando a lógica dialética entre marginalidade inicial e centralidade conquistada, uma forma de *Aufhebung* em que a negação do passado mineiro se reconfigura como base para um presente urbano multifacetado.

É nesse contexto de transformação que se insere a escolha da Santa Luzia como local para a construção de uma praça e, nela, de um monumento que ultrapassa a função de espaço de lazer, assumindo o caráter de território de memória. A década de 1990, período marcado pela abertura democrática e pela tentativa de inscrever no espaço urbano as memórias da ditadura civil-militar, foi decisiva para tal iniciativa. Não por acaso, a Praça da Resistência Democrática foi instituída por lei em 1995, durante a gestão do prefeito Eduardo Moreira. Localizada à direita da Avenida Universitária, entre as esquinas das ruas 316 e 317, a praça emergiu como espaço urbano planejado e, posteriormente, ressignificado pela instalação do Monumento aos Desaparecidos Políticos. Este duplo movimento, de praça e de monumento, reforça a dimensão do palimpsesto na cidade: primeiro como logradouro público funcional, já pensado no segundo mandato de Altair Guidi, e depois como espaço memorial, ressignificado pela inserção de uma narrativa histórica.

**Figura 87** – Monumento aos Desaparecidos Políticos nos anos 1990



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez

O bairro Santa Luzia foi escolhido não apenas por razões urbanísticas, mas sobretudo por razões simbólicas e políticas. Ao contrário de espaços centrais como a Praça Nereu Ramos, a escolha de uma área periférica estava carregada de significado: uma homenagem aos trabalhadores que historicamente sustentaram a cidade através da mineração. A ditadura militar, marcada pela repressão às organizações populares e sindicais, produziu um antagonismo entre elites políticas e empresariais e os trabalhadores. Instalar o monumento na Santa Luzia era, portanto, alinhar simbolicamente a luta pela memória e pela democracia ao perfil operário da região. Ao invés de monumentalizar a resistência em espaços já consagrados pelo poder central, a escolha deslocou o eixo da memória para a periferia, inscrevendo a narrativa da resistência em um bairro que sintetiza tanto a dureza do trabalho carbonífero quanto a vitalidade das lutas sociais.

Derlei Catarina de Luca e Marlene Soccas tiveram papel central no movimento de memória, verdade e justiça em Santa Catarina, sendo responsáveis pela articulação que resultou na construção do Monumento aos Desaparecidos Políticos em Criciúma. Derlei de Luca, ex-presa política, dedicou-se à recuperação documental e à sistematização de arquivos sobre a repressão no estado, vinculando-se ao Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça. Marlene Soccas, também ex-presa política e militante dos direitos humanos, atuou na mobilização social e na articulação institucional voltada à preservação da memória das vítimas da ditadura militar, participando de comissões e fóruns estaduais ligados ao tema. Juntas, impulsionaram a criação do monumento inaugurado em 1995, que homenageia os mortos e desaparecidos políticos catarinenses e consolidou-se como marco urbano e simbólico de reconhecimento e reparação histórica em Criciúma.

Então, no centro da Praça da Resistência Democrática ergue-se o Monumento aos Desaparecidos Políticos (Figura 87), inaugurado em 1995, obra do artista Nilton Campos Altieri. A escultura, construída em concreto, articula formas geométricas que sustentam a figura de um corpo ajoelhado, mãos para trás, cabeça erguida. Sua simbologia é direta: os corpos podiam ser dominados, dobrados pela força repressiva, mas o espírito e a dignidade permaneciam invencíveis. É uma tradução plástica da *Aufhebung*: a repressão que tentou aniquilar os corpos não conseguiu anular os ideais, que se elevaram em novas formas de consciência. Ao homenagear nove catarinenses mortos ou desaparecidos, entre eles: Divo Fernandes, Frederico Eduardo Meyer, Luis Eurico Tejera, Alceri Gomes da Silva, Luiz Guilhardini, Paulo Stuart Wright, e os catarinenses João Batista Rita, Rui Pfutzenreuter e Arno Preis, o

monumento introduziu no espaço urbano uma memória incômoda, frequentemente rejeitada por setores que preferiam o silêncio ou o esquecimento.

Os militantes catarinenses João Batista Rita, Rui Osvaldo Aguiar Pfutzenreuter e Arno Preis figuram entre as vítimas da repressão política durante a ditadura militar no Brasil. Suas trajetórias representam diferentes formas de engajamento político e de resistência à violência de Estado, tendo sido reconhecidos oficialmente entre os mortos e desaparecidos políticos do período. João Batista Rita nasceu em 24 de junho de 1948, em Santa Catarina, e atuou como estudante e militante das organizações M3G e VPR. Foi preso em Buenos Aires, em 1973, e desapareceu no contexto da repressão transnacional que articulava as ditaduras do Cone Sul. Sua morte, registrada em 5 de dezembro de 1973, insere-se no conjunto de violações de direitos humanos cometidas contra militantes brasileiros no exterior durante o regime militar e seu corpo nunca foi encontrado. Rui Osvaldo Aguiar Pfutzenreuter nasceu em 3 de novembro de 1942 e foi jornalista e dirigente do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT). Atuou na militância política de esquerda e foi perseguido por suas atividades de oposição ao regime. Morreu em 15 de abril de 1972, sendo reconhecido posteriormente entre os mortos e desaparecidos em decorrência de ações repressivas do Estado brasileiro. Arno Preis nasceu em 8 de julho de 1934 e foi advogado e militante do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), organização formada por ex-estudantes universitários que resistiam à ditadura militar. Foi assassinado em 15 de fevereiro de 1972, em circunstâncias oficiais controversas. Seu corpo foi inicialmente registrado sob nome falso, sendo identificado posteriormente. O caso de Preis exemplifica o padrão de ocultamento e falsificação de informações que caracterizou o período de repressão política no país.

Essa materialidade da memória, entretanto, não esteve livre de disputas. A recepção inicial da obra encontrou resistências na própria comunidade, que em determinado momento chegou a propor sua demolição sob justificativas que variavam desde a ocupação do espaço até a dificuldade em compreender os nomes inscritos na placa. Esses episódios evidenciam como a memória é campo de conflito, sujeita a tensionamentos entre reconhecimento e esquecimento. A cidade, como palimpsesto, revela não apenas o que se escreve em suas superfícies, mas também as tentativas constantes de apagar e reescrever. Nesse sentido, a própria manutenção da praça e do monumento tornou-se irregular, marcada por períodos de abandono, depredação e ausência de políticas consistentes de preservação, o que reforça o caráter frágil da memória coletiva quando dependente apenas da materialidade.

A inscrição memorial expandiu-se ainda pelas ruas do entorno, que receberam os nomes de desaparecidos políticos. Assim, a toponímia urbana também se converteu em campo de disputa simbólica, estendendo o que pode ser chamado de território memorial. Ruas como Divo Fernandes d'Oliveira, João Batista Rita, Paulo Stuart Wright, Frederico Mayr, Luiz Eurico Tejera Lisboa e Rui Pfutzenreuter compõem uma geografia de resistência que se sobrepõe ao traçado urbano, ressignificando a paisagem cotidiana. A nomeação das ruas, somada ao monumento e à praça, cria um complexo de memória que amplia o alcance da homenagem, reforçando a ideia de que a cidade é, ao mesmo tempo, repositório e campo de disputa de narrativas.

Vale destacar aqui que, em Criciúma, os principais locais identificados como espaços de repressão e tortura durante a ditadura militar foram o prédio do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o Estádio Heriberto Hülse e o Colégio Lapagesse. Nenhum deles está localizado na Santa Luzia, ao contrário, estão no centro da cidade. Não há menção sobre os fatos em nenhum dos espaços.

Esses locais foram mencionados em depoimentos e pesquisas sobre a repressão na região carbonífera, especialmente nas iniciativas conduzidas por Derlei Catarina de Luca e pelo Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça. O prédio do DNPM, vinculado ao controle estatal da produção carbonífera, foi utilizado para interrogatórios e detenções de trabalhadores e militantes, em um contexto de vigilância intensa sobre os sindicatos e movimentos de oposição. O Estádio Heriberto Hülse, espaço simbólico da cidade, foi igualmente referido como ponto de triagem e prisão de manifestantes durante ações repressivas. Já o Colégio Lapagesse, então sob influência de setores conservadores alinhados ao regime, foi utilizado para atividades de controle e cooptação política, representando o envolvimento de instituições educacionais no aparato de disciplinamento e repressão local.

Há uma contradição evidente: enquanto a nomenclatura oficial e o monumento buscam inscrever a memória da resistência, o cotidiano urbano revela uma tendência à invisibilização. Muitos moradores desconhecem o significado da praça e dos nomes das ruas, o que reflete a ausência de políticas educativas contínuas que reforcem o valor histórico desses marcos. Assim, o território de memória se vê constantemente ameaçado pelo esquecimento, funcionando mais como vestígio do que como presença ativa na construção da consciência coletiva. Aqui se revela uma dimensão essencial do patrimônio cultural: não basta a materialidade, é necessário o vínculo ativo da comunidade com o significado do espaço. Quando isso não



ocorre, o risco é de que o monumento se torne ruína sem função simbólica, mais um elemento a ser consumido pela lógica da urbanização acelerada.

A expansão da Grande Santa Luzia nas últimas décadas acentuou essa tensão. Novos loteamentos (Figura 88), condomínios e equipamentos urbanos transformaram a paisagem, inserindo fluxos de comércio e serviços que ressignificaram o bairro. O crescimento em direção ao oeste e à quase-conurbação com Forquilha ampliou o papel centralizador da Santa Luzia, mas também pressionou seus espaços de memória. A praça, outrora marco da resistência, passou a se inserir em meio a um cenário de intensa transformação, onde a lógica do mercado imobiliário e a busca por infraestrutura urbana competem com a preservação da memória histórica. Mais uma vez, o palimpsesto urbano se revela: sobre as camadas da mineração, do comércio e da resistência política, novas camadas de expansão urbana se sobrepõem, trazendo consigo tanto a promessa de modernização quanto o risco de apagamento das marcas anteriores.

**Figura 88 – Loteamento Jardim Catarina possui 581 lotes**



Fonte: Portal Mais Sul, 2023. Disponível em: < <https://maissul.com.br/2023/04/08/diferenciais-da-grande-santa-luzia-atraem-empreendimentos-imobiliarios/> >

Nesse processo, a Praça da Resistência Democrática sintetiza as contradições entre memória e esquecimento, entre fixos e fluxos. Como fixo, permanece materializada em



concreto, pedra e na toponímia<sup>48</sup>. Como fluxo, é constantemente ressignificada pela circulação de pessoas, pelas disputas de interpretação e pelas transformações do entorno. Seu estado atual, marcado pela falta de manutenção e pelo distanciamento simbólico de grande parte da população, é testemunho das dificuldades em manter viva a memória coletiva em meio à voracidade da urbanização. Ao mesmo tempo, sua própria permanência resiste como lembrete incômodo, uma interrupção no tecido urbano que insiste em recordar que o passado não pode ser completamente apagado.

A atribuição de nomes de militantes a ruas de um bairro operário e periférico carrega consigo uma forte carga política. Ela desloca a memória de uma elite urbana, habitualmente preservada em avenidas centrais ou monumentos tradicionais, para um espaço popular. O ato de nomear é, portanto, também um ato de resistência. Não se trata apenas de batizar vias para efeitos administrativos, mas de inscrever no cotidiano das pessoas uma narrativa sobre a luta pela democracia. Contudo, a eficácia simbólica desse gesto não é linear. Muitos moradores desconhecem quem foram as figuras lembradas, o que revela a ausência de ações educativas permanentes. A rua, nesse caso, torna-se um signo vazio para grande parte da população, reforçando a fragilidade da memória coletiva quando não sustentada por processos pedagógicos de longo prazo.

O monumento, a praça e a nomenclatura das ruas, quando analisados em conjunto, revelam uma tentativa deliberada de criar um território de memória em Criciúma. Mas esse território enfrenta a força de outras lógicas urbanas: o crescimento populacional, o avanço do mercado imobiliário e a constante demanda por novos fluxos e usos do solo. Nesse sentido, o patrimônio cultural, ao se materializar nesses marcos, passa a disputar espaço com as forças de transformação urbana. É aqui que se torna evidente a tensão entre fixos e fluxos. O monumento e os nomes de ruas são fixos que carregam significados, mas os fluxos de expansão urbana e de práticas cotidianas frequentemente os diluem, relegando-os ao esquecimento. A memória, nesse cenário, corre o risco de ser invisibilizada, mesmo quando permanece fisicamente presente.

---

<sup>48</sup> No campo da arquitetura e do urbanismo, a toponímia refere-se ao estudo e à análise dos nomes de lugares, ruas, praças e demais logradouros. Para além da função de identificação e localização, a toponímia constitui um importante registro histórico, cultural e político, revelando permanências, transformações e disputas de memória no espaço urbano (DICK, 1990).

Esse processo é intensificado pelo contexto político contemporâneo, em que o negacionismo e o revisionismo histórico sobre a ditadura civil-militar ganham força em alguns setores sociais. A ausência de políticas públicas consistentes para preservação e valorização da memória democrática contribui para que monumentos como o da Praça da Resistência Democrática sofram abandono e até mesmo depredações. Relatos sobre tentativas de destruição do monumento por parte de moradores da região, ainda que não tenham se concretizado, evidenciam como a memória coletiva é constantemente tensionada pelo presente. O espaço urbano, nesse caso, não é apenas cenário, mas campo de conflito ativo, em que diferentes narrativas competem por legitimidade.

A dinâmica do bairro Santa Luzia também é essencial para compreender esse território memorial. A região, marcada pela origem mineira e pela posterior centralidade comercial, inscreve em sua paisagem as marcas da luta operária e da resistência social. Instalar ali a Praça da Resistência Democrática foi, portanto, uma decisão que alinhou o espaço físico à identidade política da comunidade. Ainda assim, essa mesma comunidade, transformada ao longo das décadas pela urbanização e pelo comércio, tende a esquecer ou relativizar o significado simbólico do espaço. O cotidiano, com suas demandas por infraestrutura, transporte e consumo, sobrepõe-se às camadas de memória, reforçando a natureza das camadas da cidade: as marcas não desaparecem, mas se tornam vestígios quase apagados, subsistindo em camadas profundas.

A ausência de continuidade em políticas públicas de preservação cultural também revela o modo como o poder público local lida com o patrimônio da memória. O projeto de lei aprovado em 2013 para identificar oficialmente os espaços de memória da ditadura, incluindo edifícios utilizados para interrogatórios e prisões em Criciúma, nunca foi efetivado. A falta de placas ou roteiros de memória demonstra a fragilidade institucional de políticas de preservação histórica, deixando que o monumento e a praça sobrevivam mais pela resistência simbólica de alguns grupos do que por uma política consistente de Estado. Essa lacuna reforça a ideia de que a memória coletiva não é apenas construída, mas também constantemente ameaçada pelo esquecimento.

O monumento, outrora símbolo de uma narrativa coletiva, corre o risco de ser engolido pela voragem da expansão urbana, reduzido a mais um elemento da paisagem. A lógica da urbanização acelerada, que prioriza infraestrutura, mobilidade e comércio, tende a invisibilizar

os espaços de memória, considerados de pouca utilidade prática para a dinâmica contemporânea.

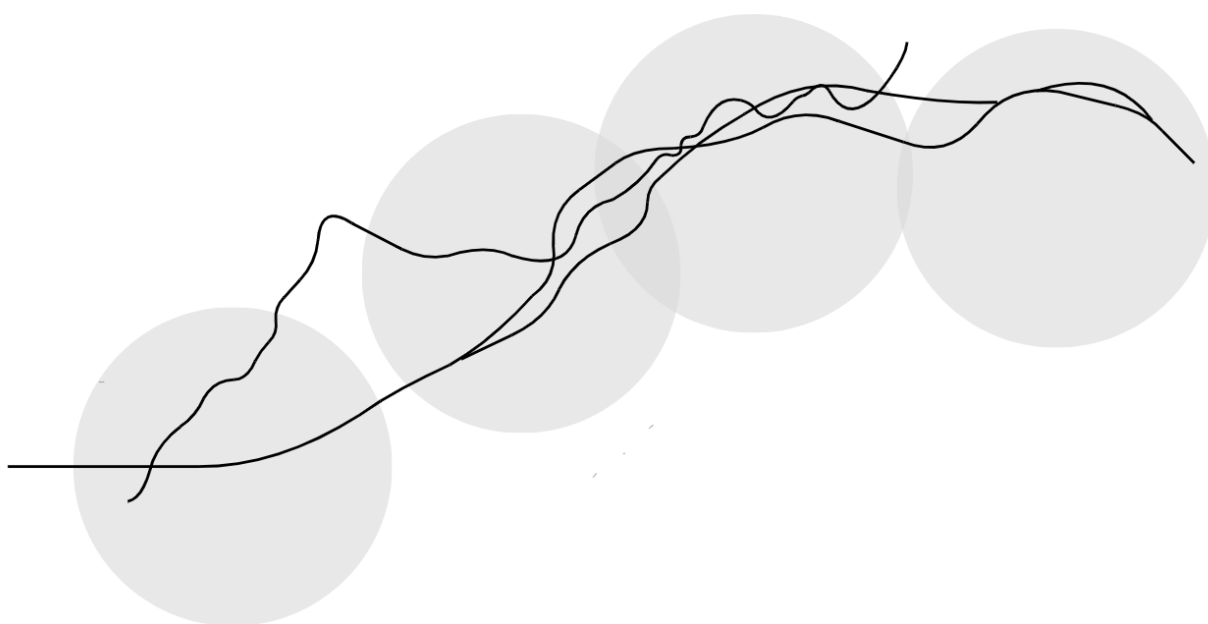
Ao observar a Praça da Resistência Democrática e o território memorial que a envolve, percebe-se que o patrimônio cultural não é apenas a preservação de edifícios antigos ou de paisagens tradicionais. Ele é também a inscrição de memórias dolorosas e incômodas, que resistem em permanecer mesmo quando não há consenso social sobre sua legitimidade. Nesse sentido, o bairro Santa Luzia carrega em sua paisagem urbana não apenas a história da mineração e da expansão comercial, mas também a memória da repressão e da resistência, inscrita em concreto, em placas e em ruas. O desafio que se impõe é o de transformar essas permanências em instrumentos ativos de educação patrimonial e cidadã, para que não se percam na voragem da urbanização, mas possam dialogar com o presente e com o futuro da cidade.

O futuro da Praça da Resistência Democrática, portanto, está em aberto. Sua permanência como espaço de memória depende da capacidade da cidade de articular as dimensões da urbanização com a preservação do patrimônio cultural. Se a expansão for conduzida sem atenção à memória, a praça se tornará ruína esquecida em meio a condomínios e avenidas. Se, ao contrário, a expansão integrar a valorização da memória, a praça poderá se tornar referência viva, conectando passado e futuro. Essa é a dialética que estrutura a condição urbana de Criciúma: o constante embate dicotômico entre apagar e lembrar, entre destruir e preservar, entre esquecer e resistir.

*All these accidents that happen  
Follow the dot  
Coincidence makes sense  
Only with you  
You don't have to speak, I feel  
Emotional landscapes  
They puzzle me  
Then the riddle gets solved  
And you push me up to this  
State of emergency, how beautiful to be  
State of emergency, is where I want to be*

Todos esses acidentes que acontecem  
Seguem os pontos  
As coincidências fazem sentido  
Só com você  
Você não precisa falar, eu sinto  
As paisagens emocionantes  
Elas me confundem  
Então o enigma é resolvido  
E você me deixa neste  
Estado de emergência, como é belo estar  
Estado de emergência, é onde eu quero estar

Björk, *Jóga* (1997)



## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, percorri as camadas da cidade de Criciúma na tentativa de compreender seus processos de formação, suas rupturas e permanências, suas sobreposições materiais e simbólicas. A tese nasceu de um incômodo diante dos silêncios urbanos, das ausências de memória e das transformações que se impõem sobre o território como se o tempo pudesse ser continuamente apagado. Nesse percurso, procurei construir uma leitura dialética da cidade, em que a análise das praças, edificações e rastros urbanos se articulou à reflexão teórica e metodológica sobre o próprio fazer da pesquisa. Mais do que uma conclusão, este texto constitui uma síntese aberta: uma tentativa de reunir os caminhos percorridos e de reconhecer as lacunas, incertezas e provocações que permaneceram.

As praças de Criciúma se abrem, em sua pluralidade, como fragmentos de um palimpsesto urbano. Cada uma delas carrega em si o peso da história e a leveza dos encontros cotidianos; cada espaço condensa camadas de tempo, fluxos de sociabilidade, fixos de arquitetura e rastros de memórias que persistem, mesmo quando tudo parece ter sido apagado. A cidade, quando olhada a partir de suas praças, deixa de ser apenas território do crescimento econômico ou da especulação imobiliária: ela se revela como um corpo vivo, feito de permanências e demolições, de resistências e esquecimentos. Ao longo deste percurso analítico, as dez praças se tornam âncoras de uma leitura ampliada da cidade, permitindo compreender como os espaços públicos condensam contradições, disputas e possibilidades de futuro.

Nesta pesquisa, adotei uma pequena amostra de dez praças dentre todas as outras que existem na cidade e poderiam abrir margens para outros cruzamentos e discussões. A diversidade de tempos e temáticas que apresenta esta tese reforça como o papel da cidade é diverso, dinâmico, entrelaçado e conectado onde a efervescência da vida urbana constante e inconstante ao mesmo tempo. Desenvolver as duas primeiras seções foi essencial para estabelecer um amadurecimento teórico deste trabalho e permitiu discorrer sobre a urbanização da cidade de Criciúma percorrendo os caminhos e os logradouros de modo fluido, mas ao mesmo tempo conectado.

Na Praça do Trabalhador, percebemos uma memória da mineração respirando por aparelhos ainda sob o concreto. O espaço urbano se faz testemunha das jornadas de milhares de trabalhadores que moldaram a cidade com seu esforço físico e suas lutas sociais. Ali, o fluxo dos trens, que já não passam, deixou marcas fixas na paisagem, transformando a praça em símbolo da passagem do tempo. A *Aufhebung* se manifesta nesse lugar: algo se perde com a

ausência dos trilhos, mas algo permanece na identidade coletiva que reconhece a praça como herança da era do carvão.

A Praça da Chaminé, por sua vez, ergue-se como uma cicatriz aberta no tecido urbano. O vestígio industrial, convertido em espaço público, não apenas materializa a história da mineração, mas também denuncia a tentativa de ocultar suas contradições. Ali onde havia fumaça e fuligem, agora há árvores e grama, mas o monumento decorrente da chaminé insiste com muita resistência em lembrar o que a cidade tantas vezes quer esquecer (e esquece). Essa praça se torna metáfora do patrimônio cultural em sua dimensão conflitiva: aquilo que é celebrado como memória, mas que também é fruto de dor, exploração e desigualdade.

A Praça Nereu Ramos se apresenta como centro simbólico, núcleo início da Criciúma urbana, é a inauguração da cidade. Sua configuração espacial e arquitetônica, suas funções políticas e culturais, revelam como as praças centrais se tornam palcos privilegiados da memória coletiva. No entanto, a modernização, as reformas e até mesmo a retirada de elementos como o *petit pavé* denunciam os apagamentos que se sobrepõem ao longo do tempo. Nela, a noção de palimpsesto se evidencia com nitidez: cada camada nova não apaga completamente a anterior, mas a recobre de modo a tornar sua leitura mais difícil. A praça é, assim, um arquivo aberto, mas um arquivo marcado pela seletividade daquilo que se decide preservar ou demolir.

A Praça do Congresso desvela outra face do urbano: a das elites e da especulação. Mais do que espaço de convivência, ela foi historicamente alvo de projetos de valorização imobiliária, de interesses privados que moldaram seu entorno e definiram seus usos. O espaço público, nesse caso, funciona como vitrine de poder, evidenciando as tensões entre diferentes grupos sociais que disputam a cidade. Aqui, a paisagem urbana aparece como campo de conflito, onde a praça é menos lugar de todos e mais símbolo de poucos, revelando as contradições entre a função pública do espaço e os interesses privados que o cercam.

Na Praça Maria Silva Rodrigues, a transformação é marcada pela ausência. O apagamento das antigas estruturas carboníferas abriu caminho para uma nova paisagem, que incorporou o comércio, os serviços e as práticas culturais de uma cidade em mutação. O desaparecimento da ferrovia, elemento estruturador da cidade, inscreve no espaço uma ruptura que redefine fluxos e usos. O patrimônio cultural, nesse caso, se mostra não apenas naquilo que permanece, mas também no vazio que resta quando algo é demolido ou

desativado. A praça, enquanto fragmento urbano, é testemunha de uma cidade que constantemente apaga seus rastros para reinventar-se.

A Praça Domenico Sônego remete à centralidade das indústrias na vida urbana. Próxima de antigas fábricas e integrada ao coração da cidade, ela foi lugar de encontro de trabalhadores e empresários, de negociações e celebrações. Ali, o espaço público não é apenas lugar de lazer, mas também extensão das relações produtivas que definiram Criciúma. O ritmo da vida industrial se materializou no espaço, fazendo da praça um reflexo das contradições entre capital e trabalho. Mais uma vez, a *Aufhebung* se manifesta: a superação dialética de uma etapa da história da cidade, que não elimina as contradições passadas, mas as reinscreve em nova configuração.

A Praça Santa Bárbara evidencia as desigualdades estruturais da cidade. Localizada em um território marcado pela mineração, sua história remete às vilas operárias, aos símbolos religiosos e às hierarquias de raça e classe que se materializaram na paisagem urbana. Ali, o espaço público não é apenas lugar de encontro, mas também palco de segregações e de disputas simbólicas. A praça se torna expressão das assimetrias que estruturaram a vida urbana de Criciúma, lembrando que o patrimônio cultural não é neutro: ele carrega em si as marcas da exclusão e da desigualdade.

A Praça Sebastião Toledo dos Santos, diante do Bairro da Juventude, representa outro tipo de centralidade. Apesar de sua importância simbólica, hoje encontra-se em desuso, cercada por barreiras urbanas que dificultam o acesso. Sua localização entre corredor de ônibus e avenida revela as contradições da urbanização contemporânea, que muitas vezes inviabiliza o uso do espaço público. Ainda assim, a praça carrega o nome de uma liderança comunitária e inscreve no território a memória de uma história local. A dificuldade de sua apropriação revela a tensão entre projeto urbano e vivência cotidiana, entre desenho oficial e uso real do espaço.

A Praça João Constante Milioli, no bairro Santa Luzia, se conecta à identidade da comunidade e ao desenvolvimento religioso, social e urbano da região. Ela reflete a história de uma localidade que cresceu a partir da fé, das relações comunitárias e da resistência cotidiana de seus moradores. A praça é, nesse caso, lugar de pertencimento, símbolo de coesão e de memória coletiva. Ao mesmo tempo, é também palco das contradições de uma cidade em expansão, onde as transformações constantes desafiam a permanência dos vínculos tradicionais.



A Praça da Resistência Democrática é talvez a mais emblemática em termos políticos e simbólicos. O monumento aos mortos e desaparecidos políticos inscreve na paisagem da cidade a memória da ditadura civil-militar, homenageando aqueles que resistiram ao regime e pagando tributo à democracia. A escolha do bairro Santa Luzia para receber esse monumento não foi casual: trata-se de uma região periférica, de perfil operário, cuja história de luta dialoga diretamente com o sentido da homenagem. No entanto, esse espaço também revela as dificuldades da cidade em lidar com seu passado: o monumento já enfrentou abandono, depredação e até tentativas de destruição. Ele resiste como espaço de memória, mas resiste também como espaço de disputa, onde o passado não é consensual e onde o presente insiste em negar ou silenciar certas vozes.

Juntas, essas dez praças configuram um percurso analítico e poético pela cidade. Cada uma delas, ao seu modo, evidencia a dinâmica de um espaço urbano que é, ao mesmo tempo, fixo e fluxo, permanência e mudança, memória e esquecimento, dialético. O conceito de palimpsesto urbano percorre todas essas análises: as praças são páginas reescritas muitas vezes, onde cada nova camada convive com vestígios das anteriores. A *Aufhebung*, por sua vez, permite compreender como as contradições da história urbana não são superadas de forma linear, mas se acumulam, se transformam e se ressignificam.

Se Criciúma pode ser lida a partir de suas praças, o que emerge é a imagem de uma cidade complexa, feita de sobreposições e tensões. Os espaços públicos analisados revelam tanto os momentos de celebração quanto os de conflito; tanto as memórias preservadas quanto os silêncios impostos; tanto os símbolos de poder quanto os gestos de resistência. Cada praça é, em si mesma, uma síntese de processos históricos, sociais e culturais que estruturaram a cidade. Juntas, elas compõem uma cartografia crítica do urbano, permitindo compreender Criciúma não como espaço homogêneo, mas como território múltiplo, marcado por desigualdades, lutas e esperanças.

Ao caminhar simbolicamente por essas dez praças, o leitor se torna também flâneur, como alguém que lê a cidade com os pés e com os olhos, que escuta seus murmúrios e percebe suas ausências. As praças, nesse percurso, não são apenas objeto de estudo: elas se tornam interlocutoras, vozes de um passado que insiste em dialogar com o presente e projetar futuros possíveis. Palavras de um passado que tentam ser escritas no presente para ser um texto lido no futuro. Nesse sentido, essas considerações finais não são uma conclusão, mas são uma

abertura: abertura para novos olhares, novas interpretações e novas disputas sobre o que significa viver e construir a cidade.

A base teórica que sustentou este trabalho foi construída de forma gradual. O conceito de palimpsesto urbano orientou a leitura das camadas históricas e espaciais de Criciúma, permitindo enxergar a cidade não como uma sucessão linear de tempos, mas como um corpo simultaneamente composto de restos e atualizações. A ideia de palimpsesto, conforme proposta por Corboz, e aprofundada nas interpretações de Pesavento e Fortuna, serviu como chave de leitura para compreender as cidades como textos reescritos ao longo do tempo. Textos que guardam sob a superfície das reformas e demolições os traços de outros períodos e de outras intenções.

Ao mesmo tempo, a noção de espaço como sistema de objetos e ações, formulada por Milton Santos, foi essencial para compreender Criciúma enquanto território em constante disputa entre fixos e fluxos. As praças, os edifícios industriais, as ruas e as demolições foram aqui interpretados como elementos concretos, mas também como expressões de relações sociais e de valores simbólicos que se transformam. Essa leitura foi atravessada pela perspectiva dialética de Hegel, especialmente pela ideia de *Aufhebung*: a superação que conserva. Em Criciúma, cada nova camada urbana nega parcialmente a anterior, mas também a contém de algum modo: na permanência de traçados, na memória dos lugares ou nas ruínas que resistem ao esquecimento.

Outros autores, como Michel de Certeau e Sandra Pesavento, ajudaram-me a perceber que as práticas cotidianas e as representações do espaço são dimensões inseparáveis. A cidade não é apenas aquilo que se constrói ou destrói, mas também o que se caminha, se narra e se recorda. Essa abordagem ampliou a dimensão sensível da pesquisa e permitiu compreender que a memória urbana é feita tanto de materialidades quanto de práticas simbólicas e afetivas.

Tentei desenvolver o trabalho de modo que a fundamentação teórica permeasse esta tese não apenas com citações ou com o objetivo de sustentar o discurso acadêmico, mas servir de guia para o olhar. Foi ela que me orientou as escolhas, os recortes e o modo de perceber o urbano como um campo em permanente movimento entre o visível e o ausente, entre o que se mostra e o que insiste em permanecer nas frestas.

A trajetória metodológica seguiu os mesmos princípios de sobreposição e confronto que sustentaram o pensamento teórico. A opção foi por uma abordagem qualitativa e documental, baseada na leitura de fotografias, mapas, plantas e registros institucionais, somada à

observação direta dos espaços urbanos e ao exercício da refotografia comparativa. Essa técnica que conheci durante o período sanduíche, inspirada nas experiências de Jon Rieger e outros pesquisadores da imagem, permitiu estabelecer relações entre o passado e o presente, entre o que foi e o que restou.

A refotografia revelou-se não apenas um instrumento técnico, mas um método de pensamento: colocar a câmera diante do mesmo lugar em tempos distintos significou confrontar histórias, ausências e resistências. Ao repetir o enquadramento, o ato fotográfico se tornou gesto de leitura, evidenciando o caráter de palimpsesto da cidade. Esse procedimento se mostrou especialmente produtivo nas análises das praças e edificações demolidas, onde o olhar comparativo possibilitou reconhecer o movimento das transformações urbanas e as contradições da modernização local. Ainda, em decorrência da verticalização em vários pontos da cidade, não era possível reproduzir o ângulo exatamente igual sem colidir o drone com postes, fios ou prédios.

Esse percurso metodológico não esteve isento de limitações. Enfrentei grande dificuldade para encontrar fotografias e registros históricos de regiões que não pertencem ao Centro ou à Próspera, o que evidencia a desigualdade na constituição da memória urbana. As áreas periféricas, as vilas operárias e os espaços associados à classe trabalhadora permanecem sub-representados nos acervos públicos e privados, o que impôs lacunas à pesquisa. Essa ausência de imagens e documentos não é apenas técnica, ela é sintoma de uma seletividade histórica que privilegia certos lugares e invisibiliza outros. Diante disso, foi necessário recorrer a fontes alternativas, cruzar informações de arquivos distintos e realizar observações in loco para recompor as tramas urbanas silenciadas.

Essas dificuldades revelaram algo importante: estudar a cidade é também enfrentar seus vazios, seus silêncios e as formas pelas quais a memória oficial se constrói. Por isso, mais do que um obstáculo, as ausências documentais se tornaram parte do próprio método e me ajudaram a compreender a cidade não apenas pelo que mostra, mas também pelo que esconde e muitas vezes destrói.

Entre as muitas imagens e textos examinados, o que mais me marcou foram os rastros que percebi pelo caminho. Eles surgem como fragmentos, indícios e sobrevivências que insistem (respirando por aparelhos) em permanecer. Em Criciúma, esses rastros se manifestam nas fachadas de antigas edificações industriais, nos pavimentos refeitos, nas praças reconfiguradas e, sobretudo, na memória coletiva. O termo “rastro” nesse caso não é metáfora,

ele expressa o vestígio concreto de uma história que o urbanismo modernizador tentou apagar, mas que continua visível em frestas e contornos e em lugares difíceis de acessar.

A cidade carvoeira, moldada pela exploração do carvão e pela força das companhias mineradoras, foi sendo recoberta por novos discursos de progresso, eficiência e consumo. Contudo, por baixo dessa superfície, persistem marcas materiais e simbólicas que resistem à completa homogeneização. A CESACA demolida, a Praça Abelle Colle demolida, o prédio do DNPM reformado, a Casa da Cultura abandonada, a Praça Nereu Ramos remodelada, a Praça da Resistência Democrática ameaçada e outros espaços analisados nesta tese constituem camadas de um mesmo texto urbano.

Esses lugares revelam que a história da cidade não é linear, mas acumulativa. Cada reforma, cada destruição ou reconstrução deixa traços, e esses traços, quando observados em conjunto, formam uma narrativa daquilo que Criciúma se tornou. A cidade é um mosaico de tempos sobrepostos, um palimpsesto em que os rastros do passado se infiltram no presente, ainda que de modo residual.

Interpretar esses rastros foi também um exercício ético. Eles me obrigaram a olhar para o que não está mais ali e, ainda assim, persiste como presença. O reconhecimento das camadas urbanas não é apenas um gesto de reconstrução histórica, mas uma tentativa de devolver visibilidade ao que foi apagado. Nesse sentido, os rastros de Criciúma revelam não apenas o que a cidade foi, mas também o que ela escolheu esquecer.

As reflexões desenvolvidas ao longo desta tese não encerram o tema; ao contrário, apontam para a necessidade de novas investigações. Em primeiro lugar, é fundamental a criação de um inventário digital georreferenciado que reúna edifícios demolidos, praças descaracterizadas e outros marcos urbanos suprimidos, de modo a constituir uma cartografia histórica acessível. Essa base de dados poderia integrar acervos públicos, universidades e iniciativas independentes, contribuindo para políticas de preservação e educação patrimonial.

Em segundo lugar, considero essencial aprofundar estudos voltados à percepção social da memória urbana. É preciso compreender como a população se relaciona com os espaços históricos, o que reconhece como patrimônio e o que ignora como parte de sua herança coletiva. Essa dimensão cultural e subjetiva é indispensável para qualquer ação de preservação que se pretenda democrática. O Apêndice A é um início dessa inquietação visto que atualmente muitas as pessoas constroem suas opiniões a partir da disseminação de notícias na internet.

Em terceiro lugar, sugiro a ampliação da análise para outras cidades da AMREC, de modo a observar como os processos de modernização e apagamento da memória se repetem, com variações, no contexto regional. Comparar Criciúma com cidades como Urussanga, Lauro Müller ou Siderópolis, mesmo que de tamanhos diferentes, permitiria identificar padrões de urbanização e de políticas patrimoniais no sul catarinense. Ou até mesmo cidades fora da AMREC como Tubarão e Araranguá.

Por fim, reconheço esta tese não apenas como um estudo, mas como uma proposta metodológica inédita e interdisciplinar de leitura das cidades. A integração entre o método dialético, a geografia crítica e a análise fotográfica comparativa constituiu um caminho de pesquisa que alia teoria e empiria, história e imagem, materialidade e simbolismo. Essa metodologia pode ser adaptada a outros contextos urbanos, oferecendo instrumentos para compreender como o tempo se inscreve nos espaços e como o espaço, por sua vez, produz novas temporalidades. Acredito que a cidade, quando analisada a partir de suas camadas visuais e de suas contradições, se revela como um documento em movimento, como um texto que pode ser relido e reinterpretado a cada nova geração de pesquisadores.

Chego ao final desta tese consciente de que a maior parte do patrimônio cultural de Criciúma vive sob o signo da incerteza. A cada demolição, a cidade parece ensaiar o mesmo gesto de esquecimento, apagando não apenas edifícios, mas também modos de vida e referências simbólicas. O que se constrói em seu lugar, muitas vezes, é uma paisagem homogênea, descolada da história e alheia à memória coletiva.

Durante esta pesquisa, percebi que as fragilidades da política patrimonial não estão apenas nas instituições, mas na própria cultura urbana. Falta à cidade (e talvez ao estado e ao país) uma percepção mais profunda de que o patrimônio não é um obstáculo ao desenvolvimento, mas uma dimensão de pertencimento. A ausência de uma consciência coletiva sobre o valor dos lugares históricos torna a preservação dependente de ações isoladas, quase sempre frágeis diante das pressões econômicas e políticas.

As demolições recentes de edificações significativas, o abandono de praças históricas e a descontinuidade das ações de tombamento revelam um padrão de desamparo institucional. Mesmo quando há reconhecimento formal, a proteção raramente se converte em manutenção, uso e valorização social. Assim, o patrimônio cultural de Criciúma encontra-se entre a resistência e o esquecimento, entre o desejo de lembrar e a conveniência de apagar.

Mas, se há angústia, há também resistência. Ela se manifesta nas iniciativas de pesquisa, nos movimentos culturais, nos grupos que documentam e divulgam o passado local, e nas memórias individuais que persistem apesar das perdas. Cada tentativa de preservar, registrar ou rememorar é, em si, um ato de oposição à lógica do descarte. A incerteza que envolve o patrimônio não é apenas sinal de fragilidade, mas também de vitalidade: ela mostra que a memória ainda provoca, ainda incomoda, ainda pede lugar.

O estudo da cidade revelou que o patrimônio cultural é um campo de disputa permanente — um espaço em que se confrontam narrativas oficiais, interesses econômicos e experiências cotidianas. As praças, edifícios e vazios urbanos de Criciúma expressam essas tensões, fazendo do território uma arena onde o passado e o presente se entrelaçam. O desafio, daqui em diante, é transformar essas angústias em consciência crítica e em práticas de valorização efetiva.

Ao concluir esta pesquisa, percebi que compreender Criciúma foi, ao mesmo tempo, um exercício de leitura do espaço e um mergulho nas camadas do tempo. Cada fotografia, cada planta, cada visita, mostrou que a cidade é menos um objeto do que um processo: ela se refaz constantemente, mesmo quando parece permanecer.

Procurei demonstrar que a cidade não é um cenário fixo, mas uma narrativa viva, escrita sobre si mesma em múltiplas versões. As demolições e reconfigurações não apagam totalmente o passado; apenas o reescrevem em outra linguagem. Cabe ao pesquisador, ao cidadão e ao poder público aprender a ler esses textos sobrepostos e a reconhecer neles o sentido da continuidade.

Penso que termino esse percurso com a convicção de que estudar a cidade é também um gesto de pertencimento. Olhar para Criciúma através do palimpsesto urbano foi um modo de reencontrar suas histórias, de compreender suas contradições e de reconhecer que o tempo, mesmo quando destrói, também conserva. As incertezas do patrimônio cultural continuam a pairar, mas talvez nelas resida a possibilidade de transformação. Porque toda cidade é, em última instância, um texto aberto. E enquanto houver quem a leia, ela continuará a se escrever e reescrever.

A cidade, como o próprio tempo, avança sem cessar, reconfigurando sentidos e dissolvendo fronteiras entre passado e presente. E é justamente nesse movimento incessante que se manifesta a condição contemporânea das cidades e de seus patrimônios. Aceleração da história.

*Start your own currency  
 Make your own stamp  
 Protect your language  
 [...]*

*Damn colonists  
 Ignore their patronizing  
 Tear off their blindfold  
 Open their eyes  
 [...]*

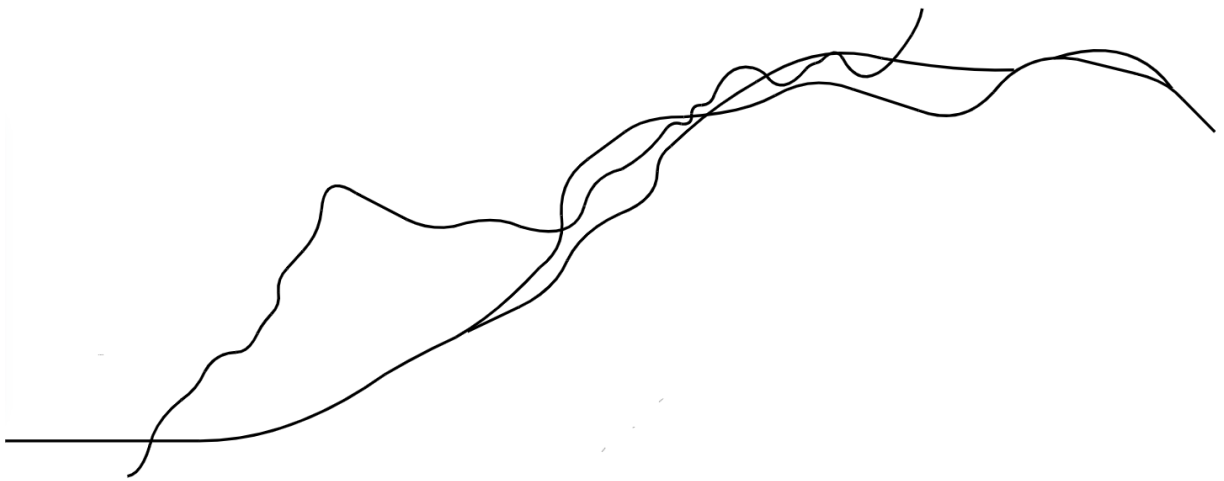
*Don't let them do that to you  
 With a flag and a trumpet  
 Go to the top of the highest mountain  
 Declare independence  
 Don't let them do that to you*

Façam sua própria moeda  
 Façam seus próprios selos  
 Protejam sua língua  
 [...]

Malditos colonizadores  
 Ignoram seu patriotismo  
 Tirem suas vendas  
 Abram seus olhos  
 [...]

Não deixe que eles façam isso com vocês  
 Com uma bandeira e um trompete  
 Vão para o topo de sua montanha mais alta  
 Declarem independência  
 Não deixe que eles façam isso com vocês

Björk, *Declare Independence* (2007)



## 8. MANIFESTO



Minha tese é a de que o texto da cidade está desaparecendo. Criciúma, tal como tantas cidades brasileiras, está se desfazendo diante dos meus olhos em meio a demolições, apagamentos e silêncios. Não é apenas o patrimônio edificado que desmorona com cada parede derrubada: são também as lembranças, as histórias, os vínculos que os moradores teciam com cada rua, cada praça, cada edifício. A cidade que um dia existiu se esvai como areia entre os dedos, e temo que as futuras gerações jamais conheçam a Criciúma que já fomos. Eu caminho pelas praças e vejo camadas sobrepostas de uma história que resiste em fragmentos. Mas sei que cada demolição, cada descaracterização, rasura uma linha desse palimpsesto urbano. Não se trata apenas de tijolos e concreto: trata-se da alma coletiva que se constrói no espaço público. Quando uma praça é mutilada, quando um prédio histórico é apagado, não se perde apenas uma forma arquitetônica, perde-se a possibilidade de reconhecer a si mesmo na paisagem. Minha tese é também um grito. Um grito cansado. Um grito quase desistente. Um grito contra a naturalização da destruição, contra o discurso de que "o novo" precisa ocupar o lugar do "velho", sem que o velho sequer tenha sido compreendido em sua profundidade. Grito contra a especulação que transforma o espaço da memória em mercadoria. Grito contra a pressa que corrói, sem pausa para escutar o que as pedras ainda têm a dizer. Defender o patrimônio cultural não é defender o passado empoeirado. É, ao contrário, defender o direito ao futuro. É assegurar que as próximas gerações possam caminhar pelas ruas e praças da cidade e ainda perceber nelas as marcas do que fomos. É garantir que a memória coletiva continue sendo um lugar de pertencimento, e não um vazio repleto de silêncios. Você tem medo do seu passado? A minha tese é que a cidade precisa ser lida, como se lê um livro. Mas como ler um livro cujas páginas são arrancadas a cada dia? Como reconstruir uma narrativa se as palavras são substituídas pelo vazio? Criciúma é um texto interrompido, e cabe a nós impedirmos que se torne ilegível. Eu não aceito a cidade como ruína programada. Eu não aceito a lógica da demolição como destino. Eu defendo uma cidade que se reconheça em suas praças, em suas igrejas, em suas ruas e em seus monumentos. Defendo que cada gesto de preservação é também um gesto de resistência. Defendo que o patrimônio não é apenas uma herança: é uma responsabilidade ética com o presente e com o futuro. Essa é a minha tese: o texto da cidade



## 9. REFERÊNCIAS

ADAMI, Rose Maria. **Rio Criciúma: o rio que a cidade escondeu – significados e representações na paisagem.** Criciúma: Unesc, 2015.

ADAMS, Betina. **Preservação Urbana: Gestão e resgate de uma história.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2002. 192p.

ALBUQUERQUE, Ana Paula Freitas. Autenticidade, memória e identidade na conservação do patrimônio cultural edificado: a situação brasileira. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO PATRIMÔNIO, SUAS MATÉRIAS E IMATÉRIAS. **Anais [...]**. 2016. Lisboa: LNEC, 2016.

ALBUQUERQUE, Rosmane Gabriele Varjão Alves de. **O conceito de Aufhebung em Hegel : uma investigação sobre a doutrina do ser na ciência da lógica e na enciclopédia.** 2021. 112 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

AMARO, Antonio Rafael; GOULARTI FILHO, Alcides; FELTRIN, Rodrigo Fabre. Conflitos e disputas: demolições do patrimônio histórico e a atuação do Ministério Público em Criciúma/SC. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, n. 64, p. 215–240, 2025.

ANTÔNIO, Jamile Rosane Zanette. **A rua como espaço público formador do imaginário coletivo: um estudo na cidade de Criciúma/SC.** 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2019.

ARNS, Otília (coord.). **Criciúma: 1880-1980: A semente deu bons frutos.** Florianópolis, 1985.

ARRUDA, R. P. de. **Cidades-capitais imaginadas pela fotografia: La Plata (Argentina), Belo Horizonte (Brasil), 1880–1897.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. 263 p. (Coleção História).

BACK, Raquel Stoltz; TEIXEIRA, Luiz Eduardo Fontoura. Circuito histórico-cultural em Criciúma: a redescoberta da cidadania através da educação patrimonial. In: CAMPOS, Juliano Bitencourt; PREVE, Daniel Ribeiro; SOUZA, Ismael Francisco de (orgs.). **Patrimônio cultural, direito e cidadania.** Erechim, RS: Habilis, 2013. p. 261-290.

BAILLY, J. C. **A frase urbana.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

BALIBREA, Mari Paz. Memória e espaço público na Barcelona pós-industrial. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 67, p. 31-54, 2003.

BALTHAZAR, Luiz Fernando. **Criciúma: memória e vida urbana.** Florianópolis, SC: Do Autor, 2001. 186 p. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** 2ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARROS, José D'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas: uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História**, v. 52, p. 421–443, 2021. DOI: [https://doi.org/10.14195/0870-4147\\_52\\_18](https://doi.org/10.14195/0870-4147_52_18).

BATISTA, Desidério Sares; MATOS, Rute Souza. A dimensão patrimonial e identitária da paisagem: a história do lugar como fundamento da intervenção urbana e territorial contemporânea. In: PIMENTA, Margareth; FIGUEIREDO, Lauro César (orgs.). **Lugares: patrimônio, memória e paisagens.** Florianópolis: UFSC, 2014. p. 15-46.

BELOLLI, Mário; QUADROS, Joice; GUIDI, Ayser. **História do carvão de Santa Catarina.** Criciúma: MEG Mário, 2010.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BERNALDO, Pedro Paulo. **Sociedade Recreativa União Operária**: um espaço de luta, lazer, identidade e resistência da comunidade negra criciumentense (1950–1970). 2005. Monografia (Especialização em História Social e História Cultural) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2005.

BEZ BATTI, Samira Donadel; ANTÔNIO, Sonete T. Canto. O Congresso Eucarístico. In: GONÇALVES, Gesiel da Silveira (org.) **Aconteceu no Século XX**: momentos que movimentaram Criciúma. Criciúma: Do Autor, 2003. p. 41-46.

BORTOLOTTI, Zulmar Hélio. **História de Nova Veneza**. Nova Veneza: Prefeitura Municipal, 1992.

BOSI, Eclea. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê, 2003.

BRASIL. Casa Civil. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, **Diário Oficial da República**, Brasília, DF, 1937. Disponível em: <http://bit.ly/30nuxvg>. Acesso em: 9 jul. 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 601**, de 18 de setembro de 1850.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://bit.ly/32gcZmz>. Acesso em: 9 jul. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm). Acesso em abril de 2017.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm). Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1850.

CAMPOS, Emerson César de. **Territórios deslizantes**: recortes, miscelâneas e exposições na cidade contemporânea – Criciúma (SC) (1980–2002). 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

CAMPOS, Yussef, Daibert Salomão de. **Percepção do intangível**: entre genealogias e apropriações do patrimônio imaterial. Goiânia: Arraes Editores, 2017

CARERI, Francesco. **Walkscapes**: o caminhar como prática estética. São Paulo: Editora Gustavo Gili, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandrini. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2015. (Repensando a Geografia)

CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história**: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2002.

CASARIN, Vanessa. **A mídia externa e o ambiente construído na paisagem urbana**: um estudo de caso. 2007. 180 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação, Florianópolis: UFSC, 2007.

CASTELLS, Eduardo Jorge Felix. Patrimônio em questão: o tangível e o intangível no patrimônio de uma cidade histórica. In: CASTELLS, Alicia Norma González de; NARDI, Leticia (orgs.). **Patrimônio cultural e cidade contemporânea**. Florianópolis: UFSC, 2012. p. 253-274.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

COAN, Adriana Fraga Vieira. Praça Nereu Ramos: espaço simbólico onde tudo acontece. In: COSTA, Marli de Oliveira; NASCIMENTO, Dorval. **Circulando pela cidade: Reconhecendo o patrimônio histórico do centro de Criciúma**. Relatório de Pesquisa, PIC 170; Criciúma: Unesc, 2003.

CORBOZ, André. El territorio como palimpsesto. **Diogenes Revista Trimestral**, n. 121, Lombardia: Chambery y Pavia, 1980. p. 25-34

CORBOZ, André. **Le territoire comme palimpseste et autres essais**. Paris: Éditions de l'Imprimeur, 1983.

COSTA, Marli de Oliveira; NASCIMENTO, Dorval. **Circulando pela cidade: Reconhecendo o Patrimônio Histórico do Centro de Criciúma**. Relatório de Pesquisa, PIC, 170; Criciúma: Unesc. 2003.

COSTA, Marli de Oliveira. **Percepção e preservação do patrimônio arquitetônico e histórico: considerações sobre a igreja evangélica assembléia de Deus**. Documento encaminhado pela Fundação Cultural de Criciúma ao Sr. Prefeito Municipal Décio Góes. Criciúma. Setembro de 2001. Arquivo Público Municipal Pedro Milanez.

COSTA, Marli de Olivera; CÂMARA, Mauricio Ruiz. **A cidade como texto: tecendo saberes e conhecendo Criciúma**. São Paulo: Baraúna, 2010.

CRICIÚMA. **Decreto 461/SA/91**, de 27 de agosto de 1991.

CRICIÚMA. **Decreto 499/SA/95**, de 2 de junho de 1995.

CRICIÚMA. **Decreto 596/SA/97**, de 20 de maio de 1997.

CRICIÚMA. **Decreto 814/AS/2003**, de 7 de agosto de 2003.

CRICIÚMA. **Decreto 815/SA/2003**, de 7 de agosto de 2003.

CRICIÚMA. **Decreto 940/SA/2007**, de 8 de novembro de 2007.

CRICIÚMA. **Decreto SA/138/85**, de 29 de julho de 1985.

CRICIÚMA. **Decreto SA/139/85**, de 30 de julho de 1985.

CRICIÚMA. **Decreto SG/489/11**, de 13 de julho de 2011.

CRICIÚMA. **Lei nº 2.063**, de 13 de junho de 1985. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, científico e natural do município e cria órgão competente. Criciúma: Câmara Municipal de Criciúma, 1985. Disponível em: <http://bit.ly/2XxxrvG>. Acesso em: 9 jul. 2019.

CRICIÚMA. **Lei nº 3.700**, de 14 de outubro de 1998. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, artístico e natural do município e dá outras providências. Criciúma: Câmara Municipal de Criciúma, 1998. Disponível em: <http://bit.ly/2La8yEK>. Acesso em: 8 jul. 2019.

CRICIÚMA. **Lei nº 4.538**, de 23 de outubro de 2003. Institui normas para publicidade ao ar livre e dá outras providências. Criciúma: Câmara Municipal de Criciúma, 2003 Disponível em: <http://bit.ly/2YOkizW>. Acesso em: 9 jul. 2019.

CRICIÚMA. **Lei nº 6.142**, de 3 de setembro de 2012. Altera dispositivos da Lei nº 4.538, de 23 de outubro de 2003. Criciúma: Câmara Municipal de Criciúma, 2012. Disponível em: <http://bit.ly/2XR47EB>. Acesso em: 9 jul. 2019.

CRICIÚMA. **Lei nº 6.822**, de 15 de dezembro de 2016. Institui o Código de Posturas do Município de Criciúma e dá outras providências. Criciúma: Câmara Municipal de Criciúma, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2XEfZpc>. Acesso em: 9 jul. 2019.

CRUZ, Valéria Cristina. Entre disputa de poderes: a edificação do templo da catedral São José de Criciúma. In: OSTETTO, Lucy Cristina; COSTA, Marli de Oliveira. **Circulando por lugares sagrados: reconhecendo a memória religiosa de Criciúma**. Criciúma: Unesc, 2001a. p. 35-37.

CRUZ, Valéria Cristina. **Ruínas de uma casa: Lembranças dos moradores da casa do agente ferroviário – Criciúma – SC 1920-2001**. 57 f. 2011. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu – Especialização em História Local e Regional) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma: Unesc, 2001b.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 1983. 202 p.

DEL ACEBO IBÁÑEZ, Enrique. **El habitar urbano: pensamiento, imaginación y límite**. La ciudad como encrucijada. Buenos Aires: Ciudad Argentina-Universidad del Salvador, 2000.

DEL RIO, Vicente. **Cidade da Mente, Cidade do Real: Percepção Ambiental e Revitalização na Área Portuária do RJ**. In: OLIVEIRA L. de & RIO V. d (orgs.) **Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira**, Editora da UFSCar, Studio Nobel: São Paulo, 1996. p. 3-22.

ESTANQUE, Elísio. O lazer e a cultura popular. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 43, p. 47-66, out. 1995.

FELTRIN, Rodrigo Fabre. **Corredor Cultural: resgate da memória e requalificação do espaço público do Centro de Criciúma/SC**. 2012. Trabalho Final (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Criciúma, SC: Unesc, 2012.

FELTRIN, Rodrigo Fabre. **Tempos e espaços: o patrimônio cultural como lugar de educação (Criciúma/SC 1996–2017)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2019.

FIGUEIREDO, Lauro César. Memória, cidade e documentação: transformação da paisagem, cultural da cidade de Santa Maria a partir da fotografia. In: PIMENTA, Margareth; FIGUEIREDO, Lauro César (orgs.). **Lugares: patrimônio, memória e paisagens**. Florianópolis: UFSC, 2014. p. 95-130.

FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio Proença (Orgs.). **Diálogos Urbanos: territórios, culturas, patrimônios**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais (CES), Edições Almedina, 2013.

FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio Proença (Orgs.). **Plural de Cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais (CES), Edições Almedina, 2013.

FORTUNA, Carlos. Cidade e Urbanidade. In: FORTUNA, Carlos(org.), **Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos**. Coimbra: Almedina, 2019. p. 83-97

FORTUNA, Carlos. Cidades e Patrimonialidade Urbana. In :SILVA, M. Carlos; BAPTISTA, Luis V.; RIBEIRO, Fernando B.; FELIZES, Joel; VASCONCELOS, Ana (org.), **Espaço Urbano e Habitação Básica como Primeiro Direito**. V. N. Famalicão: Edições Húmus, 119-137

FORTUNA, Carlos. **Cidades e Urbanidades**. Florianópolis: Editora Insular, 2020.

FORTUNA, Carlos. Imagens da cidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 51, p. 11-30, jun. 1998.

FORTUNA, Carlos. Por entre as ruínas da cidade: o património e a memória na construção das identidades sociais. **Publicação Seriada do Centro de Estudos Sociais**, Coimbra, Lisboa, n. 61, set. 1995. Disponível em: <http://bit.ly/2YJNkka>. Acesso em: 8 jul. 2019.

FORTUNA, Carlos. Turismo, autenticidade e cultura urbana: percurso teórico, com paragens breves em Évora e Coimbra. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 43, p. 11-45, out. 1995.

FORTUNA, Carlos. URBANIDADES COMPLEXAS: considerações sobre o envelhecimento das cidades. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 35, p. e022034, 2022. DOI: 10.9771/ccrh.v35i0.49953. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/49953>. Acesso em: 10 jun. 2024.

GARCIA MENDES, C. Os arquivos digitais e a escrita da história a partir das fontes on-line. **Acervo**, [S. l.], v. 36, n. 3, p. 1–13, 2023. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1978>. Acesso em: 13 set. 2025.

GARCÍA, Marina. Flamenco pop y posmodernidad: la estética de Rosalía en El Mal Querer. **Revista de Música y Cultura Contemporánea**, Sevilla, v. 5, n. 1, p. 87-101, 2020. Disponível em: <https://revistamusicaycultura.es/article/rosalia-elmalquerer>. Acesso em: 20 out. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Gesiel S. **O vento sopra onde quer**: primeiros anos da Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Criciúma. Criciúma: Ed. do autor, 2000. 160p.

GONÇALVES, J.; CHOMA, D. (org.). **Patrimônio imaginado**: fotografia e patrimônio cultural. São Leopoldo: Oikos; FAPESC; UDESC, 2017. 231 p.

GONÇALVES, Teresinha Maria. A cidade como palco da urbanidade. In: GONÇALVES, Teresinha Maria; SANTOS, Robson dos. **Cidade e meio ambiente**: estudos interdisciplinares. Criciúma: Unesc, 2010. p. 17-32

GORELIK, A. **Das Vanguardas a Brasília**. Cultura urbana e arquitetura na América Latina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

GOULARTI FILHO, A.; LIVRAMENTO, A. M. A. do (org.). Memória e cultura do carvão em Santa Catarina. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. 394 p.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2007.

GRANET-ABISSET, Anne Marie. O historiador e a fotografia. Artes da História e outras linguagens: Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História PUC/SP**, n. 24. São Paulo: Educ, 2002, p. 9-26.

GUADAGNIN, Mário Ricardo. **Territorialização e refuncionalização da Vila Manaus (Criciúma – SC)**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa Interinstitucional UFSC/UNESC, Florianópolis, 2001.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico de Criciúma. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

JACOBS, Jane. **Morte e vida nas grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

KERN, L. **Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021. 256 p.

KLETT, Mark. **Rephotographic Survey Project**. Tucson: University of Arizona Press, 2020.

KLETT, Mark. Rephotography in Landscape Research. In: PAUWELS, Luc; MANNAY, Dawn. **The SAGE Handbook of Visual Research Methods**: second edition. Londres: SAGE Publications, 2020.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A Apreensão da Forma da Cidade**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1996. 253p.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KRAUSS, Juliana de Souza. **Clotildes Lalau: a trajetória da educadora e militante antirracista na cidade de Criciúma (1957-1987)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis.

LANDIM, Paula da Cruz. Percepção e Preservação do Patrimônio Arquitetônico. In: V SEMINÁRIO NACIONAL. I Encontro Latino Americano de Preservação e Revitalização Ferroviária. **Anais [...]** Piracicaba, SP: USP, 2001.

LAVINA, Rodrigo. Indígenas de Santa Catarina: história de povos invisíveis. In: BRANCHER, Ana (org.). **Histórias de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 1990.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. (Tradução de Rubens Eduardo Frias; obra original de 1968).

LEITE, Maria Isabel. Experiência estética e formação cultural: discutindo o papel da cidade e de seus equipamentos culturais. In: MAKOWIECKY, Sandra; OLIVEIRA, Sandra Regina Ramalho e (orgs.). **Ensaio em torno da arte**. Chapecó: Argos, 2008. p. 55-74.

LEMOES, Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. 2ed. São Paulo: Brasiliense, 2010. 127p.

LENZI, Lucia Helena Correa. (et. al). **Imagem: intervenção e pesquisa**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

LIMA, Thiago Machado de. Um intelectual na mira da repressão: Milton Santos e o golpe de 1964. **Revista Humanidades**, Salvador, v. 17, n. 1, p. 123-124, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/4ttYpzfGyr5gwT4sxLd6cMp/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2025.



LUCA, Virgínia Gomes de. **O Patrimônio Arquitetônico e a Paisagem Cultural em Sítios Históricos Rurais de Imigração Italiana**. Florianópolis, 30 de maio de 2007. 134 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós Graduação, UFSC, 2007.

LUIZ, Rosana Peruchi. **Identificações étnicas de crianças afro-descendentes no bairro Santa Bárbara (1952–1964)**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2010.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MAFRA, Alcires (coord.). **Criciúma: amor e trabalho**. Itajaí: Malusan, 1978.

MANIQUE, Nei. Adeus ao Castelinho da Praça do Congresso: casa de ex-prefeito João Carlos de Campos era marco arquitetônico. **Portal Engeplus**, Criciúma, 21 jan. 2016. Disponível em: <https://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2016/adeus-ao-castelinho-da-praca-do-congresso>. Acesso em: 25 out. 2025.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da Fotografia e da Imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

COSTA, Marli de Oliveira; OSÓRIO, Paulo Sérgio. **Memórias e identidades: as estruturas carboníferas como patrimônio cultural de Santa Catarina**. Criciúma: EDIUNESC, 2017. 110 p.

MENDES, Bruna Constantino. **Café Rio: Lembrança viva desde a década de 1940** (Lanchonete Café Rio, Praça Nereu Ramos, Criciúma/SC). YouTube, 14 jan. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fBgxdy9R4OE>. Acesso em: 22 out. 2025.

MESSER, João Paulo. Operação limpeza vai derrubar 150 prédios abandonados em Criciúma. **ND Mais**, Florianópolis, 18 jan. 2023. Disponível em: <https://ndmais.com.br/infraestrutura/operacao-limpeza-vai-derrubar-150-predios-abandonados-em-criciuma/>

MILANEZ, Pedro. **Fundamentos Históricos de Criciúma**. Criciúma: Ed. Do autor, 1991

MIRANDA, A. L.; SELAU, M. **Bairro da Juventude: 50 anos de história: a filantropia na poeira do carvão**. Criciúma: UNESC, 2003. 129 p.

MONDENARD, Anne de. A emergência de um novo olhar sobre a cidade: as fotografias urbanas de 1870 a 1918. Espaço e Cultura: Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História PUC/SP**, n. 18. São Paulo: Educ, 1999, p. 107-114.

MORENO, Carlos. **La revolución de la proximidad: de la ciudad-mundo a la ciudad de los quince minutos**. Madrid: Alianza Editorial, 2023.

NASCIMENTO, Dorval do. Agricultura e mineração na formação do espaço urbano de Criciúma. **Revista Ciências Humanas**, Criciúma, v. 9, n. 1, p. 7–18, jan./jun. 2003. Disponível em: [https://www.aguas.sc.gov.br/jsmallfib\\_top/Comite%20Rio%20Ararangua/Uso%20da%20Terra/Agricultura-e-mineracao-na-formacao-do-espaco-urbano-de-Criciuma.pdf](https://www.aguas.sc.gov.br/jsmallfib_top/Comite%20Rio%20Ararangua/Uso%20da%20Terra/Agricultura-e-mineracao-na-formacao-do-espaco-urbano-de-Criciuma.pdf).

NASCIMENTO, Dorval do. **As curvas do trem: a presença da estrada de ferro no sul de Santa Catarina (1880-1975) cidade, modernidade e vida urbana**. Criciúma: Líder, 2004.

NASCIMENTO, Dorval do. **Faces da Urbe: processo identitário e transformações urbanas em Criciúma/SC (1945-1980)**. 242 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

NASCIMENTO, Dorval do. **Faces da Urbe**: processo identitário e transformações urbanas em Criciúma/SC (1945-1980). São Luís: Café & Lapis; Criciúma: EdiUnesc, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Khouri. In: **PROJETO HISTÓRIA/10**, São Paulo: PUC-SP, 1993. p. 7-18. Disponível em: <http://bit.ly/2G41pBl>. Acesso em: 10 jul. 2019.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1993.

NUNES, Gabriele Obersteiner Scheibler. **A rede integrada de espaços públicos de Criciúma e suas conexões**. 2019. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/6821>

OSTETTO, L. C.; COSTA, M. de O.; SILVA, A. C. da (org.). Circulando por lugares sagrados: reconhecendo a memória religiosa de Criciúma. Criciúma: UNESCO, 2001. 113 p. (Cadernos do Patrimônio Histórico de Criciúma).

PEIXOTO, Paulo. A sedução do consumo. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 43, p. 67-86, out. 1995.

PEREIRA, E. M.; SANTOS, A. L. (org.). **A alegoria da participação**: planos diretores participativos pós-Estatuto da Cidade. Florianópolis: Editora Insular, 2015. 254 p.

PERITO, Camila Alano. **O processo de produção do espaço urbano e memória coletiva no bairro Santa Bárbara em Criciúma/SC**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2020.

PERTILLE, José Pinheiro. Superar, aniquilar e conservar – A filosofia da história de Hegel. IHU Online, Edição 430, 21 out. 2013. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5229-jose-pinheiro-pertille-1>.

PESAVENTO, Sandra J. A cidade como palimpsesto. In: PESAVENTO, Sandra J; et. al. **O livro**: teoria e prática. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1998. p. 129-143.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, Literatura e Cidades. In: Diferentes narrativas para o campo do patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 34, 2011. Brasília: IPHAN, 2011. p. 397-409.

PINTO, Paulo Tormenta; BRANDÃO, Ana (eds.). **Os grandes trabalhos e o desejo da cidade de exceção**. Lisboa: Circo de Ideias, 2023.

PORTO, Eder Pereira. **Planos diretores e (re)produção de espaço urbano no município de Criciúma**: a produção da cidade e sua regulação legal. 260 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Florianópolis: UFSC, 2008.

RABELO, Giani. **Entre o hábito e o carvão**: pedagogias missionárias no sul de Santa Catarina na segunda metade do século XX. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

RAMPINELLI, W. J. (org.). **História e poder**: a reprodução das elites em Santa Catarina. Florianópolis: Editora Insular, 2003. 222 p.

RIEGER, Jon H. Rephotography for Documenting Social Change. In: PAUWELS, Luc; MANNAY, Dawn. **The SAGE Handbook of Visual Research Methods**: second edition. Londres: SAGE Publications, 2020

ROCHA, Ana. Madonna e o fado: diálogos lusófonos em Madame X. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, Lisboa, v. 7, n. 2, p. 145-158, 2020. Disponível em: <https://rlec.pt/article/view/madamex-fado>. Acesso em: 20 out. 2025.

RODRIGUES, Luís Ferreira. **Manual de Crimes Urbanísticos**: Exemplos para compreender os negócios da especulação imobiliária. Lisboa: Guerra e Paz, 2017.

ROLNIK, R.; FRÚGOLI JR., H. Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências. **Cadernos Metr pole**, [S. l.], n. 06, p. 55-83, 2001

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 86 p.

ROSA, Júlio César da. **Sociabilidades e territorialidade**: a construção de sociedades de afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903–1950). 2011. Dissertação (Mestrado em História – História do Tempo Presente) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

RUPPENTHAL, Stela Maris. **Novos cenários urbanos: reconversão e refuncionalização de brownfields em Criciúma/SC**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Criciúma, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/3451>. Acesso em: 20 out. 2025.

SALVADOR, Sabrina Carnin. **As edificações art déco na paisagem urbana**: um estudo de caso em Criciúma – SC. 2012. 193 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Florianópolis: UFSC, 2012.

SANT’ANNA, M rcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento**: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Dissertação (Mestrado em Conservação e Restaaura  o) – Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBa, 1995.

SANTA CATARINA. **Lei Estadual n  1.516**, de 4 de novembro de 1925. Lei Orgânica do Município de Criciúma/SC. Florianópolis: Alesc, 1925. Disponível em: <http://bit.ly/2XBbLyL>. Acesso em: 9 jul. 2019.

SANTOS DA SILVA, José Gustavo; LADWIG, Nilzo Ivo; GONÇALVES, Teresinha Maria. A QUALIDADE DO ESPAÇO DAS PRAÇAS PÚBLICAS CENTRAIS DE CRICIÚMA (SC): praça Nereu Ramos e do Congresso. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 23, n. 2, p. 87–107, 2022. DOI: 10.70261/er.v23i2.70253. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/70253>. Acesso em: 17 set. 2025.

SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos. Fontes digitais e a organização de uma pesquisa em História In: **Artigos Portal Clio HD**, 2024. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/cliold/artigos-clio-hd/fontes-digitais-e-a-organizacao-de-uma-pesquisa-em-historia/>

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Edusp, 1993.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço habitado**. São Paulo: Edusp, 2021.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma Nova Geografia**. São Paulo: Edusp, 2009.

SCIANNA, Ferdinando. **El espejo vacío: fotografía, identidad y memoria**. Valparaíso: Universidade de Valparaíso, 2015.

SELAU, Mauricio da Silva. **A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no sul catarinense (1875-1925): resistência e extermínio**. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 2006. Disponível em: <http://bit.ly/2XWYUep>. Acesso em: 9 jul. 2019.

SERAFIM, Carly de Oliveira. **Requalificação urbana do bairro Santa Luzia – Criciúma/SC**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2019.

SEVILLA-BUITRAGO, Álvaro. **Contra lo común: una historia radical del urbanismo**. Madrid: Alianza Editorial, 2023.

SILVA, Edna Lúcia da, MENEZES, Eстера Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: <[http://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024\\_Metodologia\\_de\\_pesquisa\\_e\\_elaboracao\\_de\\_teses\\_e\\_dissertacoes1.pdf](http://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes1.pdf)>. Acesso em: abril de 2017.

SILVA, Jaime José dos Santos. **Memórias do cacumbi: cultura afro-brasileira em Santa Catarina, século XIX e XX**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SILVA, José Gustavo Santos da; PEREIRA, Rafaela Brito; GUADAGNIN, Mario Ricardo. Segregação espacial e segregação social: um breve olhar sobre a cidade de Criciúma. **Revista Tecnologia e Ambiente**, Criciúma, v. 24, p. 14-31, ago. 2018. DOI: 10.18616/ta.v24i0.4364. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/327856642\\_SEGREGACAO\\_ESPACIAL\\_E\\_SEGREGACAO\\_SOCIAL\\_UM\\_BREVE\\_OLHAR SOBRE A CIDADE DE CRICIUMA](https://www.researchgate.net/publication/327856642_SEGREGACAO_ESPACIAL_E_SEGREGACAO_SOCIAL_UM_BREVE_OLHAR SOBRE A CIDADE DE CRICIUMA). Acesso em: 20 out. 2025.

SOUZA, Maria de Fátima de; ALMEIDA, José Carlos de. **Metodologia para elaboração de estudos de viabilidade econômica para empreendimentos na construção civil**. Florianópolis: CREA-SC, 2017.

SPECK, Jeff. **Cidade caminhável**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2024.

TEIXEIRA, José Paulo. **Os donos da cidade**. Florianópolis: Insular, 1996.

TRICHES, J.; ZANELATTO, J. H. **História política de Criciúma no século XX**. Criciúma: UNESC, 2015. 388 p.

UNESCO. **Fado, urban popular song of Portugal** – Representative List of the Intangible Cultural Heritage of Humanity. Paris: UNESCO, 2011. Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/RL/fado-urban-popular-song-of-portugal-00563>. Acesso em: 20 out. 2025.

UNESCO. **Flamenco** – Representative List of the Intangible Cultural Heritage of Humanity. Paris: UNESCO, 2010. Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/RL/flamenco-00363>. Acesso em: 20 out. 2025.

VIEIRA, Adriana Fraga. **Maracangalha: “vilarejos das desocupadas”: espaço de prostituição e boemia na região carbonífera catarinense (1955–1980)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

VIEIRA, Ivanete de Mesquita Orsi. **Configuração e apropriação do espaço público**: estudo de duas praças em Criciúma/SC. 2010. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

VIEIRA, Joaquim Ferreira. **Relatórios da Comissão de Colonização do Sul de Santa Catarina** (1868–1876). Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, 1876.

VIEIRA, Jorge Luiz; PIMENTA, Luís Fugazzola. A Carbonífera Próspera e a configuração espacial da cidade de Criciúma/SC. In: SCHEIBE, Luiz Fernando; FURTADO, Sandra Maria de Arruda; BUSS, Maria Dolores. (Orgs.). **Geografias Entrelaçadas**: ambiente rural e urbano no sul de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC; Criciúma, UNESC, 2005.

VIEIRA, Jorge Luiz. Planejamento: política e memória urbana nas cidades de Criciúma e Içara. In: NASCIMENTO, Dorval do; BITENCOURT, João Batista (orgs.). **Dimensões do urbano**: múltiplas facetas da cidade. Chapecó, SC: Argos, 2008.



## APÊNDICE A: O PAPEL DA MÍDIA NA CONSOLIDAÇÃO DO DISCURSO

A utilização da internet como fonte primária de pesquisa ainda constitui um campo em desenvolvimento no meio acadêmico, apesar de sua presença consolidada enquanto ferramenta de comunicação, difusão e acesso à informação. Se, por um lado, a rede tornou-se indispensável ao cotidiano das investigações, por outro, persiste uma resistência em reconhecê-la como um espaço legítimo de produção e preservação documental. Tal resistência decorre, em grande medida, da permanência de paradigmas de validação científica que foram originalmente concebidos a partir do suporte físico, sobretudo o papel, entendido historicamente como base material e normativa do documento.

Nesse sentido, a reflexão de Lucien Febvre (ANO), ao ampliar a noção de documento para além do papel escrito, mostra-se fundamental para pensar os desafios contemporâneos. Ao afirmar que todo vestígio da ação humana pode ser tomado como documento, Febvre abre espaço para a inclusão de registros digitais e de outras naturezas como fontes de pesquisa, rompendo com o reducionismo que vincula o valor documental apenas ao suporte material tradicional. Essa ampliação, porém, ainda não foi suficientemente incorporada no campo da pesquisa que recorre à internet, onde predominam abordagens empíricas sem sustentação em um debate teórico-metodológico consistente.

A ausência dessa discussão, que este trabalho busca iniciar, torna-se ainda mais evidente quando se analisam práticas emergentes como a refotografia e a análise comparada de imagens e registros digitais. Embora tais metodologias tenham se difundido como recursos analíticos, carecem de um arcabouço crítico que as legitime como procedimentos científicos capazes de gerar conhecimento rigoroso. Nesse sentido, o desafio não está apenas em aplicar a internet como fonte primária, mas em construir parâmetros que garantam a validade, a confiabilidade e a historicidade desses documentos digitais.

Tal empreendimento, contudo, não se esgota em uma única iniciativa. Sua consolidação só será possível quando houver um número expressivo de pesquisas empenhadas em tensionar e debater o método, criando um corpo de referências que permita tanto a crítica quanto a legitimação dessas novas práticas investigativas. Trata-se, portanto, de reconhecer que a internet não é apenas um repositório de dados, mas um campo documental em si, cuja análise exige uma renovação das ferramentas teóricas e metodológicas herdadas da tradição acadêmica.

Um dos obstáculos mais recorrentes na utilização da internet como fonte primária é a ausência de transparência quanto aos critérios de seleção dos sites utilizados em pesquisas acadêmicas. Muitas vezes, o leitor não é informado sobre quais parâmetros nortearam a escolha das páginas analisadas, o que fragiliza a credibilidade do trabalho e dificulta a replicação metodológica. A omissão desses critérios reforça a percepção de que o espaço digital seria um terreno de fontes “menores” ou “provisórias”, quando, na verdade, exige parâmetros claros de seleção, contextualização e crítica documental, à semelhança do que ocorre em relação a arquivos tradicionais.

Negligenciar as fontes digitais significa, em última instância, desconsiderar um novo conjunto de práticas e modos de pensar que marcam a contemporaneidade. A internet não apenas armazena informações, mas também molda linguagens, sociabilidades e formas de produção cultural que precisam ser compreendidas como parte integrante da historicidade de nosso tempo. Ignorá-las é perpetuar uma visão restrita de documento, ancorada exclusivamente em suportes consagrados, e, conseqüentemente, deixar escapar dimensões fundamentais da experiência social contemporânea.

Surge, nesse ponto, uma questão crucial: é possível tomar como fonte de estudo informações contidas em páginas da internet que não possuem relação direta com instituições de pesquisa? A resposta, inevitavelmente, deve ser afirmativa. Recusar tais materiais seria negligenciar a própria atualidade, marcada por um intenso fluxo de dados, discursos e representações sociais que circulam fora do espaço institucional formal. O desafio não está na natureza do suporte ou na origem institucional da fonte, mas na capacidade do pesquisador em mobilizar instrumentos críticos para analisá-la, problematizá-la e contextualizá-la dentro de um quadro metodológico sólido. (ALMEIDA, 2011)

Para que isso seja viável, no entanto, torna-se necessário adotar maior rigor metodológico, acompanhado de procedimentos específicos que assegurem a legitimidade da documentação digital. Práticas como a refotografia, a análise comparada ou a triangulação com outras fontes podem oferecer caminhos para a construção de uma crítica documental consistente. A adaptação dessas metodologias ao ambiente digital não deve ser entendida como mera transposição, mas como um processo criativo de atualização das ferramentas teóricas herdadas, permitindo que a pesquisa acadêmica acompanhe as transformações de seu tempo sem renunciar à exigência científica.



Ao trabalhar com fontes da internet, a atenção do pesquisador deve ser redobrada. Diferentemente dos documentos impressos, cujo percurso de produção e preservação tende a ser mais rastreável, o material digital apresenta maior volatilidade, possibilidade de manipulação e instabilidade de permanência. Nesse contexto, cabe ao pesquisador recorrer a técnicas específicas e desenvolver habilidades críticas voltadas à seleção criteriosa de materiais confiáveis. A noção de crítica documental deve ser expandida para lidar com o ambiente digital, onde autenticidade, autoria e contexto de produção nem sempre se apresentam de forma evidente.

Uma vez reunido um corpus significativo de dados, é possível identificar coerências discursivas que apontam para a existência de padrões narrativos e de circulação de ideias. Tais padrões, contudo, não devem ser aceitos de maneira acrítica: é preciso observar com atenção os desvios relevantes que emergem dentro desse conjunto. Esses desvios, quando devidamente analisados, podem revelar nuances fundamentais, desde variações de linguagem até indícios de manipulação ou de inserção intencional de ruído informacional. A análise detalhada de tais ocorrências contribui para a precisão interpretativa e minimiza a possibilidade de erros decorrentes da superficialidade na abordagem.

Nesse processo, torna-se indispensável o equilíbrio entre quantidade e qualidade. Se a coleta de dados em larga escala permite mapear tendências e oferecer uma visão quantitativa do fenômeno, é a seleção criteriosa dos documentos mais relevantes que assegura a densidade interpretativa necessária para análises qualitativas. A articulação entre essas duas dimensões não apenas fortalece a consistência do estudo, mas também responde ao desafio contemporâneo de lidar com o excesso de informação disponível na internet, evitando tanto a dispersão quanto a arbitrariedade na escolha das fontes.

**Quadro 6 – Classificação de documentos digitais**

| Classificação de documentos digitais                                                                                                                         |                                                                                                                                                                                         |                                                                              |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|
| Documentos digitais primárias                                                                                                                                |                                                                                                                                                                                         | Documentos digitais não-primários                                            |
| Documentos digitalizados                                                                                                                                     | Documentos digitais                                                                                                                                                                     | Documentos não primários como teses, dissertações, e-books, artigos, resumos |
| Documentos que existiam em outro suporte antes de ser digital e dependem do original para validade em alguns casos. Um documento físico que foi digitalizado | Documentos que nunca existiram em nenhum outro suporte além do digital e não precisa de outro suporte para ser validado como um diploma de ensino superior com autenticação via QR Code |                                                                              |

Fonte: do autor baseado em Almeida (2011)

Em pesquisas que se utilizam de documentos digitais ou digitalizados, torna-se indispensável a construção de um banco próprio de dados. Esse procedimento deve ser entendido como uma verdadeira “arqueologia de salvamento”, já que a instabilidade das páginas virtuais e a efemeridade das informações disponíveis impõem ao pesquisador a necessidade de preservar imediatamente o material consultado. Downloads e capturas de tela (prints) não configuram meros gestos técnicos, mas sim estratégias metodológicas que asseguram a permanência de vestígios que, de outro modo, poderiam desaparecer sem deixar registros. (ALMEIDA, 2011)

Uma vez reunidas, essas fontes precisam ser sistematizadas em bancos de dados que sustentem a análise e garantam a organização do corpus documental. Apesar de sua relevância, ainda são raras as experiências de historiadores que recorrem a esse tipo de recurso, o que se explica, em grande medida, pela ausência de debate específico sobre o tema na formação profissional. O resultado é um descompasso visível entre o ritmo acelerado das transformações tecnológicas e a lenta incorporação desses instrumentos às práticas acadêmicas. A insistência em metodologias tradicionais, embora importantes, já não responde plenamente às demandas impostas pela pesquisa em ambiente digital.

É igualmente necessário reconhecer que o universo documental acessível online não corresponde à totalidade da produção existente. Se, por um lado, milhões de fontes já estão disponíveis em acervos digitais, por outro, um volume igualmente significativo talvez jamais venha a ser digitalizado. Essa assimetria condiciona os objetos de estudo e molda as

perspectivas de análise, uma vez que a presença ou ausência de determinados registros nos ambientes digitais define as investigações possíveis. Assim, o arquivo digital deixa de ser apenas um suporte e passa a constituir-se em objeto central da pesquisa histórica, na medida em que sua existência pode viabilizar ou sua inexistência pode impedir diferentes percursos investigativos.

A análise até aqui evidencia que o trabalho com fontes digitais exige não apenas um reposicionamento conceitual em relação à noção de documento, mas também a incorporação de práticas específicas que dialoguem com as condições materiais e técnicas da internet. A ausência de uma tradição consolidada no uso dessas fontes, somada à fragilidade de debates metodológicos sobre sua utilização, reforça a urgência de avançar para a definição de parâmetros mais claros. Esse é o desafio central que se coloca: como transformar registros digitais, muitas vezes dispersos e efêmeros, em um corpus científico consistente, capaz de sustentar interpretações rigorosas e socialmente relevantes?

Nesse sentido, a reflexão metodológica não se apresenta como etapa acessória, mas como eixo estruturante da pesquisa. É por meio dela que se torna possível enfrentar questões cruciais, como a seleção criteriosa das fontes, a construção de bancos de dados próprios, a análise crítica de padrões discursivos e a verificação da confiabilidade dos materiais. Mais do que um conjunto de técnicas, trata-se de afirmar uma postura investigativa que reconhece os limites e potencialidades do digital, incorporando-o ao campo da pesquisa histórica de maneira sistemática.

A metodologia proposta neste trabalho busca, portanto, responder a esse desafio. Ao mesmo tempo em que dialoga com as tradições da crítica documental e da análise comparada, procura atualizar tais referenciais à luz das condições contemporâneas. Refotografia, organização de bancos de dados digitais e análise de padrões discursivos emergem, nesse contexto, como estratégias que permitem não apenas preservar e interpretar os vestígios digitais, mas também construir uma base sólida para o desenvolvimento de análises históricas em ambiente virtual.

O encaminhamento metodológico que se apresenta a seguir resulta diretamente das questões levantadas na fundamentação teórica: se o digital amplia a noção de documento e redefine o campo das fontes, cabe à metodologia estruturar os caminhos pelos quais esses novos objetos podem ser trabalhados com rigor acadêmico. É nesse ponto de articulação entre teoria e prática que se inscreve a proposta deste estudo.

Quadro 7 – Quantitativo de matérias nos portais de notícias

| Ord. | Nome Completo do Portal    | Início            | Site oficial                                                         | Endereço da Sede Física                                                                          | Palavra-chave |    |
|------|----------------------------|-------------------|----------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|----|
|      |                            |                   |                                                                      |                                                                                                  | A             | B  |
| 1    | Portal Engeplus            | Abril de 2006     | <a href="http://engeplus.com.br">engeplus.com.br</a>                 | Rua Urussanga, 417, Centro, Criciúma - SC, 88802-000                                             | 16            | 26 |
| 2    | ND+ Criciúma*              | Fevereiro de 2019 | <a href="http://ndmais.com.br">ndmais.com.br</a>                     | Rua Hercílio Amante, 235, Próspera, Criciúma - SC, 88815-010                                     |               |    |
| 3    | 4oito                      | Agosto de 2017    | <a href="http://4oito.com.br">4oito.com.br</a>                       | Rua Coronel Marcos Rovaris, 230, Ed. Due Fratelli Comercial, 12º Andar, Criciúma - SC, 88801-430 | 24            | 32 |
| 4    | NSC Total Criciúma*        | Dezembro de 2017  | <a href="http://nsctotal.com.br">nsctotal.com.br</a>                 | Avenida Aristides Bolan, 1920, Mina Brasil, Criciúma - SC, 88810-201                             |               |    |
| 5    | TN Sul                     | Agosto de 2019    | <a href="http://tnsul.com">tnsul.com</a>                             | Avenida Centenário, 4130, Sala 01 a 06, Centro, Criciúma - SC, 88802-000                         | 10            | 9  |
| 6    | Sul in Foco**              | Janeiro de 2013   | <a href="http://sulinfoco.com.br">sulinfoco.com.br</a>               | Rodovia SC 390, sem número, Casa Guatá, Lauro Müller (próxima a Criciúma), SC, CEP 88.880-000    |               |    |
| 7    | Portal Litoral Sul         | Setembro de 2018  | <a href="http://portallitoralsul.com.br">portallitoralsul.com.br</a> | Rua Coronel Pedro Benedet, 333, Sala 38, Edifício Metropolitan, Centro, Criciúma - SC, 88801-250 | 8             | 7  |
| 8    | SC Todo Dia*               | Não especificado  | <a href="http://sctd.com.br">sctd.com.br</a>                         | Rua Alfredo Del Priori, 430, Centro, Criciúma - SC, 88801-630                                    |               |    |
| 9    | Rádio Eldorado de Criciúma | Setembro de 1943  | am570.com.br/                                                        | Avenida Centenário, 6050, Bairro Próspera, Criciúma, SC, CEP 88804-000                           | 3             | 3  |

Fonte: do autor

A construção do banco de dados documental partiu, inicialmente, de uma busca na própria internet com o termo “portais de notícias de Criciúma”. A partir do resultado, foram listados os nove primeiros resultados, considerando que, a partir do décimo portal, já não se encontravam reportagens periódicas relacionadas à cidade. Em seguida, foi realizada uma triagem quanto à infraestrutura e à origem dos veículos de imprensa, constatando-se que, dos

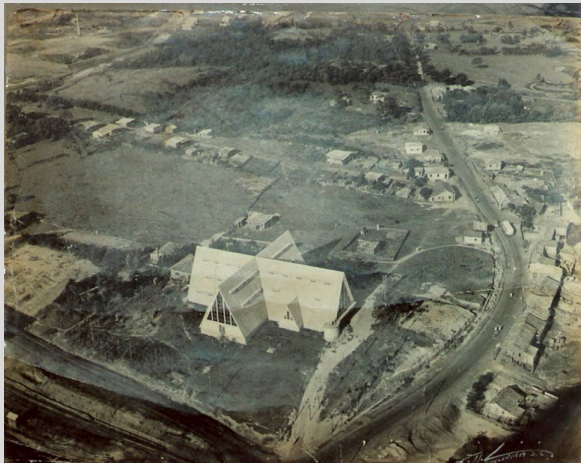
nove identificados, apenas cinco possuíam sede física em Criciúma (destacados em cinza), equipe própria de jornalistas e produção local de conteúdo, critério que fundamentou sua escolha para compor o corpus da pesquisa.

Definidos os portais, empregaram-se as ferramentas internas de busca disponibilizadas por cada site para mapear reportagens vinculadas a duas palavras-chave: “demolição” e “patrimônio histórico”. A escolha do termo demolição justifica-se pelo contexto recente da cidade: em 2023, a Defesa Civil obteve autorização para determinar a demolição de edifícios considerados de risco, fato que resultou na destruição de alguns imóveis de relevância histórica, até então abandonados. Já a expressão “patrimônio histórico”, foi selecionada por refletir a terminologia mais frequentemente empregada pela imprensa local, ainda que o termo mais adequado no campo acadêmico e institucional seja patrimônio cultural, muito menos utilizado no universo jornalístico.

Após a coleta, todas as reportagens foram sistematicamente catalogadas em uma planilha, contendo título, ano de publicação, breve resumo, relação direta ou indireta com a temática do patrimônio cultural e link de acesso. Essa etapa não apenas conferiu organização ao material reunido, mas também permitiu construir um banco de dados consistente e transparente, apto a servir de base para as análises posteriores. O levantamento resultou em 66 matérias relacionadas à demolição e 77 matérias vinculadas ao patrimônio histórico, perfazendo um total expressivo de 143 reportagens. Esse volume de material confere densidade ao corpus documental reunido, garantindo não apenas a representatividade temática, mas também a consistência necessária para a análise crítica a ser desenvolvida ao longo do trabalho. O último filtro foi identificar e cruzar as reportagens para verificar a duplicidade o que levou a finalizar o corpus com 4 portais (em negrito na planilha)

## APÊNCIDE B: QUADROS ANALÍTICOS

## Quadro Analítico 1 – RECORTE 1-A-001

| ANÁLISE COMPARATIVA                                                                |                                                                                    |
|------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Localização:</b><br>Igreja Nossa Senhora da Salete no Bairro Próspera           | <b>Código:</b><br>1-A-001                                                          |
| <b>Foto 01:</b>                                                                    | <b>Foto 02:</b>                                                                    |
|  |  |

Fonte: Arquivo Histórico Municipal, 1953

Fonte: do autor, 2025

### Resultados da análise:

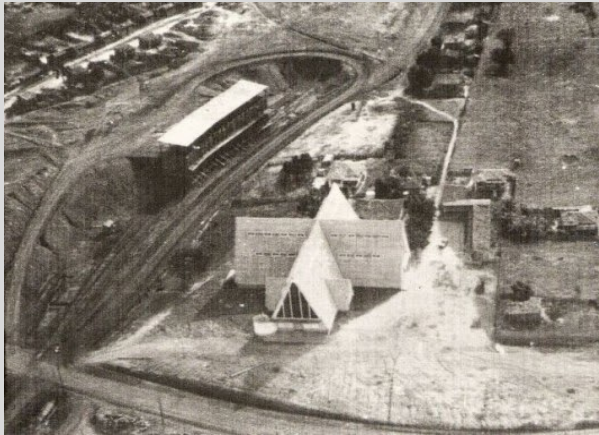
O registro evidencia elementos significativos do Bairro Próspera, permitindo uma análise comparativa entre permanências históricas e transformações recentes. Destaca-se a Igreja Nossa Senhora da Salete, que se mantém como ponto focal tanto espacial quanto simbólico. Seu uso religioso assegura um status de convergência, funcionando como referência visual e social no bairro.

Outro elemento de relevância é o eixo da Rua General Osvaldo Pinto da Veiga, que coincide com o antigo caminho de tropas identificado nos mapas de recortes. A preservação desse eixo e a reafirmação de sua hierarquia demonstram continuidade no fluxo urbano, contrastando com as demolições de edificações ao longo do bairro. Embora muitos prédios tenham sido substituídos por construções mais recentes, a igreja permanece como marco visual de destaque, devido ao baixo gabarito dos edifícios circundantes e à elevação geográfica em relação à via, reforçando seu papel como referência territorial.

As demolições observadas indicam também uma dimensão econômica: pontos de verticalização, como percebido na Foto 02, sugerem pressões para valorização imobiliária. Nesse sentido, o bairro apresenta um ensaio inicial de transformação, com indícios de que mais demolições podem ocorrer, alterando gradualmente a configuração espacial e social.

No lado esquerdo da Foto 01, observa-se parte da antiga área de manobras da ferrovia, que inclui a antiga caixa de embarque de carvão (elemento que será melhor discutido na comparação 1-A-002). A substituição desse espaço por uma praça simboliza um processo de negação, conforme a perspectiva hegeliana, na medida em que o passado industrial é removido em prol de um discurso de modernidade. Essa mudança pode ser interpretada sob duas perspectivas: social, como resultado de um processo de higienização urbana; e política, ao configurar a praça como símbolo de progresso e urbanismo moderno, reforçando o discurso oficial de futuro e avanços da cidade.

## Quadro Analítico 2 – RECORTE 1-A-002

| ANALISE COMPARATIVA                                                               |                                                                                    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Localização:</b>                                                               | <b>Código:</b>                                                                     |
| Igreja Nossa Senhora da Salette no Bairro Próspera                                | 1-A-002                                                                            |
| <b>Foto 01:</b>                                                                   | <b>Foto 02:</b>                                                                    |
|  |  |

Fonte: Arquivo Histórico Municipal, 1953

Fonte: do autor, 2025

### Resultados da análise

Neste ângulo, observa-se a permanência da Igreja Nossa Senhora da Salette como elemento comum nas duas fotografias. Na imagem de 1953 (foto 1), destaca-se a presença da caixa de embarque de carvão, acompanhada pela linha férrea e pela estrutura carbonífera, evidenciando a centralidade da atividade mineradora naquele período. Já na fotografia atual (foto 2), o espaço anteriormente ocupado por essa estrutura industrial foi transformado na Praça do Trabalhador, revelando um processo de resignificação do território. Essa substituição pode ser interpretada à luz do conceito de palimpsesto urbano, conforme discutido por Sandra Pesavento, em que diferentes camadas de usos e significados se sobrepõem na construção do espaço citadino.

Também é possível identificar como o eixo da Rua General Oswaldo Pinto da Veiga reforça o traçado do bairro, dado que sua origem remonta a um antigo caminho de tropas utilizado no início da colonização. Nota-se ainda que, no contexto da foto de 1953, a área apresentava-se relativamente vazia, sem grandes processos de demolição. Em contrapartida, a fotografia atual evidencia a densificação do bairro, relacionada tanto ao projeto do loteamento da Nova Próspera quanto ao boom de construções residenciais que marcaram essa região, sobretudo de casas unifamiliares.

A substituição da caixa de embarque de carvão pela Praça do Trabalhador revela múltiplas dimensões de análise. No plano social, evidencia uma redefinição do espaço público em prol da sociabilidade e do convívio coletivo. No plano político, integra o conjunto de obras voltadas à retirada dos trilhos do centro da cidade, sustentadas por um discurso de modernidade. Já no plano econômico, essa transformação favoreceu a ocupação do entorno por novos moradores e impulsionou o desenvolvimento imobiliário da região.

Nesse sentido, pode-se compreender que o processo configura, conforme o conceito de *Aufhebung*, uma negação ao passado carbonífero, ao mesmo tempo em que reforça a valorização da dimensão religiosa. A Igreja Nossa Senhora da Salette permanece como a única pré-existência entre as duas fotografias, reafirmando-se como marco visual, simbólico e identitário do bairro.



### Quadro Analítico 3 – RECORTE 1-B-003

| ANÁLISE COMPARATIVA                                                               |                                                                                    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Localização:</b><br>Rua Gen. Oswaldo Pinto da Veiga e<br>Ferrovia/Avenida      | <b>Código:</b><br>1-B-003                                                          |
| <b>Foto 01:</b>                                                                   | <b>Foto 02:</b>                                                                    |
|  |  |

Fonte: Arquivo Histórico Municipal, 1950

Fonte: do autor, 2025

#### Resultados da análise:

A partir dessas fotografias, observa-se a permanência do eixo de cruzamento entre a Rua General Oswaldo Pinto da Veiga e a Ferrovia Dona Teresa Cristina, que posteriormente foi substituído pela Avenida Axial e, em seguida, pela Avenida Centenário. Esse cruzamento desempenha um papel central na formação socioespacial do bairro Próspera, sendo o desenho das quadras uma continuidade histórica do espaço. A análise comparativa das imagens permite identificar, no lado esquerdo, a presença de um açude em uma área vazia, correspondente ao atual espaço da Praça da Chaminé, que também aparece na fotografia mais recente (foto 2). Uma sombra visível na foto de 1953 (foto 1) se projeta sobre a Chaminé, elemento preservado e ainda existente na praça, evidenciando a permanência de marcos históricos do bairro.

É possível notar algumas demolições significativas, que refletem o período carbonífero da cidade. Entre elas, destacam-se as casas padrão construídas em madeira para os funcionários da Companhia Siderúrgica Nacional, localizadas à esquerda da ferrovia na foto 1, todas demolidas, sem exemplares remanescentes na fotografia atual. No lado direito do antigo traçado ferroviário, também se observa a presença de construções demolidas, que não foram preservadas no espaço contemporâneo, como evidencia a foto 2.

Na fotografia recente, destaca-se ainda um edifício de grande altura à direita do cruzamento, com mais de 15 andares, que transforma o cruzamento em um ponto de referência visual para toda a região. Esse marco vertical associa-se à importância histórica do cruzamento e indica processos de especulação imobiliária no bairro Próspera.

As demolições observadas apresentam caráter social e econômico: social, por promoverem a criação de espaços públicos de convívio e de reorganização urbana; econômico, pela substituição das casas da época carbonífera, em declínio, por novos usos e projetos urbanos. Além disso, a evolução do cruzamento, do eixo ferroviário à Avenida Centenário, exemplifica o conceito de palimpsesto urbano, revelando camadas de transformação e sobreposição de funções, enquanto elementos permanentes, como a Chaminé e o traçado das quadras, mantêm a memória histórica do bairro.

#### Quadro Analítico 4 – RECORTE 1-B-004

| ANÁLISE COMPARATIVA                                                               |                                                                                    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Localização:</b>                                                               | <b>Código:</b>                                                                     |
| Antiga estrutura da CSN no Bairro Próspera                                        | 1-B-004                                                                            |
| <b>Foto 01:</b>                                                                   | <b>Foto 02:</b>                                                                    |
|  |  |

Fonte: Arquivo Histórico Municipal, 1953

Fonte: do autor, 2025

#### Resultados da análise:

A análise destaca a estrutura arquitetônica pertencente à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), composta por cinco edifícios que constituíam um conjunto significativo para o patrimônio industrial do sul de Santa Catarina. O estilo das edificações era predominantemente modernista, conferindo não apenas valor arquitetônico, mas também relevância social, cultural e histórica para a região. Essas estruturas, se reutilizadas para outros usos, poderiam conferir um caráter de urbanidade e vitalidade ao entorno, integrando passado industrial e desenvolvimento urbano contemporâneo.

A demolição desses edifícios configura, sobretudo, um ato social de apagamento da memória da história carbonífera da cidade. Aspectos econômicos também influenciaram a decisão: diante da iminência de tombamento dessas construções por seu valor patrimonial, os proprietários optaram por demolir antes da preservação legal, garantindo que não se tornassem obstáculos a futuros investimentos imobiliários. O conjunto original funcionava como marco visual da cidade, destacando-se pelo caráter arquitetônico da estrutura industrial. Após a demolição, entretanto, o terreno permanece sem uso, com pouca atratividade para caminhabilidade ou flânerie urbana, evidenciando a perda de potencial urbano e social que poderia advir da preservação e readequação desses edifícios.

Aproveitando este ângulo, é possível identificar, na foto 1, uma área vazia que foi utilizada como depósito de rejeitos de carvão mineral por muitos anos. Na foto 2, observa-se a construção do Parque das Nações nesse mesmo local. O parque foi concebido como ponto de convergência para os moradores do bairro Próspera, tornando-se o primeiro de uma série de espaços públicos idealizados pelo Poder Público Municipal e funcionando atualmente como área livre de lazer. Esse equipamento fomenta a integração social do bairro e da cidade, consolidando-se como referência urbana, não pela verticalização, mas pela expansão territorial e importância social.

Do ponto de vista do palimpsesto urbano, a demolição dos edifícios da CSN e a implantação do Parque das Nações configuram camadas distintas de transformação: o passado industrial foi apagado, enquanto o parque introduz uma nova função social e urbana, embora sem recuperar a dimensão histórica e arquitetônica do conjunto demolido. Uma proposta de integração poderia ter mantido os edifícios da CSN interconectados ao Parque das Nações, criando um espaço de valor cultural, social e histórico, preservando a memória industrial da cidade e contribuindo para a identidade urbana contemporânea.

### Quadro Analítico 5 – RECORTE 1-B-005

| ANÁLISE COMPARATIVA                                                                                                |                                                                                    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Localização:</b><br>Bairro Próspera, cruzamento da Rua General<br>Oswaldo Pinto da Veiga com a Ferrovia/Avenida | <b>Código:</b><br>1-B-005                                                          |
| <b>Foto 01:</b>                                                                                                    | <b>Foto 02:</b>                                                                    |
|                                   |  |
| Fonte: Arquivo Histórico Municipal, 1977                                                                           | Fonte: do autor, 2025                                                              |

#### Resultados da análise:

A partir deste comparativo, é possível identificar permanências e transformações no bairro Próspera. Como elemento central, observa-se novamente o cruzamento entre a Rua General Oswaldo Pinto da Veiga e a Avenida Axial, que posteriormente se tornou a Avenida Centenário. Na fotografia mais antiga (foto 1), esse eixo ainda se manifesta como o antigo traçado da ferrovia, embora já se perceba o início da construção da Avenida Axial. Inicialmente, essa avenida conectava-se à Rua General Oswaldo Pinto da Veiga, mas posteriormente passou a seguir outro eixo em direção à Içara, ocupando o espaço anteriormente formado pela Ferrovia Dona Teresa Cristina. Na foto mais recente (foto 2), é possível identificar a Avenida Centenário ampliada, seguindo o mesmo eixo consolidado nas décadas de 1970 e 1980. Entre as permanências, destaca-se também o Ginásio de Esportes do bairro Próspera, que na foto 1 encontra-se em construção e na foto 2 permanece como marco urbano consolidado. Ao lado do Ginásio, na foto 1, observa-se uma área de vegetação que posteriormente deu lugar à Praça da Chaminé, como evidenciado na fotografia atual.

Uma transformação significativa refere-se à demolição dos edifícios pertencentes à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Na foto 1, essas edificações ocupavam o terreno com forte presença urbana e potencial patrimonial, tendo sido objeto de estudos acadêmicos que reconheceram seu valor como patrimônio cultural edificado. Na foto 2, entretanto, o terreno mantém o mesmo desenho, mas todas as edificações foram demolidas, permanecendo atualmente ocioso.

A ausência de edificações resultou em uma área sem uso, afetando negativamente a caminhabilidade e a vivência urbana no entorno. Esse processo configura uma negação à história carbonífera da cidade, na qual nenhuma referência material foi preservada. A substituição da ferrovia pela avenida caracteriza um palimpsesto urbano, mas a demolição completa, mantendo a área vazia, reforça outro tipo de palimpsesto, no qual a história foi destruída e nenhum elemento se estabeleceu em seu lugar, exceto o vazio. De maneira semelhante, a localização da Praça da Chaminé representa um palimpsesto urbano: originalmente uma área residual, sem construções residenciais, preservou apenas a usina termoeletrica que abastecia a região, mas teve a vegetação e outros elementos removidos para dar lugar à praça, consolidando a memória do espaço através de sua transformação e ao mesmo tempo apagando parte de seu passado.



### Quadro Analítico 6 – RECORTE 2-C-006

| ANALISE COMPARATIVA                                                               |                                                                                    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Localização:</b>                                                               | <b>Código:</b>                                                                     |
| Praça do Congresso - Vista sentido Sul                                            | 2-C-006                                                                            |
| <b>Foto 01:</b>                                                                   | <b>Foto 02:</b>                                                                    |
|  |  |
| Fonte: Arquivo Histórico Municipal                                                | Fonte: do autor, 2025                                                              |

#### Resultados da análise

Este comparativo tem como objeto central a Praça do Congresso, localizada no centro de Criciúma. Projetada pelo arquiteto Fernando do Carneiro entre o final da década de 1960 e início da de 1970, a praça foi concebida sob a estética modernista, com referências ao paisagismo de Burle Marx, consolidando-se como espaço simbólico de centralidade urbana. Sua implantação ocorreu sobre um território previamente ocupado por residências, sobretudo casas em estilo neocolonial destinadas aos engenheiros do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), vinculadas ao edifício que hoje abriga a Fundação Cultural de Criciúma.

A presença da praça, associada ao prestígio social das moradias dos engenheiros, atraiu novos moradores de maior poder aquisitivo, que construíram residências de linguagem modernista, reforçando a condição da área como espaço nobre da cidade. Nesse sentido, a Praça do Congresso funcionou como fixo estruturador do território, enquanto os fluxos sociais e econômicos decorrentes da sua presença redefiniram o uso e a valorização do entorno.

No comparativo entre a foto 1 e a foto 2, observa-se o crescimento da massa arbórea e a transformação do tecido urbano. As casas de propriedade privada foram, em grande parte, demolidas, dando lugar a edifícios verticalizados, alguns com mais de dez andares, alterando a escala do bairro e introduzindo novos fluxos populacionais e imobiliários. Já as residências pertencentes à União permanecem no local, hoje destinadas a militares do Exército vinculados ao 28º Grupo de Artilharia de Campanha (28º GAC), em sistema de rodízio, configurando uma permanência institucional e simbólica.

Esse processo de substituição das casas privadas pelos prédios de grande porte configura um claro exemplo de palimpsesto urbano: a memória construída sobre o tecido anterior foi apagada pela verticalização, que escreveu uma nova camada de história sobre a área. Trata-se, também, de uma forma de *Aufhebung*, em que o passado foi parcialmente negado e superado, mas preservado seletivamente nas casas da União e na permanência da Praça do Congresso. Assim, a praça se mantém como fixo urbano, continuando a atrair fluxos sociais, culturais e simbólicos, mas seu entorno revela uma paisagem marcada por permanências, demolições e reconfigurações que expressam as tensões entre memória, patrimônio e especulação imobiliária no centro de Criciúma.

### Quadro Analítico 7 – RECORTE 2-C-007

| ANALISE COMPARATIVA                                                               |                                                                                    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Localização:</b>                                                               | <b>Código:</b>                                                                     |
| Praça do Congresso - Vista sentido Norte                                          | 2-C-007                                                                            |
| <b>Foto 01:</b>                                                                   | <b>Foto 02:</b>                                                                    |
|  |  |

Fonte: Arquivo Histórico Municipal

Fonte: do autor, 2025

#### Resultados da análise

A comparação de continuidade ao código 2-C-006 permite aprofundar a análise sobre a Praça do Congresso, agora observada sob outro ângulo que reforça tanto as permanências quanto as transformações ocorridas ao longo do tempo. A especulação imobiliária se evidencia novamente, com a substituição das antigas residências privadas por edifícios verticais de maior porte, compondo um claro processo de palimpsesto urbano, no qual a demolição das casas deu lugar a novas formas arquitetônicas, sem romper completamente o traçado do entorno. Permanecem, contudo, as casas da União, que continuam de pé, embora em estado de pouca manutenção, configurando-se como fixos importantes no tecido urbano, ainda que fragilizados frente à pressão do mercado imobiliário.

No interior da praça, o traçado modernista projetado por Fernando Carneiro ainda é perceptível, mas diversos elementos sofreram alterações que exemplificam o processo de *Aufhebung*, em que a forma original é ao mesmo tempo preservada, superada e transformada. Entre essas intervenções, destacam-se o acréscimo de monumentos e de uma edificação hoje utilizada como café, que introduz novos fluxos de sociabilidade e consumo ao espaço público. O playground também foi modificado, com a aplicação de um novo pavimento na área de lazer, reforçando a tentativa de atualização funcional da praça.

Outro elemento central é o lago, que inicialmente funcionava como bacia de contenção natural das águas por estar localizado em uma área mais baixa. Embora mantido no mesmo local, o lago sofreu alterações no desenho e foi cercado, seguindo a lógica de controle que se estendeu a todo o perímetro da praça. O cercamento da Praça do Congresso, realizado pela Prefeitura em atendimento à demanda dos moradores do entorno, estabeleceu horários de entrada e saída, restringindo a livre fruição do espaço público. Essa decisão introduziu uma contradição: ao mesmo tempo em que o fechamento representou uma tentativa de preservar e “elevar” a praça enquanto patrimônio urbano, acabou por negar sua função essencial de espaço democrático de convivência e encontro, transformando-a em um espaço controlado, marcado pela lógica da vigilância e do policiamento.

### Quadro Analítico 8 – RECORTE 2-D-008

| ANALISE COMPARATIVA                                                               |                                                                                    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Localização:</b>                                                               | <b>Código:</b>                                                                     |
| Detalhe da Praça Nereu Ramos e Praça da Bandeira                                  | 2-D-008                                                                            |
| <b>Foto 01:</b>                                                                   | <b>Foto 02:</b>                                                                    |
|  |  |

Fonte: Arquivo Histórico Municipal

Fonte: Criciúma Cidade Revelada, 2023

#### Resultados da análise

A comparação entre a foto I e a foto II da Praça Nereu Ramos evidencia um espaço urbano marcado por permanências, demolições, deslocamentos simbólicos e transformações que configuram um verdadeiro palimpsesto urbano. O traçado da praça, com seus canteiros originais, permanece até hoje, embora atualmente esteja encoberto pela densa massa arbórea que tomou conta do espaço. Esse traçado fixo é fundamental para compreender a permanência estrutural da praça, mesmo diante das mudanças estéticas e funcionais ocorridas ao longo do tempo.

Entre as permanências, destacam-se os edifícios em estilo Art Déco, predominantes nas décadas de 1950 e 1960, que ainda compõem o entorno imediato da praça e conferem identidade arquitetônica ao centro de Criciúma. Já na foto I é possível identificar construções de estilo eclético, anteriores, que desapareceram na imagem atual, configurando o movimento dialético de *Aufhebung*, no qual as formas urbanas são preservadas na memória, mas superadas por novas edificações. Essa dinâmica expressa a tensão entre fixos duradouros e fluxos de renovação imobiliária que se intensificaram no centro da cidade.

Um dos elementos mais significativos para a leitura comparativa é o Monumento ao Mineiro. Na foto I, ele ocupa o centro da praça, elevado em pedestal, exaltando os “Homens do Carvão” como marco simbólico da economia carbonífera. Já na foto II, observa-se sua realocação para a Praça da Bandeira, ao lado da Nereu Ramos. Esse deslocamento tem forte caráter simbólico: reflete o declínio da mineração como eixo estruturante da cidade e abre espaço para a diversificação industrial e para a reconfiguração da imagem urbana. O ato de remover o monumento de um espaço central para um local secundário pode ser interpretado como uma estratégia de reposicionamento da memória coletiva, em que um símbolo antes exaltado é deslocado para a periferia da centralidade, diminuindo seu protagonismo.

Outra transformação importante é a pavimentação das ruas que circundam a praça. Ao serem fechadas para o tráfego de automóveis e convertidas em calçadas, o espaço foi resignificado como território exclusivo para pedestres. Essa intervenção alterou profundamente os fluxos urbanos, que antes eram

marcados pela passagem de veículos e agora se concentram na circulação de pedestres, no comércio local e nas atividades culturais. Com isso, a praça fortaleceu sua condição de fixo central da cidade, ao redor do qual os fluxos se organizam, intensificando sua função como espaço de convergência social, cultural e econômica.

Ainda que alguns edifícios tenham sido substituídos por construções contemporâneas, a permanência de grande parte do conjunto Art Déco reforça a praça como uma das áreas mais representativas da memória urbana e arquitetônica da cidade. O comparativo, portanto, evidencia a coexistência de camadas temporais distintas (da linguagem eclética à modernidade do Art Déco e às intervenções contemporâneas) compondo um espaço que, pela soma de suas permanências, demolições e reconfigurações, expressa de forma exemplar o caráter múltiplo do centro histórico de Criciúma.



### Quadro Analítico 9 – RECORTE 2-D-009

| ANALISE COMPARATIVA                                                               |                                                                                    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Localização:</b><br>Praça Nereu Ramos e Rua Conselheiro João Zanette           | <b>Código:</b><br>2-D-009                                                          |
| <b>Foto 01:</b>                                                                   | <b>Foto 02:</b>                                                                    |
|  |  |

Fonte: Arquivo Histórico Municipal. 1920

Fonte: do autor, 2025

#### Resultados da análise

A análise comparativa em questão apresenta duas realidades distintas da Praça Nereu Ramos, núcleo inicial da cidade de Criciúma. Na foto 1, identificamos construções de estilo eclético, comuns ao período em questão, além de áreas ocupadas intercaladas com muitos vazios urbanos, ainda disponíveis para expansão. Também é possível observar a Rua Conselheiro João Zanette, principal eixo de conexão entre a Praça Nereu Ramos e a Estação Ferroviária (que aparece na imagem), evidenciando a importância do sistema viário como articulador do espaço urbano. Próximo à Estação Ferroviária, destaca-se a Estrada de Ferro e, posteriormente, o cemitério, localizado em área afastada do núcleo central, conforme a lógica sanitária e urbanística do período.

Na foto 2, contudo, não identificamos neste ângulo nenhuma das edificações presentes na primeira imagem, sendo a única permanência o traçado da própria Praça Nereu Ramos. A vegetação e sua conexão com o entorno foram alteradas, mas o desenho original da praça ainda resiste como memória espacial. Também se destacam os edifícios em estilo art déco, que marcam a consolidação do núcleo central da cidade, somados a um forte processo de verticalização além do antigo traçado ferroviário (atual Avenida Centenário). Nesse cenário, surge ao fundo o edifício Lúcio Cavaler, já mencionado em outra análise, funcionando como ponto focal e marco visual da paisagem contemporânea. Outros edifícios de gabarito mais elevado também aparecem, resultado direto de uma lei de incentivo à verticalização implementada na gestão do prefeito Addo Faraco.

Outro aspecto relevante é a permanência do caráter comercial da praça. Desde sua origem, no cruzamento dos caminhos de tropa (onde a praça foi posteriormente implantada), a área configurava-se como ponto de parada, articulando comércio e serviços. Essa centralidade econômica se mantém até os dias atuais, reforçando a Praça Nereu Ramos como núcleo vivo de atividades urbanas. A comparação entre as duas imagens permite identificar, de um lado, os palimpsestos urbanos que registram a sobreposição de tempos e usos no entorno imediato da praça, e, de outro, a expansão no sentido norte-sul do bairro Comerciário, que ocupou os antigos vazios urbanos. Assim, a Praça Nereu Ramos aparece como um espaço central que articula permanências, transformações e ressignificações do tecido urbano de Criciúma.



### Quadro Analítico 10 – RECORTE 2-D-010

| ANALISE COMPARATIVA                                                               |                                                                                    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Localização:</b>                                                               | <b>Código:</b>                                                                     |
| Praça Nereu Ramos e Rua Conselheiro João Zanette                                  | 2-D-0010                                                                           |
| <b>Foto 01:</b>                                                                   | <b>Foto 02:</b>                                                                    |
|  |  |

Fonte: Arquivo Histórico Municipal

Fonte: do autor, 2025

#### Resultados da análise

Esta análise comparativa é uma continuidade da desenvolvida a partir da fotografia 2-D-009, que também apresenta a Praça Nereu Ramos em diálogo com a Rua Conselheiro João Zanetti. Diferentemente da análise anterior, este comparativo já nos permite identificar a presença de edificações em estilo art déco nas duas fotografias, sobretudo no entorno imediato da Praça Nereu Ramos. A inserção desse repertório arquitetônico evidencia uma etapa posterior de consolidação do núcleo central da cidade, marcada pela modernização formal das fachadas e pela construção de edifícios de 3 a 4 pavimentos, típicos do período.

Ainda assim, a comparação entre a foto 1 e a foto 2 revela de forma clara o adensamento urbano e a verticalização no bairro Comerciário. Essa transformação é perceptível, sobretudo, pela presença do edifício Lúcio Cavaler (que se impõe na paisagem como marco visual) e de outros edifícios de gabarito elevado na região central. Esse processo de intensificação construtiva gera uma paisagem mais homogênea em altura, contrastando com as referências urbanas de escala mais baixa da foto 1.

Outro aspecto recorrente é a permanência do caráter comercial da Praça Nereu Ramos. Desde sua formação, o espaço funcionou como polo de comércio e serviços, função que se manteve com a consolidação do bairro Comerciário. As lojas no entorno da praça reforçam essa centralidade econômica, que permanece mesmo em meio às demolições e substituições ocorridas ao longo do tempo.

Na comparação, identificamos algumas perdas relevantes, especialmente no caso da demolição de uma edificação art déco para a construção do Shopping Center Della Justina, localizado no coração da cidade. Esse episódio ilustra de forma clara o processo de palimpsesto urbano, em que camadas históricas são sobrepostas por novos interesses econômicos e funcionais. Por outro lado, edificações como o Edifício Filhinho permanecem até a atualidade, funcionando como marcos de memória e referências urbanas ainda reconhecíveis na experiência do caminhante da cidade. O comparativo revela um núcleo central tensionado entre permanências e rupturas: de um lado, os edifícios art déco e o caráter comercial que resistem como referências históricas; de outro, a verticalização e a substituição de edificações que transformam o cenário urbano, reforçando o dinamismo do processo de modernização de Criciúma.

### Quadro Analítico 11 – RECORTE 2-D-011

| ANALISE COMPARATIVA                                                               |                                                                                    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Localização:</b>                                                               | <b>Código:</b>                                                                     |
| Praça Nereu Ramos com destaque para a Catedral São José                           | 2-D-011                                                                            |
| <b>Foto 01:</b>                                                                   | <b>Foto 02:</b>                                                                    |
|  |  |

Fonte: Arquivo Histórico Municipal. 1960

Fonte: do autor, 2025

#### Resultados da análise

Nesta comparação, o recorte principal é a Praça Nereu Ramos, elemento estruturador do centro de Criciúma, marcada pela permanência da Catedral São José, que se mantém como referência simbólica e visual nas duas fotografias. Também é possível identificar o Morro Cechinel na paisagem geográfica, funcionando como pano de fundo natural e reforçando a leitura territorial da cidade em ambas as temporalidades.

No entorno imediato da praça, permanecem edificações de estilo Art Déco, de gabarito baixo, ainda visíveis na foto 2. Essa permanência garante que a Catedral mantenha sua condição de ponto focal e de marco visual, já que se destaca como o edifício mais alto na escala do núcleo da Praça Nereu Ramos. Entretanto, nas áreas periféricas, observa-se um processo de transformação marcado pelo aumento de gabarito e pela verticalização do tecido urbano, sobretudo em direção ao Morro Cechinel. Essa massa edificada mais homogênea cria tensões visuais e simbólicas ao entrar em conflito com a paisagem geográfica do morro, que perde parte de sua legibilidade no horizonte da cidade.

Do ponto de vista das dinâmicas urbanas, é possível identificar palimpsestos em diferentes níveis. Nas áreas periféricas ao núcleo, residências foram demolidas para dar lugar a edifícios verticalizados, evidenciando o avanço da especulação imobiliária e a substituição de antigos usos residenciais por novas tipologias. Já no entorno imediato da praça, observa-se outro processo: os edifícios de três e quatro pavimentos que aparecem na foto 1 permanecem na foto 2, não tendo sido demolidos, mas ressignificados no tempo, com mudanças de uso ou em situação de desuso.

A leitura desse recorte evidencia também a lógica de fluxos e fixos que estrutura o centro de Criciúma. Como fixos, a Catedral, os edifícios Art Déco e o traçado da praça garantem continuidade histórica e visual. Como fluxos, a verticalização, o adensamento e a mudança dos usos revelam as pressões econômicas e sociais que reescrevem constantemente a paisagem urbana. O resultado é um espaço que mantém elementos estruturantes, mas que, ao mesmo tempo, se redefine pela sobreposição de camadas históricas e contemporâneas, consolidando-se como um verdadeiro palimpsesto urbano em constante reconfiguração.

## Quadro Analítico 12 – RECORTE 2-D-012

| ANALISE COMPARATIVA                                                               |                                                                                    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Localização:</b><br>Praça Nereu Ramos e Avenida Getulio Vargas                 | <b>Código:</b><br>2-D-0012                                                         |
| <b>Foto 01:</b>                                                                   | <b>Foto 02:</b>                                                                    |
|  |  |

Fonte: Arquivo Histórico Municipal

Fonte: do autor, 2025

## Resultados da análise

A análise comparativa em questão tem como foco a Praça Nereu Ramos e a Catedral São José, desta vez no sentido oeste, destacando-se a presença da Avenida Getúlio Vargas como eixo principal de orientação. Nesse recorte, conseguimos identificar as mesmas permanências já comentadas nas análises 2-D-009, 2-D-010 e 2-D-011, como o traçado da praça, a presença da Catedral e de edifícios em estilo art déco no entorno imediato. No entanto, surgem particularidades que marcam esse enquadramento específico.

O primeiro elemento a ser ressaltado é a permanência do desenho urbano das quadras, que, apesar das sucessivas transformações, ainda preserva a lógica estrutural do tecido. Outro aspecto importante, e que altera significativamente a percepção do pedestre, é que na foto 1 a Praça Nereu Ramos ainda mantinha em seu perímetro faixas carroçáveis para a circulação de automóveis. Esse elemento foi removido nas obras do Centenário da Cidade, em 1980, reforçando a lógica do pedestre e permanecendo assim até os dias atuais, em uma ação de *Aufhebung* que nega o fluxo viário anterior, mas o preserva na memória do espaço.

Na foto 1, também é possível observar, à direita da Catedral, um terreno cercado, ocupado por uma pequena edificação e vegetação, que posteriormente foi incorporado ao largo formado ao lado da igreja, expandindo a noção espacial da praça. Outro aspecto perceptível é a ampliação da Catedral São José, identificada na foto 2, que ocorreu em função da necessidade de abrigar maior número de fiéis, resultando no prolongamento da edificação em seus fundos. Essa ampliação reforça a ideia de palimpsesto arquitetônico, na medida em que mantém a permanência da edificação original, mas adiciona uma nova camada que responde às demandas de sua época.

A verticalização no sentido norte também se faz presente nesse comparativo, embora se manifeste de forma heterogênea, com diversidade de gabaritos e tipologias. Esse processo contrasta com outras áreas da cidade onde a verticalização assume um caráter mais homogêneo, formando massas edificadas compactas e uniformes. Aqui, ao contrário, a fragmentação dos estilos e alturas evidencia diferentes

momentos de intervenção e substituição, revelando fluxos de transformação urbana mais descontínuos. Permanências e demolições se entrelaçam, constituindo um cenário em que o patrimônio representado pela Catedral persiste como marco visual e simbólico. No entanto, o entorno imediato, em vez de potencializar essa permanência, apresenta sinais de descaracterização e ausência de estratégias de valorização cultural, reforçando a contradição entre a preservação de um ícone e a negação de sua centralidade patrimonial pelo tecido urbano que o cerca.



### Quadro Analítico 13 – RECORTE 2-E-013

| ANALISE COMPARATIVA                                                               |                                                                                    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Localização:</b>                                                               | <b>Código:</b>                                                                     |
| Avenida Centenário e Rua Marechal Deodoro                                         | 2-E-013                                                                            |
| <b>Foto 01:</b>                                                                   | <b>Foto 02:</b>                                                                    |
|  |  |

Fonte: Arquivo Histórico Municipal

Fonte: do autor, 2025

#### Resultados da análise

Esta análise focaliza o cruzamento entre a Avenida Centenário e a Rua Marechal Deodoro, um nó viário que articula o centro de Criciúma com a cidade vizinha de Urussanga e, por extensão, com a Rua Desembargador Pedro Silva, a Rodovia Luiz Rosso, o bairro Quarta linha e a BR-101. Trata-se de um cruzamento de grande circulação e elevada visibilidade urbano-regional, sendo também o eixo de visão no sentido Urussanga–Criciúma para a leitura da Igreja Assembleia de Deus (ver 2-E-011 e 2-E-012).

Nas comparações entre foto 1 e foto 2 identificam-se permanências e mudanças que configuram um palimpsesto urbano: como fixos, permanecem o skyline do Morro Cechinel e a própria leitura da Avenida Centenário como eixo estruturador; como fluxos, intensificam-se as circulações veiculares e pedonais ligadas à função de via arterial e às conexões intermunicipais. Embora a foto 02 revele claro adensamento urbano por meio da verticalização, as linhas do morro ainda persistem na paisagem, atuando como referência topográfica e visual que organiza a percepção do espaço.

Observam-se demolições e substituições no tecido construído (edifícios de tipologia mais simples foram demolidos para dar lugar a construções contemporâneas, as vezes com maior dimensão, sobretudo na esquina do próprio cruzamento), movimento que reforça a lógica de especulação imobiliária e reordena os fluxos residenciais e comerciais locais. Ao lado disso, há a presença de duas edificações em estilo Art Déco, visíveis tanto na foto 1 (décadas de 1960/80) quanto na foto 2 (2025): apesar de preservadas materialmente, essas construções não se articulam com o entorno nem funcionam como marcos visuais; encontram-se, de certa forma, negadas em seu contexto (preservação sem inserção), o que impede que sua permanência se traduza em centralidade simbólica.

A avenida, originada pela substituição da ferrovia, continua a operar como um limite construído (limite territorial) que organiza a hierarquia viária Oeste-Leste e corte a malha no sentido Norte–Sul. Nesse sentido, o cruzamento Marechal Deodoro-Centenário assume especial relevância porque constitui uma das raras travessias perpendiculares em que a passagem de um lado ao outro da avenida se dá com

continuidade simples (sem grandes desvios ou manobras), mantendo assim um papel estratégico de conectividade local.

Do ponto de vista teórico, o processo aqui observado pode ser lido como uma forma de *Aufhebung*: a antiga função ferroviária foi suprimida materialmente, mas seu traçado e sua capacidade de organizar o espaço foram conservados e transformados numa nova forma (a avenida), que abre novos fluxos enquanto nega outras memórias e usos. O resultado é uma cena urbana tensionada: fixos duradouros (morro, eixo viário, alguns edifícios) convivem com fluxos renovados (trânsito intermunicipal, circulação para BR-101, movimentos de consumo e residência causados pela verticalização) e com demolições que reescrevem a paisagem que ilustram com clareza as fricções entre memória, mobilidade e pressão imobiliária na transformação do tecido urbano.

### Quadro Analítico 14 – RECORTE 2-E-014

| ANALISE COMPARATIVA                                                               |                                                                                    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Localização:</b>                                                               | <b>Código:</b>                                                                     |
| Praça Maria Silva Rodrigues e Igreja Assembléia de Deus                           | 2-E-014                                                                            |
| <b>Foto 01:</b>                                                                   | <b>Foto 02:</b>                                                                    |
|  |  |

Fonte: Arquivo Histórico Municipal

Fonte: do autor, 2025

#### Resultados da análise

Antes da construção da Avenida Axial e da posterior Avenida Centenário, o eixo central do centro de Criciúma era definido pela ferrovia, que possuía, nesse trecho, uma estação de embarque e desembarque, além de um pátio de manobras. No entorno desse pátio, situavam-se algumas edificações importantes (a estação ferroviária, a casa do agente ferroviário, casas de turma destinadas aos funcionários da linha e do pátio, e a residência do supervisor). Com a retirada dos trilhos e a instalação da Avenida Centenário, essas construções foram gradualmente removidas, restando apenas a casa do agente ferroviário e algumas casas de turma.

Durante as obras de implantação da Avenida Centenário, como parte das comemorações do Centenário da cidade, todas as casas de turma foram demolidas para dar lugar a uma praça em frente à Igreja Assembleia de Deus, que constitui o foco deste comparativo. Esse processo evidencia um claro palimpsesto urbano (no qual uma nova intervenção, a praça, foi sobreposta à parcela territorial anteriormente ocupada por residências ferroviárias).

A Igreja Assembleia de Deus, embora tenha mantido sua localização e função, passou por completa reconstrução (o edifício original foi demolido e substituído por uma nova estrutura de design contemporâneo e pós-modernista, preservando apenas elementos simbólicos, como o relógio), configurando um caso de *Aufhebung* (em que o passado é parcialmente superado, mas mantido em referência simbólica). Ao lado esquerdo da igreja, observa-se um sobrado em estilo Art Déco, que permanece como principal permanência deste comparativo (destacando-se entre as transformações do entorno).

Na foto 1, já é possível perceber sinais do que seria a verticalização do bairro comercial (especialmente no detalhe à esquerda, que, na foto 2, se consolida em um emaranhado de prédios mais altos, camuflando a linha do morro e as edificações de gabarito baixo que antes permitiam a visualização do estádio Heriberto Hülse). Esse movimento evidencia demolições e substituições contínuas (que alteram

a escala urbana, os fluxos de circulação e a percepção visual do espaço, transformando a relação entre a igreja, a praça e o tecido circundante).

O largo criado pela demolição das casas de turma introduziu um espaço aberto significativo (mas sem estratégias claras de conectividade com o entorno, limitando os fluxos urbanos de pedestres e interação social). Dessa forma, o comparativo evidencia a coexistência de fixos (como a permanência da igreja, o sobrado Art Déco e a própria praça) e fluxos novos ou modificados (resultantes da demolição, da verticalização e das alterações urbanísticas), compondo um palimpsesto que revela a transformação contínua do centro de Criciúma ao longo das últimas décadas.



### Quadro Analítico 15 – RECORTE 2-E-015

| ANALISE COMPARATIVA                                                               |                                                                                    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Localização:</b>                                                               | <b>Código:</b>                                                                     |
| Praça Maria Silva Rodrigues e Igreja<br>Assembléia de Deus                        | 2-E-015                                                                            |
| <b>Foto 01:</b>                                                                   | <b>Foto 02:</b>                                                                    |
|  |  |

Fonte: Arquivo Histórico Municipal

Fonte: do autor, 2025

#### Resultados da análise

Esta análise tem relação com a comparação do código 2-E-014, tendo como elemento central a Praça Maria Silva Rodrigues. As fotos 1 e 2 permitem observar transformações ao longo do tempo, evidenciando tanto permanências quanto demolições e reconfigurações urbanas, compondo um verdadeiro palimpsesto urbano. Na foto 1, já é possível perceber o traçado da praça projetado para o centenário da cidade de Criciúma, com desenho modernista e paginado em *petit pavé*, que remete ao símbolo da cidade. O desenho incorpora linhas paralelas, perpendiculares e em ângulos de 45 graus, reforçando a identidade simbólica e formal do espaço.

Entre as permanências, destacam-se todos os prédios do entorno que ainda permanecem, assim como o sobrado em estilo Art Déco localizado à esquerda da igreja, que mantém sua presença até hoje. Ao mesmo tempo, observa-se que algumas casas foram demolidas para dar lugar a edificações mais recentes, evidenciando demolições impulsionadas por processos de renovação urbana e especulação imobiliária. O edifício Lúcio Cavaler se destaca nesse contexto: na foto 1 ele aparece em construção, e na foto 2 já concluído, tornando-se o ponto mais alto da cidade. Esse edifício funciona como marco visual, ponto focal e elemento de localização, organizando tanto os fluxos visuais quanto os percursos urbanos no entorno da praça.

As demolições e a verticalização do bairro revelam diferentes dimensões de intervenção urbana. A substituição das casas de turma pela praça reflete um caráter social e político, seguindo a lógica de valorização do espaço público e da memória coletiva, enquanto a especulação imobiliária que resultou em novos edifícios de maior porte evidencia um caráter econômico, relacionado ao mercado imobiliário e à valorização territorial. Apesar da substituição da ferrovia pela Avenida Centenário, esse eixo ainda se mantém como limite construído, funcionando como elemento estruturante da hierarquia viária. Mesmo com a construção da praça paralela à avenida, o limite permanece perceptível, definindo uma barreira que, no sentido Oeste-Leste, rasga o território e dificulta a transição Norte-Sul da cidade. Esse traçado evidencia a tensão entre fixos e fluxos, reforçando a ideia de palimpsesto urbano e a contínua transformação do tecido urbano de Criciúma.

### Quadro Analítico 16 – RECORTE 3-F-016

| ANALISE COMPARATIVA                                                               |                                                                                    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| Localização:                                                                      | Código:                                                                            |
| Vista do pavilhão da CESACA ao centro, na direita a Praça Giácomo Sônego          | 3-F-016                                                                            |
| Foto 01:                                                                          | Foto 02:                                                                           |
|  |  |

Fonte: Criciúma Amor e Trabalho, 1978

Fonte: do autor, 2025

#### Resultados da análise

A área onde foi construída a Cerâmica Santa Catarina, a CESACA, é um dos pontos mais emblemáticos da transformação urbana de Criciúma. Situada na Rua Araranguá, a fábrica simbolizou o momento de diversificação industrial da cidade e marcou um novo vetor de expansão urbana. Sua presença no centro reforçava o papel da indústria como motor de desenvolvimento e como elemento de fixação de fluxos econômicos e sociais. Na fotografia mais antiga, a estrutura fabril domina a paisagem como um dos grandes fixos urbanos, articulando fluxos de trabalhadores, transporte de carvão e produção cerâmica, e configurando um ponto de referência na malha da cidade. No mesmo enquadramento, também é possível identificar outras edificações de relevância histórica, como o Pastifício Fio de Ouro, situado na esquina à direita, e a Praça Domênico Sônego, que aparece parcialmente no lado direito da imagem, compondo com a indústria um conjunto urbano que sintetiza a fase produtiva da cidade carbonífera.

Ao estabelecer o comparativo entre as duas temporalidades, é possível perceber de forma clara a sobreposição de camadas que caracteriza o palimpsesto urbano. No lugar da antiga estrutura fabril, hoje se ergue o edifício de um supermercado atacadista, igualmente monumental e volumetricamente semelhante ao pavilhão industrial que o antecedeu. Entre a demolição da CESACA e a construção atual, o terreno permaneceu por anos em vazio, assumindo usos temporários, como parques de diversão itinerantes, estacionamentos e campos de treinamento esportivo. Esse intervalo revela o tempo urbano como processo dialético de negação e reconfiguração, em que o solo mantém latente a memória das atividades anteriores, mesmo quando novas funções se sobrepõem à sua superfície.

O novo edifício retoma, de certa forma, a lógica espacial do pavilhão industrial, reinstaurando o paredão que margeia a calçada da Rua Araranguá. Essa repetição formal, entretanto, não resgata a vitalidade do espaço anterior, já que o projeto arquitetônico atual opta por se voltar

a uma via secundária criada exclusivamente para a edificação, negando a relação histórica entre o lote e a rua principal. Essa escolha urbanística reforça a ruptura entre a edificação e o tecido urbano, acentuando o limite físico e simbólico que isola o pedestre e compromete a continuidade visual e social da via. O que antes era uma fachada ativa, acompanhada pelo fluxo de trabalhadores e pela proximidade das atividades industriais, transforma-se agora em uma barreira que reforça a segregação espacial e a perda da escala humana.

Ainda assim, o entorno da antiga CESACA conserva permanências significativas. O prédio do Pastificio Fio de Ouro, mesmo com nova função, mantém-se como marco arquitetônico, assim como um edifício residencial localizado em frente a ele e outras construções remanescentes do centro comercial e da antiga prefeitura. Esses edifícios, ainda que adaptados aos usos contemporâneos, constituem rastros materiais de um tempo em que o espaço urbano era estruturado pela produção industrial. Tais permanências, mesmo isoladas, funcionam como âncoras de memória na paisagem, contrapondo-se ao movimento acelerado de substituição e apagamento.

O caso da CESACA sintetiza, de forma exemplar, a dinâmica da *Aufhebung* no espaço urbano: a negação da função industrial pela demolição do complexo fabril, a preservação da centralidade e da memória simbólica do local e a elevação do terreno a um novo patamar de consumo e circulação. A paisagem atual, dominada pelo comércio e pela lógica veicular, evidencia a transição dos fluxos produtivos e laborais para fluxos de consumo e serviços. Assim, o espaço da antiga CESACA expressa, na prática, o pensamento de Milton Santos ao articular sistemas de objetos e sistemas de ações: o mesmo território abriga novos usos e significados, mas permanece impregnado de suas antigas funções. É, portanto, um palimpsesto urbano em constante atualização, onde a história industrial de Criciúma resiste, ainda que soterrada sob a aparência moderna de um pavilhão comercial.

### Quadro Analítico 17 – RECORTE 3-G-017

| ANÁLISE COMPARATIVA                                                               |                                                                                    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| Localização:                                                                      | Código:                                                                            |
| Vista da Praça da Santa Bárbara                                                   | 3-G-017                                                                            |
| Foto 01:                                                                          | Foto 02:                                                                           |
|  |  |

Fonte: Arquivo Histórico Municipal, 1953

Fonte: do autor, 2025

#### Resultados da análise

A comparação entre as duas fotografias do bairro Santa Bárbara, datadas de 1953 e 2025, revela de maneira clara as transformações espaciais e simbólicas que moldaram esse território ao longo de quase oito décadas. Na imagem de 1953, o bairro apresentava um tecido urbano pouco adensado, em que a Igreja de Santa Bárbara e a praça homônima constituíam o principal marco de centralidade e referência visual. A edificação religiosa, destacando-se pela altura e posição no relevo, simbolizava o elo comunitário e espiritual de um núcleo em consolidação. Em torno dela, a malha urbana ainda era rarefeita, configurando um espaço de baixa densidade e de forte relação entre o edificado e o ambiente natural.

Na fotografia de 2025, observa-se uma paisagem profundamente transformada. O bairro apresenta um adensamento expressivo e maior ocupação do solo, embora ainda mantenha predominância de construções horizontais. No entanto, já se notam sinais evidentes de verticalização, sobretudo nos eixos mais próximos ao bairro Comerciário e ao São Luiz, cuja massa edificada aparece como um pano de fundo contínuo. Essa diferença entre as duas imagens revela as múltiplas temporalidades da cidade, nas quais o bairro Santa Bárbara ainda preserva traços da morfologia original, ao mesmo tempo em que se vê pressionado pelas dinâmicas de crescimento urbano que avançam em seu entorno.

A presença da Igreja de Santa Bárbara, outrora elemento dominante na paisagem, torna-se hoje quase imperceptível entre o emaranhado de novas construções. O edifício religioso, que antes orientava a percepção espacial, agora se dilui visualmente, perdendo o protagonismo que exercia na leitura do bairro. Essa mudança indica não apenas a transformação física da paisagem, mas também a alteração dos valores simbólicos e coletivos do espaço urbano. A igreja, apesar de ainda existir, teve sua centralidade negada pela verticalização e pela densificação do entorno, processo que reflete a tripla dinâmica da *Aufhebung*: a negação de

sua supremacia formal, a preservação de sua função comunitária e a elevação de seu significado simbólico como resistência em meio à transformação.

Apesar das mudanças, há permanências significativas que sustentam a identidade espacial do bairro. O traçado da antiga estrada colonial, hoje Rua Henrique Lage, continua funcionando como eixo ordenador da malha urbana, configurando uma das linhas estruturais mais antigas da cidade. Essa continuidade atesta a força dos fixos sobre os fluxos, no sentido proposto por Milton Santos, ao evidenciar que, mesmo diante das transformações econômicas e sociais, há estruturas que persistem e dão legibilidade ao território.

O comparativo entre as duas imagens confirma que o bairro Santa Bárbara é um território de sobreposições, onde a história se manifesta na convivência entre permanências e demolições, entre memórias preservadas e apagamentos parciais. A fotografia mais recente não apaga completamente a antiga paisagem, mas a reinterpreta, inserindo novas camadas de sentido e novas contradições. Nesse processo, o bairro consolida-se como um verdadeiro palimpsesto urbano, no qual a memória da cidade industrial e religiosa de meados do século XX se entrelaça com a urbanização contemporânea que redefine a escala, o ritmo e o olhar sobre o espaço vivido.



Quadro Analítico 18 – RECORTE 3-G-018

| ANALISE COMPARATIVA                                                               |                                                                                    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| Localização:                                                                      | Código:                                                                            |
| Igreja Santa Bárbara                                                              | 3-G-018                                                                            |
| Foto 01:                                                                          | Foto 02:                                                                           |
|  |  |

Fonte: Acervo da Igreja Matriz Santa Bárbara      Fonte: do autor, 2025

Resultados da análise

A comparação entre as duas fotografias do entorno da Praça Santa Bárbara, mesmo em um intervalo temporal recente (entre 2016 e 2025), permite perceber transformações significativas na configuração urbana e na leitura da paisagem. A foto de 2016 mostrava um bairro ainda caracterizado por um adensamento moderado, áreas verdes visíveis e um *skyline* heterogêneo. Já a imagem de 2025 apresenta um cenário mais compacto, com uma ocupação mais intensa e a presença crescente de edificações verticais. Embora o período de tempo entre as duas imagens seja curto, o ritmo das mudanças confirma a aceleração das transformações urbanas contemporâneas e a pressão contínua sobre o solo urbano.

Na segunda fotografia, o mesmo ângulo foi mantido, mas houve ampliação da área de registro. Essa decisão metodológica permitiu observar um campo visual mais abrangente e, consequentemente, realizar uma análise mais profunda e completa. A ampliação do enquadramento revelou novas relações espaciais e possibilitou compreender com maior precisão as dinâmicas entre a praça, a igreja e o entorno imediato. O olhar expandido faz emergir uma leitura mais ampla do bairro, mostrando não apenas a densificação construtiva, mas também as relações entre cheios e vazios, as vias estruturais e a continuidade das linhas do relevo.

Apesar da intensificação do adensamento, o eixo que conecta a rua principal à Igreja de Santa Bárbara permanece claramente legível. Essa persistência espacial confere ao templo uma condição de referência simbólica e urbana. Alinhada à via, a igreja mantém sua função como ponto de orientação e entrada do bairro, funcionando como marco visual e elemento de coesão do conjunto. A permanência desse alinhamento revela a força dos fixos na paisagem e reforça a leitura de Milton Santos sobre o espaço como sistema indissociável de fixos e fluxos. Enquanto o entorno imediato se transforma, a relação entre a igreja e a rua permanece como estrutura de referência, permitindo a continuidade da memória espacial do bairro.

A paisagem atual, ao mesmo tempo em que nega parte das características anteriores, também preserva e eleva certos valores simbólicos. Trata-se de um processo dialético que se aproxima do conceito de *Aufhebung*, no qual a negação da forma anterior não implica desaparecimento completo, mas sim a sua preservação reinterpretada em um novo contexto. A igreja, ainda visível ao final do eixo, resiste como testemunho material e espiritual, enquanto o entorno se renova em direção a uma urbanidade mais densa e homogênea. Essa convivência de camadas e tempos distintos define o bairro Santa Bárbara como um verdadeiro palimpsesto urbano, no qual a cidade é continuamente reescrita, revelando que, mesmo diante da transformação acelerada, persistem os vínculos entre memória, espaço e identidade.

### Quadro Analítico 19 – RECORTE 3-G-019

| ANÁLISE COMPARATIVA                                                               |                                                                                    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| Localização:                                                                      | Código:                                                                            |
| Curtume Dal Bó e Giassi Supermercados                                             | 3-G-019                                                                            |
| Foto 01:                                                                          | Foto 02:                                                                           |
|  |  |

Fonte: Arquivo Histórico Municipal, 1976

Fonte: do autor, 2025

#### Resultados da análise

A análise comparativa do ponto onde se situava o antigo Curtume Dal Bó, hoje substituído por um complexo de supermercado, revela uma sobreposição de tempos, usos e significados que sintetiza, de modo exemplar, o caráter de palimpsesto do tecido urbano de Criciúma. Pelas fotografias é possível perceber que, embora as edificações pertençam a períodos e linguagens arquitetônicas distintas, ambas representam, cada uma em seu tempo, expressões materiais da economia e da cultura local. O curtume, com sua volumetria marcada e fachadas em art déco já transitando para o modernismo, simbolizava a força do setor produtivo industrial e o cotidiano operário da cidade. Já o supermercado, com sua arquitetura pós-moderna e fachadas amplas de comunicação visual, expressa a lógica contemporânea do consumo e do capital imobiliário, transformando radicalmente a relação entre o espaço construído e a vida urbana.

A transformação do Curtume Dal Bó em supermercado não é apenas uma substituição de edifícios, mas uma sobreposição de dinâmicas urbanas e sensoriais. O espaço que antes abrigava ruídos metálicos, o cheiro do couro e a movimentação dos trabalhadores, hoje é ocupado pelo som dos carrinhos, pela iluminação artificial e pelo fluxo contínuo de consumidores. O ruído e o odor, antes associados à produção, agora são substituídos pelos estímulos do consumo e da publicidade. Essa mudança evidencia como as práticas sociais reconfiguram as percepções e as experiências sensoriais do espaço urbano, demonstrando que a cidade se constrói também nas esferas imateriais do cotidiano.

Do ponto de vista conceitual, essa substituição pode ser lida sob a ótica da *Aufhebung* hegeliana, como um processo de negação, preservação e elevação. A negação se manifesta na demolição do curtume e na ruptura com o modo de vida operário que o sustentava. A preservação ocorre na permanência do uso coletivo do espaço, ainda que transformado, mantendo o local como ponto de encontro e circulação. E a elevação se concretiza na nova função de centralidade comercial, que reflete o deslocamento da base econômica da cidade, da produção industrial para o setor terciário. Assim, o espaço urbano não apenas muda de forma e função, mas também de significado.

A análise fotográfica evidencia que o entorno também passou por alterações importantes. O curtume, quando ativo, fazia parte de um conjunto de pequenas residências operárias, galpões de apoio e vazios



funcionais. Já na fotografia atual, o supermercado surge isolado em sua monumentalidade horizontal, cercado por estacionamentos e vias largas, características típicas de uma urbanidade voltada ao automóvel. Esse contraste reforça a leitura de Milton Santos sobre os fixos e fluxos: os fixos industriais foram substituídos por fixos comerciais, enquanto os fluxos de produção deram lugar aos fluxos de consumo, configurando uma nova territorialidade econômica.

Apesar das transformações, o local ainda guarda rastros de suas camadas anteriores, perceptíveis tanto nas memórias coletivas quanto na organização espacial. O traçado viário que margeava o curtume foi mantido, e a posição do novo edifício respeita parcialmente a lógica de ocupação do terreno original, o que permite reconhecer a sobreposição de tempos e significados. O antigo curtume e o atual supermercado, ainda que não coexistam fisicamente, se interpenetram na narrativa da cidade: um representando o vigor produtivo de um tempo industrial, o outro simbolizando o domínio contemporâneo do consumo e da economia de serviços.

A análise demonstra, assim, que o lugar do antigo Curtume Dal Bó não desapareceu. Ele foi negado em sua materialidade, mas preservado e elevado como símbolo de uma nova era urbana. O que se observa é a permanência da centralidade e a continuidade da vida urbana sobre as ruínas da cidade industrial, reafirmando que Criciúma, como palimpsesto, é continuamente reescrita pela tensão entre memória e progresso, entre o trabalho e o consumo, entre o passado produtivo e o presente mercantil.

## Quadro Analítico 20 – RECORTE 3-G-020

| ANÁLISE COMPARATIVA                                                               |                                                                                    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| Localização:                                                                      | Código:                                                                            |
| Aeroporto Leoberto Leal e Parque Centenário                                       | 3-G-020                                                                            |
| Foto 01:                                                                          | Foto 02:                                                                           |
|  |  |

Fonte: Criciúma Amor e Trabalho, 1978

Fonte: do autor, 2025

### Resultados da análise

A análise comparativa da região onde se situa o atual Parque Centenário revela uma das transformações mais expressivas do território de Criciúma, tanto em dimensão espacial quanto simbólica. O recorte analisado, que conecta os bairros Santa Bárbara e Pinheirinho, representa um importante eixo de articulação urbana e social, configurando-se como uma grande área de transição entre o núcleo central consolidado e as zonas de expansão da cidade. O antigo Aeroporto Leoberto Leal, que ocupava originalmente esse espaço, foi um marco do desenvolvimento regional e simbolizava o auge de uma fase de modernização associada à mobilidade aérea e ao progresso técnico. Entretanto, com o crescimento urbano e o avanço da mancha edificada em direção ao leste e ao oeste, o aeroporto tornou-se uma barreira física e funcional, culminando na sua desativação e posterior substituição pelo Parque Centenário.

O processo de substituição do aeroporto pelo parque pode ser compreendido sob a lógica da *Aufhebung* hegeliana, como uma tríplice operação de negação, preservação e elevação. Negação, pela remoção da estrutura anterior e de sua função original; preservação, pela permanência simbólica da ideia de centralidade e de espaço público; e elevação, pela transformação do lugar em um novo centro cívico e cultural. O Parque Centenário, inaugurado em 1980 como parte das comemorações do centenário de colonização da cidade, materializa esse movimento dialético, transformando o que antes era um espaço técnico e restrito em um ambiente de convivência, lazer e memória coletiva.

As fotografias comparativas permitem observar que, embora o uso tenha sido completamente alterado, o território manteve sua dimensão monumental e o caráter de vazão estruturador no tecido urbano. Os edifícios públicos, concebidos dentro de uma linguagem arquitetônica modernista de traços brutalistas, configuram um novo conjunto de fixos que redefinem o papel simbólico e funcional do espaço. Ao mesmo tempo, as vias que circundam o parque e conectam Santa Bárbara, Pinheirinho e São Luís expressam os fluxos que, conforme Milton Santos, garantem a vitalidade e a integração do território.

A permanência de um grande espaço livre no mesmo local, ainda que com outra função, reforça o caráter de palimpsesto urbano: o território foi reescrito, mas as marcas do passado continuam

perceptíveis na estrutura e na escala do lugar. As pistas do antigo aeroporto, hoje convertidas em eixos de circulação e calçadas de passeio, delineiam a forma do parque e mantêm a memória do traçado original. Essa continuidade formal, mesmo transformada, permite identificar as camadas históricas sobrepostas que compõem a paisagem. O parque, portanto, não é apenas um espaço de lazer, mas também um documento urbano, um registro visível das transformações pelas quais passou a cidade.

A presença do Paço Municipal e dos demais edifícios institucionais ampliou a centralidade simbólica do local e impulsionou a valorização imobiliária de todo o entorno. Residências, serviços e comércios foram se instalando progressivamente ao redor, resultando em um processo de densificação que se intensifica nas últimas décadas. Esse adensamento, porém, não comprometeu a legibilidade do parque, que permanece como uma grande área verde articuladora entre bairros e como importante espaço de respiro na malha urbana.

A análise das duas temporalidades demonstra que, mesmo diante das demolições e substituições, a cidade mantém, nesse ponto, uma coerência espacial rara. A permanência do vazio central e a transformação de um símbolo da modernidade técnica (o aeroporto) em um símbolo da modernidade cívica (o parque) revelam a capacidade da cidade de se reinventar sem romper totalmente com suas camadas anteriores. A paisagem do Parque Centenário sintetiza, assim, o encontro entre passado e presente, técnica e natureza, mobilidade e permanência: dimensões que coexistem e se redefinem continuamente no tecido urbano de Criciúma.

### Quadro Analítico 21 – RECORTE 4-H-021

| ANALISE COMPARATIVA                                                               |                                                                                    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| Localização:                                                                      | Código:                                                                            |
| Transição entre os bairros Santa Bárbara e Pinheirinho                            | 4-H-021                                                                            |
| Foto 01:                                                                          | Foto 02:                                                                           |
|  |  |

Fonte: Arquivo Histórico Municipal, 1978

Fonte: do autor, 2025

#### Resultados da análise

A análise comparativa deste ponto, localizado a oeste do antigo Aeroporto Leoberto Leal e atual Parque Centenário, evidencia um dos processos mais significativos de expansão e reconfiguração urbana de Criciúma. O recorte analisado abrange a faixa de transição entre os bairros Santa Bárbara e Pinheirinho, área que, historicamente, permaneceu como uma zona de intermediação entre a cidade consolidada e as frentes de crescimento. Na fotografia mais antiga (foto 1), é possível observar um território ainda vazio, com raras ocupações e uma clara predominância de áreas livres. Esse vazio urbano expressa o limite da expansão central em meados do século XX, quando o adensamento ainda se concentrava nos eixos de maior prestígio (o Centro e a Próspera) e as bordas do tecido urbano permaneciam destinadas a usos esparsos, de caráter mais funcional do que residencial.

Na fotografia contemporânea (foto 2), observa-se que essa mesma área passou por uma profunda transformação, marcada pela consolidação de um novo tecido urbano voltado à prestação de serviços e pequenas indústrias. O que antes era um limite de urbanização tornou-se uma zona ativa de produção e circulação, ocupada por pavilhões, oficinas, depósitos e centros comerciais que compõem um mosaico heterogêneo de usos. Essa transição revela um deslocamento na estrutura socioeconômica local, em que a lógica industrial pesada dá lugar a uma economia terciária, mais fragmentada, mas também mais distribuída territorialmente.

A presença das Carrocerias Becker é um ponto central nessa leitura. Na fotografia 1, o edifício aparece como um dos principais fixos da região, representando o vigor modernista da arquitetura industrial e a racionalidade funcional do período. No entanto, na fotografia 2, o terreno onde se localizava esse conjunto abriga uma loja de departamentos que substituiu completamente a estrutura anterior. A demolição da edificação original e sua substituição por uma construção de caráter pós-moderno e comercial refletem a negação da memória industrial recente e a submissão do espaço urbano à lógica imediatista do capital imobiliário.

Sob a perspectiva da *Aufhebung*, esse processo representa a tríplice dialética de negação, preservação e elevação: negação, pela destruição do edifício modernista e de seu significado produtivo; preservação,

pela continuidade do uso econômico do espaço, ainda que sob nova forma; e elevação, pela incorporação desse ponto à economia de serviços que reconfigura a paisagem contemporânea da cidade. Assim, o terreno onde funcionaram as Carrocerias Becker pode ser compreendido como um palimpsesto urbano, onde as sucessivas camadas de tempo e de uso se sobrepõem, evidenciando a transitoriedade das formas e a permanência da função de centralidade produtiva.

Na leitura de Milton Santos, a área expressa a coexistência entre os edifícios que se implantam e estruturam o território e as dinâmicas econômicas, sociais e simbólicas que circulam e transformam o espaço. Se, no passado, os fluxos eram de trabalhadores e matérias-primas, hoje são de consumidores, veículos e mercadorias. Essa transformação não elimina o sentido produtivo do lugar, mas o redefine, deslocando a centralidade da produção material para a produção de serviços e consumo. O que as duas fotografias revelam, portanto, é mais do que uma simples substituição arquitetônica: trata-se da expressão concreta de um processo de reconfiguração urbana que traduz, em escala local, as mutações econômicas globais. O vazio da foto 1 e o adensamento da foto 2 simbolizam a passagem de uma cidade industrial para uma cidade de serviços, onde os antigos limites se tornam espaços de conexão e a paisagem se transforma em documento vivo das dinâmicas que moldam o território.

## Quadro Analítico 22 - RECORTE 4-H-022

| ANÁLISE COMPARATIVA                                                               |                                                                                    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| Localização:                                                                      | Código:                                                                            |
| Praça Sebastião Toledo dos Santos                                                 | 4-H-022                                                                            |
| Foto 01:                                                                          | Foto 02:                                                                           |
|  |  |

Fonte: Acervo do Bairro da Juventude, 1980

Fonte: do autor, 2025

### Resultados da análise

A análise comparativa referente à Praça Sebastião Toledo dos Santos, localizada no bairro Pinheirinho, apresenta uma particularidade metodológica em relação às demais análises deste conjunto. Durante o processo de coleta das imagens, o equipamento aéreo utilizado (drone) registrou uma área restrita de voo em função do alinhamento com o Aeroporto Diomício Freitas, o que impossibilitou a obtenção de imagens aéreas idênticas em ângulo e altitude àquelas de períodos anteriores. Em razão dessa limitação, as duas fotografias utilizadas nesta análise não obedecem estritamente ao método da refotografia, mas ainda assim permitem uma leitura detalhada da paisagem, das permanências e das transformações ocorridas nesse trecho da cidade.

Na fotografia mais antiga, observa-se com nitidez a conformação da Avenida Centenário e, em seu eixo, a Praça Sebastião Toledo dos Santos, que assume a forma de um canteiro central alargado. O traçado da ferrovia, ainda presente no registro, marca a paisagem de maneira decisiva, funcionando como linha de força da composição e elemento estruturante da leitura urbana. Diferentemente de outras regiões da cidade, como a Próspera, o Centro e a Santa Bárbara, onde a linha férrea foi substituída por avenidas e passeios, o Pinheirinho preserva a ferrovia em operação, o que lhe confere uma identidade particular e reforça o caráter produtivo e histórico de sua formação. A imagem da locomotiva continua a integrar o imaginário urbano local, simbolizando uma permanência material e simbólica que atravessa décadas e resiste às pressões de modernização que remodelaram outras áreas da cidade.

Na fotografia atual, nota-se que a ferrovia continua a desempenhar papel ativo no cotidiano, tanto como elemento físico quanto como referência visual e sonora. Ao mesmo tempo, o entorno revela um processo de adensamento mais evidente, ainda que moderado, com a presença de edificações de dois a quatro pavimentos. Essa verticalização contida contrasta com a intensidade observada em áreas mais centrais, como o bairro Comerciário, e demonstra que o Pinheirinho permanece como uma zona de transição entre a cidade consolidada e as áreas de expansão. O tecido urbano dessa região é caracterizado por um equilíbrio entre usos residenciais, institucionais e de serviços, reforçado pela proximidade com importantes equipamentos urbanos, como o Bairro da Juventude, a SATIC, a UNESC e o SEDUP. Essa conectividade evidencia a presença de fluxos que se articulam aos fixos representados

pela ferrovia, pela avenida e pelos edifícios institucionais, configurando o espaço como sistema de objetos e ações interdependentes, conforme propõe Milton Santos.

Sob a ótica do palimpsesto urbano, a Praça Sebastião Toledo dos Santos e seu entorno revelam uma sobreposição de camadas históricas e funcionais. A permanência da ferrovia, associada às transformações no uso do solo e às adaptações da infraestrutura viária, demonstra que a cidade é continuamente reescrita, mas sem apagar completamente suas inscrições anteriores. A ferrovia, nesse sentido, não apenas sobrevive como testemunho do passado carbonífero e ferroviário da cidade, mas também se eleva a símbolo da memória e da resistência urbana.

No campo da *Aufhebung* hegeliana, essa permanência representa a tríplice relação entre negação, preservação e elevação. A negação se manifesta nas transformações do entorno e na substituição de antigas edificações por novas tipologias; a preservação, na continuidade da ferrovia como traço ativo na paisagem; e a elevação, na reinterpretação desse eixo como parte de um sistema urbano mais complexo, que conecta diferentes bairros e funções.

Mesmo sem a coincidência exata dos ângulos por limitações técnicas, a análise comparativa deste ponto é significativa por mostrar um exemplo de coerência espacial e temporal em Criciúma. O Pinheirinho se apresenta como um território onde o tempo urbano parece se mover de maneira mais lenta, preservando vínculos com a materialidade do passado enquanto se insere em novas dinâmicas econômicas e sociais. A paisagem da Praça Sebastião Toledo dos Santos, assim, é um testemunho de permanência, de adaptação e de resistência, uma imagem viva da cidade que, ao mesmo tempo em que se transforma, conserva em suas trilhas férreas a marca do que foi e o indício do que ainda pode vir a ser.



### Quadro Analítico 23 – RECORTE 4-I-023

| ANALISE COMPARATIVA                                                               |                                                                                    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| Localização:                                                                      | Código:                                                                            |
| SATC                                                                              | 4-I-023                                                                            |
| Foto 01:                                                                          | Foto 02:                                                                           |
|  |  |

Fonte: Acervo documental da SATC, 1970

Fonte: do autor, 2025

#### Resultados da análise

A análise comparativa da sede da SATC revela a consolidação de uma das áreas mais emblemáticas da expansão urbana de Criciúma no sentido oeste. As duas imagens permitem compreender como essa região, inicialmente periférica e pouco ocupada, tornou-se um dos polos educacionais mais relevantes do município. Na fotografia mais antiga, o edifício da SATC aparece isolado, implantado sobre um terreno amplo e pouco urbanizado. Sua presença no território, ainda desprovida de vizinhança construída, indica o papel estruturador que a instituição teve no processo de ocupação e desenvolvimento dessa porção da cidade.

Ao observar a fotografia contemporânea, de 2025, é possível perceber que, embora a área tenha recebido novas edificações, ainda predomina uma sensação de amplitude e de vazio urbano no sentido oeste. A ocupação existente é pontual e estratégica, relacionada diretamente à presença dos principais equipamentos de ensino e formação profissional de Criciúma: a própria SATC, o campus da UNESC e o CEDUP. Essa tríade institucional constitui um verdadeiro ecossistema educacional e assistencial, que estrutura a dinâmica social e econômica da região. A partir delas, o espaço foi se adensando gradualmente, abrigando edificações de apoio, como restaurantes, comércios de pequeno porte, serviços estudantis e moradias, que se organizam em torno das vias de acesso e conformam um tecido urbano de uso misto e baixo gabarito.

O edifício da SATC, concebido originalmente sob os princípios da arquitetura moderna, é um exemplo de fixo que desencadeou fluxos ao atrair pessoas, atividades e investimentos. O que era um ponto isolado tornou-se referência, e a fixação de sua estrutura física impulsionou uma rede de fluxos materiais (deslocamentos, transporte, economia) e imateriais (educação, cultura, inovação). Essa condição o coloca como um marco urbano que deu início à transformação da paisagem local e contribuiu para o deslocamento simbólico da centralidade da cidade em direção a novas áreas de expansão.

A leitura das duas imagens evidencia, portanto, a coexistência entre permanência e transformação. A SATC permanece como um fixo de forte relevância, tanto física quanto simbólica, representando a permanência da função educativa e social que estruturou o território. Ao mesmo tempo, as



transformações no entorno, expressas pela multiplicação de edificações e pela melhoria das vias, configuram uma paisagem em movimento, marcada pelo crescimento e pela adaptação das formas urbanas às novas demandas contemporâneas.

Do ponto de vista do palimpsesto urbano, a região revela sobreposições que articulam distintas temporalidades: o espaço rural e aberto da década de 1970, o período de consolidação institucional dos anos 1980 e 1990 e, por fim, o cenário contemporâneo de 2025, marcado pela expansão urbana planejada e pela valorização do ensino como motor de desenvolvimento. As camadas de tempo e de uso se acumulam sobre o mesmo território, compondo uma narrativa espacial que evidencia como a cidade de Criciúma se constrói por camadas sucessivas de intenções, investimentos e memórias. A SATC não é apenas um edifício, mas um símbolo de transição: um marco entre a cidade industrial do passado e a cidade do conhecimento que se projeta no presente. Sua permanência física e seu papel urbano revelam como os espaços de ensino podem ser agentes estruturadores da forma urbana, articulando fixos, fluxos e memórias em um contínuo processo de reconstrução da paisagem.

**Quadro Analítico 24 – RECORTE 4-J-024**

| ANALISE COMPARATIVA                                                               |                                                                                    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| Localização:                                                                      | Código:                                                                            |
| Rótula da Av. Universitária com bifurcação para Rod. Vante Rovaris (Santa Luzia)  | 4-J-024                                                                            |
| Foto 01:                                                                          | Foto 02:                                                                           |
|  |  |

Fonte: Jornal Santa Luzia, 2022

Fonte: do autor, 2025

**Resultados da análise**

A análise comparativa referente à região da Santa Luzia tem como foco principal a bifurcação característica que marca a paisagem do bairro, ponto em que a via à direita conduz ao núcleo central da Santa Luzia e a via à esquerda segue em direção ao Aeroporto Diomício Freitas e ao bairro Santa Líbera. No centro dessa bifurcação encontra-se a Praça João Constante Milioli um espaço público que, apesar de seu valor simbólico para o bairro, se caracteriza como uma praça de transição, mais percebida pelo automóvel do que pelo pedestre. Sua localização em um ponto de passagem e sua configuração física delimitada por vias de tráfego intenso, dificultam a apropriação cotidiana do espaço pela população, tornando-a mais um elemento de referência visual do que um verdadeiro núcleo de sociabilidade.

A leitura comparativa das duas fotografias evidencia transformações importantes. A primeira imagem, de 2022, já mostra a configuração inicial da Praça João Constante Milioli e seu entorno, enquanto a segunda, de 2025, revela o início das obras de expansão que a transformarão no futuro Parque Municipal da Santa Luzia. Essa ampliação representa uma tentativa de requalificação urbana e ambiental do bairro, que passa a contar com um espaço público de maior escala e complexidade, articulado com a malha viária e com o conjunto de edificações residenciais e institucionais que se desenvolvem ao seu redor. Ainda que o intervalo temporal entre as imagens seja pequeno, a diferença na paisagem é significativa. O novo parque introduz uma nova camada na leitura do território, alterando fluxos e conexões e redefinindo o papel da praça no cotidiano do bairro. O que antes era um espaço residual passa a ter potencial para se tornar um fixo estruturador do entorno, capaz de atrair novos fluxos de circulação e sociabilidade, conforme a leitura de Milton Santos. Esse processo reflete o movimento constante de reconfiguração do espaço urbano, em que cada nova intervenção materializa intenções políticas, econômicas e simbólicas que moldam o território.

A análise também evidencia a dificuldade de acesso a registros históricos da região da Santa Luzia anteriores às décadas de 1990 e 2000. Esse vazio documental reflete a condição periférica do bairro em relação às centralidades históricas da cidade e indica como certos espaços foram sistematicamente deixados à margem da narrativa urbana. A ausência de registros é, portanto, uma forma de apagamento

simbólico que reforça desigualdades na construção da memória coletiva. Mesmo assim, a fotografia de 2022 encontrada nos levantamentos permite reconstruir parcialmente essa história e compreender como o bairro vem se consolidando nas últimas décadas.

Do ponto de vista morfológico, a Santa Luzia ainda apresenta grandes áreas livres e um padrão de ocupação predominantemente horizontal, com edificações de dois ou três pavimentos. Entretanto, observa-se uma tendência recente à expansão imobiliária, sobretudo a partir de 2024, com o surgimento de condomínios e loteamentos fechados. Esses empreendimentos introduzem novos fixos que, embora representem um avanço em termos de infraestrutura, frequentemente desconsideram a lógica do traçado urbano preexistente e geram rupturas nos fluxos da cidade. Trata-se de um processo ambíguo: ao mesmo tempo em que amplia o tecido urbano e atrai investimentos, tende a fragmentar o espaço social e a limitar as possibilidades de convivência e integração.

Sob a perspectiva da *Aufhebung*, as transformações da Santa Luzia expressam uma tríplice condição. Há negação, pela substituição de espaços abertos e comunitários por conjuntos residenciais fechados; há preservação, pela permanência de estruturas como a praça e seu papel como marco geográfico e simbólico; e há elevação, pela tentativa de criar um novo parque que redefine o espaço público e o insere em uma narrativa urbana de valorização e pertencimento. Esse processo de sobreposição e reinvenção caracteriza o bairro como um palimpsesto urbano, onde camadas temporais e sociais coexistem e se reescrevem constantemente.

A análise das fotografias da Santa Luzia reflete a transição de um bairro periférico para um território em processo de centralidade. O vazio do passado dá lugar a novas formas de ocupação e uso, e, mesmo diante da homogeneização do espaço urbano, subsiste a esperança de que o novo parque e os futuros projetos de urbanização possam promover uma elevação simbólica do lugar, reintegrando a Santa Luzia à memória e à vida cotidiana da cidade.